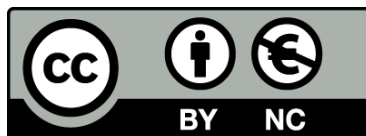




UNIVERSITAT_{DE}
BARCELONA

Coesão urbana: o papel das redes de espaço público

Ana Júlia Marques de Oliveira Pinto



Aquesta tesi doctoral està subjecta a la llicència **Reconeixement- NoComercial 3.0. Espanya de Creative Commons**.

Esta tesis doctoral está sujeta a la licencia **Reconocimiento - NoComercial 3.0. España de Creative Commons**.

This doctoral thesis is licensed under the **Creative Commons Attribution-NonCommercial 3.0. Spain License**.

COESÃO URBANA: O PAPEL DAS REDES DE ESPAÇO PÚBLICO

Ana Júlia Marques de Oliveira Pinto

Director y Tutor: Dr. Antoni Remesar

Directores: Dr. Pedro Brandão

Dr. Fernando Nunes da Silva

Tesis presentada para la obtención del grado de doctor, 2015

Doctorado Espacio Público y Regeneración Urbana: Arte, Teoría, Conservación del Patrimonio

CrPolis: Arte, Ciudad, Sociedad



UNIVERSITAT DE
BARCELONA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR Portugal

Tese financiada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MEC

Resumo

Vários desafios se colocam atualmente aos territórios urbanos, nomeadamente resultantes dos fortes processos de transformação e crescimento, característicos das últimas décadas do Séc. XX. Estas transformações estão na origem do aparecimento de novos contextos urbanos, muitas vezes associados a problemas de falta de coesão, não apenas relacionados com a fragmentação morfológica das estruturas urbanas, mas também com fragilidades ao nível das dinâmicas sociais e económicas.

No sentido de melhor compreender estes problemas, estudamos o conceito de coesão. Partimos da definição de coesão feita pelas Diretivas Europeias, procurando sistematizar a sua transposição para a escala urbana. Propomos uma sistematização do conceito de coesão urbana suportada numa dupla dimensão – uma que envolve a forma física da cidade e outra as suas dinâmicas socioeconómicas e socioculturais.

Assim, no presente trabalho pretendemos discutir o conceito de coesão urbana vinculado ao papel desempenhado pelo espaço público na sua promoção. Procuramos clarificar a forma como se podem orientar as intervenções urbanas promovendo a coesão, nomeadamente, explorando as potencialidades das redes de espaço público (suas dimensões e características). Partimos da premissa de que o espaço público é o elemento estruturador da malha e vida urbana; organizando-se de forma sistémica; numa perspetiva de integração multi-escala; formando uma "rede de redes".

Com a intenção de contribuir para o reforço da coesão urbana, propomos uma metodologia de análise da coesão de uma rede de espaços públicos. Desenvolvemos esta metodologia centrando-nos na escala do bairro, mas também nas suas ligações às redes envolventes.

Suportamos o processo de trabalho na análise de dois territórios; dois bairros na cidade de Barcelona – a Barceloneta e o Baró de Viver – privilegiando-se o contacto direto com o território. A análise destes dois territórios vai acompanhando a sistematização de conceitos e serve também de teste e validação da metodologia e critérios propostos.

Palavras-chave: Coesão Urbana; Redes de Espaço Público; Rede de Redes; Metodologia de Análise.

Abstract

Several challenges are currently introduced in urban areas, particularly resulting from strong growth and transformation processes, characteristic of the last decades of the XX century. These transformations gave rise to the emergence of new urban contexts, often associated with lack of cohesion problems, not only related to morphological fragmentation of urban structures, but also with weaknesses in its social and economic dynamics.

In order to better understand these issues, we study the concept of cohesion. We start from the definition of cohesion introduced by the European Directives, aiming to systematize its application into the urban scale. We propose a systematization of urban cohesion concept supported in a dual dimension - one that involves the physical form of the city and other their socio-economic and socio-cultural dynamics.

Therefore, with this investigation we intend to discuss the concept of urban cohesion linked to the role that public space plays in its promotion. We seek to clarify how it is possible to guide urban interventions promoting cohesion, particularly by exploring the potential of public space networks (its dimensions and characteristics). We start from the premise that public spaces are the structuring elements of urban fabric and urban life, organizing themselves in a systemic way; in a multi-scale integration perspective; forming a "network of networks".

Intending to contribute to the enhancement of urban cohesion, we propose a methodology, able to analyze cohesion of a public space network. We developed this methodology focusing on the neighborhood scale, but also in its connections to the surrounding networks.

We support the work process in the analysis of two territories; two neighborhoods in the city of Barcelona – Barceloneta and Baró de Viver – privileging direct contact with the territory. The analysis of these two territories integrates the concepts' systematization and is also used to test and validate the methodology and criteria proposed.

Keywords: Urban Cohesion; Public Space Networks; Network of Networks; Analysis Methodology

Resumen

Varios retos se plantean actualmente a los territorios urbanos, sobre todo como resultado de los fuertes procesos de transformación y crecimiento, característicos de las últimas décadas del siglo. XX. Estos cambios dieron lugar a la aparición de nuevos contextos urbanos, a menudo asociados con problemas de falta de cohesión, no sólo relacionados con la fragmentación morfológica de las estructuras urbanas, pero también con debilidades al nivel de sus dinámicas sociales y económicas.

Con el objetivo de mejor comprender estos temas, estudiamos el concepto de cohesión. Partimos de la configuración de cohesión hecha por las Directivas Europeas, buscando sistematizar su transposición a la escala urbana. Proponemos una sistematización del concepto de cohesión urbana, apoyado en una doble dimensión – una que implica la forma física de la ciudad y otra sus dinámicas socio-económicas y socio-culturales.

Así, en el presente trabajo nos proponemos discutir el concepto de cohesión urbana vinculada a la función del espacio público en su promoción. Buscamos aclarar cómo se pueden guiar las intervenciones urbanas promoviendo la cohesión, en particular tirando partido del potencial de las redes de espacio público (sus dimensiones y características). Partimos de la premisa de que el espacio público es el elemento estructurador de la malla y la vida urbana; organizándose de manera sistémica; con la perspectiva de la integración multi-escala; formando una "red de redes".

Buscando contribuir para la mejora de la cohesión urbana, proponemos una metodología de análisis de la cohesión de una red de espacios públicos. Hemos desarrollado esta metodología centrándonos en la escala del barrio, pero también en sus conexiones con las redes de los alrededores.

Apoyamos el proceso de trabajo en el análisis de dos territorios; dos barrios de la ciudad de Barcelona – Barceloneta y Baró de Viver – favoreciendo el contacto directo con el territorio. El análisis de estos dos territorios acompaña la sistematización de conceptos y sirve también como prueba y validación de la metodología y criterios propuestos.

Palabras-clave: Cohesión Urbana; Redes de Espacio Público; Rede de Redes; Metodología de Análisis.

Agradecimentos

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos Professores Antoni Remesar, Pedro Brandão e Fernando Nunes da Silva, por terem partilhado comigo este processo de investigação. Sem o seu apoio e orientações este trabalho não teria sido possível. Gostaria também de agradecer aos membros dos júris das várias comissões de seguimento, que ao longo destes cinco anos acompanharam e foram dando orientações, que me permitiram enriquecer o trabalho desenvolvido.

Também à Câmara Municipal de Lisboa, pela cedência dos dados cartográficos e informação sobre a cidade, utilizada neste trabalho. Neste âmbito agradeço também ao CrPolis pela informação que me cedeu, relativa aos bairros da Barceloneta e Baró de Viver, essenciais para o desenvolvimento da investigação. À Fundação para a Ciência e Tecnologia, pelo financiamento atribuído, que me permitiu realizar este trabalho.

Ao CESUR e ao CrPolis, que enquanto entidades de acolhimento, me proporcionaram os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos. Um agradecimento também ao Professor Jorge Silva e Professora Isabel Ramos, pelas discussões de ideias e pela oportunidade que me deram de apresentar e testar a metodologia que desenvolvi, com os seus alunos.

Um especial agradecimento à Ana Luísa Brandão, que durante este processo se transformou numa grande amiga. Agradeço as discussões de ideias que tivemos, mas sobretudo a sua disponibilidade e apoio, estando presente sempre que necessitei. Um agradecimento especial também ao Samuel Padilla, pela sua amabilidade, disponibilidade e todo o apoio que me deu. Agradeço ainda aos meus colegas Danae Esparza, Nuria Ricart, Lígia Paz e Mónica Ferreira pela partilha de ideias que permitiu enriquecer este trabalho.

Por fim, deixo um especial agradecimento à minha família. Aos meus pais e à minha irmã, que estiveram sempre por perto, e me deram todo o apoio e motivação para prosseguir este trabalho. Ao meu filho Álvaro, que nasceu durante o desenvolvimento desta tese e que, sem o saber, foi o meu motor nesta fase final do doutoramento. Ao Filipe, o meu sempre companheiro, por ter sido o pilar da nossa família durante estes últimos tempos, por todo o apoio e incentivo que me deu. Sem ele nada disto teria sido possível.

ÍNDICE GERAL

Resumo	1
Abstract	3
Resumen	5
Agradecimentos.....	7
ÍNDICE GERAL.....	9
INTRODUÇÃO	13
Contexto e objeto de estudo	15
Questões, objetivos e hipótese	18
Metodologia	20
Territórios de análise	23
Relevância da investigação.....	25
Estrutura da dissertação.....	27
PARTE I	31
1. COESÃO URBANA: DAS DIRETIVAS EUROPEIAS AO CONTEXTO DA CIDADE ACTUAL ..	33
Enquadramento.....	35
1.1. O conceito de Coesão	36
1.1.1. As Diretivas Europeias	38
1.1.2. Um conceito, diferentes dimensões.....	53
1.1.3. A escala urbana.....	60
1.2. A coesão urbana	63
1.3. A problemática atual da coesão no espaço urbano.....	67
Síntese	73
2. ESPAÇO PÚBLICO ALIADO DA COESÃO	77
Enquadramento.....	79
2.1. Espaço público: algumas considerações iniciais	81
2.2. Papel estruturante e articulador do espaço público.....	84

2.3.	As dimensões do Espaço Público.....	91
2.3.1.	Características Físicas Morfológicas	93
2.3.2.	Usos Funções	98
2.3.3.	Apropriação e Vivência.....	101
2.4.	Novos desafios do espaço público	104
2.5.	Da abordagem individual à sistémica.....	108
	Síntese.....	110
PARTE II		113
3.	ESTRUTURA EM REDE DO ESPAÇO PÚBLICO	115
	Enquadramento	117
3.1.	Os espaços públicos numa lógica sistémica de rede.....	118
3.1.1.	Uma rede de redes	125
3.2.	Oportunidades para a coesão urbana	129
3.3.	Identificar uma rede de espaços públicos.....	131
3.3.1.	A génese do caso de Lisboa	133
3.3.2.	CrITÉRIOS para a Identificação de uma rede de Espaços Públicos	141
	Síntese.....	158
4.	ANÁLISE DA COESÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS.....	161
	Enquadramento	163
4.1.	Que metodologias para uma análise da coesão?.....	165
4.2.	Organização do processo de trabalho.....	170
4.3.	Método de análise da coesão de uma rede de espaços públicos	172
4.3.1.	Identificação da rede primária de espaços públicos do bairro.....	177
4.3.2.	Dimensões de análise	182
4.3.3.	Descritores.....	186
4.3.4.	Problemas determinantes e dependentes	219
4.3.5.	Definição de orientações de intervenção.....	231
4.4.	Aplicabilidade prática – Oportunidades	242
	Síntese	243
CONCLUSÕES.....		245
	Da coesão das Diretivas Europeias à escala urbana.....	247

O espaço público como motor para a coesão urbana	250
O papel das redes de espaço público	251
Valores para a coesão urbana	254
Uma metodologia de análise da coesão urbana.....	257
Investigação futura	260
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	265
ÍNDICE DE QUADROS.....	279
ÍNDICE DE FIGURAS	281
ÍNDICE ANALÍTICO	285
ANEXOS	289
Anexo I – Fichas de análise da rede de espaços públicos	289
Anexo II – Análise estrutural	289

INTRODUÇÃO



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

Introdução

Contexto e objeto de estudo

Questões, objetivos e hipótese

Metodologia

› Territórios de análise

Relevância da investigação

Estrutura da dissertação

CONTEXTO E OBJETO DE ESTUDO

As fortes transformações urbanas características das últimas décadas do Séc. XX estão na origem do aparecimento de novos contextos urbanos, introduzindo novas características e dinâmicas nos processos de crescimento, infraestruturização ou constituição e bem assim da transformação dos tecidos urbanos.

Estas transformações provocam alterações na estrutura urbana, introduzindo uma nova variedade de tipologias híbridas de espaços, com impactes diretos na vida urbana. Associados a estas transformações surgem alguns problemas no atual contexto das dinâmicas territoriais, e de estrutura urbana, tais como:

1. Falta de conectividade;
2. Fragmentação física;
3. Segregação social e marginalização;
4. Falta de diversidade de funções e dinâmicas socioeconómicas;
5. Perda de identidade e dinâmicas sociais e económicas.

Diversos autores têm apontado as origens daqueles processos. Embora estas fragilidades tenham diferentes tipos e níveis de impacte dependendo da realidade urbana onde ocorrem, consideramos que têm um denominador comum, nas suas consequências: o facto de introduzirem desafios à coesão do espaço urbano, sendo necessário encontrar respostas adequadas, que permitam minimizar estes problemas. É no sentido de melhor compreender estes problemas e desafios, que nos debruçamos sobre a génese do conceito de coesão, primeiramente introduzido pelas diretivas da União Europeia (European Commission, 2004).

O conceito de coesão está associado a duas dimensões complementares (Andreas Faludi, 2006):

- › De equilíbrio territorial, vinculado com a forma física da cidade e as suas conexões;
- › De equilíbrio social e económico, ligado à igualdade de acesso a bens e serviços, mas também à diversidade de funções e culturas.

Deste modo, a promoção da coesão do espaço urbano, não está apenas relacionada com os aspetos da sua morfologia, estando também fortemente vinculada com as dinâmicas sociais e económicas existentes, pelo que poderemos considerar este conceito como subsidiário dos conceitos base: de coesão territorial, social e económica.

Apesar do esforço desenvolvido na clarificação deste conceito, continuam a existir várias lacunas na implementação de estratégias e medidas operativas. Este facto tem levado vários autores a associar a falta de sucesso da Política de Coesão da União Europeia, à lacuna existente ao nível da sua implementação à escala urbana. Existindo mesmo alguns destes autores que sublinham os seus efeitos negativos na qualidade de vida das populações (Boldrin & Casanova, 2003; Dall’erba & Le Gallo, 2008).

Com efeito, embora o conceito de coesão esteja intrinsecamente ligado à ideia de integração multi-escala, o facto de a sua definição não se encontrar totalmente estabilizada, faz com que a sua aplicação às várias escalas urbanas (desde a metropolitana à de bairro e desde os tecidos dispersos aos “esvaziados”), tenha ainda subjacentes algumas lacunas. Lacunas estas que por sua vez sustentam os problemas de coesão urbana que hoje conhecemos.

É neste contexto que aprofundamos o conceito de coesão urbana (Pinto & Remesar, 2012; Pinto, Remesar, Brandão, & Nunes da Silva, 2010), no sentido de contribuir para a sua definição, sistematização dos seus requisitos e análise dos fatores que afetam diretamente os processos de desenvolvimento urbano.

Este conceito resulta da aplicação à escala urbana do conceito de coesão introduzido pelas Diretivas Europeias (European Commission, 2004), com o objetivo de avançar da definição de estratégias para a implementação de medidas específicas à escala da cidade (Pinto & Remesar, 2012).

Procuramos compreender o que caracteriza, concretamente, um espaço urbano coeso, baseado nas premissas de que este deve ser:

- › **Inclusivo**, permitindo que, haja igualdade no uso do espaço urbano, independentemente das características dos utilizadores. O espaço urbano promove a existência de diversidade, incluindo as diferenças.

- › **Acessível**, assegurando ligações entre as diferentes áreas da cidade, promovendo equidade nas deslocações / mobilidade, privilegiando os modos ativos de deslocação, em complementaridade com o transporte público.
- › **Atrativo**, tendo a capacidade de atrair diferentes perfis de utilizadores, através da presença de usos / funções / atividades, mas também através da sua morfologia.
- › **Gerador** de apropriação, isto é, processos e dinâmicas sociais e económicas, em distintas escalas territoriais (desde o local ao global), possibilitando a construção de formas expressão individual e coletiva associados ao espaço urbano.

A questão que nos colocamos é: **como podemos dar resposta aos desafios que se colocam atualmente à coesão do espaço urbano?**

É neste contexto que emerge a hipótese: **considerar o potencial valor do espaço público, enquanto motor para a valorização da coesão urbana.**

Entendemos o espaço público como o lugar de expressão coletiva da cidade, capaz de unir e articular o território urbano. Assim, consideramos que o espaço público é o elemento estruturador da malha e vida urbana, com um importante papel na conformação das estruturas espaciais, sendo cumulativamente o suporte para as dinâmicas sociais, económicas e culturais (Jacobs, 1961; Lefebvre, 1974). Desempenha assim, um papel crucial nos processos de apropriação e simbolização da cidade (Borja & Muxí, 2003).

Deste modo, para comprovar a hipótese devemos identificar a questão: **como pode o espaço público ser um "agente" capaz de promover a coesão?** Um espaço público de qualidade garante a continuidade, permeabilidade e mobilidade dos cidadãos; beneficia os processos identitários, estruturando toda a cidade, sendo capaz de criar e manter “lugares” (Borja & Muxí, 2003; Remesar, 2007).

Considerar o espaço público como um fator determinante nos processos de coesão urbana; o que vai ao encontro das ideias defendidas por Portas (1999) e Borja et al (2003); pressupõe que o espaço público se organiza de uma forma sistémica, e não como um somatório de espaços isolados. Noutras palavras, o espaço público é um conjunto de elementos dotado de lógica própria articuladora, formando um todo coerente, sendo o suporte para a implementação de novas estruturas de diferentes naturezas (económica, social, morfológica) (Carmona, 2003) – formando uma rede de espaços públicos.

Assim, **o nosso objeto de estudo é a coesão do espaço urbano**, considerando o espaço público como o agente capaz de a promover, através de uma estruturação em rede. Neste sentido, a nossa convicção é que a coesão urbana pode ser o conceito base, capaz de contribuir para a orientação das intervenções urbanas.

Assim, face aos problemas e desafios atuais, consideramos essencial avaliar a coesão das redes de espaço público, no sentido de conhecer e compreender aprofundadamente os principais problemas que se lhes colocam; abrindo a porta para a definição de medidas concretas que possam conduzir à sua mitigação. Neste sentido, à semelhança do que foi já desenvolvido por alguns autores (Medeiros, 2014b) para avaliar a coesão territorial a escalas mais alargadas (região), desenvolvemos uma metodologia de avaliação da coesão urbana. Focamo-nos numa escala territorial de proximidade – o bairro – que nos permita introduzir uma análise operativa dos processos de coesão, ao nível da estrutura interna do bairro, e das ligações com as redes envolventes, reiterando a ideia de “rede de redes” (Pinto & Remesar, 2012).

Pretendemos analisar a coesão de um território permitindo a identificação dos pontos críticos, de fratura, onde a coesão falha, abrindo as portas para a definição de medidas de intervenção, nomeadamente ao nível do projeto e desenho urbano.

QUESTÕES, OBJETIVOS E HIPÓTESE

Temos como tema central da investigação estudo da coesão urbana, admitindo com especial enfoque o espaço público como elemento privilegiado na sua promoção. Sendo de salientar que, na temática do espaço público nos debruçamos especialmente sobre o seu carácter aglutinador / estruturador da malha urbana, entendido numa lógica integrada de rede, e não apenas sobre a ideia de somatório de espaços isolados.

Deste modo, são duas as **questões** que norteiam a investigação:

- › Como podemos dar resposta aos desafios que se colocam à coesão do espaço urbano?

› E qual o papel que o espaço público desempenha na sua promoção?

O **objetivo central** é assim o de demonstrar que, através da análise / avaliação dos espaços públicos, numa lógica integrada de rede, é possível contribuir para a promoção da coesão urbana.

Com o intuito de operacionalizar o objetivo central, decompomo-lo em cinco **objetivos específicos**:

1. Identificar as problemáticas atuais que levam à necessidade de transposição do conceito de coesão introduzido pelas Diretivas Europeias, para a escala urbana;
2. Contribuir para a sistematização do conceito de coesão urbana;
3. Definir e aprofundar as características / propriedades do espaço público que fazem dele um elemento privilegiado na promoção da coesão urbana;
4. Sistematizar o conceito de redes de espaço público, nomeadamente os critérios para a sua identificação;
5. Desenvolver uma metodologia de análise da coesão de uma rede de espaços públicos.

Como evidenciámos existem atualmente vários problemas e fragilidades no contexto urbano, decorrentes dos processos de crescimento e transformação, para os quais é necessário encontrar respostas (estes problemas não são só de origem física / morfológica, mas também de carácter social, económico e cultural).

A **hipótese** que colocamos é assim traduzível na ideia de que o conceito de coesão urbana, formulado em estreita relação com o de redes de espaço público pode contribuir positivamente para analisar e avaliar os défices de continuidade e estruturação dos espaços urbanos.

METODOLOGIA

A metodologia adotada na presente dissertação divide-se em duas fases (Figura 0.1).

Uma primeira fase fundamentalmente suportada em investigação teórica, em que analisamos as principais fontes bibliográficas, construindo o estado da arte sobre os dois principais conceitos envolvidos: o conceito de coesão e o de espaço público enquanto elemento estruturador da malha e vida urbana.

Uma segunda fase, diretamente relacionada com os dois principais *outputs* da tese:

1. A sistematização do conceito de rede de espaços públicos e definição de um conjunto de critérios para a sua identificação;
2. O desenvolvimento de uma metodologia de análise da coesão de uma rede de espaços públicos. Nesta fase utilizamos dois territórios de análise – o bairro da Barceloneta e o bairro Baró de Viver – que nos permitem testar e validar a reflexão sobre os conceitos teóricos através da sua aplicação direta nestes dois territórios.



Figura 0.1 – Esquema metodológico da dissertação
Fonte: Autora

Na primeira fase metodológica, a investigação teórica permite-nos desenvolver uma reflexão em que tentamos sistematizar o conceito de coesão urbana, bem como as características do espaço público que fazem dele um elemento privilegiado na promoção da coesão.

Importa salientar que toda a reflexão teórica, que se desenvolve ao longo das diferentes etapas da dissertação, é suportada por uma investigação interdisciplinar (Brandão, 2005), discutindo os conceitos das diferentes áreas disciplinares, de um ponto de vista crítico, procurando os principais pontos de ligação e recentrando-os face à nossa temática de investigação, e a um problema de investigação que é multifacetado.

Consideramos assim que a natureza do tema de investigação, dada a sua complexidade e abrangência, é enriquecida por este tipo de abordagens simultâneas aos componentes de acessibilidade, mobilidade, sociabilidade e uso do espaço, significado e simbologia entre outras temáticas disciplinares.

Na segunda fase adotamos uma metodologia de observação e análise que privilegia o contacto direto com o território. Nesta metodologia a base teórica da investigação e reflexão sobre os conceitos teóricos é suportada por um trabalho de observação direta do território, que molda as características da investigação (Ochoa, 2011).

Adotando este procedimento heurístico, o conhecimento vai evoluindo progressivamente em resultado das “indicações” que foram sendo obtidas através na análise do território. Assumimos assim o carácter qualitativo da investigação, em que a interpretação dos fenómenos e a atribuição de significados são básicas no processo, sendo o território a fonte direta de recolha de dados. *“O processo e o seu significado são os focos principais de abordagem”* (E. L. Silva & Menezes, 2005, p. 20).

Sendo objetivos desta dissertação: [1] a sistematização do conceito de redes de espaço público, nomeadamente os critérios para a sua identificação; bem como [2] o desenvolvimento de uma metodologia de análise da coesão de uma rede de espaços públicos, torna-se importante validar empiricamente as construções teóricas desenvolvidas.

Assim, no sentido de elevar as reflexões teóricas a padrões comuns generalizáveis, considerámos necessário utilizar dois territórios de análise, aos quais vamos recorrendo

ao longo da segunda parte da dissertação, servindo os mesmos como instrumentos que nos permitem verificar a dedução de conceitos e construção metodológica desenvolvida (metodologia de análise da coesão).

Importa ainda salientar que este recurso a territórios de análise é um processo bidirecional, uma vez que do teste e validação resultam naturalmente *inputs* que voltamos a incorporar na construção conceptual e metodológica, numa abordagem iterativa.

Desta abordagem de análise dos territórios observados resultam vários elementos gráficos – mapas e fichas¹ – que sistematizam a informação levantada, bem como as interpretações que desenvolvemos sobre estas informações, servindo de suporte a toda a análise. No desenvolvimento da metodologia de análise que desenvolvemos, utilizamos o método *cross mapping* (Lupez, 2007), que consiste na sobreposição (em forma de mapa) de várias layers / camadas (que correspondem aos vários descritores de análise), no sentido de localizar e caracterizar os principais problemas de coesão existentes na rede de espaços públicos.

Salientamos também que para a recolha da informação recorreremos maioritariamente a metodologias de observação do espaço público (trabalho de campo), seguindo as técnicas desenvolvidas por Whyte (1980) e Gehl (2004).

Analizamos dois territórios distintos, tanto na sua génese como nas suas características urbanísticas atuais:

- › Um território consolidado e perfeitamente integrado na malha urbana da cidade,
- › E outro território periférico, com vários problemas de fragmentação que o colocam numa posição de um certo isolamento e fraca integração com o resto da cidade e com a sua envolvente imediata.

A escolha de dois territórios de características distintas prende-se com a análise da coesão que pretendemos desenvolver. Neste sentido escolhemos dois territórios que pelas suas

¹ Mapas interpretativos que se apresentam ao longo dos capítulos 3 e 4 e fichas de análise que se incluem no Anexo I.

características urbanísticas apresentam problemas de coesão urbana distintos, com o intuito de enriquecer e tornar mais robusta a análise que desenvolvemos.

Adicionalmente, a escala de análise de ambos os territórios é a escala do bairro, por nos centrarmos na discussão dos desafios que atualmente se colocam à escala urbana. Consideramos que esta constitui uma escala operativa ao nível do contexto urbano, que possibilita a clara identificação dos problemas e potencialidades existentes e posterior definição de medidas de intervenção.

Territórios de análise

Conforme referido, analisamos dois territórios: dois bairros localizados na cidade de Barcelona (Figura 0.2):

- › O bairro da **Barceloneta** – um bairro histórico situado fora das antigas muralhas da cidade, que integra atualmente o seu tecido urbano consolidado;
- › O bairro **Baró de Viver** – uma área periférica, que sofre problemas de conectividade à restante malha da cidade de Barcelona.

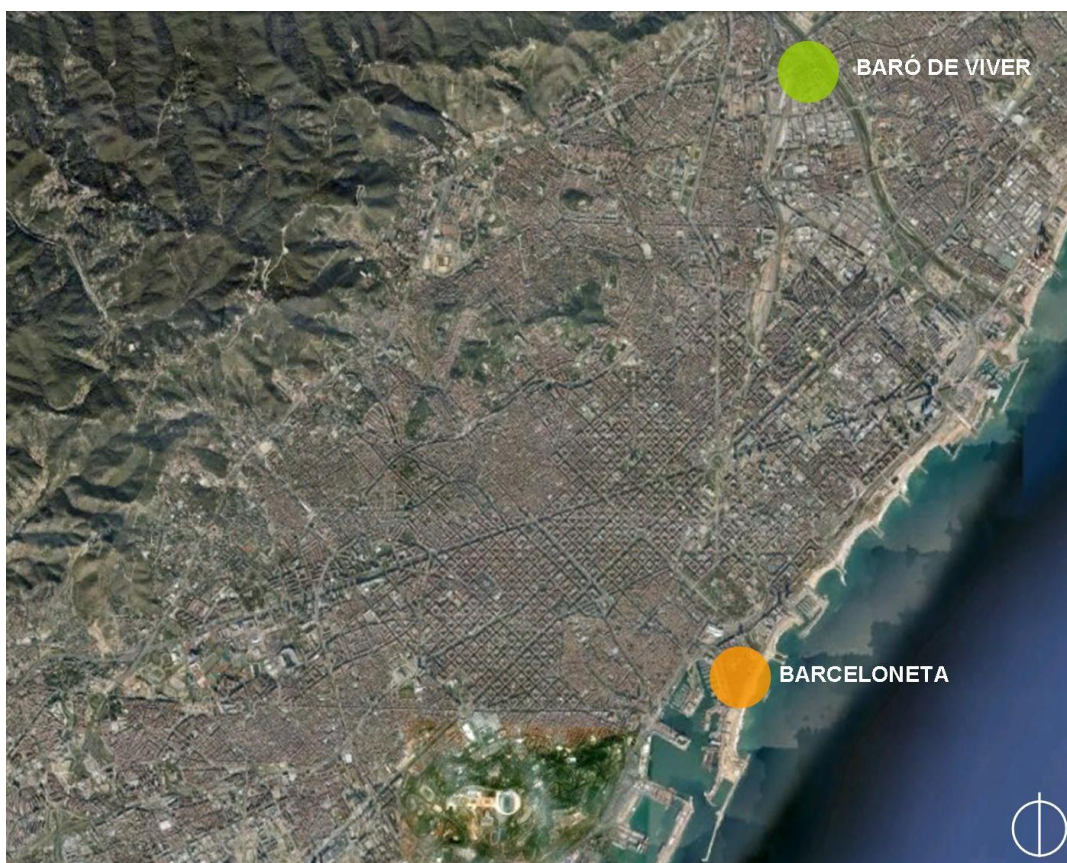


Figura 0.2 – Localização dos territórios de análise, na cidade de Barcelona – Barceloneta e Baró de Viver
Fonte: Mapas Google maps

Nesta perspetiva, os dois territórios de análise apresentam características totalmente distintas:

- › A **Barceloneta** é analisada enquanto bairro histórico consolidado, que cresceu fora das muralhas da cidade, e que é caracterizado por uma estrutura morfológica baseada nos princípios do urbanismo militar do Século XVIII. Este bairro é parte importante do património da cidade, e encontra-se integrado no tecido urbano consolidado de Barcelona, embora na sua origem esteja um processo de crescimento periférico.
- › O **Baró de Viver** resulta de um processo de realojamentos precários, analisa-se na perspetiva de bairro com uma localização periférica contemporânea, e que sofre de problemas de conectividade e fragmentação face à restante malha urbana da cidade de Barcelona. A sua génese ligada à classe operária e mais tarde habitação social, bem como a sua localização periférica, e junto a grandes eixos

viários, conferem-lhe um carácter de isolamento que constitui um desafio de coesão à escala da cidade.

O estudo destes territórios permite também refletir sobre o papel desempenhado pelo desenho urbano, bem como a definição de diferentes escalas e funções, não só ao nível morfológico, mas também socioeconómico e cultural.

RELEVÂNCIA DA INVESTIGAÇÃO

Centramo-nos na análise e compreensão dos processos de coesão a diferentes escalas, focando-nos nas características do espaço público, enquanto elemento estruturador da malha e vida urbana. Propriedades que fazem dele um potencial motor na promoção da coesão urbana.

Assim, consideramos que **a relevância do tema de investigação, no campo teórico**, se prende fundamentalmente com a reflexão e sistematização dos dois conceitos centrais da tese: [1] a coesão urbana e [2] as redes de espaço público.

Por um lado, no contexto dos atuais paradigmas de transformação urbana, e dos desafios que estas transformações colocam à coesão do espaço urbano, problematizamos o conceito de coesão com as suas características multidimensionais intrinsecamente relacionadas com a interação multi-escala.

Por outro lado debatemos o conceito de espaço público centrando-nos nas suas características articuladoras / aglutinadoras / estruturadoras da malha urbana, isto é, numa lógica integrada de rede de espaços públicos. Discutimos este conceito como um conjunto complexo de elementos, que estabelecem ligações entre si, relacionando-se de forma dinâmica e complementar. Na nossa perspetiva, é nesta complexidade de espaços, ligações, dinâmicas, relações e complementaridades, que compõem uma rede de espaços públicos, que reside a chave para a promoção da coesão urbana.

Por sua vez, **no campo operativo**, sistematizamos as características que devem estar presentes numa rede de espaços públicos, na perspetiva de construir espaços urbanos

coesos e coerentes. Neste sentido, identificamos os elementos que formam e organizam a complexidade de uma rede, definindo um conjunto de critérios que nos permite identificar uma rede de espaços públicos.

Como principal *output* desta investigação construímos uma metodologia que nos permite analisar uma rede de espaços públicos (à escala do bairro), no sentido de compreender as suas fragilidades, procurando identificar não apenas o que falha, mas também onde falha, isto é, os pontos críticos de coesão. Acreditamos que uma metodologia deste tipo permitirá formular medidas concretas de atuação no sentido de dar resposta aos desafios que se colocam atualmente à coesão urbana.

No esquema que se segue (Figura 0.3) sistematizamos o tema central da tese, conceitos envolvidos e principais *outputs* esperados.

A abordagem possibilita a promoção da coesão urbana, em que as principais ferramentas para a atingir são as intervenções numa rede de espaço público de uma cidade. Conhecendo e compreendendo as características da rede espaços públicos da cidade, é possível melhorar as relações de continuidade e complementaridade entre os espaços, gerando dinâmicas sociais regeneradoras, ou mesmo criando novas lógicas funcionais.

A construção de uma metodologia que permita analisar a coesão de uma rede de espaços públicos, possibilita o diagnóstico dos pontos fortes versus fragilidades do sistema, identificando as suas causas, de forma a definir medidas concretas de intervenção.



Figura 0.3 – Esquema conceito da tese

Fonte: Autora

Consideramos que uma abordagem deste tipo assume particular interesse no contexto dos novos fenómenos de dispersão, esvaziamento ou hibridação na transformação urbana. Este tipo de análise pode ser útil tanto no desenvolvimento de novos projetos urbanos, como em projetos de regeneração ou de consolidação de áreas urbanas, oferecendo a possibilidade não só de reestruturar os espaços existentes, mas também de desenvolver novos espaços públicos em áreas de expansão urbana, de forma estruturante.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Organizamos o conteúdo da dissertação em quatro capítulos que distribuímos por duas partes. Esta organização reflete as fases metodológicas que apresentámos. A **primeira parte** engloba os primeiros dois capítulos de reflexão teórica sobre os conceitos de coesão e espaço público.

A **segunda parte** inclui o terceiro e quarto capítulos, em que debatemos e sistematizamos o conceito de rede de espaços públicos e desenvolvemos a correspondente metodologia de análise da coesão. Nesta segunda parte a reflexão teórica e revisão bibliográfica é acompanhada do teste e validação nos territórios de análise, introduzindo um carácter mais operativo à investigação, através de uma maior aproximação ao território.

Consideramos que esta combinação entre a investigação teórica e o trabalho empírico permite-nos construir, de forma mais sólida, o argumento da tese, uma vez que introduz um processo interativo entre a definição e sistematização de conceitos e a sua validação e teste em casos práticos.

Por capítulos, e além da presente **introdução**, em que se define o âmbito da investigação, formulam-se as questões, objetivos e hipótese e justifica-se a sua relevância, expõe-se:

No **Capítulo 1** debatemos o conceito de coesão, primeiramente introduzido pelas Diretivas Europeias. Refletimos sobre as suas dimensões e princípios, bem como sobre as estratégias delineadas pelas Diretivas Europeias, nomeadamente, no que se refere à relevância de promover a coesão à escala urbana.

Refletimos sobre os principais problemas que se colocam atualmente à coesão do espaço urbano, bem como os impactes que têm na forma e vida urbana. Debateremos a importância de estudar a coesão à escala urbana e sistematizamos o conceito de coesão urbana.

Discutimos as atuais expressões e tendências da transformação urbana, bem como a forma como estas novas tipologias e características requerem instrumentos analíticos e operativos da coesão nas dinâmicas urbanas (tanto físicas / morfológicas, como sócias, económicas e culturais), problematizando a questão da coesão no contexto urbano.

No **Capítulo 2** discutimos o conceito de espaço público. A temática do espaço público é muito vasta, envolvendo diferentes disciplinas e temáticas. Neste sentido é importante salientar o carácter articulador do espaço público, enquanto elemento capaz de estruturar a malha e vida urbana.

Com este intuito, discutimos as características e complexidade da rede urbana, debruçando-nos sobre o papel desempenhado pelo espaço público na sua estruturação. Sendo o espaço público um elemento privilegiado na estruturação da malha e vida

urbana, poderá também ter um papel determinante na promoção da coesão do espaço urbano. Nesta perspetiva, apresentamos a ideia de que o espaço público deve ser entendido numa lógica sistémica – rede de espaços públicos – em contraposição a um somatório de espaços isolados (“o todo é mais do que a soma das partes”), pelo que no plano sistémico do espaço público haverá que prospetar novos critérios de ação.

No **Capítulo 3** debruçamo-nos sobre o conceito de rede de espaços públicos, desenvolvendo a reflexão sobre este conceito, enquanto elemento chave na promoção da coesão urbana. Assim, tentamos compreender os elementos que constituem esta rede, definindo um conjunto de critérios para a identificação de uma rede de espaço público, a partir do que é verificável à escala do bairro.

Discutimos as propriedades de integração multi-escala do conceito de rede de espaços públicos (desde a rede de bairro à rede da cidade), bem como a sua hierarquia. Introduzimos assim a ideia que o espaço público se organiza segundo uma estrutura de “rede de redes”.

No sentido de melhor compreender estes conceitos e suas características, procedemos à análise de territórios, de tipologias distintas. Recorremos aos dois territórios de análise, identificando a sua rede de espaços públicos e analisando o resultado

No **Capítulo 4** desenvolvemos a nossa proposta de uma metodologia para análise da coesão de uma rede de espaços públicos (baseada na escala do bairro e ligações com as redes envolventes). Para a construção desta metodologia baseamo-nos nas dimensões da coesão urbana, bem como nas propriedades / características de uma rede de espaços públicos, que fazem dela um elemento privilegiado na sua promoção.

No desenvolvimento desta metodologia formulamos a proposta de um conjunto de dimensões de análise e respetivos descritores, recorrendo a uma ferramenta de análise estrutural para a sua operacionalização. Voltamos a recorrer aos dois territórios de análise, no sentido de aplicar a metodologia às suas redes de espaço público, identificando os problemas determinantes e dependentes e formulando orientações de intervenção.

Através desta metodologia de avaliação visamos possibilitar a clara identificação dos pontos críticos onde a coesão falha, na rede de espaços públicos, para operacionalizar a

definição de medidas concretas de intervenção, que permitam dar resposta às fragilidades encontradas.

Por último apresentam-se as **conclusões** da dissertação, procurando sistematizar os principais *outputs* da tese e valor acrescentado da investigação, dando resposta às questões de investigação e objetivos formulados na introdução. Esboçam-se ainda algumas orientações e campos de investigação futura.

Em cada capítulo tentam-se consolidar os adquiridos sob a forma de uma síntese, que alimentará as nossas conclusões finais.

PARTE I

1. COESÃO URBANA: DAS DIRETIVAS EUROPEIAS AO CONTEXTO DA CIDADE ACTUAL



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

1. Coesão urbana: das Diretivas Europeias ao contexto da cidade atual

Enquadramento

1.1. O conceito de coesão

1.1.1. As Diretivas Europeias

1.1.2. Um conceito, diferentes dimensões

1.1.3. A escala urbana

1.2. A problemática atual da coesão no espaço urbano

Síntese

Enquadramento

Muitos dos desafios que se colocam atualmente à escala urbana têm origem em problemas de fraca coesão, nomeadamente resultantes do forte crescimento característico das últimas décadas do Séc. XX, ou mesmo da enorme complexidade envolvida nos processos de planeamento do território.

Neste contexto, importa compreender o conceito de Coesão, com o intuito de conhecer que fatores se devem ter em consideração na promoção de um território coeso, coerente e inclusivo.

Este conceito é relativamente recente, e o reconhecimento oficial da sua importância aparece, pela primeira vez, associado às Diretivas Europeias. Entre a entrada em vigor do Tratado de Amesterdão (1999) e o Tratado de Lisboa (2009) a importância da dimensão territorial da Coesão foi-se solidificando de modo consistente, com particular destaque para o lançamento do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999), alguns relatórios do ESPON, a Agenda Territorial (2007), o Livro Verde sobre a Coesão Territorial (2008), e finalmente o Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial (2010).

No presente capítulo discute-se o conceito de Coesão Territorial através da sua evolução nos vários documentos que foram sendo produzidos pela Comissão Europeia, no âmbito da sua Política de Coesão.

Da análise destes documentos, conjuntamente com os argumentos defendidos por alguns autores, surge a convicção de que o conceito de Coesão Territorial não pode ser uma preocupação apenas à escala europeia, tendo também que ser tido em consideração nas intervenções de planeamento à escala urbana, tornando necessário o enquadramento do referido conceito no contexto urbano. Esta convicção leva mesmo alguns autores a defender que o sucesso da Política de Coesão da União Europeia está dependente da sua transposição para a escala urbana.

Para além da discussão do conceito no contexto urbano, no presente capítulo reflete-se também sobre as múltiplas dimensões da Coesão, bem como a perspetiva de integração multi-escala, que se considera ser basilar na definição do mesmo.

Por último discutem-se ainda alguns exemplos dos problemas que afetam a Coesão do espaço urbano, com os quais nos deparamos nas realidades urbanas atuais, procurando refletir sobre as implicações que podem ter na qualidade de vida das populações.

1.1. O CONCEITO DE COESÃO

O conceito de Coesão é genericamente definido como *“união, harmonia, associação, ligação entre as partes de um estado”* (Larousse, 1977). Sendo esta uma definição muito simplista, define de uma forma muito global a essência deste conceito. Se o transportarmos para o contexto urbanístico, *“união, harmonia, associação”* transmitem-nos uma ideia mais ligada a temas sociais e económicos, enquanto a *“ligação entre as partes de um todo”* nos transporta mais para o âmbito territorial.

Com efeito, o conceito de Coesão (que surge primeiramente associado às Diretivas Europeias), como veremos mais adiante, está efetivamente associado a diferentes dimensões. Estas não podem / devem ser dissociadas, mas antes vistas em conjunto, como dimensões que só em conjunto são capazes de contribuir para um todo coeso e coerente (Davoudi, 2005). É neste contexto que surge o conceito de Coesão Territorial.

A noção de Coesão Territorial é relativamente recente, e o seu significado ainda não está completamente estabilizado. Tem vindo a ser desenvolvido e aprofundado durante as últimas décadas, havendo ainda algumas ambiguidades associadas ao mesmo. No entanto, este parece já ser um conceito forte, que tende a espalhar-se rapidamente, podendo vir a formar parte do vocabulário diário no contexto urbanístico, reconhecida a sua importância (Schön, 2009).

O conceito de Coesão foi primeiramente introduzido no Ato Único Europeu (1987), no sentido de concretizar o objetivo de Coesão Social e Económica. Desde essa altura que a Política de Coesão da União Europeia, também denominada de Política Regional Comunitária (uma vez que sustenta o desenvolvimento das regiões), tem vindo a ganhar importância tanto no domínio dos financiamentos disponibilizados, como ao nível do debate político e académico que se tem vindo a desenvolver.

Assim, desde cedo que a Coesão ao nível Económico e Social é um dos grandes objetivos consagrados nos documentos produzidos pela União Europeia, sendo a política regional o seu principal instrumento. A Política de Coesão da Comissão Europeia foi elaborada tendo por base os conceitos de Coesão ao nível Social e Económico, no sentido de promover a igualdade de oportunidades para toda a população, igualdade no acesso a serviços, bem como criar melhores condições de desenvolvimento para as atividades económicas (Vogelij, 2006).

Todavia, no decorrer das tentativas de implementação de uma Política de Coesão para a União Europeia, foram-se verificando algumas dificuldades, tais como a existência de barreiras administrativas, de especialização sectorial e fundamentalmente, de fragmentação territorial, que impedem a otimização das funcionalidades territoriais, a otimização da afetação de recursos e o desenvolvimento de serviços públicos eficientes. Com o intuito de superar as referidas dificuldades, considerou-se necessário desenvolver instrumentos adequados que permitissem analisar e compreender o território europeu, bem como os elementos que o compõem (Rodrigues, 2005).

Deste modo, o desenvolvimento do conceito de Coesão Territorial, surge da perceção de que o território é um elemento fundamental, em que têm lugar todos os fenómenos sociais e económicos, e cujas características são determinantes para a Política de Coesão a definir. O território assume características específicas que importa compreender e estudar, no âmbito das Políticas de Coesão Territorial definidas pela União Europeia, tomando formas e especificidades muito diversas no espaço europeu. Neste sentido importa referir que o território é uma entidade que desempenha diversas funções:

- > Constitui a base física para as atividades produtivas;
- > É o sistema suporte da vida humana e dos recursos naturais;
- > Assume-se como o lugar onde se expressam os impactes da grande maioria das políticas postas em prática.

Com efeito, o território é *“(...) um meio único que permite desenvolver uma perspetiva transversal multisectorial, capaz de compatibilizar objetivos às vezes contraditórios entre si, fixar objetivos comuns e assegurar que as intervenções que afetam a sua organização, estrutura e utilização são coerentes (...)”* (Rodrigues, 2005, p. 2). É desta noção de

território, (enquanto suporte para as atividades humanas), que surge o conceito de Coesão Territorial, no sentido de promover o desenvolvimento coerente e equilibrado.

É este reconhecimento de que a dimensão territorial da Coesão constitui o suporte das vertentes sociais e económicas, tal como é defendido no Livro Verde para a Coesão Territorial (European Commission, 2008), que nos leva a centrar-nos neste conceito, numa perspetiva multidimensional.

Neste contexto, importa compreender a evolução do conceito de Coesão Territorial, pois sendo uma conceção bastante recente, não se estabilizou ainda uma definição para a mesma, sendo fundamental analisar os documentos que foram sendo desenvolvidos pela Comissão Europeia, com a pretensão de o tentar compreender e discutir. Por outro lado, o estudo da génese da Coesão Territorial permite-nos também compreender a sua característica de conceito multi-dimensão, argumento fundamental para o estudo que desenvolvemos.

1.1.1. As Diretivas Europeias

Como referimos anteriormente, o conceito de Coesão surge primeiramente associado às Diretivas Europeias. Muito embora seja evidente o forte investimento que tem sido feito ao nível da Política de Coesão, nota-se alguma dispersão na definição do conceito, mesmo no seio da Comissão Europeia. Neste sentido, com o objetivo de sistematizar o conceito de Coesão Territorial, parece-nos pertinente percorrer sinteticamente a cadeia de eventos e documentos que têm sido publicados neste âmbito.

A Política de Coesão foi criada há mais de 20 anos pela União Europeia, resultado do reconhecimento das fortes disparidades existentes no território e comunidades que o constituem. Esta política procura intervir ao nível das disparidades sociais e económicas das várias regiões dos estados membros (Bradley, Petrakos, & Traistaru, 2004), disponibilizando um conjunto de ajudas financeiras, que atinge cerca de um terço do total do orçamento comunitário.

A Política de Coesão esteve, numa primeira etapa muito centrada apenas nas vertentes económica e social, tendo sido posteriormente introduzida a perspetiva territorial. Segundo Faludi (2004) a ideia de Coesão Territorial é introduzida vários anos antes do conceito ser oficializado, surgindo primeiramente associado às preocupações de desenvolvimento social e económico. O autor defende que o conceito foi introduzido na Política de Coesão da União Europeia por influência da presidência francesa², procurando reforçar o modelo europeu de desenvolvimento da sociedade, e cumulativamente fazer frente a uma agenda de desenvolvimento Anglo Saxónica marcadamente “pro-liberal”.

Como referimos, embora a expressão “Coesão Territorial” não apareça explicitamente, a ideia base que sustenta o conceito foi introduzida logo nos primórdios da União Europeia, com o **Tratado de Roma**³ (European Union, 1957). Neste documento define-se como objetivo a redução de disparidades entre os diferentes níveis de desenvolvimento das regiões da União Europeia, enquanto característica chave para a Política de Coesão Económica e Social:

“ (...) Resolved to ensure the economic and social progress of their countries by common action to eliminate the barriers which divide Europe.

Affirming as the essential objective of their efforts the constant improvement of the living and working conditions of their peoples.

Recognizing that the removal of existing obstacles calls for concerted action in order to guarantee steady expansion, balanced trade and fair competition.

Anxious to strengthen the unity of their economies and to ensure their harmonious development by reducing the differences existing between the various regions and the backwardness of the less favored regions. (...)” (European Union, 1957, p. 2).

Assim, é do Tratado de Roma que surgem as bases para o conceito de Coesão Territorial, procurando promover um desenvolvimento coeso, equilibrado e sustentável⁴. Todavia, foi apenas quase trinta anos mais tarde, com o **Ato Único Europeu** (European Commission,

²Tendo origem na expressão francesa “Aménagement des Territoires”.

³*Treaty on the functioning of European Union* (TFEU)

⁴Como mais tarde se veio a formalizar através do Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário – EDEC (1999).

1987), que a Coesão Económica e Social foi introduzida como objetivo específico, indo ao encontro da criação do Mercado Único Europeu.

Estes objetivos foram formalmente instituídos no **Tratado de Maastricht**⁵ (European Union, 1992), construindo-se uma Política de Coesão para a União Europeia:

“(...) Promover um desenvolvimento harmonioso do conjunto da comunidade, esta desenvolverá e prosseguirá a sua ação no sentido de reforçar a sua coesão económica e social. Em especial, a Comunidade procurará reduzir a disparidade entre os níveis de desenvolvimento das diversas regiões e o atraso das regiões menos favorecidas, incluindo as zonas rurais. (...)” (European Union, 1992 Artigo 130-A).

Neste documento, não há também ainda uma definição clara da dimensão territorial da Coesão, no entanto está patente a necessidade de se reduzirem as desigualdades regionais, expressando explicitamente uma intensão de promover um “desenvolvimento harmonioso”, introduzindo-se a dimensão geográfica.

Por outro lado, é o Tratado de Maastricht que institui a formação do Comité Económico e Social e Comité das Regiões, bem como a disponibilização do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo de Coesão. O primeiro tem por objetivo contribuir para a correção dos principais desequilíbrios regionais através da participação no desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas. O segundo visa contribuir para a realização de projetos nos domínios do ambiente e das redes transeuropeias em matéria de infraestruturas de transportes.

Cumulativamente este documento estabelece a obrigatoriedade de a comissão apresentar um relatório trienal ao Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões, explicando os progressos registados ao nível da Coesão Económica e Social. Deste modo, face à avaliação feita, o Parlamento e o Conselho Europeu definem tarefas e objetivos prioritários, que orientam a distribuição dos fundos disponíveis.

⁵Treaty on European Union (TEU)

O primeiro destes relatórios – **Primeiro Relatório da Coesão** – procura aclarar o conceito de coesão:

“(...) harmonious development’ with a specific geographical dimension: reducing disparities between the levels of development of the various regions and the backwardness of the least favoured regions, including rural areas. (...)” (European Commission, 1996, p. 13).

Em igual medida reivindica também que um dos principais problemas existentes são os fortes desequilíbrios territoriais presentes no território europeu, reconhecendo que a redução de disparidades económicas e sociais só é possível através da promoção da igualdade no acesso a bens e serviços, incluindo também a componente geográfica.

Só no ano seguinte (1997), o **Tratado de Amesterdão**⁶ usa o termo Coesão Territorial, associado à necessidade de promover a Coesão Social e Económica (European Union, 1997 Artigo 16). A introdução da dimensão territorial surge associada ao reconhecimento da necessidade de se reduzirem as assimetrias sociais, económicas e territoriais existentes. Esta necessidade resulta de duas realidades distintas (Bradley et al., 2004):

- Por um lado reconhece-se a necessidade de controlar o excessivo crescimento das áreas mais desenvolvidas, que surge associado a problemas de congestionamento, de exclusão social e degradação ambiental.
- Por outro lado nota-se o aumento de exclusão territorial das áreas menos desenvolvidas, que ao perderem competitividade perdem também a capacidade para enfrentarem com sucesso os novos desafios de desenvolvimento que se lhes colocam.

No sentido de tentar compreender e lidar da melhor forma com estes problemas identificados no território europeu, a Comissão Europeia desenvolve em 1999 o **Esquema de Desenvolvimento Europeu Comunitário** (EDEC). Este documento surge como um marco fundamental na génese do conceito de Coesão Territorial, discutindo e colocando em perspetiva temáticas como: [1] o controle da expansão física das cidades; [2] o mix de

⁶Tratado que estabelece a Comunidade Europeia.

usos / funções e de grupos sociais; [3] o uso inteligente dos recursos e dos ecossistemas urbanos; [4] a utilização de transporte eficientes e sustentáveis; [5] bem como a conservação e desenvolvimento dos recursos naturais e culturais existentes (European Commission, 1999).

O EDEC torna-se um elemento basilar na evolução do conceito de Coesão Territorial, uma vez que expõe de forma clara os problemas existentes, para os quais é necessário encontrar respostas adequadas, pretendendo-se promover o desenvolvimento durável e equilibrado do território (Pires & Mourato, 2007).

O EDEC, resultado de várias reuniões informais, iniciadas em 1989, em Nantes, entre os ministros responsáveis pelo ordenamento do território dos estados membros, constitui um documento estratégico para o desenvolvimento do território europeu. Paralelamente criou-se o Comité de Desenvolvimento Espacial (Haia, 1991) de natureza intergovernamental, gerido / orientado pela Comissão Europeia. Um dos passos determinantes foi a definição dos objetivos fundamentais do EDEC (Rodrigues, 2005):

- Desenvolvimento de um sistema urbano equilibrado e policêntrico, procurando o reforço das inter-relações entre os espaços urbanos e rurais;
- Igualdade de acesso às infraestruturas, equipamentos, bens, serviços e ao conhecimento, traduzindo-se na promoção de sistemas de transportes e comunicações integrados que favoreçam um desenvolvimento policêntrico do território;
- Preservação e desenvolvimento sustentável do património natural e cultural, promovendo-se uma gestão equilibrada dos mesmos;
- Promover o desenvolvimento equilibrado do território, no sentido de minimizar o grau de isolamento e perifericidade de alguns espaços;
- Promover a integração dos territórios no modelo competitivo europeu, tentando interligar e interrelacionar os diferentes espaços;
- Desenvolvimento do espaço urbano, respeitando e compreendendo a importância da pressão e condicionantes ambientais.

Com o desenvolvimento do EDEC, reconhece-se a existência de um centro da Europa, isto é, um conjunto de países, ao qual é atribuída a designação de “pentágono”, onde se

concentra grande parte do mercado europeu, influenciando não só as dinâmicas económicas, mas também as sociais e territoriais. No sentido de contrariar este facto, o EDEC surge associado a uma ideia de policentrismo, isto é, criar zonas globais de integração económica fora deste pentágono – Londres – Paris – Milão – Munique – Hamburgo – promovendo o desenvolvimento equilibrado do território, minimizando o grau de isolamento e perifericidade de alguns espaços, mas tendo sempre presente uma visão de sustentabilidade (Andreas Faludi, 2006).

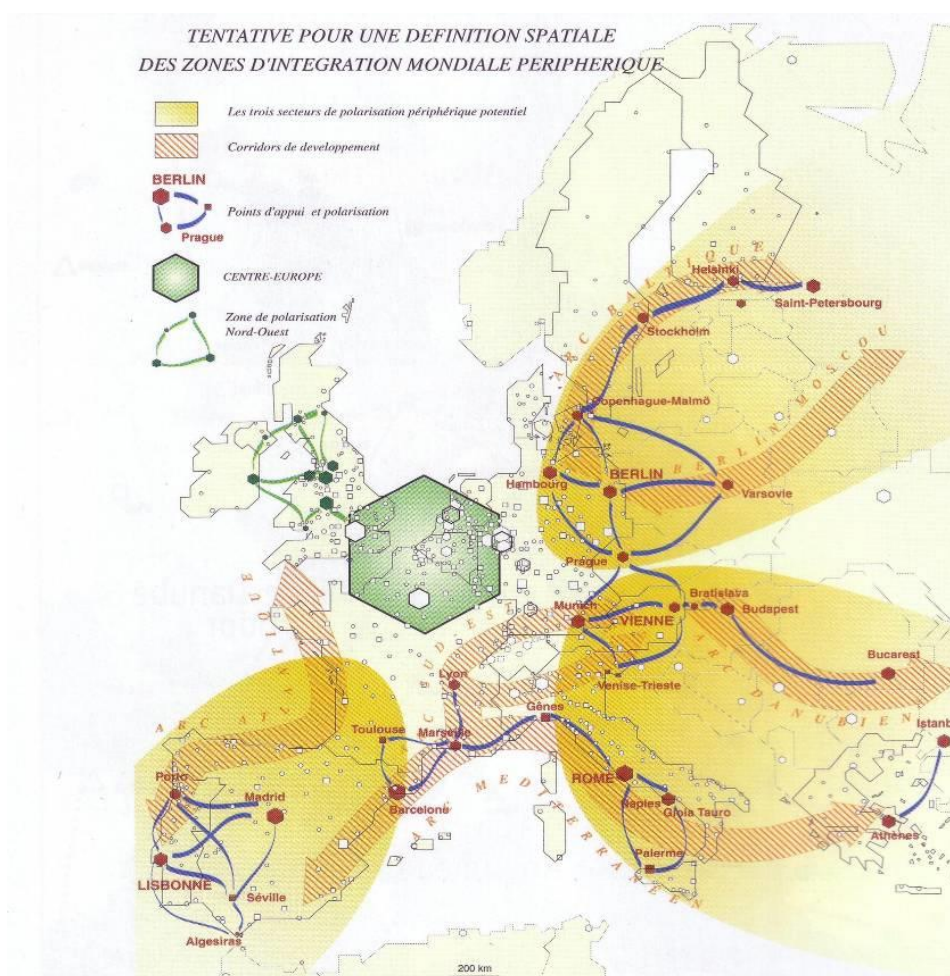


Figura 1.1 – Possível desenvolvimento de novas áreas globais de integração económica
Fonte: French Presidency (2000b); Guigou (2002), (apud Rodrigues, 2005)

No âmbito da orientação do desenvolvimento territorial do espaço europeu, o EDEC centra-se em três grandes orientações transversais, que se constituem também como objetivos de desenvolvimento para a União Europeia, são eles, a coesão económica e

social, o desenvolvimento sustentável, bem como a promoção de uma competitividade equilibrada no território europeu.

As políticas e orientações definidas pelo EDEC, são de carácter geral, tendo uma natureza bastante genérica, possibilitando e facilitando a sua adaptação a contextos territoriais com características muito distintas, tanto ao nível físico, como ambiental, social ou económico. Com efeito, o EDEC é suportado por lógicas de subsidiariedade e de governação, não tendo no entanto, o objetivo de se constituir como um *master-plan*, ou uma super-política europeia. Assim, não se pretendia, com o EDEC, substituir as políticas nacionais, regionais e locais específicas, mas sim convidar a uma abordagem ao nível mais local possível, tendo em conta a natureza específica dos problemas de cada território, bem como a respetiva estrutura e organização própria (Andreas Faludi, 2010).

Ao EDEC seguiu-se o **Segundo Relatório sobre a Coesão Económica e Social**, onde se inclui a dimensão territorial da coesão, invocando a necessidade de contribuir para um desenvolvimento territorial harmonioso e equilibrado (European Commission, 2001).

O referido relatório, embora dedique um tópico inteiro a esta temática, não parece acrescentar muito em relação ao que já tinha sido defendido no EDEC, descrevendo o desenvolvimento desequilibrado e desigual do território europeu, e particularmente os fenómenos de concentração da população e atividades económicas, no que se usualmente se designa por “coração da Europa”, e que corresponde ao, já referido, pentágono (Figura 1.1) (Davoudi, 2005).

Dando seguimento a este último documento, o **Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social** (Comission of European Communities, 2004), introduz pela primeira vez (concretamente) o conceito de Coesão Territorial, vindo-se juntar ao que já tinha sido estabelecido, pela Comissão Europeia, para a Política Coesão Social e Económica.

Segundo o definido no referido documento, o conceito de Coesão Territorial estende-se para além dos de Coesão Económica e Social, tornando-os mais abrangentes e reforçando-os. Parte-se da constatação de que os indivíduos poderão ser prejudicados em virtude do lugar onde residem ou trabalham, tentando-se contrariar esta tendência, através da promoção de estratégias que permitam um desenvolvimento equitativo do território.

Assim, o principal objetivo é o de promover um desenvolvimento do território mais equilibrado, reduzindo as disparidades existentes, evitando desequilíbrios territoriais e conferindo mais coerência quer às políticas regionais quer às políticas sectoriais com impacte territorial. Saliente-se ainda a intenção de melhorar a integração territorial, fomentando a cooperação entre regiões (Comission of European Communities, 2004).

Em simultâneo com o Terceiro Relatório sobre Coesão Económica e Social, surge o **Tratado Constitucional Europeu** (Conference of the Representatives of the Governments of the Member States, 2004). Este tratado veio definir como objetivos centrais para a União Europeia:

- › Promover o progresso económico e social;
- › Promover um elevado nível de empregabilidade;
- › Promover o desenvolvimento sustentável.

Pretende-se que os referidos objetivos sejam atingidos, particularmente através da cooperação entre regiões, (construindo-se um “território sem fronteiras”), e também através do fortalecimento da Coesão física, económica, social e ambiental. A estas intenções está sempre subjacente a ideia de que a população não deve ser prejudicada, ou estar em desvantagem, pelo local onde residem ou trabalham. Este documento estabelece que os cidadãos devem ter acesso aos serviços essenciais, às infraestruturas de base e ao conhecimento, sublinhando assim o significado dos serviços de interesse económico geral para a promoção da Coesão Económica, Social e Territorial, tornando-se uma competência partilhada entre a Comissão Europeia e os Estados Membros (Rodrigues, 2005).

O reconhecimento da importância da dimensão territorial, enquanto parte integrante da Política de Coesão da União Europeia, deveu-se fundamentalmente à sua rica diversidade territorial (European Commission, 2009a). Deste modo, no sentido de sustentar as estratégias de desenvolvimento territorial apontadas pelos documentos supracitados, tornou-se necessário criar bases científicas que permitam caracterizar o território nas suas diferentes variáveis.

Para tal, já aquando da elaboração do EDEC, se reconheceu a necessidade de criar um observatório, que se reverteu no programa **ESPON (European Spatial Planning**

Observation Network) (2006b). Através do ESPON tornou-se possível “(...) *selecionar indicadores para qualificar o desenvolvimento territorial, bem como propor orientações estratégicas possíveis, cuja implementação fosse suscetível de ser monitorizada e que pudessem ser elaboradas no âmbito de diferentes políticas sectoriais (...)*” (Rodrigues, 2005, p. 9).

Assim, o principal objetivo do ESPON é o de possibilitar um conhecimento qualificado das tendências de desenvolvimento territorial, da União Europeia, contribuindo e facilitando a tarefa de formulação de Políticas de Coesão Territorial promotoras de um desenvolvimento equilibrado e coerente dos espaços. O programa ESPON pode ser considerado como uma tentativa de confirmar a validade das estratégias e ações definidas pelos documentos anteriormente apresentados, possibilitando ainda a clarificação de conceitos como o de integração territorial, e também a análise do impacto territorial das políticas definidas, bem como o estabelecimento de tipologias territoriais adequadas (“ESPON,” n.d.).

Em paralelo, também a **Agenda Territorial da União Europeia** (European Commission, 2007b) reconhece a importância da inclusão da dimensão territorial na Política de Coesão, devendo estar presente tanto à escala do território comunitário como nacional.

Muito embora todos os documentos anteriores pareçam reconhecer e reforçar a importância de incluir a dimensão territorial na Política de Coesão da União Europeia, o **Quarto Relatório para a Coesão** não dedica nenhum apartado específico à Coesão Territorial. Pelo contrário, opta por incluir esta dimensão na discussão da Coesão Económica e Social, sublinhando a importância de [1] contribuir para um desenvolvimento mais policêntrico; [2] fomentar o acesso a serviços e bens essenciais; [3] construir uma administração pública mais eficiente e eficaz; e [4] apoiar à proteção ambiental. Por outro lado, este relatório constitui um marco importante no percurso do conceito de Coesão Territorial, uma vez que introduz a discussão sobre as diferentes escalas da coesão, que tanto pode ser estudada à escala da União Europeia, como à escala de um aglomerado urbano de pequenas dimensões (European Commission, 2007a).

Dado o forte interesse direcionado para este conceito, em 2008 foi lançado o **Livro Verde para a Coesão Territorial**, que veio marcar a viragem na abordagem ao mesmo. Este documento defende orientações de âmbito territorial muito similares ao EDEC de 1999:

“(...) Territorial cohesion is about ensuring the harmonious development of all these places and about making sure that their citizens are able to make the most of inherent features of these territories. As such, it is a means of transforming diversity into an asset that contributes to sustainable development of the entire EU (...)”
(European Commission, 2008, p. 3).

O referido documento defende a aplicação do conceito de coesão ao território europeu, tendo como principal objetivo a igualdade de acesso dos cidadãos a um conjunto de bens e serviços. Volta a dar-se particular relevância às diferentes escalas de aplicação do conceito de Coesão Territorial, bem como às múltiplas dimensões que engloba. Destaca-se a relevância dada à continuidade do espaço público, à relação entre centralidades (apresentados como espaços mais favorecidos) e periferias (identificados como espaços menos favorecidos) e à articulação entre estruturas ecológicas e espaços construídos (P. A. dos S. Silva, 2010).

O conceito de Coesão Territorial só foi verdadeiramente oficializado como terceiro pilar da Política de Coesão da União Europeia (conjuntamente com as vertentes social e económica), com a introdução do **Tratado de Lisboa**, que entrou em vigor em Dezembro de 2009. Este documento volta a definir o conceito, embora não acrescente muito às definições que já tinham sido apresentadas anteriormente⁷:

“(...) territorial cohesion refers to the process of ensuring overall harmonious development between and within all regions of the European Union and enabling their inhabitants to take full advantage of their specific characteristics (...)”
(European Commission, 2009c Artigo 3).

O reconhecimento explícito de incluir a vertente territorial na Política de Coesão, fez-se acompanhar de uma nova definição para o conceito de subsidiariedade, permitindo reforçar o papel dos atores regionais e locais, passando estas temáticas para o topo da lista das prioridades da agenda política comunitária (Medeiros, 2014b; Samecki, 2009).

⁷No tratado de Maastricht – Artigo 130 – e no Tratado de Amesterdão – Artigo 158).

Após a inclusão do conceito de Coesão Territorial enquanto diretriz fundamental da Política de Coesão, esta vertente passou também a fazer parte do Tratado da União Europeia⁸ (Artigo 3) e do novo Artigo 174 do Tratado sobre o funcionamento da União Europeia⁹. A par com a definição dos objetivos específicos da Política de Coesão, este último documento procura também identificar e listar os tipos de regiões às quais deve ser dada particular atenção.

Por último, o mais recente relatório sobre a Coesão – **Quinto Relatório sobre a Coesão Económica, Social e Territorial** - já inclui no título a dimensão territorial. Este documento constitui um avanço fulcral no reconhecimento da dimensão territorial enquanto vertente essencial na Política de Coesão da União Europeia, definindo-a como:

“(...) Uma visão alargada, que engloba não apenas o desenvolvimento económico das regiões menos desenvolvidas e o apoio aos grupos sociais mais vulneráveis, mas também a sustentabilidade ambiental e o respeito pelas características territoriais e culturais que caracterizam as diferentes partes da União Europeia (...)” (European Commission, 2010, p. 3).

O referido documento reforça a importância da Coesão Territorial enquanto vertente complementar da Coesão Social e Económica, e sem a qual o objetivo de reduzir as disparidades existentes fica bastante incompleto. Adicionalmente reconhece que a Política de Coesão que teve início em 1996 acrescenta claras mais-valias para o território europeu:

⁸Treaty on European Union (TEU); Tratado de Maastricht; em vigor desde 1993.

⁹Treaty on the functioning of European Union (TFEU); Tratado de Roma; em vigor desde 1958.

“(...) contribuiu significativamente para o crescimento e a prosperidade na União e, em simultâneo, reduziu as disparidades económicas, sociais e territoriais (...)”.

“(...) as políticas implementadas permitiram criar novos empregos, desenvolver o capital humano, construir infraestruturas fundamentais e melhorar a proteção ambiental, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas. Indubitavelmente, sem a política de coesão, as disparidades seriam maiores. Contudo, os efeitos sociais duradouros da crise, a necessidade de inovação decorrente dos desafios globais crescentes e o imperativo de rentabilizar ao máximo cada euro da despesa pública exigem uma reforma ambiciosa da política (...)” (European Commission, 2010, p. 2).

Com o intuito de sistematizar a evolução da Política de Coesão da União Europeia através dos diferentes documentos discutidos, no Quadro 1.1 apresenta-se uma linha do tempo das suas grandes etapas.

1957	TRATADO DE ROMA	Introduz a ideia de coesão entre os Estados-Membros, embora ainda não se utilize o directamente o conceito
1986	ACTO ÚNICO EUROPEU	Refere pela 1ª vez que a Coesão Económica e Social são um objectivo central na Política de Coesão da União Europeia
1992	TRATADO DE MAASTRICHT	Introduz o conceito de Coesão Económica e Social Forma o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões Introduz o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o Fundo de Coesão
1996	PRIMEIRO RELATÓRIO DA COESÃO	Define o conceito de Coesão Económica e Social
1997	TRATADO DE AMSTERDÃO	Confirma a importância da Coesão e introduz a dimensão territorial associada à necessidade de promover a Coesão Económica e Social
1999	ESQUEMA DE DESENVOLVIMENTO EUROPEU COMUNITÁRIO (EDEC)	Discute a dimensão territorial da Coesão Aponta objectivos estratégicos para o desenvolvimento coeso, durável e equilibrado do território europeu
2001	SEGUNDO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Refere-se a dimensão territorial da Coesão, invocando a necessidade de contribuir para um desenvolvimento territorial harmonioso e equilibrado
	TERCEIRO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Introduz pela 1ª vez concretamente, o conceito de Coesão Territorial, vindo integrar o que já tinha sido definido para a Coesão Económica e Social
2004	TRATADO CONSTITUCIONAL EUROPEU	Reconhece-se a importância da Coesão Territorial enquanto parte integrante da Política de Coesão da União Europeia
2006	EUROPEAN SPATIAL PLANNING OBSERVATION NETWORK (ESPON)	Criação de um observatório para facilitar o conhecimento qualificado das tendências e dinâmicas de desenvolvimento territorial
	AGENDA TERRITORIAL EUROPEIA	Reconhece que a preocupação com a dimensão territorial da Coesão deve estar presente a diversas escalas
2007	QUARTO RELATÓRIO PARA A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Volta a incluir a Coesão Territorial na discussão sobre as vertentes Económica e Social.
2008	LIVRO VERDE PARA A COESÃO TERRITORIAL	Marca uma viragem na evolução do conceito de Coesão Territorial Define orientações territoriais muito semelhantes às do EDEC
2009	TRATADO DE LISBOA	Oficializa a Coesão territorial como o 3º pilar da Política de Coesão da União Europeia Define o conceito de Coesão territorial
2010	QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL	Primeiro relatório sobre a Coesão que inclui a dimensão territorial no título, dedicando-lhe um apartado específico

Quadro 1.1 – Linha do tempo das grandes etapas do conceito de Coesão

Fonte: Autora

Em suma, a Coesão Territorial define-se como a procura de um desenvolvimento equilibrado, competitividade, desenvolvimento sustentável e boa governação (A. Faludi & Peyrony, 2011). A Coesão Económica, Social e Territorial surge como uma expressão da

solidariedade entre os estados-membros e regiões da União Europeia, incentivando o desenvolvimento equilibrado, a redução das disparidades estruturais e a promoção de uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos os cidadãos.

No quadro seguinte sistematizam-se as várias propostas de definição do conceito de Coesão Territorial presentes nos diferentes documentos discutidos anteriormente e também que foram sendo propostas por alguns autores, ao longo do tempo.

2004	TERCEIRO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Procura assegurar que os cidadãos não são prejudicados pelo local onde residem ou trabalham
	ANDREAS FALUDI	Reduzir disparidades através do controlo da dominância de uma determinada área urbana face a outras, não só ao nível económico, como também de tomada de decisões
2007	AGENDA TERRITORIAL EUROPEIA	Alcançar um desenvolvimento mais equilibrado, reduzindo as disparidades existentes, evitando desequilíbrios territoriais e construindo políticas sectoriais mais coerentes
	WILLEN MOLLE	Procurar que cidadãos e empresas não sejam indevidamente prejudicados pelas diferenças espaciais, no acesso aos serviços básicos, infra-estruturas e conhecimento.
2008	LIVRO VERDE PARA A COESÃO TERRITORIAL	Assegurar um desenvolvimento territorial mais sustentável, reforçando a competitividade económica e a capacidade de crescimento, respeitando simultaneamente a necessidade de preservar os seus recursos naturais e de assegurar a coesão A Coesão Territorial permite construir a ponte entre a efectividade económica, a coesão social e o equilíbrio ecológico, colocando o desenvolvimento sustentável no topo das prioridades políticas
2009	SEXTO RELATÓRIO DE PROGRESSO DA COESÃO ECONÓMICA E SOCIAL	Desenvolvimento harmonioso e sustentável de todos os territórios considerando as suas características e recursos
	CONFERÊNCIA DE KIRUNA SOBRE A COESÃO TERRITORIAL	Garantir um desenvolvimento equilibrado de todos os territórios, procurando assegurar que os cidadãos podem usufruir livremente das características desses territórios
	CONFERÊNCIA DAS REGIÕES PERIFÉRICAS MARÍTIMAS DA EUROPA	Oferecer um acesso equitativo aos serviços de interesse geral e garantir condições de competitividade ideais para todos os territórios
2010	QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO ECONÓMICA, SOCIAL E TERRITORIAL	A Coesão Territorial reforça a importância de garantir a equidade acesso aos serviços e bens essenciais, procurando um desenvolvimento sustentável e reforçando as "geografias funcionais"

Quadro 1.2 – Evolução de várias propostas para o conceito de Coesão Territorial (ESPON, 2010; European Commission, 2004, 2007b, 2008, 2009a, 2009b, 2010; Andreas Faludi, 2004; Molle, 2007)

Fonte: Autora

Assim, sublinha-se a importância do conceito de coesão territorial, no reforço da competitividade e na diminuição das disparidades territoriais, assim como no conhecimento das potencialidades específicas de cada território. Com efeito, a Coesão Territorial parece estar a ganhar cada vez mais importância enquanto objetivo central das políticas comunitárias (ESPON, 2006b), procurando promover um desenvolvimento territorial mais harmonioso. Esta constatação justifica-se através das correntes interdependências horizontais entre as Políticas da União Europeia e as questões relacionadas com o desenvolvimento territorial (Ferrão, 2003), bem como através dos fortes investimentos que têm sido feitos nas últimas décadas, nomeadamente através dos vários fundos disponibilizados pela união, para o efeito (Schout & Jordan, 2007).

Na figura que se segue apresenta-se de forma simplificada a evolução do investimento que tem sido feito pela União Europeia, na Política de Coesão, desde o seu início em 1988 até ao final do concluído período de programação (2013). Como se pode observar, o investimento anual na Coesão tem vindo a aumentar, devido ao crescente reconhecimento da importância de promover a Coesão do território europeu.

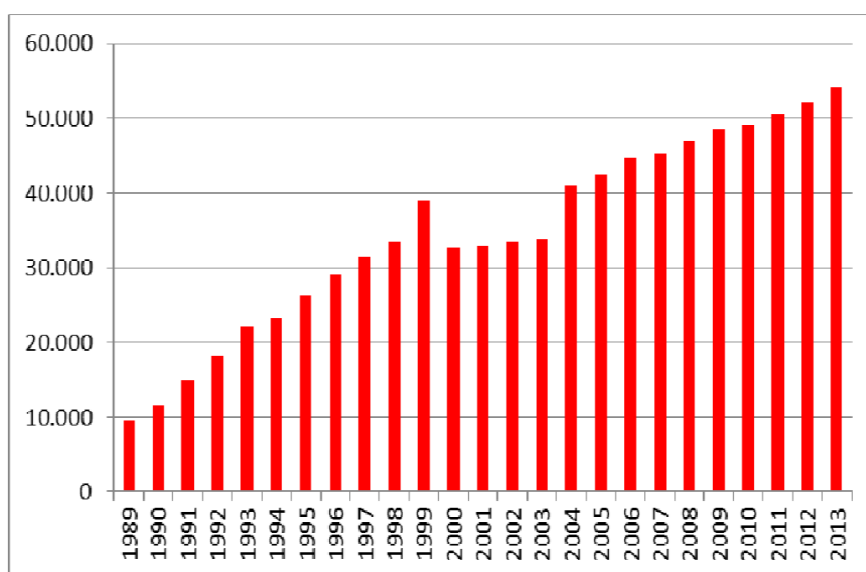


Figura 1.2– Despesa (em milhões de euros) com a política de Coesão da União Europeia no período 1988 – 2013

Fonte: (Medeiros, 2014b)

1.1.2. Um conceito, diferentes dimensões

As várias definições propostas para o conceito de Coesão Territorial não são completamente claras. Como se referiu, a introdução deste conceito é recente, e a sua definição não está ainda completamente estabilizada. No entanto, parece ser claro que a maioria das propostas aponta para um conceito multi-dimensão, isto é, que envolve mais do que apenas a vertente física, englobando também a social e económica.

O EDEC (European Commission, 1999) define para a promoção da coesão do espaço europeu, três eixos estratégicos fundamentais: [1] um desenvolvimento urbano mais policêntrico; [2] acesso equitativo às infraestruturas e ao conhecimento; e [3] gestão prudente da herança cultural e natural. Deste modo, constatamos que ainda antes de se utilizar o termo Coesão Territorial, já se associavam as vertentes física, social e económica como base para a construção de um território coeso.

No Terceiro Relatório sobre a Coesão Económica e Social (European Commission, 2004) dedica um tópico específico ao conceito de Coesão Territorial e conclui que este se estende para além da noção da Coesão Social e Económica, complementando-a e reforçando-a. Este relatório dá assim um contributo essencial para a clarificação de uma das ideias base (multi-dimensão) subjacentes ao conceito de Coesão Territorial, reforçando a necessidade de coordenar as diferentes vertentes que contribuem para a Coesão do território europeu.

Em 2006, o ESPON 3.2 (ESPON, 2006a) apresenta o modelo TEQUILA¹⁰, enquanto parte integrante de uma estratégia integrada para a Coesão. Este modelo constitui uma ferramenta operacional capaz de avaliar, de forma simples, os impactos territoriais de várias políticas sectoriais e programas comunitários. O principal avanço introduzido por este modelo prende-se com o facto de relacionar a avaliação dos impactos territoriais com a definição de diferentes dimensões / vertentes do conceito de Coesão Territorial (Camagni, 2009):

¹⁰TEQUILA = Territorial; Efficiency; Quality; Identity; Layered; Assessment

- › Eficiência Territorial: eficiência dos recursos, no que diz respeito à energia, terra e recursos naturais, a competitividade e a atratividade do território local, a acessibilidade interna e externa;
- › Qualidade Territorial: a qualidade de vida e do ambiente no trabalho; níveis de vida comparáveis ao longo dos territórios; acesso equitativo aos serviços de interesse geral e ao conhecimento;
- › Identidade Territorial: presença de capital social; paisagem e património cultural; capacidade de desenvolver visões compartilhadas do futuro; criatividade; vocações produtivas e as vantagens competitivas de cada território.

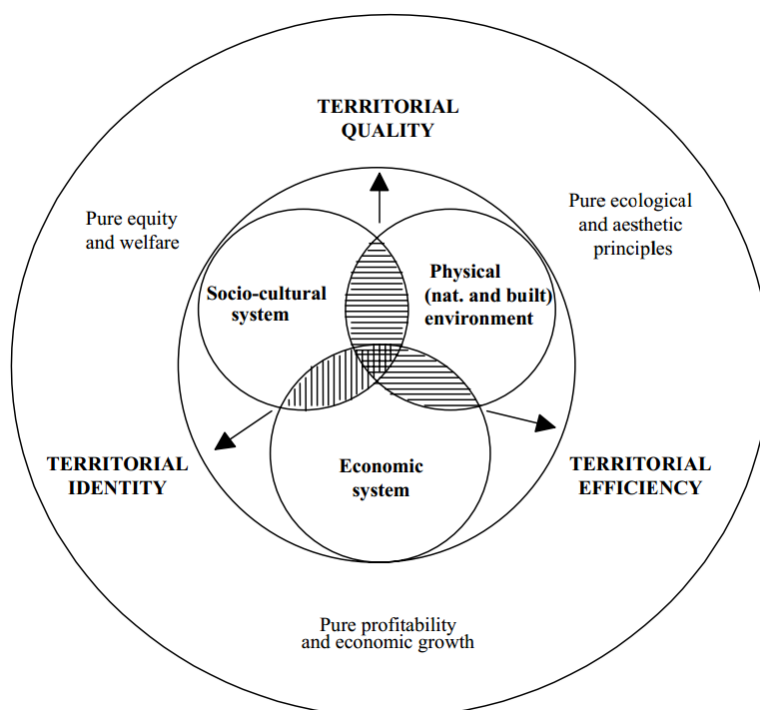


Figura 1.3 – Dimensões de Coesão Territorial propostas pelo ESPON 3.2 (2006)
 Fonte: (ESPON, 2006a)

Segundo Vogelij (2006), a coesão territorial deve ser vista como uma *layer approach*, isto é, uma abordagem composta por várias variáveis do território, que em conjunto contribuem para uma visão integrada, procurando promover espaços coesos e coerentes. Assim, este autor defende uma divisão em três vertentes:

- › Coesão entre grandes usos do solo: Envolve o estudo do sistema de áreas naturais, como sejam o sistema hidrológico e o sistema de montanhas. Estes sistemas conferem uma estrutura coerente ao território, possibilitam a existência de solos férteis para a produção, de água para o consumo humano, nas mais diversas atividades, facilitando também as deslocações, constituindo-se eles próprios como modos de transporte (como é o caso do mar e alguns rios). A fragmentação do sistema ecológico pode estar na base de graves problemas ambientais, tais como a perda de biodiversidade, ou mesmo o aquecimento global. O processo de planeamento do território deve considerar não apenas a coerência interna destes sistemas, mas também a sua envolvente, com o contexto territorial em que se insere, isto é, deve considerá-los como parte de um grande sistema global.

- › Coesão funcional através de grandes infraestruturas: Centra-se no estudo do sistema de conexões entre espaços onde se concentram atividades. No decorrer da história o Homem tem vindo a desenvolver uma rede de acessibilidades cada vez mais abrangente, contribuindo não só para tornar acessíveis as cidades, os espaços rurais e recreativos, mas também criando localizações atrativas para novas atividades económicas, que conseqüentemente promovem mais urbanização. A Coesão ao nível social e económico está também muito relacionada com a existência de boas acessibilidades, uma vez que se pretendem criar condições para que todos os cidadãos tenham igual oportunidade de acesso a equipamentos, bens e serviços, (mesmo nas áreas mais periféricas). O processo de planeamento do território deve considerar as infraestruturas como fazendo parte de uma grande rede global.

- › Coesão Social e Económica através das características e especificidades do espaço urbano: Estudos dos fatores sociais e económicos, enquanto variáveis influenciadas pelas vertentes anteriores. A intensidade das relações e conexões entre espaços urbanos difere consoante estes assumam um papel central ou periférico na estrutura em que se inserem. Assim, um dos maiores desafios do planeamento é o de conseguir definir as potencialidades, oportunidades e ameaças que caracterizam um dado espaço urbano, compreendendo qual o seu papel na estrutura geral, a fim de o abrir a novas oportunidades de

desenvolvimento, com influência direta nas dinâmicas económicas e social do território.

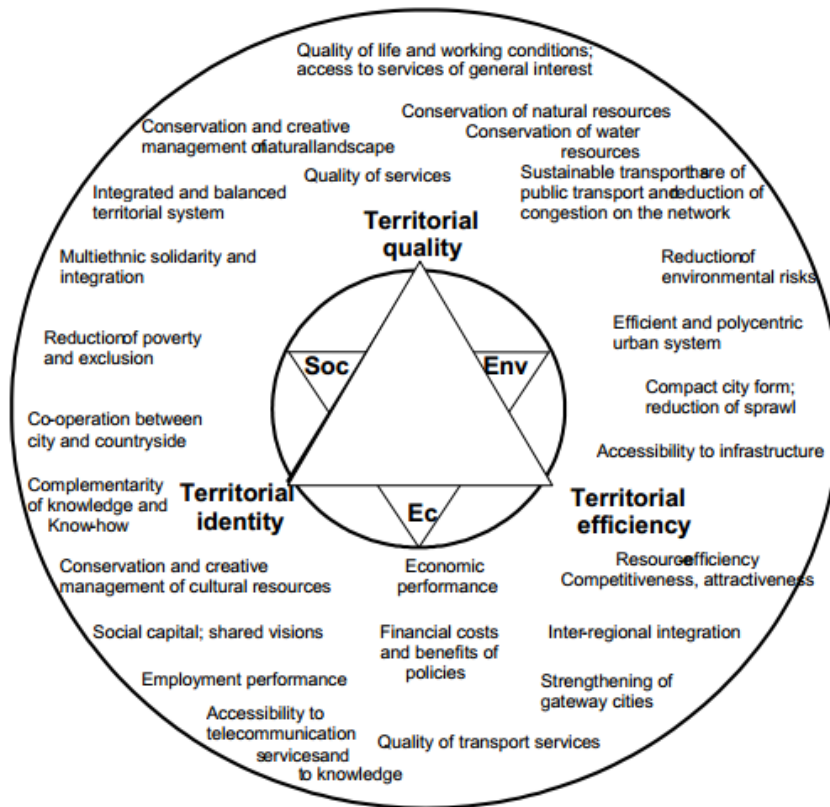


Figura 1.4 – Estratégia integrada para a Coesão Territorial, objetivos e critérios de avaliação

Fonte: (ESPON, 2006a)

No âmbito da abordagem desenvolvida por este autor, a Coesão Territorial consiste no modo como [1] as características biofísicas e ambientais, [2] as infraestruturas e morfologia e [3] as características sociais e económicas de um dado espaço se relacionam entre si de uma forma harmoniosa, coerente e equilibrada.

Como referimos anteriormente, no Livro Verde para a Coesão Territorial é feito um esforço no sentido de clarificar o conceito, que se encontra intrinsecamente ligado à ideia de um desenvolvimento territorial equilibrado e harmonioso, procurando reforçar a conectividade e a cooperação territorial (European Commission, 2008). Adicionalmente, este documento procura ser mais concreto, com três objetivos específicos, relacionando-os com três distintas dimensões para a Coesão Territorial – física, económica e social:

- › Concentrar para ultrapassar diferenças na densidade;
- › Conectar territórios ultrapassando as distâncias;
- › Cooperar para ultrapassar a divisão.

Complementarmente, Medeiros (Medeiros, 2014a) entende a Coesão Territorial como: *“(...) um processo que promove um território mais coeso e equilibrado, através: (i) do apoio à redução dos desequilíbrios socioeconómicos; (ii) da promoção da sustentabilidade ambiental; (iii) do reforço e melhoria dos processos de cooperação/governança territorial; e (iv) do reforço e o estabelecimento de um sistema urbano mais policêntrico (...)”*.

Neste sentido, propõe quatro dimensões para o conceito de Coesão Territorial: [1] o policentrismo; [2] a coesão socioeconómica, [3] a sustentabilidade ambiental e [4] a cooperação/governança territorial, agrupando-as no que denomina de “estrela da Coesão”.

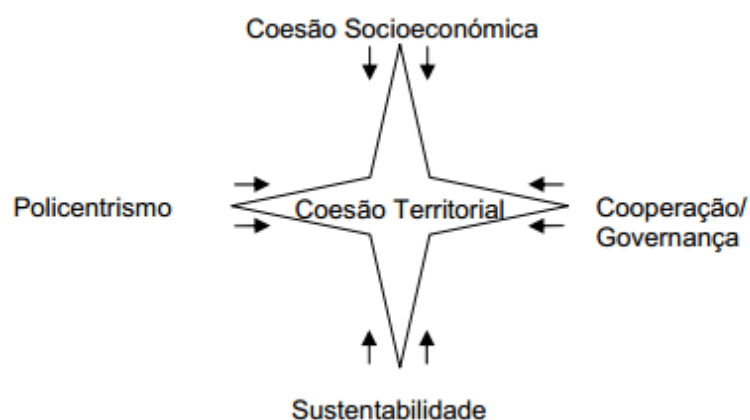


Figura 1.5 – Estrela da Coesão Territorial segundo Medeiros (2014)

Fonte: (Medeiros, 2014a)

Em suma, a Coesão Territorial vem complementar o objetivo de atingir a Coesão ao nível social e económico, promovendo um desenvolvimento harmonioso e coerente do território (Andreas Faludi, 2007). O conceito engloba os aspetos da estrutura física do território, adicionalmente aos níveis sociais e económicos da Coesão. Procura promover-se a coerência da estrutura física e formal do território, que deve constituir-se como o suporte da identidade dos locais (para a população), fomentando a coesão ao nível social e também a oferta de oportunidades para o desenvolvimento das atividades económicas de um território (Vogelij, 2007).



Figura 1.6 – Dimensões da Coesão Territorial
 Fonte: Autora

Com efeito, o conceito de coesão territorial trás uma nova dimensão para os debates sobre liberdade individual e responsabilidade social, eficiência económica e equidade social, entre outros, uma vez que estende a discussão antes centrada apenas em modelos sociais (indivíduos e grupos sociais), para os territórios em que estes se inserem, para as dinâmicas que se geram, e para as relações que estes indivíduos estabelecem com os locais. Este conceito introduz a noção de que os locais onde as pessoas vivem e trabalham influenciam o seu acesso às oportunidades económicas e sociais, influenciando também a sua qualidade de vida (Davoudi, 2005). Deste modo, com a introdução do conceito de Coesão Territorial pretende-se diminuir as disparidades, desigualdades e injustiças, promovendo-se um território inclusivo, em que exista igualdade no acesso a equipamentos, bens e serviços, independentemente da realidade física, social e económica existente.

De referir que, a par com os conceitos individuais de Coesão Social e Económica, a Coesão Territorial não pretende a redução das diferenças entre realidades, mas sim a sua valorização e articulação. Através desta articulação, cada espaço pode ser valorizado pelas suas características específicas, desempenhando um papel fundamental no contexto territorial (região, país, etc.) em que se insere. Assim, as características específicas de cada espaço, bem como as suas especificidades devem ser analisadas e valorizadas de forma a reforçar as suas qualidades num contexto global, e não a sua standardização (Vogelij, 2006).

Posto isto, verifica-se que o ponto em comum das propostas apresentadas pelos diferentes autores (Quadro 1.3) é o facto de a Coesão Territorial ser vista como um conceito multi-dimensão, englobando tanto os aspetos de conectividade física dos territórios, como também as vertentes sociais e económicas.

Constata-se ainda que alguns autores especificam ou aprofundam outras vertentes / dimensões ao conceito, dependendo dos estudos específicos que desenvolvem, no entanto parece ser consensual que são estas três dimensões que constituem a base sólida do conceito de Coesão Territorial.

		EDEC 1999	TERCEIRO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO 2004	QUARTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO 2007	LIVRO VERDE PARA A COESÃO TERRITORIAL 2008	ROBERTO CAMAGNI 2009	QUINTO RELATÓRIO SOBRE A COESÃO 2010	EDUARDO MEDEIROS 2014
FÍSICO	Crescimento territorial equilibrado	●	●	●	●		●	
	Conectividade física	●	●	●	●		●	
	Acesso a bens e serviços	●	●	●		●	●	
ECONÓMICO	Policentrismo	●		●				●
	Sustentabilidade económica	●		●		●	●	●
	Diversidade socio-funcional	●	●	●	●		●	
SOCIAL	Dinamismo social		●	●	●	●	●	●
	Governança e cooperação territorial		●	●			●	

Quadro 1.3 – Dimensões / vertentes da Coesão Territorial discutidas em vários documentos

Fonte: Adaptado de (Medeiros, 2014a)

1.1.3. A escala urbana

Apesar do esforço feito pela Comissão Europeia, no sentido de clarificar o conceito de Coesão, notam-se ainda algumas lacunas na sua implementação, o que tem levado vários autores a discutir a falta de sucesso da Política de Coesão da União Europeia. Estes autores argumentam que a falta de sucesso se deve fundamentalmente à lacuna existente ao nível da implementação à escala urbana, existindo mesmo alguns que sublinham os efeitos negativos na qualidade de vida das populações, defendendo que as políticas comunitárias são ineficientes, mal desenhadas e mal implementadas (Boldrin & Casanova, 2003; Dall'erba & Le Gallo, 2008).

Efetivamente, embora o conceito de Coesão tenha subjacente uma ideia de integração multi-escala, o facto de a sua definição não se encontrar totalmente estabilizada, faz com que a sua aplicação a escalas menores (urbana, local, etc.) apresente ainda bastantes problemas, apesar de estar patente em várias das diretivas definidas pela Comissão Europeia.

A Agenda Territorial da União Europeia (European Commission, 2007b) define a necessidade e a importância da integração da dimensão territorial da coesão a diferentes escalas, desde a comunitária à local, passando pela nacional e regional. Define inclusive que a implementação às escalas regional e local são as que têm um maior impacto (direto e indireto) no desenvolvimento territorial da União Europeia (European Commission, 2005) *apud* (Medeiros, 2014a). Complementarmente, o relatório independente de Fabrizio Barca (Barca, 2009) acrescenta que a implementação à escala local deve ser adaptada às especificidades de cada território, no sentido de tirar o maior partido possível das suas potencialidades.

Por sua vez, o Quarto Relatório sobre a Coesão, embora ainda discuta a dimensão territorial em conjunto com as dimensões social e económica, assume especial relevância na evolução do conceito, uma vez que vem introduzir a discussão sobre as diferentes escalas da coesão, que podem ser estudadas desde um aglomerado urbano de pequena dimensão à escala da União Europeia (European Commission, 2007a).



Figura 1.7 – Coesão Territorial: conceito multi-escala [da escala europeia ao bairro do Arco do Cego]

Fonte: Fonte geográfica de <https://www.google.pt/maps>

Adicionalmente, o Tratado de Lisboa (European Commission, 2009c) define que o sucesso da Política de Coesão da União Europeia está dependente da partilha de responsabilidades entre a União Europeia e os Estados Membros. Esta intenção de partilha de responsabilidades demonstra a preocupação com a adaptação do conceito à escala local e consequente implementação a esta escala. Mais recentemente, também o Oitavo Relatório Intercalar sobre a Coesão Social, Económica e Territorial reflete sobre as aplicações da Política de Coesão à escala urbana.

Para além dos documentos desenvolvidos pela União Europeia, também alguma legislação de âmbito nacional (portuguesa) é exemplo da preocupação em transpor o conceito de coesão para a escala urbana. Um exemplo disto é a Lei de Bases da Política de Solos¹¹, que define como objetivos:

“(...) reforçar a integração de políticas no território; reforçar a eficácia dos mecanismos de execução dos planos; reforçar sustentabilidade económica e financeira dos processos de desenvolvimento urbano; simplificar e agilizar as condições de realização das operações urbanísticas; e promover equidade e a coesão social e territorial. (...)” (Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - Lei 31/2014 de 30 de Maio, 2014).

Efetivamente parece ser clara a relevância da escala urbana como palco da coesão, podendo considerar-se que esta escala contribui de forma decisiva para o equilíbrio e redução de disparidades tanto físicas, como sociais e económicas. Neste sentido, importa relembrar que este conceito procura responder de forma harmoniosa ao desafio de

¹¹ De Ordenamento do Território e Urbanismo

reequilibrar as disparidades. Castells (1996) defende, seguindo Musgrave (1959), que este reequilíbrio deve ser feito através da redistribuição, realocação e estabilização de recursos e funções, procurando ultrapassar as fragilidades do mercado livre.

Esta redistribuição de funções e recursos está na base do princípio de subsidiariedade. De acordo com este princípio, uma tarefa da responsabilidade de uma entidade governamental de hierarquia inferior (local), só pode ser transferida para uma superior, se não for possível de ser resolvida à escala inferior (Martinez Castells, op.cit.). Analisando o exemplo da Ley de Barrios de Catalunya (2004), Hernando & Remesar (2011) defendem que: *“Subsidiarity has to be shown as the projects have to be executed with the closest territorial proximity possible, and at the level of administration which is going to be most effective”* (Hernando; Remesar op.cit., p.584).

Usando esta argumentação, os mesmos autores defendem que a aplicação da Coesão Territorial à escala urbana desempenha um papel fundamental com o intuito de: *“ [1] respond to the diverse social, economic and cultural realities and needs of these neighbourhoods, considering the different levels or stages of execution of the activity; [2] stimulate projects that foster cooperation and vertical and horizontal transversality in order to achieve integrated, complementary and coherent policy implementation; [3] provide local authorities with the tools that enable them to satisfy the needs of their populations: [a] in a collective way depending on target groups; [b] in an individual way, designing programmes to help people into employment and improve their qualifications; [4] facilitate strategic and sectorial planning tools to guarantee better results; [5] foster the creation of inclusive political public agendas in the fields of labour, employment, local development and urban regeneration”* (Hernando; Remesar, op.cit. p.585).

1.2. A COESÃO URBANA

O grande desafio atual, à escala urbana, é o de “fazer cidade”, de uma forma coesa e coerente (Borja & Muxí, 2003):

1. Garantindo a mobilidade e acessibilidade de cada área do espaço urbano, e da cidade no global;
2. Promovendo a sua visibilidade;
3. Mantendo e construindo tecidos urbanos polivalentes, mistos pelos seus usos e pela diversidade das suas populações (Borja, 1988).

Deste modo, indo ao encontro do grande objetivo da política de coesão de promover a qualidade de vida das populações, definem-se como objetivos específicos para o contexto urbano:

- › Promover boas condições de mobilidade e acessibilidade;
- › Promover e gerir cautelosamente as dinâmicas económicas;
- › Promover a redistribuição social e integração cultural;
- › Criar condições para a melhoria ambiental.

No sentido de responder aos objetivos apresentados, e à luz do definido por (Borja, 2003), considera-se que a transposição da Coesão Territorial para a escala urbana – **a coesão urbana** – pode ser decomposta em quatro dimensões complementares entre si: **continuidade formal; mobilidade e acessibilidade; atratividade (mix de usos e centralidade); Identidade (sociabilidade e apropriação)** (Figura 1.8).

Note-se que as referidas dimensões funcionam como um todo, no sentido em que não será possível atingir a coesão, quando alguma delas seja descuidada em relação às restantes, todas têm que constituir preocupações presentes no processo de planeamento e projeto urbano, para que se possa contribuir para um território coeso, coerente e inclusivo.

A **continuidade formal** prende-se, fundamentalmente, com a interligação das diferentes áreas da cidade através das infraestruturas e redes urbanas, mas também através de harmoniosas transições arquitetónicas. De referir que a continuidade formal prende-se também com a permeabilidade do espaço urbano, isto é, com a capacidade de criar alinhamentos, aberturas e conexões que promovam a permeabilidade física e visual.

Salientamos que deve haver um balanço entre a continuidade e a diferenciação no espaço urbano, uma vez que os elementos diferenciais da cidade devem ser valorizados. Assim, as formas que o tecido urbano pode tomar por meio de eixos viários, espaços públicos, atuações construtivas e lugares com alguma dimensão de centralidade, devem ter em conta o compromisso necessário entre a continuidade e a diferenciação, já que nem a integração se há de confundir com a homogeneidade, nem a diferenciação é sinónimo de exceção (Borja, 2003).



Continuidade formal:

É necessário assegurar a conectividade do espaço urbano, garantindo que não existem “sombras” no território, isto é, espaços que se encontram isolados devido a descontinuidades da rede ou fracas condições de acessibilidade. É fundamental garantir que toda a rede é facilmente acessível por todos os potenciais utilizadores.



Mobilidade e acessibilidade:

É necessário assegurar que as infraestruturas de mobilidade e acessibilidade garantem a ligação das diferentes áreas da cidade, promovendo a inclusão nas deslocações dos utilizadores e logo privilegiando os modos ativos de circulação, em complementaridade com os transportes públicos.



Atratividade (mix de usos e centralidade):

É necessário garantir um equilibrado mix de funções urbanas (habitação, equipamentos, comércio, serviços, etc.), capazes de atrair utilizadores a diferentes escalas territoriais, possibilitando distintas formas de dinâmicas sociais e económicas. É importante salientar que a multifuncionalidade de um território é uma forma de promover a equidade no acesso às funções urbanas, atraindo diferentes “perfis” de utilizadores.



Identidade (sociabilidade e apropriação):

É necessário garantir diferentes formas de representação coletiva e individual do espaço, ligadas às relações (entre os utilizadores e entre eles e o território) e à ordem em que estas relações impõe, portanto, para ao conhecimento, sinais, códigos, etc.. é também fundamental garantir a inclusão social, garantindo a expressão de diferentes formas de identidade e equidade na utilização do espaço.

Figura 1.8 – Dimensões da coesão urbana

Fonte: Autora. Fotografias da autora; A. Remesar e <http://s6.photobucket.com/>

A dimensão de **mobilidade e acessibilidade** está essencialmente ligada à conexão das redes urbanas, e desempenha um papel fundamental na estruturação do espaço, definindo as condições de deslocação dentro da cidade e para fora dela, possibilitando o acesso a bens essenciais, equipamentos, etc.. Com efeito, otimizar e operacionalizar a mobilidade de todos os cidadãos e a acessibilidade de cada uma das áreas das cidades, é uma importante condição para que a cidade seja coerente, coesa e inclusiva.

A otimização das condições de mobilidade e acessibilidade implica não só criar boas ligações entre as várias áreas da cidade (e para fora dela), adaptadas às características e necessidades da população, mas também “iluminar” as zonas mais “escuras” ou “de sombra” do espaço urbano, isto é, as áreas mais inacessíveis, degradadas ou marginalizadas, no sentido de as integrar na estrutura urbana existente, e de as tornar acessíveis, proporcionando a diminuição do estigma social a elas associado. Neste sentido, as questões de mobilidade e acessibilidade estão associadas aos usos urbanos, capazes de criar atratividade, e conferir identidade.

Esta última dimensão está muito associada à de visibilidade do espaço, uma vez que, tal como é referido por Borja (2003), o direito à mobilidade deve complementar-se com o direito à visibilidade. Segundo o mesmo autor, a cidade é composta por zonas “iluminadas” e zonas “escuras”, devendo estas últimas ser alvo de intervenções que as “iluminem”, que as dinamizem, tornando-as mais atrativas e conseqüentemente conferindo-lhes maior visibilidade (Maragall i Mira, 1999) *apud* (Borja, 2003).

Esta dimensão de **atratividade** do espaço urbano pressupõe um equilibrado mix de usos, isto é, multifuncionalidade, que se constitui como uma característica geradora de dinâmica social e económica. As centralidades do espaço urbano são, por natureza, áreas atrativas para o exterior e integradoras para o interior, são multifuncionais, adquirindo muitas vezes um carácter simbólico, pois são a diferença mais relevante da cidade (Borja, 2003). A centralidade está assim associada à multifuncionalidade, constituindo-se como uma mistura de funções verdadeiramente integradora. Efetivamente, as áreas de centralidade podem ser re-equilibradoras e estruturadoras do território, promovendo a inclusão social (atraindo utilizadores de diferentes culturas, estratos sociais, idades, etc.)

De referir que a atratividade (tal como a acessibilidade) também influencia os fatores de visibilidade, por exemplo a utilização de pontos de referência / marcantes, que para além de visibilidade podem também conferir identidade a um determinado espaço.

As questões de **Identidade e sociabilização**, no contexto da coesão urbana estão vinculadas com a inclusão social, passando pela produção de condições que permitam criar espaços acessíveis a todos os cidadãos, isto é, espaços atrativos e inclusivos, que possam ser frequentados por toda a população, independentemente da sua cultura, religião, estrato social, idade, etc.. Assim, deve procurar promover-se a heterogeneidade, a mistura, a presença de coletivos sociais diferentes em cada área da cidade, facilitando-se tanto o funcionamento urbano (a ocupação, a mobilidade, os equipamentos, etc.) como a integração sociocultural. Por esta razão, as políticas que favoreçam a mistura, a heterogeneidade cultural, social e funcional farão da recuperação urbana uma realidade e não um simulacro esteticista da cidade (Borja, 2003).

As políticas que pretendem diminuir a segregação e fragmentação social e espacial, estão muito relacionadas também com a **atratividade** e funções urbanas, uma vez que uma das ações que preveem é a de geração de dinâmicas económicas capazes de atrair um leque

alargado de população, incorporando novas atividades económicas e produtivas. Deste modo, os fatores económicos contribuem para a coesão do espaço urbano, criando novas atividades económicas, empregadoras e geradoras de riqueza. Todavia, a criação de dinâmicas económicas através de ações de planeamento, tem que ser gerida de forma cautelosa, a fim de evitar intervenções com fins estritamente económicos, desvalorizando-se o papel de inclusão social em favor da rentabilidade económica. Assim, as dinâmicas económicas desempenham um papel fundamental nas políticas de coesão, mas é necessário ter sempre presente o carácter de finalidade pública e benefício social.

O relatório *“Driving Forces for Urban Cohesion”* da iniciativa URBACT (2009), resume de forma clara que o principal desafio da integração do conceito de coesão à escala urbana reside na utilização do mesmo, de uma forma sistémica, logo desde o início dos processos de planeamento e projeto urbano:

“(…) Multifunctional cities with a bigger cohesion, where public spaces, housing, services and clean economic activities are combined. In order to achieve this integrated “model”, it is necessary that the urban operations, quite often of big magnitude are oriented to urban cohesion, since de beginning of the process (...)”
(URBACT, 2009, p. 36).

1.3. A PROBLEMÁTICA ATUAL DA COESÃO NO ESPAÇO URBANO

Seguindo o apontado pelas diretivas europeias, a par com outros autores (enunciados no ponto anterior), revela-se a necessidade de transpor o conceito de Coesão para a escala urbana, no sentido de maximizar o seu sucesso.

Como referimos anteriormente, a definição da coesão ainda não se encontra estabilizada, principalmente fora do contexto das diretivas europeias. Com o intuito de o clarificar, defendemos que o conceito de Coesão só faz sentido numa perspetiva de integração multi-escala. Assim, consideramos que a definição de estratégias de coesão a uma escala alargada (como é a União Europeia) é muito relevante, no entanto, é fundamental

formular medidas concretas de intervenção no território, que apenas poderá ter sucesso se analisarmos a Coesão à escala urbana – Coesão Urbana.

Reforçando esta ideia, a experiência de planeamento das últimas décadas revela que a coordenação de diferentes escalas territoriais (desde as escalas mais amplas às mais locais), pode desempenhar um importante papel na promoção da coerência e coesão urbana, tanto ao nível da morfologia, como no que diz respeito às estruturas sociais e económicas (Busquets, 1991; Carmona, 2003; Portas, 1999).

No entanto, esta transposição / aplicação do conceito causa um problema de escala, na tentativa de operar não a uma escala territorial alargada (por exemplo 1: 25.000 – 1: 10.000), mas à escala urbana (por exemplo 1: 5000 – 1: 500). No contexto urbano torna-se necessário desenvolver respostas adequadas à “materialidade” que está presente apenas nas escalas mais específicas. Com efeito, à escala urbana falamos de ruas, avenidas, praças, e respetivas dimensões materiais e físicas.

Adicionalmente, os vários problemas com que nos deparamos atualmente nas cidades, revelam claramente a necessidade de superar este problema de escala, e adaptar o conceito de Coesão Territorial à escala urbana. Exemplo disto são os problemas de [1] conectividade física do território, com consequências fundamentalmente ao nível das condições de mobilidade e acessibilidade; [2] de multifuncionalidade, relacionados com a falta de complementaridade entre funções urbanas capazes de gerar dinâmicas de uso do espaço; e [3] identidade, influenciando as formas de apropriação do espaço por parte dos seus utilizadores.

Os principais problemas com que nos deparamos atualmente estão intrinsecamente relacionados com o forte crescimento e expansão urbana desordenada que se verificou nas últimas décadas do Séc. XX, e que se revela hoje em cidades “(...) dispersas, fragmentadas e policêntricas (...) constituídas por várias partes, cada uma delas com as suas especificidades. (...)” (Carvalho, 2003).

Desde o final do século XIX, com o início do crescimento das cidades metropolitanas europeias, os processos de urbanização começam a enfrentar uma constante dialética entre o centro e a periferia (Lefebvre, 1970, 1974). A necessidade de proporcionar as condições básicas de habitação para milhares de emigrantes que se deslocam do campo para a cidade, em busca de melhores oportunidades, gera um forte crescimento urbano

que ocorre de forma ininterrupta até o final do século XX (Piore, Ravetz, & Tosics, 2010). Consequentemente, os novos modos de produção do espaço que se iniciam com o processo de desindustrialização, nas décadas de 1970-1980, geram um “novo modelo de cidade”, agora baseado na dialética entre a ocupação intensa e extensiva do território (Domingues, 2006). Para estes processos de crescimento das cidades, contribuiu também o desenvolvimento dos meios de transporte, e facilidade de acesso aos mesmos, bem como o aumento da capacidade de armazenamento de bens necessários, permitindo aprovisionar quantitativos populacionais cada vez maiores (Ascher, 2010).

Estes processos de transformação das cidades vieram introduzir novos contextos de cidade (Garreau, 1992), novas características e dinâmicas, dos quais são exemplos (Figura 1.9):

- › Cidades dispersas, com centralidades múltiplas (tanto no espaço, como quanto às suas funcionalidades) e descontínuas, formando áreas periurbanas (onde se situam atualmente as maiores taxas de crescimento urbano e desenvolvimento imobiliário) altamente dependentes do centro da cidade;
- › Esvaziamento das áreas urbanas consolidadas, tanto devido à diminuição e envelhecimento da população, como à perda de funções / usos no centro da cidade (URBACT, 2009).



Realidades Suburbanas

Esvaziamento de áreas centrais

Figura 1.9 – “Novas” realidades urbanas

Fonte: Autora

Efetivamente deparamo-nos com novas realidades, diferentes da cidade canónica, e que estão na origem de novas tipologias, com impactos relevantes na forma e vida urbana. Estas diversificações estão a montante de alguns dos atuais problemas, fragilidades e desafios de coesão urbana para os quais é necessário encontrar respostas adequadas. Entendendo semanticamente a coesão como "a ação ou efeito de unir ou juntar as partes num todo coerente" (Ana Júlia Pinto & Remesar, 2012b). Estas fragilidades podem resumir-se sucintamente em problemas de coesão maioritariamente relacionados com:

- › Falta de conectividade física originada principalmente por fenómenos de segregação espacial e funcional;
- › Hiper-espacialização e hiper-especialização económica da estrutura urbana;
- › Problemas de exclusão social, marginalização e perda de identidade.

Cumulativamente, verificamos que as lógicas correntes de produção do espaço urbano também acabam por vezes por desfavorecer a coesão, dando origem a fenómenos de segregação espacial, baseada em princípios como (Remesar, Salas, Padilla, & Esparza, 2012):

- › Afastamento (em distância mas a cima de tudo em disponibilidade de meios para lá chegar) do centro da cidade;
- › Isolamento da área ou bairro, porque a rede de transportes não chega lá;
- › Défices na urbanização, da falta de serviços básicos (eletricidade, saneamento, saúde e até mesmo de educação), a uma escassez crónica de equipamentos nos projetos urbanos (ruas não asfaltadas, falta de iluminação, de espaços públicos, incluindo espaços verdes qualificados, de elementos simbólicos de referência e de identidade);
- › Redução das funções urbanas nos bairros transformando-os em áreas dormitório.

Com efeito, os problemas do espaço urbano, relacionados com a sua fraca coesão, podem ter a sua génese em fatores distintos, nomeadamente, físicos e formais, sociais, económicos ou mesmo culturais, sendo que todos têm um denominador comum: o facto de contribuírem para o enfraquecimento da qualidade de vida das populações.

No Quadro 1.4 apresentamos um conjunto de problemas atuais de Coesão com que nos deparamos à escala urbana, com a intenção de dar alguns exemplos, mostrando o forte impacto que eles causam na qualidade de vida das cidades, a nível morfológico, social, cultural e também económico.

Em suma, e indo ao encontro do demonstrado no quadro anterior os exemplos de problemas mencionados introduzem sérias consequências ao nível da coesão da estrutura urbana, tendo implicações diretas:

- › Nas condições de mobilidade e acessibilidade, uma vez que restringem e condicionam as deslocações das pessoas na cidade, chegando mesmo a limitar o acesso a bens e serviços básicos;
- › Nas estruturas naturais que ao serem fragmentadas podem mesmo enfrentar danos irreversíveis;
- › Na vida urbana (envolvendo questões sociais e económicas), consequência do considerável enfraquecimento de alguns processos de apropriação e de identidade, de concentração / desconcentração de serviços, e de alguns centros / polos geradores de dinâmicas.

Assim, a principal questão é: como transformar estes problemas em oportunidades de transformação / transição urbana?

<p>FRAGMENTAÇÃO MORFOLÓGICA</p>	<p>Fragmentação do território, devido à existência de barreiras físicas que dividem o espaço, dificultando a utilização do espaço público, restringindo ou mesmo impedindo a conectividade entre espaços diferentes.</p>	
<p>FALTA DE DIVERSIDADE DE FUNÇÕES</p>	<p>Falta de um equilibrado mix de funções urbanas, capazes de gerar dinâmicas de uso e apropriação do espaço urbano, provocando a monofuncionalidade das áreas.</p>	
<p>EXCLUSÃO SOCIAL E MARGINALIZAÇÃO</p>	<p>Fenómenos de exclusão social e marginalização, normalmente associados a processos de realojamentos, áreas degradadas ou pobres da cidade, às quais é atribuída uma imagem negativa, muitas vezes associada a sentimentos de insegurança.</p>	
<p>ISOLAMENTO (FRACA CONECTIVIDADE / FALTA DE ACESSO)</p>	<p>Falta de ligações entre diferentes áreas da estrutura urbana. A conexão pode não existir, ou pode não oferecer as condições adequadas (conforto, segurança) para as necessidades dos usuários, podendo não ser possível caminhar, por exemplo.</p>	
<p>AUSÊNCIA DE FUNÇÕES DIFERENCIADORAS, CAPAZES DE ATRAIR UTILIZADORES</p>	<p>Falta de espaços que, devido às conexões que estabelecem, aos usos que oferecem ou as atividades que promovem, funcionam como polos de atração de utilizadores. A ausência destas funções âncora gera espaços urbanos monótonos e monofuncionais.</p>	
<p>ABANDONO DAS ÁREAS CENTRAIS</p>	<p>Esvaziamento de áreas urbanas consolidadas, devido ao envelhecimento da população e ao desaparecimento de funções, causando decadência e obsolescência, com impactos diretos na dinâmica e vida urbana.</p>	
<p>PERDA DE IDENTIDADE</p>	<p>Falta de espaços ou símbolos, capazes de construir uma imagem de representação coletiva ou individual, que se materializa através da apropriação e vivência dos seus utilizadores.</p>	

Quadro 1.4 – Exemplos de problemas de coesão em novas realidades urbanas

Fonte: Autora

É neste contexto que emerge o potencial do espaço público, como elemento privilegiado na promoção da coesão urbana.

Neste sentido consideramos que o espaço público é o suporte físico (o cenário específico) onde ocorrem e se expressam as desigualdades, as fragmentações, as descontinuidades e as “inacessibilidades”. Adicionalmente, em linha com a tese de Portas (2011), defendemos a ideia de que o espaço público constitui o sistema ordenador da cidade, isto é, o ligante da estrutura urbana, a armadura, o elemento articulador, o conjunto de espaços representativos construtores de identidade.

Assim, é necessário dotar o planeamento e processos de desenho urbano de instrumentos eficientes que contribuam para mitigar os problemas mencionados, característicos das novas realidades urbanas.

Síntese

De notar que o conceito de coesão é relativamente recente, estando o reconhecimento oficial da sua importância associado às Diretivas Europeias. De um modo geral, os documentos desenvolvidos pela União Europeia neste contexto sintetizam os objetivos centrais da sua Política de Coesão, visando essencialmente: reduzir as importantes disparidades económicas, sociais e territoriais.

Como foi discutido no presente capítulo, verifica-se que a inclusão da dimensão territorial neste objetivo geral (vindo juntar-se aos objetivos de coesão económica e social) é recente, pelo menos em termos formais, uma vez que só em 2009 foi incluída no Tratado da União Europeia como uma nova dimensão fundamental da Política de Coesão. Efetivamente, a adoção do primeiro regulamento que deu origem a esta política (1988), assentava essencialmente no objetivo de se atingir a coesão económica e social, enunciado no Ato Único Europeu.

No entanto, apesar dos vários esforços que têm sido feitos no sentido de promover a criação de territórios coesos e inclusivos, tem-se verificado algum insucesso na sua implementação. Vários autores defendem que esta falta de sucesso se deve

principalmente à forte lacuna existente na transposição da Política de Coesão para a escala urbana, e conseqüente adaptação do conceito de coesão territorial para o contexto urbano.

Esta convicção é apoiada pelas várias fragilidades que surgem atualmente na estrutura urbana, e que têm origem em problemas de fraca coesão, tanto física / morfológica, como social e económica. Reforça-se assim a necessidade de pensar a coesão à escala urbana, desenvolvendo estratégias adequadas a esta realidade, que permitam chegar a medidas concretas de intervenção no território.

Efetivamente, associado ao forte crescimento urbano característico das últimas décadas do Século XX, têm vindo a surgir problemas de cariz formal, socioeconómico e ambiental, com influência direta na estrutura e vivência e qualidade de vida das populações. É no sentido de tentar solucionar estes problemas, que se considera necessário suportar as intervenções urbanas, nas mais variadas escalas territoriais, em estratégias de coesão, construindo-se uma visão integrada e coerente do território, para a qual concorrem não só os seus fatores físicos, mas também sociais, económicos.

Assim, considera-se fundamental transpor o conceito de coesão territorial para as intervenções de planeamento à escala das cidades, abandonando-se uma visão exclusivamente à escala europeia, estendendo-a ao contexto urbano – a coesão urbana.

A introdução do conceito de coesão urbana visa diminuir as disparidades, desigualdades e injustiças, procurando promover a igualdade no acesso a equipamentos, bens e serviços, independentemente da realidade física, social e económica existente. Com efeito, este conceito está associado à promoção da conectividade da cidade, às suas relações internas e externas, deixando claras as desvantagens da fragmentação do espaço urbano.

Deste modo, crê-se que, a problemática da coesão urbana deve ser abordada tendo em conta várias dimensões (numa perspetiva de complementaridade): a continuidade formal; a mobilidade e acessibilidade; a visibilidade; a centralidade (mix de usos); a dinâmica social; e as questões económicas.

Considera-se ainda que a inclusão deste conceito, como uma preocupação presente nas ações de planeamento urbano, tem como grande objetivo a promoção da qualidade de vida das populações e como objetivos específicos: [1] promover a mobilidade e

acessibilidade de cada área do espaço urbano, e da cidade no global, [2] impulsionar a sua visibilidade, [3] mantendo e construindo tecidos urbanos polivalentes, mistos pelos seus usos e pela diversidade das suas populações.

É neste contexto que emerge o papel do espaço público. Como discutiremos no capítulo seguinte, em linha com as teses de outros autores, defendemos que o espaço público, dadas as suas características intrínsecas e potencialidades, pode constituir o elemento unificador e articulador do espaço urbano, desempenhando um papel determinante na promoção da coesão, nas suas diversas dimensões.

2. ESPAÇO PÚBLICO ALIADO DA COESÃO



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

2. Espaço Público aliado da Coesão

Enquadramento

2.1. Espaço Público: algumas considerações iniciais

2.2. Papel estruturante e articulador do Espaço Público

2.3. As dimensões do Espaço Público

2.3.1. Características Físicas | Morfológicas

2.3.2. Usos | Funções

2.3.3. Apropriação e Vivência

2.4. Novos desafios do Espaço Público

2.5. Da abordagem individual à sistémica

Síntese

Enquadramento

O conceito de cidade tem a sua génese na designação latina *Civitas*, «conjunto de cidadãos»; também associado a uma realidade física / material – o território / urbe – e ainda a um conjunto próprio de dinâmicas sociais, económicas e culturais – a população e atividades que desenvolvem na Polis – formando um conjunto complexo de relações e interdependências. É este conjunto que confere à cidade as suas especificidades e que contribui para a construção da sua identidade (Bauman, 2004) a sua História, dinâmicas e dimensões próprias (específicas) estruturam os significados das aglomerações urbanas conferindo-lhes um sentido, uma função e uma finalidade (Costa Lobo, 1999; DGOTDU, 2005), constituindo-se como lugares físicos e sociais.

Assim, o espaço urbano é dotado de uma enorme complexidade, englobando fenómenos de natureza social, cultural, económica, ambiental e formal, podendo considerar-se como um grande sistema. Este complexo conjunto e respetivas especificidades reflete os valores, os estilos de vida e a cultura das populações que deles usufruem (Rapoport, 1978).

O que é o espaço público? É apenas o que não é privado? Incluí tudo o que é público? Ou além disso tem significado, valor e finalidade pública?

Ao mesmo tempo que constitui a matriz física onde a vida urbana se desenvolve, o espaço público constitui também o suporte que alberga as heterogeneidades e dinâmicas sociais e económicas. Desempenha um papel fundamental na estrutura (física, social, económica e ambiental) da cidade, constituindo um importante suporte simbólico para a utilização e representação coletiva. De referir também que o espaço público, enquanto subsistema urbano, é dos que mais tempo perdura na vida das cidades, que melhor responde às mudanças da sua realidade (física, social, cultural, etc.), tendo um papel determinante na memória das mesmas (Portas et al., 2003).

Assim, podemos considerar o espaço público como um elemento chave na estruturação dos sistemas; e é neste sentido que aprofundaremos a ideia de que o espaço público tem, ele próprio um carácter sistémico.

Com efeito, o espaço público desempenha um papel fundamental na estruturação do espaço urbano, levando alguns autores – Lynch (1960), Jacobs (1961), Portas (1968, *apud* (Portas, 2007), Lefevre (1974), Habermas (1991), Indovina (2002), Borja (2003), Bohigas (2004) – a considerar que **“a cidade é o espaço público”**. Os referidos autores apontam como principais justificações para esta afirmação, o facto de se verificar que em todas as épocas e em todos os regimes o espaço público pode ser visto como o “fundador” da cidade, representando a condição para que se possa realizar a vida urbana. Para além disto, é no espaço público que o poder se torna visível, onde a sociedade tem melhor oportunidade de se expressar, e é também nele que o simbolismo coletivo se materializa.

Neste sentido, o espaço público é um conceito que tem vindo a desenvolver-se, na Teoria Urbana, com o intuito de aprofundar o conhecimento do seu papel e das suas potencialidades enquanto elemento estruturante das cidades, nos aspetos da sua estrutura física, social, económica e ambiental da cidade (Pinto et al., 2010).

O papel do espaço público, dadas as suas potencialidades, enquanto elemento não apenas identificador, mas também estruturador e articulador do espaço urbano, permite considerar-se como um elemento privilegiado na promoção da coesão à escala urbana. No presente capítulo centramo-nos precisamente nesta discussão: o espaço público como um elemento capaz de promover a continuidade e ordenar o território, mas também com uma capacidade de criar e manter fortes centralidades locais, competitividade económica e sentido de cidadania (Borja, 2003), através do seu potencial sistémico, que se manifesta em várias dimensões da coesão urbana.

2.1. ESPAÇO PÚBLICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS¹²

Importa salientar que, no presente trabalho de investigação centramos a nossa reflexão nas características estruturadoras e articuladoras do espaço público. No entanto, antes de analisarmos o nosso foco central, importa fazer algumas considerações relativamente à natureza deste conceito, nomeadamente no que diz respeito ao seu domínio público.

Na análise do espaço público intervêm várias disciplinas e áreas temáticas, numa lógica de *“espacio de convergência interdisciplinaria”* (Capel & Sáez, 2002, p. 19), uma vez que a sua realidade é tão complexa que nenhuma disciplina específica é capaz de dar respostas inequívocas (Remesar, 1997b).

Em várias situações o conceito de espaço público tem sido confundido com o de esfera pública, estudado pormenorizadamente por Habermas (1984) que o define como o espaço onde se desenvolve a opinião pública, no marco da democracia moderna, associado à sociedade civil, sistema económico e de representação.

Por sua vez, Toussaint y Zimmermann (2001, p. 73) definem:

“L’espace public est un terme polysémique qui désigne un espace à la fois métaphorique et matériel. Comme espace métaphorique, l’espace public est synonyme de sphère publique ou du débat public. Comme espace matériel, les espaces publics correspondent tantôt à des espaces de rencontre et d’interaction sociales, tantôt à des espaces géographiques ouverts au public, tantôt à une catégorie d’action”.

¹² Este ponto foi desenvolvido com base no artigo “Reflexiones sobre el Espacio Público” desenvolvido por Nuria Ricart e Antoni Remesar (2013).

Ricart e Remesar (2013, p. 7) exemplificam com o “Paseo Publico” um espaço que reúne os dois conceitos “espaço público” e “esfera pública”:

“El “paseo público” reúne en un único artefacto urbano los dos ámbitos estudiados. El del espacio público (dominio público) jerarquizado, regulado, organizado, equipado, y el de “la esfera pública” permitiendo el encuentro, la visibilidad, la comunicación “entre” o “inter” estratos sociales.”

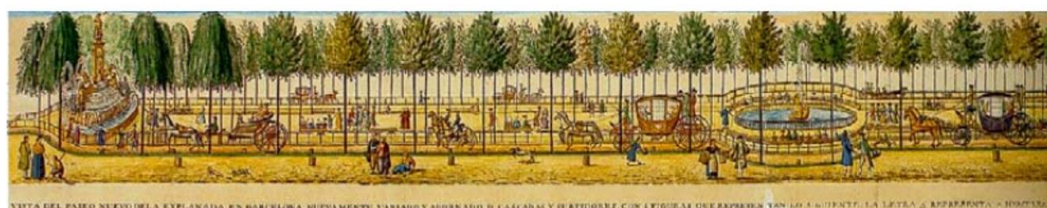


Figura 2.1 – Vista do “Passeig de l’Explanada o de San Juan” em Barcelona, inícios do Século XIX

Fonte: Ricart e Remesar (2013, p. 7)

Estes mesmos autores apresentam um outro exemplo, que por comparação lhes permite fazer a distinção entre estes dois conceitos (espaço público e esfera pública):

“(…) Supongamos un teatro (metáfora de la sociedad en su conjunto -implicando estructura económica, estructura social, relaciones de producción, relaciones de clase...). Centrémonos en el escenario donde se desarrolla la obra. En principio un espacio vacío pero infraestructurado para posibilitar la representación. Al poner en marcha una obra, desarrollamos una “escenografía”, es decir organizamos la escena mediante unos recursos físicos que permiten crear un ambiente determinado para la obra. La escenografía, además, se convertirá en el soporte de la “coreografía” con la que podremos organizar el movimiento de los actores en la escenografía. Entran los actores que interactúan entre ellos, siguiendo un libreto y acompañados por el apuntador desde su cajón. Los actores “dictan” su papel y se mueven en el escenario según las indicaciones del director. (...)”.

Usando este mesmo exemplo associam o espaço público ao sentido morfológico do termo (“*escenografía-coreografía*”); e a esfera pública à interação (“*escena*”).

Por sua vez, Goffman (1963), vincula a esfera pública ao campo do “*encounter*” (encontro). Deste modo, este autor defende que o espaço público está associado à realidade física, isto é, ao território; enquanto a esfera pública está vinculada à interação, isto é, à comunicação.

Outra diferenciação que nos parece importante é entre “espaço público” e “espaço coletivo, ou de acesso público”. Segundo Cerasi (1976) o espaço coletivo de uma cidade define-se como o conjunto de espaços e edifícios, que têm uma incidência sobre a vida coletiva, definindo um uso comum para a maioria da população e que constituem a sede da sua experiência coletiva.

Seguindo o defendido por Cerasi, Ricart e Remesar (2013) definem que o conceito de espaço coletivo é mais amplo e abrangente do que o de espaço público. Estes autores defendem que só uma parte do espaço coletivo é efetivamente espaço público – aquela que é de domínio público, isto é, aquela que pertence à “*public realm*”. Por outras palavras, o espaço público corresponde à parte da cidade que é propriedade da própria cidade (local, regional, etc.). A outra parte do espaço coletivo é de domínio privado, em que apenas uma pequena parte é acessível de forma “mais ou menos livre” à totalidade dos cidadãos.

Estes mesmos autores apresentam esquematicamente (Quadro 2.1) a distinção entre estes três conceitos – “espaço público”, “espaço coletivo” e “esfera pública” – cuja compreensão é fundamental para a reflexão do espaço público que fazemos de seguida.

	Material/Territorial/ Morfológico	Soporte comunicación	Interacciones sociales	
Espacio Público	Calle, plaza....	Redes	Encuentro Fiesta Manifestación “Media”	Esfera Pública
Espacio colectivo	Mall, Centro Comercial, calle, “plazza”	Redes	Encuentro Consumo Redes sociales “Media”	

Quadro 2.1 – Síntese da distinção entre “espaço público”, “espaço coletivo” e “esfera pública”

Fonte: Ricart e Remesar (2013, p. 12)

Em suma, nem todo o território é espaço público (como evidência o quadro acima). O conceito de público está associado às questões da sua propriedade jurídica e não só às condições de utilização. Assim, podem distinguir-se, no território, os espaços públicos de propriedade pública dos que são de propriedade privada, mas públicos na dimensão do uso, e portanto designados por espaços coletivos. Considerando novamente o conceito de esfera pública (de Habermas), este expressa-se no território através dos serviços públicos; mas consiste principalmente na opinião pública, intrínseca ao aparecimento dos meios de comunicação.

Assim, seguindo a tese de Jordi Borja e Zaida Muxi (2003), na presente investigação consideramos que o espaço público pressupõe [1] um domínio público, de uso social e coletivo; [2] a existência de multifuncionalidade; [3] associado a uma estrutura física (o território) que suporta a vida urbana. Estas características refletem a vasta extensão e complexidade do conceito, e são elas que lhe conferem o seu carácter estruturador e articulador do espaço urbano, sobre o qual nos debruçaremos de seguida.

2.2. PAPEL ESTRUTURANTE E ARTICULADOR DO ESPAÇO PÚBLICO

“How do we make sense of a city when walking along any streets, thinking about the complexity of what we see before our eyes and wondering about that which lies behind the facades of the buildings and beyond the bend of the street? How do we read and interpret the tangle of overlapping and intertwined stories that this collection of people, objects and events offers?” (Madanipour, 1996, p. iv).

Como referido anteriormente, a qualidade estruturadora do espaço público leva vários autores – Lynch (1960), Jacobs (1961), Portas (1968, *apud* (Portas, 2007), Lefevre (1974), Habermas (1991), Indovina (2002), Borja (2003), Bohigas (2004) – a defender que o espaço público desempenha um papel central na cidade, não só enquanto lugares significantes, mas também que se pretendem acessíveis a toda a população, e para onde confluem todo o tipo de fluxos, estruturando socialmente e economicamente a urbanidade.

Borja (2003) defende que o espaço público, no sentido de maximizar a sua capacidade estruturadora, tem a capacidade de **gerar um espaço funcional polivalente**, com uma elevada capacidade de **relacionar todos os elementos da cidade**, com um **forte carácter ordenador face aos elementos construídos** e às múltiplas formas de mobilidade e de permanência das pessoas.

O autor defende ainda que o espaço público pode ser culturalmente qualificado, de forma a **promover a continuidade e legibilidade dos elementos de referência urbanos** e ambientes protetores, **cuja força significativa transcenda as suas funções aparentes**: o espaço público ao **potenciar sentimentos de pertença** e de autoestima coletiva, expressa formas de **representação coletiva** na cidade.



Figura 2.2 – Rambla de Barcelona – Espaço público estruturante, com função integradora e emblemática e de imagem internacional

Fonte: Autora

A tese defendida por Borja (2003) tem três premissas qualitativas:

1. O espaço público tem forte carácter ordenador face a todos os elementos da cidade;
2. É capaz de potenciar a criação de espaços funcionais polivalentes;
3. Tem a capacidade de potenciar sentimentos de pertença.

Deste modo, seguindo o mesmo autor, aquela capacidade estruturante e articuladora permite uma abordagem estratégica para o espaço público segundo três considerações principais:

- › O espaço público é o elemento ordenador e estruturador da cidade, sendo que esta última começa a expressar-se através dos seus espaços públicos;
- › O espaço público tem um valor funcional (relacional), cultural (simbólico) e cívico-político (representação e expressão de coletividade);
- › O espaço público tem capacidade transformadora sobre a sua envolvente física e social, podendo qualificá-la ou desqualificá-la.

Forte carácter ordenador face a todos os elementos da cidade

É corrente pensar-se no espaço público como espaço de interligação entre as diferentes áreas envolventes, isto é, espaços que conferem continuidade formal à estrutura urbana, constituindo o “esqueleto / armadura” que serve de suporte à vida urbana (Martin, 1972).

Assim, o espaço público pode ser usado como obra de qualificação da sua envolvente e de qualidade intrínseca, uma vez que ele tem a capacidade de promover a continuidade do espaço urbano e de ordenar e estruturar o território, mas também a generosidade das suas formas, do seu desenho, dos materiais utilizados e da sua adaptabilidade aos diversos usos (Borja, 2003).

A estrutura urbana, enquanto referência geográfica e simbólica, é constituída por uma enorme variedade de espaços públicos, que lhe conferem identidade e características próprias. A imagem de uma cidade está inerentemente relacionada com esta riqueza urbanística e com a sua imagibilidade (Lynch, 1960), isto é, com a sua diversidade e valores sociais, arquitetónicos e morfológicos, que se expressam, fundamentalmente, nos seus espaços de utilização coletiva, “(...) em todos os lugares onde a vida quotidiana se desenvolve, se representa e se recorda (...)” (M. de S. M. i Solà-Morales, 1997; M. Solà-Morales, 1999).



Figura 2.3 – Newcastle – Espaço público ordenador – continuidade e legibilidade

Fonte: Autora

Com efeito, a continuidade formal é uma importante função desempenhada pelo espaço público mas que vista isoladamente, está longe de representar a totalidade da sua capacidade articuladora e estruturadora. Os espaços públicos não se limitam à ligação funcional de áreas intersticiais, eles têm fortes potencialidades sociais e culturais, e de projeção pública.

Também Lynch (1960), nos seus estudos, sobre a imagem da cidade, defende esta ideia, referindo que a mesma está associada a fatores como o seu significado social, a sua função, a sua história, e claro, a sua forma, destacando os seus cinco tipos de elementos – vias, limites, bairros, cruzamentos e elementos marcantes. A tese desenvolvida por Lynch suporta a importância que os espaços públicos têm na construção da identidade das cidades, e na estruturação do espaço urbano.

Assim, faz parte da avaliação da sua capacidade ordenadora, questionar a função dos espaços públicos no contexto urbano em que se inserem, de forma a permitir a formulação de uma solução coerente e articulada. Este facto, desde logo implica ter em

conta a cidade envolvente dos referidos espaços, considerando também aspetos sociais, formais e económicos, que contribuem para a identificação urbana e para a identidade da própria cidade (Ferreira, 2004).

Espaço funcional e polivalência

Importa referir que o espaço público, enquanto conceito jurídico, define-se como uma área submetida a uma regulamentação específica por parte da administração pública, proprietária que possui a faculdade de domínio sobre o solo, que garante a acessibilidade a todos e fixa as condições de utilização e instalação de atividades. No entanto, embora este conceito jurídico de espaço público seja relevante, nomeadamente, no que diz respeito à sua gestão, considera-se que o que define efetivamente a sua natureza é muito mais o seu uso e menos o seu estatuto jurídico (Borja & Muxí, 2003).



Figura 2.4 – Espaço público funcional e polivalente
Fonte: Autora

O uso de um determinado espaço está intrinsecamente relacionado com as funções que nele se desenvolvem, e com a forma como estas funções se integram na sua envolvente. Neste sentido importa compreender que as funções desenvolvidas no espaço público são uma manifestação das características físicas e sociais em que se inserem.

O espaço público tem também esta capacidade de relacionar e articular os vários elementos da cidade através de espaços funcionais polivalentes e abrangentes, de modo a que possam ser acessíveis e usufruídos por toda a população.

Importa também referir que os usos do espaço público vão muito para além dos planeados, pensados ou desenhados. A forma dos espaços públicos, a sua envolvente, os seus utilizadores, ou mesmo as outras funções não programadas, nele existentes podem influenciar o uso do espaço, potenciando mutações no seu uso, transformando-o, ou criando novos significados que transcendem as funções pré-estabelecidas (Borja, 2009).

Capacidade de potenciar sentimentos de pertença

A qualidade do espaço público pode avaliar-se sobretudo pela intensidade e qualidade das relações sociais que nele se manifestam, pela sua capacidade de gerar interações entre os diferentes indivíduos, e também pela sua capacidade de estimular a identificação simbólica, a expressão e a integração social.

O espaço público é efetivamente “(...) *uma manifestação eloquente da vida urbana, a vida entre os edifícios, traduzida na infinidade e diversidade de contactos em que a cidade se manifesta como uma parte das nossas vidas (...)*” (Brandão, Carrelo, & Águas, 2002).

Indovina (2002) apresenta para esta afirmação três ordens de razões:

- › O espaço público representa a condição para que se possa realizar a vida urbana;
- › Constitui um fator importante de identificação (e também de identidade) da cidade;
- › E por último, a cidade é o lugar da palavra.



Figura 2.5 – Espaço Público – utilização coletiva
Fonte: Autora

Na mesma linha de pensamento, Borja (2003) considera que a população é a própria cidade, uma vez que esta, em toda a sua diversidade, concentração e heterogeneidade, pode definir as características e especificidades de um espaço urbano.

Considera-se assim, que a população, com a sua própria cultura do espaço público, é um elemento determinante nas características sociais, e formais de uma cidade, desenvolvendo relações e interações que se manifestam no espaço público que, por sua vez, desempenha um papel estruturador essencial para a realização da vida urbana. Pode assim afirmar-se que, o espaço público é “(...) onde tudo acontece, incluindo o dia a dia da cidade (...)” (Brandão & Remesar, 2004).

Deste modo, defendemos a tese de que “(...) os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania (...)” (Brandão et al., 2002, p. 12). Argumentamos assim que a **importância do espaço público na estrutura urbana é bastante abrangente, tendo influência ao nível da forma das cidades, das características sociais e culturais, do ambiente urbano, mas também do seu desenvolvimento económico.** De acordo com o defendido por Brandão et al. (2002), o bom desenho do

espaço público não é apenas uma questão de responsabilidade profissional, social e ambiental, é também um investimento, que deve acrescentar valor económico, possibilitando a criação de mais-valias, rentabilidade e competitividade.

Em suma, ao falar de espaço público tem-se implícito um carácter público, um uso social coletivo, interativo e multifuncional, caracterizando fisicamente pela sua acessibilidade, o que lhe confere vocação comunitária e de centralidade.

2.3. AS DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO

As características do espaço público que discutimos nos pontos anteriores, evidenciam que este é um conceito multidimensional, isto é, deve ser entendido como um gerador de forma urbana cujo sentido é a sua realidade socio-espacial (Madanipour, 1996).

Assim, o conceito de espaço público abarca diversas dimensões, algo complexas, que não podem ser dissociadas, por serem interdependentes e contribuírem conjuntamente para o seu carácter estruturador e articulador.

Na reflexão sobre estas dimensões é importante ter presentes quatro elementos fundamentais: o Homem (enquanto utilizador do Espaço Público), a Forma, o Uso e Sentido. A ordem dos elementos é irrelevante, até porque são indissociáveis e complementares, considerando-se assim a integração como a propriedade fundamental do desenvolvimento do Espaço Público (Narciso, 2008).

É seguindo esta abordagem multidimensional que se estuda o conceito de espaço público, no sentido de explorar, de modo interdisciplinar, todas as suas potencialidades (Carmona, 2003; Esparza Lozano, 2014), uma vez que é ancorado em processos económicos, socioculturais e políticos, intrinsecamente relacionados com os aspetos formais / morfológicos do espaço urbano. Desta perspetiva os aspetos físicos, criativos e sociais reúnem-se para construir este conceito complexo e diverso.

Certeau (1996) defende que é o espaço público que confere o carácter distintivo à cidade, resultando de um processo de sedimentação histórico que define e organiza o modo como

os cidadãos a constroem, num jogo de forças e contraforças, estratégias e táticas. Algumas destas forças são de carácter mais físico, outras mais funcionais, outras cívicas, mais segregadas, integradas, compactas ou difusas (Rueda et al., 2001).

Assim, importa reforçar que, seguindo as teses de Madanipour (1996) e Carmona (2003), o espaço público não se refere meramente ao espaço entre edifícios, devendo antes ser entendido numa escala mais abrangente, isto é, englobando efetivamente o espaço entre os edifícios, mas também as pessoas, os usos, as funções, as relações entre eles e o espaço. Neste tipo de análise são úteis vários temas desenvolvidos por vários autores¹³:

1. A necessidade de construir uma abordagem alargada do espaço público (Lynch, 1960), de pensar o espaço público numa perspetiva mais global e articulada (como “regiões urbanas”), e não apenas como centros históricos (Sert, 1983);
2. A noção espacial e produção do espaço público de Lefebvre (1974);
3. A relação entre a análise da economia política e o quotidiano, como processos comunicacionais do espaço público (Habermas, 1984);
4. A análise dos processos sociais que introduziram valiosos *inputs* para o espaço urbano e suas transformações estruturais (Giddens, 1984);
5. O estudo do modo como as diferentes formas de utilização e expectativas dos utilizadores pode criar conflitos e interesse na produção, transformação e uso do espaço construído (Logan & Molotch, 1987).

Esta visão do espaço público como uma realidade física, mas também um produto social proporciona uma tomada de consciência das suas dimensões, constituindo a chave para uma melhor compreensão dos debates sobre este conceito, num processo interativo do conhecimento das diferentes áreas disciplinares.

¹³ No presente trabalho não são discutidos aprofundadamente os referidos temas, uma vez que o nosso foco se centra no debate do espaço público enquanto elemento estruturador do espaço urbano e aliado da coesão, no entanto, os mesmos são tidos em consideração na reflexão sobre o espaço público que aqui se desenvolve, servindo de base para a análise.

O intrincado labirinto que envolve a discussão em torno do espaço público requer assim uma definição ampla reconhecendo que no âmbito geográfico da cidade, o espaço público é uma confluência de aspectos materiais, morfológicos, sociais e simbólicos, que definem a qualidade urbana.

2.3.1. Características Físicas | Morfológicas

O espaço público é, na sua forma de expressão mais “imediata”, um espaço físico: a rua, a praça, o jardim, etc.. É o espaço que se identifica facilmente pelas características formais que o individualizam¹⁴. Mas se estes espaços se concretizam através de uma forma, configurado por um desenho que os define e caracteriza, com uma identidade própria (Brandão Alves, 2003), a sua forma tem uma dimensão organizacional, que se materializa num modelo conceptual e estrutural, com um propósito e para servir fins específicos.

¹⁴ “(...) O espaço público de uma cidade é formado pelo seu sistema de espaços livres (ruas, praças, jardins, parques, praias, etc.) e pelos elementos morfológicos presentes nestes espaços. Engloba por um lado aquilo a que chamamos paisagem urbana, e por outro, as fachadas que formam uma interface entre espaço público e privado. (...) O espaço público é em boa medida, o suporte físico das redes de serviços, sistemas de transportes e comunicação do ambiente urbano. É nele que estas redes se materializam, têm presença física através de elementos concretos (...)” Cotrim apud (Remesar, 2005, p. 8).

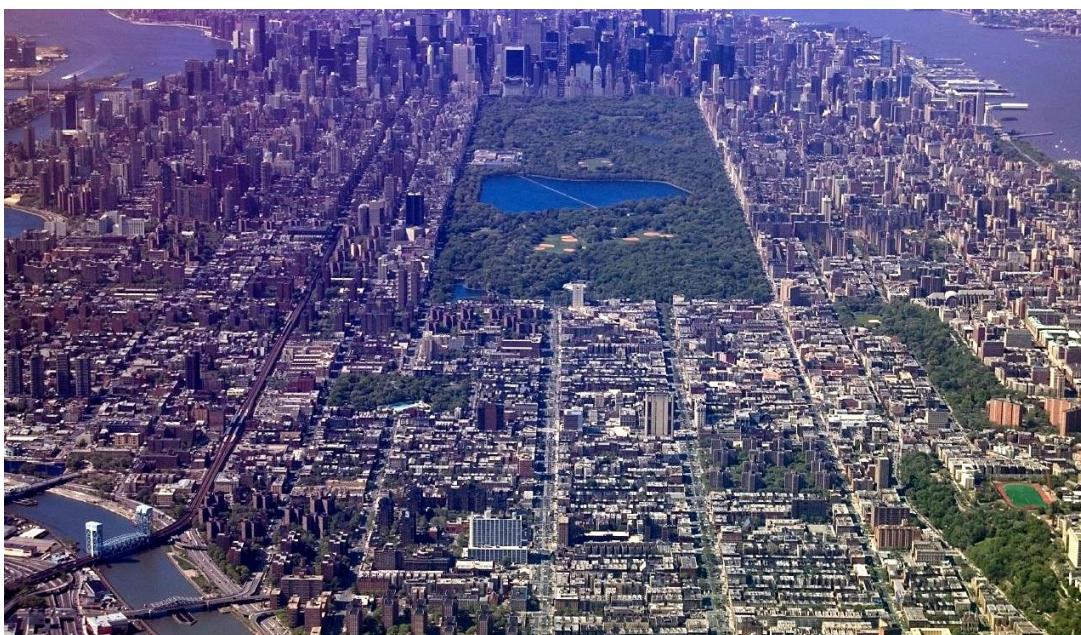


Figura 2.6 – Central Park, Nova Iorque: Espaço Público que pela sua forma estrutura toda a malha urbana da cidade, constituindo o suporte físico para as funções e vivência urbana

Fonte: <https://www.flickr.com>

As características morfológicas representam o “esqueleto” | a “armadura” (Martin, 1972; Portas, 1999), isto é, o suporte físico onde se desenvolvem as funções, usos, fenómenos de apropriação, identidade e sentimentos de pertença associados ao espaço público.

Isto é, se a morfologia do espaço público tem um papel determinante na sua caracterização, a sua capacidade estruturadora e articuladora, importa nomeadamente [1] na promoção da continuidade das estruturas urbanas, e [2] na legibilidade e permeabilidade dos tecidos facultando [3] a acessibilidade e mobilidade dos seus utilizadores:

1. No que diz respeito à capacidade do espaço público promover a **continuidade das estruturas urbanas**, Madanipour (1996) defende que as ruas são as formas fundamentais que assumem maior significado funcional, especialmente os eixos primários que unem polaridades distintas no tecido urbano. Estas tendem a atuar como marcos morfológicos que estruturam e condicionam o crescimento das formas subsequentes. Desde elas podem traçar-se todo o tipo de estruturas, que por sua vez, podem depois ligar-se por novos eixos de conexão.

2. Por outro lado, pelas suas próprias propriedades articuladoras, o espaço público desempenha também um importante papel na **legibilidade e permeabilidade da estrutura urbana**. As diferentes características físicas do espaço público permitem a formação de estruturas de articulação e ligação. Estas estruturas de articulação implicam determinados modos de ver (e perceber) a estrutura urbana – a articulação física que tem influência na percepção da cidade e na articulação visual (Ochoa, 2011).
3. A promoção da continuidade está intrinsecamente relacionada com as **condições de mobilidade e acessibilidade**, nas quais o espaço público tem um papel fundamental. A promoção da continuidade das redes de fluxos (de veículos, de peões, etc.), permite facilitar o acesso a toda a rede urbana, evitando a criação de barreiras. A criação de boas condições de mobilidade e acessibilidade, através da continuidade dos espaços públicos facilita o acesso a toda a população, promovendo a coesão, inclusividade e equidade (Gehl, 2011).

Neste sentido importa perceber a relação entre as características morfológicas do espaço público, os seus usos e formas de apropriação, bem como o modo as interdependências que estabelecem.

Segundo Hillier (1996) a organização do espaço e suas propriedades dá sentido à forma como as áreas urbanas podem gerar, manter e controlar os padrões de movimento e conduta dos indivíduos no espaço.

Mas inversamente, essa organização espacial é influenciada pelos efeitos provocados pela localização das atividades e seu uso pela população, bem como pela densidade populacional, características socioculturais, etc.

Por sua vez, o resultado desta dinâmica entre forma, funções e seus utilizadores tem um efeito determinante no modo como os indivíduos se movem numa determinada área e, conseqüentemente, na forma como os mesmos se apropriam ou se afastam de um espaço da cidade.

Para Santos (1986), a produção do espaço público situa-se na combinação simultânea entre a forma e a função. Isso porque “os movimentos da totalidade social, modificando

as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções” (Santos, 1986, p. 38). Este autor pressupõe a existência de um movimento dialético entre a forma e as funções, fazendo com que os espaços públicos sejam formados por combinações de variáveis mutáveis ao longo do tempo.

Lefebvre (1973) caracteriza a forma urbana em duas dimensões complementares: a mental e a social. Na dimensão mental a forma é caracterizada pelo autor através da simultaneidade de acontecimentos, de percepções, de elementos de um conjunto, etc. Ao nível social, o autor define a forma como o encontro e a conjunção do que existe na envolvente (produtos, atividades, riquezas, etc.) isto é, o espaço urbano como lugar socialmente privilegiado, em que se conjugam aspetos físicos, sociais e funcionais.



EXEMPLO

Plaza de las Glorias, desenhada para ser o centro do Ensanche da cidade de Barcelona, uma vez que é o ponto de interceção entre a Av. Diagonal, Meridiana e Gran Via, mas que na realidade de transformou num nó viário.

Em 1992 com os jogos olímpicos fez-se uma tentativa de redesenhar a praça, com um jardim no interior, mas continuou sem funções urbanas. É um exemplo de um espaço que pelas suas características morfológicas seria uma centralidade, mas que nunca conseguiu atrair funções que a fizessem assumir



Figura 2.7 – Plaza de las Glorias, Barcelona: Centralidade urbana – Relação Forma → Função

Fonte: <http://glories.cat/>

esse papel estruturante na cidade.

Depois de várias propostas um novo projeto para esta praça, transformando-a num grande parque foi apresentado publicamente abandonado na sequência de processos de consulta polémicos.

Com efeito, a forma é determinada pelo tecido territorial em que se insere, ou seja, marcada por um contexto social, cultural e económico, que contém uma história.

“(...) A forma não é involuntária, mas sim repleta de significados e aspirações, até porque, mesmo que se tenha diluído, a perceção é que esta se faz para os cidadãos, esta constitui uma função primordial de sociabilização, centrada em eixos determinantes que se sobrepõem a um princípio fundamental (...)” (Robira, 2002, p. 117).

Em suma, a forma pode ser (Capel&Sáez, 2002):

- › Influenciada pelas características socioculturais – diferenciam o uso dos espaços públicos, a forma de utilização dos mesmos e mesmo a diferenciação entre os espaços públicos e privados.
- › Influenciada pelos usos e atividades – as funções introduzem diferentes níveis de utilização do espaço e de movimentação dos utilizadores. A densidade, diversidade e complementaridade de funções pode inclusive promover descontinuidades e fragmentações na estrutura urbana.

2.3.2. Usos | Funções

É a capacidade de acolher várias funções e atividades que permite adaptá-las à realidade territorial em que se inserem e à população presente. O espaço público tem a capacidade de:

- › Promover a multifuncionalidade de uma rede de espaços públicos, acolhendo usos como comércio, serviços, equipamentos, atividades lúdicas, etc.;
- › Promover a complementaridade de funções entre diferentes espaços públicos da cidade, nunca descurando as relações de proximidade;
- › Potenciar o desenvolvimento de dinâmicas socioeconómicas através da criação de novos usos e atividades, que podem também contribuir para a regeneração de determinadas áreas do tecido urbano.

Assim, com o intuito de fomentar a inclusão no uso do espaço público (diferentes culturas, necessidades, costumes, idades, nacionalidades, e por diferentes razões), é possível, maximizar as suas potencialidades no sentido de promover a diversidade de usos.

É contudo fundamental que a escolha das funções a desenvolver seja fundamentada em critérios de racionalidade social e económica, sendo igualmente importante a disposição espacial e relações de complementaridade entre as diferentes atividades.

A diversidade e adaptabilidade de funções presentes nos espaços públicos desempenham um importante papel na coesão, conferindo-lhes um sentido de centralidade (ainda que local) atrativa para a população, promovendo a diversidade económica, (sempre com finalidades de serviço público), mas fundamentalmente promovendo a coesão social, através da satisfação das necessidades funcionais dos vários sectores da população¹⁵.

¹⁵“O projeto de Espaço Público deve contribuir para a criação de espaços multi-funcionais que possibilitem a sua utilização simultânea por pessoas de diferentes idades e com interesses e motivações distintos” (Brandão, Carrelo, Águas, 2002).

Como vimos, as dimensões do espaço público, que aqui discutimos, estão muito interligadas, e neste sentido também o uso, decorrente das atividades e funções presentes, influenciam a forma e a vivência do espaço.

Assim, as funções e apropriação do espaço podem conferir à forma elementos distintivos, pois existe uma relação recíproca que determina o espaço. Assim, se houver uma “(...) *apropiación continua y dinámica del espacio da al sujeto una proyección en el tiempo y garantiza la estabilidad de su propia identidad (...)*” (Pol, 1996, p. 14).

Deste modo, os espaços, os objetos e as coisas ganham um significado através dos usos e do tempo. Em suma, uma área que permite utilizações diversas origina espaços formalmente distintos, atrai pessoas diferentes (por razões diferentes, em horários diferentes) e induz, em cada utilizador, um conjunto diversificado de percepções e significados (Brandão et al., 2002).

Por outro lado, é importante compreender que as funções e usos do espaço público nem sempre contribuem positivamente para a coesão do tecido urbano, podendo também originar elas próprias fenómenos de exclusão.

Uma parte significativa das atividades económicas presentes no espaço urbano surge no espaço público, podendo este constituir-se como um elemento gerador de dinâmica económica. Se a dinâmica económica gerada no espaço público pode constituir um fator positivo, devido aos serviços de utilidade pública e funções que desempenham, pode também produzir impactes negativos na sua envolvente, nomeadamente ao nível social.

Território do parque das Nações antes da Expo 98



Expo 98



Parque das Nações



EXEMPLO

Parque das Nações foi o nome dado ao bairro de Lisboa que hoje ocupa a antiga área onde decorreu a Exposição Mundial – Expo98. Esta área foi antes ocupada por grandes infraestruturas industriais, nomeadamente a refinaria da Petrolgal e depósitos de produtos petrolíferos, o Matadouro Industrial de Lisboa, a Estação de Tratamento de Águas Residuais, etc.. A transformação, do uso industrial e logístico para a Expo98 transformou por completo a dinâmica da zona, que se tornou num centro de atividades culturais e num novo bairro da cidade, com perto de 15.000 habitantes.

Mas se este é um exemplo de uma intervenção que modificou completamente as funções urbanas e a morfologia desta área da cidade, atraindo novas dinâmicas socioeconómicas e culturais, a melhoria da rede de transportes públicos continua a ser o maior desafio para a sua conectividade, tanto a nível local (bairro) como na ligação com o resto da cidade.

Figura 2.8 – Parque das Nações – Relação Função → Forma | Apropriação
Fontes: <https://www.flickr.com/>; <https://almanaquedossentidos.files.wordpress.com/>;
<http://lisboahojeontem.blogspot.pt/>; <http://www.leme.pt/>

Estes impactes negativos estão principalmente associados à forte pressão sobre o espaço público, exercida por diferentes agentes económicos e concessionários de serviços públicos que estão na génese da gentrificação e privatização do espaço público urbano, devendo ser combatida a apropriação do espaço público resultante da instalação de usos ou equipamentos, com intuítos económicos, eminentemente privados, altamente questionáveis por não apresentarem suficientes contrapartidas de benefício social (Brandão et al., 2002).

2.3.3. Apropriação e Vivência

Através das suas características próprias, o espaço público apresenta-se como uma fonte de representação cultural e social, uma vez que se trata de um espaço simbólico onde interagem e se respondem aos discursos dos vários atores (políticos, sociais, religiosos, culturais, intelectuais, etc.) que conformam a sociedade (Narciso, 2008).

Esta ideia de que o espaço público é “o espaço de manifestação da sociedade” é defendida por vários autores. Arendt (1989) considera que o espaço público é o lugar da ação política e de expressão identitária, muito ligado ao que Lefebvre (1973) designa por espaço programado¹⁶. Paralelamente, Habermas (1984) define o espaço público como o lugar, por excelência, da comunicação e encontro multi-sociais, da democracia e do uso livre. Kant (1993) defende mesmo que o espaço não existe por si só, mas apenas com os seus utilizadores.

Também Isaac Joseph (1999) considera o espaço público como um cenário para a ação, pensado para que ocorram determinados usos e formas de apropriação. Finalmente, seguindo a mesma linha de pensamento, Manuel Delgado (1999) defende que a rua é o espaço da sociabilidade, onde tem lugar a vida quotidiana, marcada pela coexistência dos indivíduos, atividades heterogéneas, proximidade física e social.

¹⁶ “(...) o espaço arquitectónico e urbanístico, quando responde à encomenda social, aquela dos “promotores” e aquela dos “poderes”, contribui activa e abertamente para a reprodução das relações sociais. É o espaço programado (...)” (Lefebvre, 1973, p. 22).

Os espaços públicos urbanos são, por natureza, espaços de afluência e confluência, tendo uma enorme influência na dinâmica social do espaço em que se inserem, constituindo-se como instrumentos políticos para enquadrar e reforçar o laço social (Castro, 2002).

Assim, colocando as especificidades sociais do espaço público no centro da discussão, a sua dinâmica será fortemente condicionada pelas características específicas dos seus utilizadores, tais como, os seus escalões etários dominantes, as necessidades presentes, as convicções políticas e religiosas, os estratos económicos, etc.. Esta dinâmica, por sua vez, caracteriza um determinado local e confere um carácter único ao espaço público.

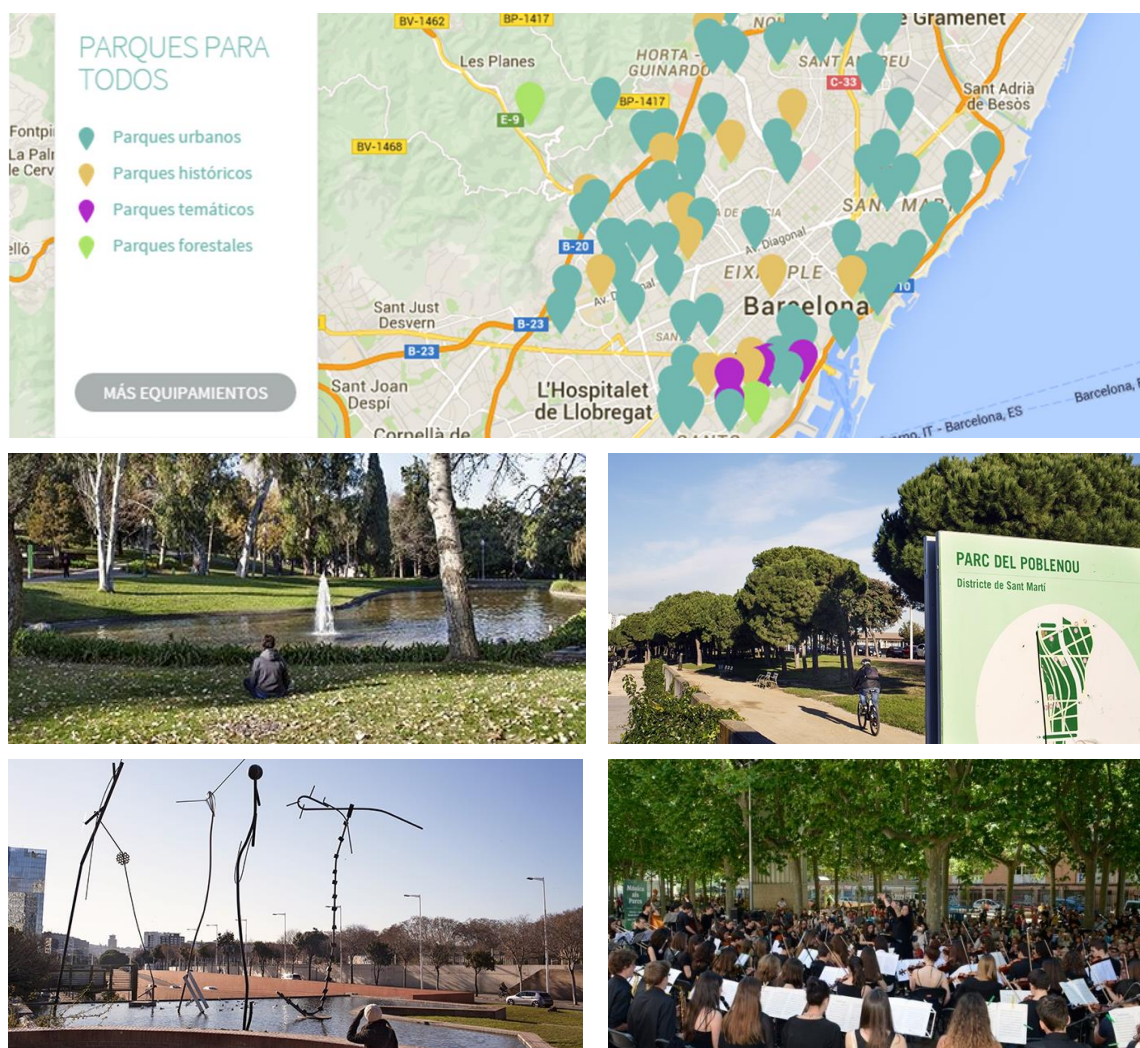
O espaço público surge assim como um importante elemento de coesão ao nível social, uma vez que, procurando abranger o máximo de utilizadores potenciais e respetivos interesses, pode evitar soluções formais e funcionais que promovam a marginalização ou restrinjam o acesso e o usufruto de quaisquer grupos sociais ou minorias (Brandão et al., 2002).

Finalmente, a sua aptidão para se integrar numa escala mais abrangente (como veremos mais adiante¹⁷), dá-lhe a possibilidade de procurar a complementaridade com outras dinâmicas e atividades presentes noutros espaços públicos, o que amplia a sua capacidade de minimizar fenómenos de exclusão e marginalização (Madanipour, 1996).

Podemos ainda salientar as relações e interdependências entre a dimensão social do espaço público (apropriação e vivência), a sua morfologia e as funções | atividades presentes.

Com efeito, a forma | morfologia dos espaços tem forte influência na sua apropriação, sendo esta “(...) un proceso espontáneo, natural, aunque intencional en alguna medida, las características del espacio, su rigidez o flexibilidad, su contraposición o sintonización con el colectivo usufructuario, pueden ser factores facilitadores o dificultadores (...)” (Pol, 1996, p. 15). Para Enric Pol (1996) o estudo da apropriação dos espaços não se pode dissociar da análise da importância que o desenho tem na conceção do mesmo, uma vez que o desenho é determinante na sua apropriação.

¹⁷ Capítulo 3 – Estrutura em Rede do Espaço Público



EXEMPLO

O conjunto de parques e jardins de Barcelona forma uma rede com cerca de 2784ha, gerida pelo *Instituto Municipal de Parque y Jardines*, integrado no *Ayuntamiento de Barcelona*.

Desde o século XIX que Barcelona tem investido fortemente nas zonas verdes e na sua adequação à malha urbana existente. Entre 1917 e 1937 Nicolau M. Rubió y Tudurí foi uma peça chave na criação de rede de espaços públicos da cidade. O seu objetivo era criar um sistema completo de áreas verdes divididas em diferentes níveis segundo as suas características (bosques, espaços para crianças, etc.).

Este conceito de rede de espaços verdes foi-se alterando ao longo do tempo, mas continua a manter-se a ideia base de unidade e continuidade. Esta rede é formada uma diversidade de parques com características distintas (parques urbanos, históricos, temáticos e florestais), sendo gerida de forma conjunta. Neste contexto oferece um conjunto de programas diverso: música nos parques; o litoral parque a parque; programas para crianças; espaços de exercício físico; os pulmões de Barcelona.

Os *Parques y Jardines de Barcelona* são um exemplo de espaços públicos de tipologia semelhante, que tanto pela forma como se organizam na estrutura urbana, como pelas funções e atividades que oferecem, atraem vários perfis de utilizadores, promovendo diferentes formas de apropriação e vivência do mesmo espaço.

Figura 2.9 – Parques y Jardines de Barcelona – Relação Função | Forma → Apropriação

Fonte: <http://lameva.barcelona.cat/es/aprovechala/parques-y-jardines>

Em suma, a apropriação envolve necessariamente a interação recíproca utilizador | espaço, na qual o utilizador age no sentido de moldar os lugares segundo suas necessidades e desejos e o seu contexto social. Os lugares, em contrapartida, tornam-se recetivos. Essa influência mútua entre o utilizador e o espaço é a razão pela qual as pessoas e os grupos encontram, ou não, sua identidade nos diversos lugares em que vivem (Torres, 2012).

2.4. NOVOS DESAFIOS DO ESPAÇO PÚBLICO

Os espaços públicos foram naturalmente sofrendo alterações, ao longo do tempo:

A área que ocupam; a função que desempenham; a sua estrutura, volumetria, morfologia, utilização, materiais e equipamentos; e também a sua simbologia na cidade, são aspetos que levam a que no decorrer da história, o espaço público se vá representando de diferentes formas na estrutura urbana (Brandão Alves, 2003).

Um exemplo destas alterações / transformações é o excessivo funcionalismo atribuído ao espaço público depois do período moderno (Finais do Séc. XVIII até meados do Séc. XX), em que este passou a constituir-se, primordialmente, como um elemento de passagem, isto é, desempenhando principalmente funções de ligação entre as diferentes áreas da cidade. Nesta época o espaço público sofreu uma grande perda na sua capacidade de atuar no sentido da promoção da sociabilidade e convívio da população, como um elemento aglutinador da cidade.

Após este período, tendo-se tomado consciência das consequências sofridas pelas cidades (devido ao abandono dos espaços públicos), promove-se o retorno a estes espaços, tendo como objetivos adicionais reforçar o imaginário do coletivo, reequilibrar as desigualdades, bem como acolher e fomentar a comunicação e o intercâmbio.

De facto, a cidade é hoje mais dispersa, desconexa e fragmentada, englobando múltiplas escalas, entre a local e a global, introduzindo novos níveis de complexidade à estrutura

urbana, tendo o espaço público que assumir novos desafios enquanto elemento estruturador e ordenador (Ana Júlia Pinto & Brandão, 2015).

A análise do trajeto histórico do espaço público até aos dias de hoje mostra-nos que, cada vez com mais frequência, os espaços tradicionais não respondem às necessidades dos atuais modos de vida. Este facto leva vários autores (Amendola, 1997; Hall & Page, 1999; Soja, 2000; Sorkin, 1992) a perspetivar a “crise” dos espaços públicos, uma vez que a cidade tem vindo a sofrer uma marcada transformação, no sentido da artificialidade e desnaturalização (Borja & Muxí, 2003).

Para que esta mudança possa ocorrer, torna-se necessário adaptar os espaços à realidade contemporânea (física, social, económica), para que estes possam dar resposta às necessidades atuais.

Outros autores, como Remesar (2007), relativizam estas ideias, defendendo antes que tanto o interesse político, como o investimento económico (Sennett, 2006) que se tem feito demonstram que o “espaço público não está morto”. Esta convicção leva antes a outro tipo de reflexão, suportada pela ideia de que o espaço público desempenha um papel central na estruturação do território urbano, considerando que “a cidade é o espaço público” (Lefebvre, 1974; Lynch, 1960).

Esta constatação remete para a reflexão sobre o que representam atualmente os espaços públicos, isto é, sobre os novos paradigmas, uma vez que só através de um conhecimento aprofundado das novas realidades é possível compreender os fenómenos da cidade de hoje.

Remete-se assim para a necessidade de mudança na esfera dos espaços públicos, para que estes possam estar adequados aos novos paradigmas urbanos que se lhes colocam. É portanto urgente, conhecer e compreender o novo espaço público, abandonando-se a visão nostálgica em que a cidade continua a ser entendida como a dos velhos tempos, para dar lugar a uma nova visão, em que o espaço público se adapta aos novos paradigmas da cidade atual (Portas, 2007).

Segundo Portas (2003), o espaço público tornou-se, desde o final do século XX no centro de debate das políticas urbanas, tendo sido retomado como “*um valor urbano em si mesmo*”, isto é, capaz de sustentar ou desencadear outros processos económicos ou

culturais, que muitas vezes não se preveem no momento em que se projeta o espaço público.



Figura 2.10 – Novos Desafios do Espaço Público

Fonte: Autora

Para este autor, as transformações de que os espaços públicos têm sido alvo nas últimas décadas pode agrupar-se em “três etapas de reconquista”:

- › Uma primeira geração de intervenções em que se incide fundamentalmente na regeneração das áreas centrais (maioritariamente zonas históricas), onde antes só se pensava na recuperação física dos edifícios ou quarteirões de maior relevância patrimonial, e que nesta fase de transformação se reconhece o papel que o espaço público renovado pode ter enquanto indutor de investimento local.
- › Uma segunda geração em que se investe já em algumas “estratégias de cidade”, isto é tratando o espaço público numa perspetiva de integração de redes de

transporte intermodal, de reconversão de vazios, de enquadramento de equipamentos. Nesta fase, se por um lado é surpreendente a capacidade de a “cidade herdada” albergar os novos modos de vida e funções que lhe são inerentes, fica também patente a dificuldade de enfrentar alguns dos problemas emergentes, como a fragmentação e as descontinuidades.

- › É neste sentido que surge aquela que o autor chama a terceira geração, que corresponde à realidade atual, em que pensamos em redes de cidades que permitam dar resposta à nova escala e *“complexidade das extensões urbanas; às novas velocidades e modos de conexão; às novas dimensões ecológicas das paisagens; aos novos ambientes e lugares de sociabilidade, do trabalho e do ócio.”* À semelhança do que aconteceu no passado, é necessário pensar o espaço público como o conector do tecido urbano, que através das suas características e funções é capaz de assegurar a continuidade e a identidade urbana, contribuindo para encontrar soluções para os atuais problemas de fragmentação, fraturas, arquipélagos, anomalias, etc..

Numa época em que a cidade está em mudança, (dada a possibilidade de mudar repentinamente o ambiente em que nos inserimos, de ligar o que naturalmente está separado, sem termos que nos movimentar), e em que se constroem novos territórios, surgem novos espaços públicos (onde antes não existiam), como as interfaces de transportes, áreas de serviço, centros comerciais, *waterfronts*, parques temáticos, etc. (Brandão & Remesar, 2004), é necessário repensar os espaços públicos, o papel que desempenham e o serviço que prestam.

No entanto, esta necessidade atual de mudança, no que concerne aos espaços públicos, nem sempre tem sido entendida de forma adequada, pois nem sempre resulta na real vontade de adaptar estes espaços aos novos paradigmas sociais, culturais, económicos e ambientais da cidade. Por vezes tendem a aplicar-se soluções estandardizadas, (padronização das tipologias projetuais, dos materiais, técnicas construtivas, tipos de equipamento e de mobiliário urbano), independentemente da realidade que pretendem servir, resultando em efeitos negativos sobre a cultura e a identidade dos lugares. É fundamental contrariar esta tendência de uniformização, e para tal devem promover-se as soluções contemporâneas ao nível da cultura e do contexto em que se inserem,

desvalorizando-se por sua vez, as soluções que contribuem para a indiferenciação de costumes e que empobrecem a riqueza e diversidade paisagística.

2.5. DA ABORDAGEM INDIVIDUAL À SISTÉMICA

A cidade atual não tem mais a homogeneidade, continuidade e perímetros limitados e bem definidos que caracterizavam a cidade histórica como a conhecemos. As características extensivas da cidade atual condicionam a sua continuidade, dadas as dimensões inerentes. Existirão sempre discontinuidades: *“entre nós e efeitos túnel das vias rápidas, entre montes ou vales, assentamentos populares ou condomínios privilegiados, parques industriais, empresariais ou comerciais mais ou menos erráticos na implantação, arbitrários nos polígonos que demarcam, pendurados nas vias rápidas por ridículos apêndices”* (Portas, 2005, p. 265).



Figura 2.11 – Características extensivas da cidade atual
Fonte: Fotografia de A. Remesar, 2014 *apud* (Ana Júlia Pinto & Brandão, 2013)

O desafio é conseguir encontrar um sentido de estrutura ou de malha de suporte, que conjugue as ligações / conexões físicas com atividades diversificadas que as

complementem e qualifiquem. Este sentido de estrutura (ou esqueleto) permite unir / articular elementos isolados com o intuito de contribuírem para a formação de um todo coerente, uno e reconhecível (Portas et al., 2011). A visão de estrutura permite ordenar a ocupação e funcionamento do território, tornando-o inteligível. Esta visão facilita também a construção de um mapa mental que permite compreender onde as partes se situam no todo (Lynch, 1981), bem como criar condições para a apropriação e uso do espaço (Bollnow, 1963).

O elemento chave desta visão de estrutura é o sistema de espaços públicos, isto é, a rede que conecta os vários elementos e as relações que estabelecem entre si: *“é o conjunto de espaços que o sujeito percorre e a partir dos quais lê e percebe a cidade; é a malha que organiza a edificação e que perdura para além dela”* (Portas et al., 2011, p. 187).

Neste sentido, no contexto atual, é necessário pensar, planejar e desenhar os espaços públicos numa perspetiva integrada de rede, em contraponto ao “somatório de espaços isolados” (Ana Júlia Pinto & Remesar, 2012a). A importância do espaço público surge assim associada à sua capacidade articuladora e unificadora. Isto é, enquanto elemento de um sistema mais alargado, a cidade, onde estabelecem relações de complementaridade e interdependência (Pinto et al., 2010), no sentido de encontrar respostas para os problemas atuais, promovendo a coesão.

O papel que o espaço coletivo é chamado a desempenhar vai para além das suas qualidades de conector físico / morfológico, estendendo-se ao nível simbólico. Pensar o espaço público numa lógica de rede permite construir uma imagem duradoura de unidade, de identidade do todo, a partir de um sistema de partes complementares, que as integre e articule. De acordo com Madanipour (1996) é necessário pensar o espaço público como uma combinação de pessoas e outros elementos, numa diversidade de perspetivas interligadas.

Portas (2003) acrescenta ainda que a estratégia para uma cidade atual coesa tem que passar por uma visão sistémica dos espaços públicos, não podendo no entanto pôr de parte a requalificação da cidade herdada e dos seus espaços mais centrais, mas terá, sim, que atuar em paralelo, favorecendo ou reforçando centralidades complementares e amenidades periféricas.

Síntese

No presente estudo defendemos a ideia de que os espaços públicos desempenham um papel central na articulação e estruturação do espaço urbano, constituindo o suporte físico para o desenvolvimento das dinâmicas sociais e económicas (Jacobs, 1961; Lefebvre, 1974).

Esta capacidade do espaço público de articular e estruturar a rede urbana, confere-lhe qualidades como:

- › Promover a continuidade;
- › Melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade;
- › Fomentar dinâmicas de utilização e apropriação do espaço urbano através das funções que oferecem;
- › Estimular o aparecimento de novas atividades económicas.

O espaço público, na sua qualidade de elemento articulador e estruturador do conjunto de acontecimentos que intervêm na vida das cidades, caracteriza-se fundamentalmente por ser um conceito multidimensional (Ricart & Remesar, 2013).

Neste contexto, consideramos que são três as dimensões fundamentais que contribuem para o papel estruturador do espaço público:

1. **As suas características físicas | morfológicas** – a representação física do espaço público pressupõe uma localização e características formais específicas. Esta representação física assegura a continuidade com um certo grau de coesão.
2. **Os usos e atividades** – as representações sociais do espaço público e diferentes formas de apropriação estão ligadas às funções presentes e à diversidade de usos que a sua forma possibilita
3. **As formas de apropriação e vivência** – o espaço público é o espaço primordial de relações entre as pessoas, de exercício do poder político e de desenvolvimento das representações culturais e sociais.

Estas dimensões não podem ser vistas isoladamente, pois abarcam múltiplas interações. Com efeito, entendemos o bom desenho do espaço público, aquele que serve o seu objetivo, é sustentável, eficiente, coerente flexível, corresponde às expectativas e necessidades dos utilizadores e fornece espaços aptos a serem apropriados, estimados e usufruídos pelas suas comunidades (Brandão et al., 2002).

Considerando o espaço público o lugar por excelência da cidadania, do encontro e também como pontos estruturantes da malha urbana, definidos por uma tipologia própria, a forma aparece como a determinação do que é e representa o espaço público, e como a sua vivência o transforma num lugar específico (Narciso, 2008).

Em suma, e seguindo a tese de Portas (2003), o espaço público é o suporte físico “ligante” do espaço urbano, mas é também o “ligante” das heterogeneidades sociais e o suporte do mix de usos. É esta visão estrutural dos espaços públicos como “ligante” e não só um somatório de espaços (bem desenhados mas isolados) que confere ao espaço público na cidade contemporânea uma “centralidade” na teoria urbana e na prática de desenho urbano.

Deste modo, e face às suas qualidades, o espaço público surge assim como um elemento privilegiado na promoção da coesão à escala urbana. Neste contexto, é necessário tirar partido das suas propriedades de conexão e articulação com a envolvente, isto é, da sua capacidade de formar uma rede coerente (tal como discutiremos nos capítulos seguintes), que não é só um suporte físico, mas também uma complexa malha de dinâmicas sociais e económicas que se complementam.

PARTE II

3. ESTRUTURA EM REDE DO ESPAÇO PÚBLICO



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

3. Estrutura em rede do Espaço Público

Enquadramento

3.1. Os espaços públicos numa lógica sistémica de rede

3.1.1. Uma rede de redes

3.2. Oportunidades para a coesão urbana

3.3. Identificar uma rede de Espaços Públicos

3.3.1 A génese do caso de Lisboa

3.3.2. Critérios para a identificação de uma rede de espaços públicos

 Barceloneta

 Baró de Viver

Síntese

Enquadramento

Como vimos, vários desafios se colocam atualmente à coesão do espaço urbano, sendo necessário encontrar respostas adequadas ao nível do planeamento e projeto urbano. Na presente dissertação defendemos a tese de que o espaço público desempenha um papel essencial na sua promoção, dadas as suas características estruturadoras e articuladoras.

Se voltarmos um pouco atrás, vemos que a coesão urbana pode ser decomposta em quatro dimensões: [1] continuidade formal; [2] mobilidade e acessibilidade; [3] atratividade e [4] identidade. Assim, no contexto da promoção da coesão urbana, o potencial do espaço público emerge precisamente da sua capacidade de ser o “ligante” do espaço urbano (Portas, 2005), tanto ao nível físico, como social e económico.

Porque é que acreditamos que a organização sistémica (em rede) do espaço público permite promover a coesão urbana?

Com efeito, a capacidade aglutinadora e estruturadora do espaço público ganha maior dimensão quando nos afastamos da conceção dos espaços públicos como um somatório de espaços isolados que compõem a cidade, aproximando-nos antes de um pensamento sistémico – a rede de espaços públicos. Esta rede forma um todo coerente em que se privilegia a conectividade a diferentes escalas, mas também as relações de complementaridade e interdependências funcionais e vivência urbana.

É neste contexto, que no presente capítulo discutimos o conceito de rede de espaços públicos, indo para além da rede física – a armadura (Martin, 1972) – estendendo-se à rede de dinâmicas sociais e económicas (Madanipour, 2010). Neste âmbito seguimos também a ideia defendida por Brandão (2011a), de que esta rede é composta por um *hardware* – a estrutura física do espaço público, que suporta o *software* – a rede de dinâmicas sociais e económicas.

Procuramos clarificar o que constitui uma rede de espaços públicos e quais os critérios para a sua identificação, no contexto da coesão urbana. Para isto, recorreremos a territórios de análise, que servem de teste e validação dos critérios de identificação que definimos, focando-nos na escala do bairro enquanto escala operativa de contextos urbanos consolidados.

A identificação de uma rede de espaços públicos permite conhecer melhor a realidade urbana existente, tornando mais clara a identificação dos problemas de coesão presentes e das suas causas, abrindo as portas para a formulação de soluções adequadas à sua mitigação, sem prejuízo de possíveis adaptações em escalas diferentes.

3.1. OS ESPAÇOS PÚBLICOS NUMA LÓGICA SISTÊMICA DE REDE

No sentido de compreender o que está efetivamente envolvido quando falamos de uma rede de espaços públicos é necessário analisar o próprio conceito de rede. Este conceito não é novo, vários autores o têm desenvolvido e adaptado aos seus campos científicos.

O que é uma rede de espaços públicos?

A rede é definida por Bertalanffy (1973) como um conjunto de elementos e as ligações entre eles, estabelecendo relações dinâmicas. Fonseca & O'Neill (2001) definem a rede como uma malha contínua em que “linhas” e “nós” estão ligados. No contexto urbano, genericamente, os “nós” estão associados aos polos urbanos de atividades (equipamentos, serviços, etc.) e as “linhas” às acessibilidades por onde circulam os fluxos (infraestruturas viárias, ferroviárias, pedonais, etc.).

No nosso campo de estudo, consideramos que os espaços públicos constituem um complexo sistema de elementos, que estabelecem ligações e dinâmicas entre si. É precisamente esta complexidade de espaços, conexões, dinâmicas, relações e complementaridades que formam uma rede de espaços públicos.

Salingaros (1998, p. 55) sumariza o processo de criação de uma rede urbana em três princípios estruturantes:

“Nodes. The urban web is anchored at nodes of human activity whose interconnections make up the web. Distinct types of nodes: home, work, park, store, restaurant, church, etc... Natural and architectural elements serve to reinforce human activity nodes and their connective paths. The web determines the spacing and plan buildings, not vice-versa.

Connections. *Pairwise connections form between complementary nodes. Pedestrian paths of short straight pieces between nodes; no section should exceed a certain maximum length. Successful paths are defined by the edge between contrasting planar regions, and form along boundaries.*

Hierarchy. *When allowed to do so, the urban web self-organizes by creating an ordered hierarchy of connections on several different levels of scale. It becomes multiply connected but not chaotic. The organization process follows a strict order: starting from the smallest scales (footpaths), and progressing up to the higher scales (roads of increasing capacity). If any connective level is missing, the web is pathological. A hierarchy can rarely be established all at once.”*

Em suma, a estrutura urbana é composta por “nós”, que são as funções urbanas, capazes de atrair utilizadores pelas atividades que oferecem ou fomentam. Estes “nós” representam focos de atratividade na rede. Complementarmente existem conexões que estabelecem as ligações entre os nós e que constituem o suporte físico da rede.

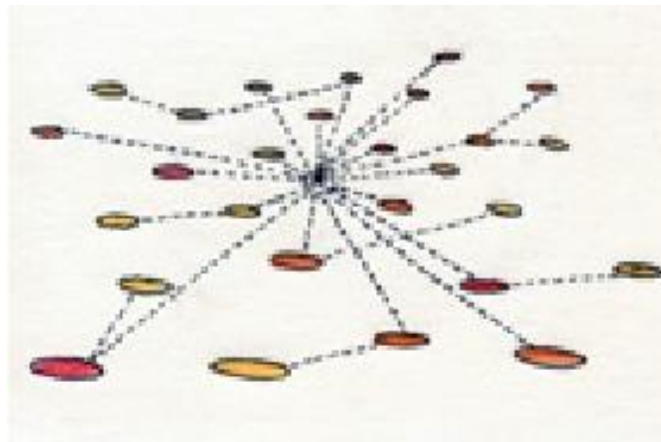


Figura 3.1 – Rede urbana – “linhas” que conectam os “nós”, formando uma rede
Fonte: Portas et al (2011)

Cada um destes elementos tem um significado na rede, relacionado com a vivência urbana, organizando-se de forma complexa e conectando os diferentes “nós” da rede urbana. São as conexões que possibilitam as deslocações na rede e que permitem aos utilizadores ir de um ponto a outro. É essa complexidade de relações e dinâmicas que influencia a forma como os utilizadores vivem os espaços e também a forma como se movem na cidade.

Transpondo este conceito de rede para a nossa esfera de análise e seguindo as ideias desenvolvidas por Portas (1999) e Borja & Muxi (2003), defendemos que os espaços públicos se organizam formando uma rede. Esta rede é composta por um conjunto de conexões físicas que estabelecem as ligações (o *hardware* da rede – as “linhas”), e espaços de funções / atividades que estimulam as dinâmicas sociais e económicas (o *software* da rede – os “nós”) e promovem o uso dos espaços (Brandão, 2008; Friedman, 2006). Estes dois elementos em conjunto são geradores de continuidade e dinâmicas.

Por outras palavras consideramos que os espaços públicos se organizam formando um conjunto de elementos dotados de sua própria lógica articuladora, formando um todo coerente, ao mesmo tempo que constituem o apoio para a implementação de novas estruturas de diferentes naturezas (económicas, sociais, morfológicas) (Carmona, 2003). Assim, uma rede de espaços públicos combina várias layers – acessibilidade; complementaridade de funções; usos coletivos; apropriação; etc. – que estabelecem entre si relações e dinâmicas, formando um todo coerente (Carmona, Magalhães, & Hammond, 2008).

Segundo Lynch (1960) a chave para a construção de uma rede de espaços públicos coesa e coerente reside na existência de múltiplas conexões entre “nós” (polos atratores) complementares. Se a conexão entre “nós” não é suficiente para construir uma rede coesa, é necessário conseguir uma complementaridade entre os vários nós que se encontram conectados entre si. Assim, sem uma variedade e densidade suficiente de polos atratores complementares e ligados entre si, não é possível construir cidades funcionais.

Quais as características de uma rede de espaços públicos?

Segundo Portas (2011, p. 189) a rede de espaços públicos concentra um conjunto de significados que o autor agrupa em quatro itens:

“Função. Antes de mais, os espaços coletivos servem diferentes funções. Foi sempre essa a razão da sua origem e transformações sucessivas. Via de acesso, canal infraestrutural, praça de troca de produtos. Ao longo do tempo, o modo como estas funções são postas em prática vai dando lugar a usos complementares e a novas formas de apropriação. A rua é canal de acesso, mas também local de paragem, espaço de encontro e plataforma de exposição e comércio. Aceita o peão, o

automóvel, a esplanada, a montra, a porta da habitação, a janela e a varanda. De tal modo esta multiplicidade de usos e modos de apropriação vão definindo a identidade dos espaços que são o seu suporte que, a certo momento, a função original pode deixar de ser a predominante, ou até de existir, sem que tal identidade seja posta em causa.

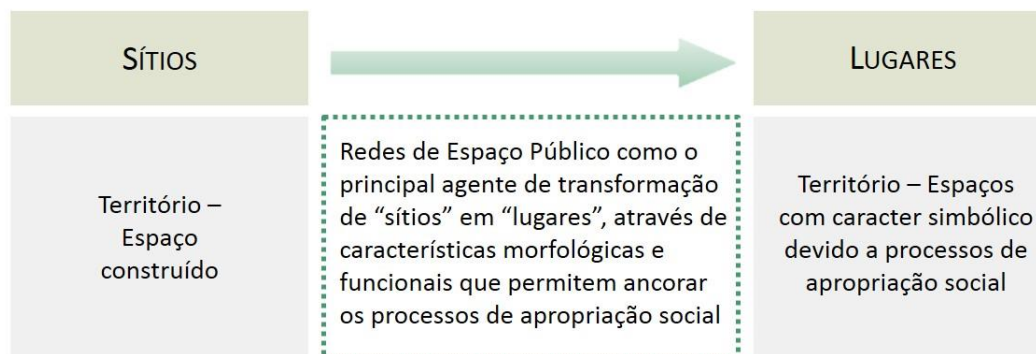
Forma. *O desenho dos espaços públicos não se limita a definir a plataforma que serve a função. Eles são suporte da edificação do conjunto. Regulam ritmos, alinhamentos e cérceas; determinam os espaçamentos entre os edifícios; criam percursos e relações. As próprias fachadas são tanto pertença dos edifícios como do espaço exterior que definem. A forma é a base do modo como ela é percebida pelo sujeito: dá-lhe continuidade, unidade, legibilidade e sentido.*

Signo. *Pelo papel que assumiram na estruturação do aglomerado, na sua leitura e reconhecimento por parte dos habitantes, assim como por serem palco de um alargado conjunto de práticas e rituais coletivos, os espaços foram ganhando um enorme valor simbólico. Por servirem a coletividade, passaram a representá-la. São símbolo da cidade – das suas partes e dos seus tempos – e da cidadania – espaço da sua representação e celebração.”*

Alinhado com esta ideia defendemos que uma característica fundamental de uma rede de espaços públicos é ter uma dupla dimensão (Pinto & Remesar, 2012)(Quadro 3.1):

1. Uma dimensão física | morfológica – “os sítios” – que envolve os vários elementos físicos que fazem parte da rede, isto é, a infraestrutura, e as conexões entre estes elementos (Hillier & Hanson, 1984);
2. Uma dimensão socioeconómica – “os lugares” – que envolvem as dinâmicas sociais, culturais e económicas geradas pelas funções e atividades oferecidas, pelas diferentes formas de apropriação dos vários utilizadores e pela capacidade de gerar novas dinâmicas, atividades e funções através do uso dos espaços públicos (Madanipour, 1996, 2000; Townshend & Madanipour, 2008).

No contexto da coesão urbana, estas duas dimensões não podem ser vistas em separado, uma vez que estabelecem entre si fortes relações de complementaridade, contribuindo em conjunto para a construção da rede física e sociocultural da cidade (Madanipour, 2000).



Quadro 3.1 – Dimensões da rede de espaços públicos

Fonte: Autora

Outros autores defendem esta dupla dimensão do sistema urbano de uma cidade. Christopher Alexander (1965) descreve que o sistema urbano é organizado por uma estrutura física que suporta as atividades, que por sua vez servem um conjunto de áreas de influência que se sobrepõem. Hillier e Penn (1992) descrevem o sistema de espaços públicos como um sistema físico que consiste em dois componentes: [1] uma rede contínua de espaços e [2] um conjunto de espaços funcionais associados a usos o solo específicos. Estes autores descrevem o sistema de espaços públicos como - “movement economy” - uma rede que funciona de acordo com as origens e destinos das deslocações dos seus utilizadores.

Alguns autores abordam a dimensão física da rede como a “armadura” da rede de espaços públicos, que serve de suporte a todas as atividades, funções e dinâmicas socioeconómicas geradas (Buchanan, 1988; Calthorpe, 1993; MacDonald, 1988; Martin, 1972). Outros referem noções conceptuais similares como “nodal structure” (Gosling & Maitland, 1985), no sentido de reforçar e distinguir os elementos centrais que constituem a chave na estruturação da rede (Roberts, Lloyd-Jones, Erickson, & Nice, 1999).

Como referimos a dimensão física da rede está intrinsecamente relacionada com a estrutura de acessibilidades de uma cidade, condicionando as origens e destinos dos utilizadores e as dinâmicas geradas. Neste sentido, Alexander et al (1977), reforça a importância de privilegiar as ligações pedonais da rede de espaços públicos, referindo que “(...) *The core of urban space is pedestrian (...)*”. A acessibilidade pedonal desempenha um papel central do funcionamento da rede de espaços públicos, estando fortemente relacionada com a utilização e apropriação do espaço que dinamizam a rede. Este autor

acrescenta que a existência de hierarquia na estrutura de acessibilidades pedonais é também fundamental para o funcionamento da rede, melhorando a legibilidade do espaço.

A dinâmica social consolida a estruturação da rede de espaços públicos. Estas dinâmicas de utilização e apropriação do espaço estruturam-se numa espécie de redes interligadas que introduzem uma nova dimensão à estrutura física da rede. Importa reforçar que esta dimensão social estabelece estreitas relações de complementaridade com a dimensão física da rede. Ascher (2010) defende que são estas dinâmicas sociais que estruturando-se num conjunto de redes interligadas asseguram mobilidade acrescida aos utilizadores, bens e informação.

É precisamente esta dimensão social, ligada à vivência da rede (apropriação e funções / atividades) que introduz a resiliência e capacidade de adaptação, da rede de espaços públicos, às alterações económicas de longo prazo. Esta dimensão dá origem a um mix de usos que não se baseia na autonomia local, mas antes naquilo que Jane Jacobs (1961) chama de “complexidade organizada”, isto é, uma rede de complementaridades e interdependências de funções, que fazendo parte da rede de espaços públicos, promovem a sua vivência e apropriação. Assim, a dimensão social confere à rede de espaços públicos um grau de adaptabilidade que a sua dimensão física, isoladamente, não permite, uma vez que tal como referido por Rossi (1982), esta última constitui a estrutura mais durável e rígida da cidade.

A adaptabilidade é uma característica da rede de espaços públicos, que tem um importante papel na promoção da coesão urbana. Esta característica vem introduzir na rede de espaços públicos uma noção de adaptação às transformações que vão surgindo, na cidade, ao longo do tempo. Isto é, o espaço urbano não é estático, está em constante mutação, estabelecem-se novas dinâmicas, novos fluxos, etc.. Por exemplo com a alteração de uma função polarizadora, a rede sofre alterações, podendo fragmentar-se ou deixar de funcionar. O que defendemos é que esta abordagem integradora de rede, permite que se as ligações físicas continuarem a existir, a rede se adapte mais facilmente, encontrando novas funções, novas dinâmicas e formas de apropriação (mais ou menos diferentes das anteriores), que lhe permitem continuar a funcionar, numa lógica de complementaridades.

De facto, tal como defendido por Lynch (1972), mais frequentemente do que gostaríamos de admitir, não estamos empenhados em mudar o mundo para algum determinado fim. Estamos antes a adaptar - respondendo a forças externas que fogem ao nosso controle, procurando sobreviver, preservar alguma coisa, ou manter algum nível desejado de desempenho. Lynch (1972, p. 200) refere:

“(...) We need to learn not only to adapt effectively but to infuse adaptation with purpose and value. If we do not, the slow drift of incremental adjustment may carry us into uncomfortable waters: the income from property decays, the business district becomes massively obsolete; the institutional grounds grow ugly and overcrowded.

In adaptation, the aim is to maintain some level of performance: income, comfort, safety, adequacy, speed, purity, biological health, delight, visual or social character – or whatever. The aim is also likely to include the prevention of irreversible change or of excessive rate of change.

Good management now depends on good information and a quick response. Flexible form and action must be coupled with a clear concept of desired performance, and actual performance must be monitored to see how it varies respect to that standard.(...)”.

Neste sentido, num processo de intervenção urbana, é importante aprender não só a adaptar eficazmente, mas também a induzir adaptação com propósito e valor.

A abordagem que propomos, ao basear-se na análise das redes de espaços públicos, em que se incluem não apenas as estruturas físicas – a armadura (Portas, 1999) ou *hardware* do espaço público – mas também as dinâmicas funcionais, de utilização e apropriação que nele se geram – o *software* do espaço público (Brandão, 2008) – cria condições que potenciam a adaptabilidade das intervenções urbanas. Se o *hardware* se mantiver, e o *software* se alterar (porque é da sua própria natureza sofrer um maior número de mutações ao longo do tempo), a rede de espaços públicos não deixa de funcionar, ou é mais difícil que isso aconteça, pois tem uma maior capacidade de se adaptar (Brandão, 2011a).

Um exemplo disto é a alteração de uma função âncora, que implica necessariamente uma mudança nas dinâmicas e fluxos de utilização da rede. No entanto, mantendo-se a função

infraestrutural do espaço público (as ligações / conexões), esta continua a ter uma localização privilegiada da rede, logo é mais provável que outra função se venha a instalar, e portanto que a rede se adapte, continuando a funcionar.

3.1.1. Uma rede de redes

Conforme argumentámos anteriormente, defendemos que o espaço público pode ser o elemento conector e estruturador, capaz de articular diferentes escalas territoriais, formando uma rede coerente. Neste contexto importa salientar que através da construção de uma rede de continuidade dos espaços públicos (acessos e atividades), ligando a escala local à global, é possível contribuir para uma visão mais alargada da coesão urbana, baseada na ideia da rede de redes (Ana Júlia Pinto & Brandão, 2015).

Com ideia da rede de redes (Figura 3.2) defendemos que, na ótica da promoção da coesão, uma rede só ganha sentido quando faz parte outra rede maior (de escala superior). Seguindo Lynch (1960), defendemos que a rede urbana consiste numa sobreposição de redes de conexões; diferentes tipos de conexões (físicas e de funções) a diferentes escalas. A rede reforça a sua estrutura apenas quando diferentes níveis se cruzam e sobrepõem numa lógica sistémica de complementaridade e interdependência.

Esta ideia está também associada à noção de hierarquia, isto é, para a promoção da coesão urbana é necessário considerar que uma rede de espaços públicos tem que incluir diferentes escalas de análise que se relacionam entre si. A hierarquia das redes tem dois níveis: o nível das conexões físicas e o das funções / atividades.

Vários autores defendem que a rede de conexões físicas de uma cidade é uma estrutura fractal (Batty, 1994; Longley & Batty, 1996). A visão mais imediata que temos da rede de redes é a da hierarquia das conexões, todas interligadas a diferentes escalas, desde as vias rápidas às ruas pedonais. A escala local é a que garante a vivência urbana, enquanto a escala mais alargada é a que facilita as deslocações mais longas. Nesta perspetiva defendemos que a escala local é determinante na promoção da coesão urbana (Alexander, 1977), isto é, o desenho da escala global – a cidade – emerge da conjugação dos vários sistemas locais ordenados, sublinhando-se a importância de começar as

intervenções à escala local, e permitindo-as evoluir no sentido de influenciar as escalas mais alargadas (Hillier, 1996; Hillier & Hanson, 1984).

Para além da hierarquia das ligações, tem que existir também uma hierarquia de valor ligada às funções do espaço público, à escala que pretendem servir, e às relações de complementaridade que estabelecem com as funções de hierarquia superior e inferior. Salingaros(2005) refere que o conjunto de funções presentes na escala local é fundamental para a coesão das escalas mais alargadas. Este autor refere mesmo que muitos dos problemas de coesão urbana estão associados à inexistência de funções dinamizadoras, enquanto elementos capazes de restabelecer e criar novas ligações na rede. Um suma, numa cidade coesa, todos os elementos são formados por uma combinação de subelementos organizados segundo uma hierarquia de diferentes escalas.

Uma cidade coesa pressupõe que todos os elementos da rede de espaços públicos contribuem para a formação de uma rede mais alargada, formando um todo coerente. É neste contexto que Ascher (2010, p. 47) compara a rede urbana a um hipertexto:

“O hipertexto é o processo que permite, clicando sobre uma palavra de um texto, aceder a esta mesma palavra numa série de outros textos. Num hipertexto, cada um deles participa na produção de sentidos diferentes interagindo com outras palavras do texto, mas segundo sintaxes que eventualmente variam de um texto para outro.”

Johnson (2012), por sua vez, compara a rede de redes a uma “sopa hierárquica”, isto é, um conjunto de elementos que se organizam em algo coerente (contendo elementos de várias escalas e incluindo conjuntos desses mesmos elementos). Este conjunto é composto por peças heterogéneas umas maiores outras menores, podendo conter elementos do sistema em todos os níveis, estabelecendo relações de complementaridade entre si.

Assim, o planeamento e desenho desta rede de redes têm um papel fundamental no estímulo das relações entre as diferentes partes da cidade nas suas distintas escalas. Mais do que o desenho dos elementos em si, devemos centrar-nos no planeamento das inter-relações. Este conjunto de elementos e relações de complementaridade física e funcional que estabelecem a diferentes escalas, constitui um sistema extremamente complexo. É na organização desta complexidade que reside a chave para a coesão urbana.



Figura 3.2 – Diagrama esquemático do espaço público visto como uma “rede de redes”

Fonte: Autora

Salinas (2005) defende que uma cidade coesa é aquela cuja rede apresenta um certo grau de redundância, isto é, existe mais do que uma forma de ligação entre dois nós, e assim, caso uma das ligações se quebre, a rede continua a funcionar. Este mesmo autor refere que “(...) *not enough complexity and a city is dead; if it has complexity without sufficient organization, a city becomes chaotic and unlivable. Raising the degree of organized complexity appears as one of mankind’s fundamental drives throughout the ages (...)*”.

O planeamento e desenho das redes de espaço público, desenvolvido segundo as bases do conceito de coesão urbana, podem ser vistos como processos capazes de incrementar a organização desta complexidade. Diferentes processos desenvolvidos em conjunto geram complexidade; se forem organizados de forma coerente promovem a organização desta complexidade, a que Weaver (1948) chama de “*organized complexity*”.

Vários autores refletem sobre a organização da complexidade urbana, que permite estruturar e conferir coerência às redes de espaço público. Kevin Lynch aborda a imagem mental que os utilizadores fazem da cidade, como forma de avaliar o sucesso das redes

(Lynch, 1960). Baseado no conceito introduzido por Lynch, Bill Hillier enfatiza a inteligibilidade de uma cidade como a facilidade com que se percebe a estrutura de um percurso (Hillier, 1996). Das ideias desenvolvidas por estes autores pode apontar-se a ligação crucial entre a organização hierárquica e a simplificação. Elementos complexos e diversos são agrupados de modo a que possam estabelecer entre si relações de complementaridade e interdependência, e como resultado aparecem racionalizados.

Salingaros (2005, p. 32), por sua vez, organiza a complexidade da rede de espaços públicos segundo 8 regras:

*“Rule 1. **COUPLINGS**: Strongly-coupled elements on the same scale form a module. There should be no unconnected elements inside a module.*

*Rule 2. **DIVERSITY**: Similar elements do not couple. A critical diversity of different elements is needed because some will catalyze couplings between others.*

*Rule 3. **BOUNDARIES**: Different modules couple via their boundary elements. Connections form between modules, and not between their internal elements.*

*Rule 4. **FORCES**: Interactions are naturally strongest on the smallest scale, and weakest on the largest scale. Reversing them generates pathologies.*

*Rule 5. **ORGANIZATION**: Long-range forces create the large scale from well-defined structure on the smaller scales. Alignment does not establish, but can destroy short-range couplings.*

*Rule 6. **HIERARCHY**: A system's components assemble progressively from small to large. This process generates linked units defined on many distinct scales.*

*Rule 7. **INTERDEPENDENCE**: Elements and modules on different scales do not depend on each other in a symmetric manner: a higher scale requires all lower scales, but not vice versa.*

*Rule 8. **DECOMPOSITION**: A coherent system cannot be completely decomposed into constituent parts. There exist many inequivalent decompositions based on different types of units.”*

Assim, percebermos que a cidade é formada por um conjunto de redes que formam um sistema complexo, leva-nos a verificar que é necessário estruturar e organizar esta

complexidade, procurando compreender o que pode contribuir positivamente para a vida urbana, promovendo a sua coesão.

3.2. OPORTUNIDADES PARA A COESÃO URBANA

Como referimos, defendemos que o espaço público, através da sua organização sistémica, pode constituir o elemento articulador, capaz de ligar diferentes escalas territoriais, formando uma rede coerente e promovendo a coesão urbana.

Na nossa visão, a abordagem sistémica dos espaços públicos, com as suas diferentes componentes e distintas escalas associadas, constitui a chave para a promoção da coesão urbana, dando um importante contributo para os problemas atuais da estrutura urbana, que discutimos anteriormente.

Assim, defendemos que o planeamento e desenho dos espaços públicos segundo uma lógica sistémica de “rede de redes” constitui uma importante ferramenta na promoção da coesão urbana. Conhecer e compreender as características da rede de espaços públicos de uma cidade, permite melhorar as relações de continuidade e complementaridade entre espaços; gerar dinâmicas sociais regenerativas; ou mesmo para criar lógicas funcionais dinâmicas.

O conceito de rede de espaços públicos permite-nos fixar como ideias chave, para a promoção da coesão (Cavaco, 2009):

- › A continuidade e interligação das estruturas, seja na rede local (do bairro), seja na relação que este estabelece com a sua envolvente, promovendo a complementaridade e articulação territorial.
- › A existência de “nós” ou funções urbanas, que servem de ancoradouros à pluralidade de soluções espaciais e morfológicas, ligado à ideia de adaptabilidade.

Deste modo, é possível intervir ao nível da rede de espaços públicos de uma cidade, [1] estruturando-a a diferentes escalas; [2] contribuindo para solucionar problemas de

segmentação funcional e espacial; [3] orientando as ligações privilegiadas do tecido urbano; [3] desbloqueando estrangulamentos; [4] construindo novos lugares centrais e dinâmicas socioeconómicas, abrindo a possibilidade de gerar novos espaços urbanos. Estas intervenções a nível local, conjuntamente com outras medidas urbanísticas de escalas mais alargadas, contribuem para a coesão do sistema urbano.

Estes contributos da rede de espaços públicos estão relacionados com três ordens de fatores (Quadro 3.2):

- › Fatores funcionais relacionados à dinamização económica e de usos / atividades da cidade;
- › Fatores sociais, procurando promover a inclusão social e para gerar dinâmicas integrativas;
- › Fatores físicos, relacionadas com a forma urbana, tais como a continuidade do espaço, requerendo que todos os espaços são facilmente acessíveis; ou permeabilidade, promovendo uma melhor compreensão da área, e a conectividade, facilitando fluxos de circulação e permitindo estabelecer as ligações necessárias para o bom funcionamento da rede urbana.

Em suma, o planeamento e desenho dos espaços públicos numa lógica sistémica, isto é, como parte de uma rede constituem um instrumento na promoção da coesão urbana, uma vez que as características que definem esta rede estão precisamente associadas à continuidade urbana, intrinsecamente relacionada com a mobilidade, ao contacto social e à vivência da cidade (Remesar, 1997a).

Salientamos ainda que, esta lógica de rede possibilita não só a reestruturação dos espaços existentes, mas também a promoção da coesão urbana no desenvolvimento de novos espaços públicos, ou novas áreas urbanas de expansão.

	<p>CONECTIVIDADE MOBILIDADE ACESSIBILIDADE</p>	<p>Criação de condições de mobilidade e acessibilidade que promovam espaços urbanos coesas, que liguem os diferentes espaços da cidade e possibilitem o fácil acesso a toda a população.</p> <p>Promoção da continuidade das redes existentes, a fim de permitir o acesso a toda a rede urbana, evitando a existência de barreiras.</p>
	<p>USOS ATIVIDADES</p>	<p>Promoção da multifuncionalidade na rede de espaços públicos, criando as condições para a complementaridade funcional entre os vários espaços públicos da cidade, tendo sempre presente o princípio da proximidade.</p> <p>As dinâmicas socioeconómicas geradas podem também contribuir para regenerar um espaço.</p>
	<p>DINÂMICAS SOCIOECONÓMICAS</p>	<p>Geração de dinâmicas socioeconómicas, através da complementaridade entre os espaços públicos e das atividades / funções disponíveis.</p> <p>Essas dinâmicas promovem a vivência urbana sendo capazes de impulsionar a regeneração de uma área da cidade, ou mesmo minimizar os fenómenos de exclusão social e marginalização.</p>

Quadro 3.2 – Contributos de uma rede de espaço público em prol da coesão urbana

Fonte: Autora

3.3. IDENTIFICAR UMA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

O que define uma rede de espaços públicos?

Neste ponto analisamos o que define e como podemos identificar uma rede de espaços públicos, bem como as suas relações com a envolvente.

Importa referir que centramos a nossa análise na escala do bairro, uma vez que, tal como referimos, partimos do pressuposto que esta é a escala local onde reside a chave da implementação do conceito de coesão à escala urbana. E que será através dela que se pode iniciar a procura de soluções integradas para alguns dos problemas de fragmentação

com que nos deparamos a outras escalas. Por outro lado, salientamos que a nossa análise tem também em consideração a relação do bairro com as redes envolventes.

Dos pontos anteriores, em que discutimos o conceito de rede de espaços públicos, as suas características e a forma como podem constituir uma ferramenta na promoção da coesão urbana, podemos deduzir que a criação de uma rede coesa e coerente é determinada por:

- › A existência de polos de atração que funcionem como âncoras, destacando-se devido às conexões ou atividades que promovem, estruturando toda a rede de espaços públicos.
- › A existência de ligações entre os diferentes espaços públicos da rede, não só em termos de acessibilidade, mas também pelas dinâmicas económicas e sociais que geram.

Nos pontos seguintes suportamos a discussão sobre a identificação da rede de espaços públicos em dois territórios de análise (que apresentaremos mais adiante). O estudo destes casos específicos permite refletir sobre o papel desempenhado pela definição do desenho urbano, bem como a definição de diferentes escalas e funções, não só a nível morfológico, mas também socioeconómico e sociocultural. Ao mesmo tempo, permite a reflexão sobre o papel dos espaços e edifícios que funcionam como "âncoras", isto é, como elementos centrais na estruturação da rede de espaços públicos, tanto a nível local como na sua articulação com as redes de hierarquia superior.

O conceito operativo de espaço âncora, amplamente utilizado no contexto do urbanismo comercial refere-se ao espaço que permite a um sistema / rede de abastecimento, estabelecer a atratividade da área de compras, definindo o seu potencial para atrair os fluxos de público (Pereira, 1999).

De facto, num bairro, ou numa cidade, há espaços públicos que se destacam devido às conexões que estabelecem, aos usos que oferecem ou às atividades que promovem. Estes espaços podem também desempenhar um papel de âncora, estruturando toda a rede de espaços públicos da cidade. Com efeito, sendo de grande diversidade, não apenas morfológica, mas também funcional, os espaços âncora são os elementos-chave para promover a coesão urbana dentro da rede de espaços públicos de um bairro, mas também nas ligações com a sua envolvente, tornando-se numa "rede de redes".

3.3.1. A gênese do caso de Lisboa

No sentido de perceber como identificar uma rede de espaços públicos, importa refletir sobre os espaços que funcionam com âncoras, isto é, os elementos dinamizadores da rede de espaços públicos, e o papel que desempenham na promoção da coesão urbana.

Neste contexto, estudámos a evolução (cartográfica) de uma rede de espaços públicos da cidade de Lisboa, desde 1858 até 2000. Este estudo permitiu-nos constatar que o conjunto de espaços públicos originados pelo antigo sistema de conventos da cidade constitui uma das bases de articulação da rede, e que estes espaços continuam a desempenhar, hoje, um papel central na rede de espaços públicos na cidade de Lisboa.

Levanta-se assim a questão: há espaços públicos que, através das conexões se estabelecem, das funções que desempenham ou das dinâmicas socioeconómicas que promovem, atuam como "âncoras" que estruturam toda a rede de espaços públicos?

A cidade de Lisboa foi escolhida para este estudo, pois considerarmos que abrange uma grande variedade de espaços e públicos integrados num tecido urbano bastante diversificado. O nosso objetivo é que esta variedade de espaços permita compreender melhor a rede de espaço públicos da cidade, incluindo a forma como eles podem estruturar o tecido urbano, como se conectam entre si e geram dinâmicas e fluxos.

De seguida explicaremos com detalhe a metodologia adotada para este estudo, bem como as ferramentas usadas e principais resultados. No sentido de iniciar a análise é necessário delimitar a área de estudo, restringindo-a a uma área específica da cidade.

A nossa intenção foi escolher uma área consolidada da cidade, onde a rede urbana tivesse já sofrido várias transformações ao longo do seu desenvolvimento, de forma a possibilitar a compreensão da evolução da rede de espaços públicos na estrutura urbana. Ao estudar a evolução da rede de espaços públicos na cidade de Lisboa, ao longo do tempo, torna-se possível avaliar as relações de complementaridade e interdependência estabelecidas e a forma como influenciam a vida urbana.

Uma das áreas do centro histórico da cidade (ligada à frente de rio) foi considerada a melhor opção para o tipo de análise pretendemos desenvolver (Figura 3.3). Neste sentido, definimos os limites para a intervenção tendo em conta dois pressupostos:

1. A intenção de considerar uma área com processos de consolidação históricos na cidade;
2. O limite da área de estudo é definido por uma linha de conventos / mosteiros da cidade histórica.

O sistema de conventos / mosteiros têm marcado a estrutura da cidade de Lisboa desde tempos remotos. No passado, as ordens religiosas foram um fator importante no desenvolvimento da cidade, tendo localizado os seus edifícios - conventos e mosteiros – em anteriores quintas e outras áreas produtivas com boa acessibilidade adjacentes ao tecido urbano consolidado. Com o crescimento da cidade, passaram a demarcar o território da "Lisboa histórica", e ainda marcam os principais eixos de mobilidade dentro desta área da cidade. A figura abaixo mostra a área de intervenção para este estudo.



Figura 3.3 – Limite da área para o estudo da evolução da rede de espaços públicos de “Lisboa histórica”

Fonte: Ortofotomapa cedido pela Câmara Municipal de Lisboa

A fim de compreender a evolução da rede de espaços públicos da cidade de Lisboa, ao longo do tempo, e como se relacionam com a estrutura urbana, conduzimos o estudo em dois períodos de tempo diferentes (1858 e 2000). O estudo teve por base a análise cartográfica e mapeamento da rede de espaços públicos sobre essa mesma base. Para o período de 1858 foi utilizada a cartografia de Filipe Folque (Viegas, Tojal, & Ramal, 2000) e para o ano 2000 cartografia vetorizada cedida pela Câmara Municipal de Lisboa.

Este estudo tem também o objetivo refletir sobre a adaptabilidade de uma rede de espaços públicos (de que falámos anteriormente). Isto porque, compreender o papel que cada espaço público desempenha na rede e verificar a sua capacidade de se adaptar às transformações, que vão ocorrendo ao longo do tempo e às mutações do tecido urbano, permite-nos reforçar a importância que uma abordagem sistémica dos espaços públicos tem na promoção da coesão urbana.

Com o propósito de analisar a evolução desta rede é importante salientar que seleccionámos três tipologias de espaços públicos que estão diretamente relacionados com os fatores da rede que contribuem para a coesão urbana: conectividade / mobilidade / acessibilidade; usos / atividades; dinâmicas socioeconómicas. No Quadro 3.2 apresentam-se estas tipologias, juntamente com as suas sub-tipologias (que são mapeadas para cada período de tempo analisado), bem como os parâmetros utilizados para a sua identificação.

TIPOLOGIA	SUB-TIPOLOGIA	PARÂMETROS DE IDENTIFICAÇÃO
Espaços verdes	Áreas verdes rurais	Todas as áreas verdes de características rurais com área $\geq 2000\text{m}^2$.
	Áreas verdes de lazer	Todas as áreas urbanas destinadas a atividades de lazer, com área $\geq 500\text{m}^2$.
Praças		Todos os espaços que morfologicamente funcionam como praças, isto é, espaços de encontro e de confluência de fluxos.
Rede de acessibilidades	Rede primária	Eixos de circulação que asseguram a distribuição dos maiores fluxos de circulação, que garantem a entrada e saída na cidade, bem como as ligações principais.
	Rede secundária	Eixos de circulação que asseguram a circulação e distribuição de fluxos no interior da cidade, bem como o encaminhamento dos fluxos para os eixos de distribuição primária.
	Rede local	Eixos de circulação local, ao nível do bairro, que se destinam a estabelecer a ligação entre as funções urbanas, em que o elemento principal é a circulação pedonal. Destinam-se também a assegurar a acessibilidade às atividades marginais à rua.

Quadro 3.3 – Parâmetros de mapeamento das categorias e subcategorias da rede de espaços públicos de “Lisboa histórica”

Fonte: Autora

Seguindo os parâmetros apresentados foi identificada a rede de espaços públicos, para cada um dos períodos temporais em análise - apresentadas nas figuras seguintes.

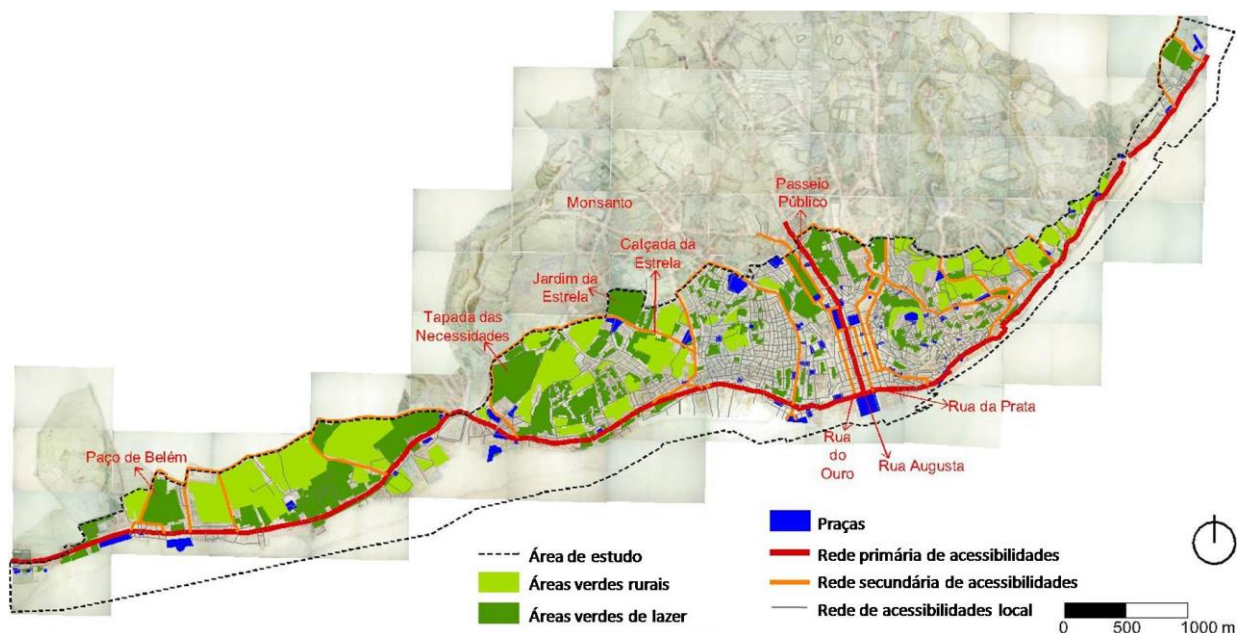


Figura 3.4 – Cidade de Lisboa – Rede de espaços públicos no ano de 1858

Fonte: mapeamento feito sobre cartografia de Filipe Folque (1856-1858)

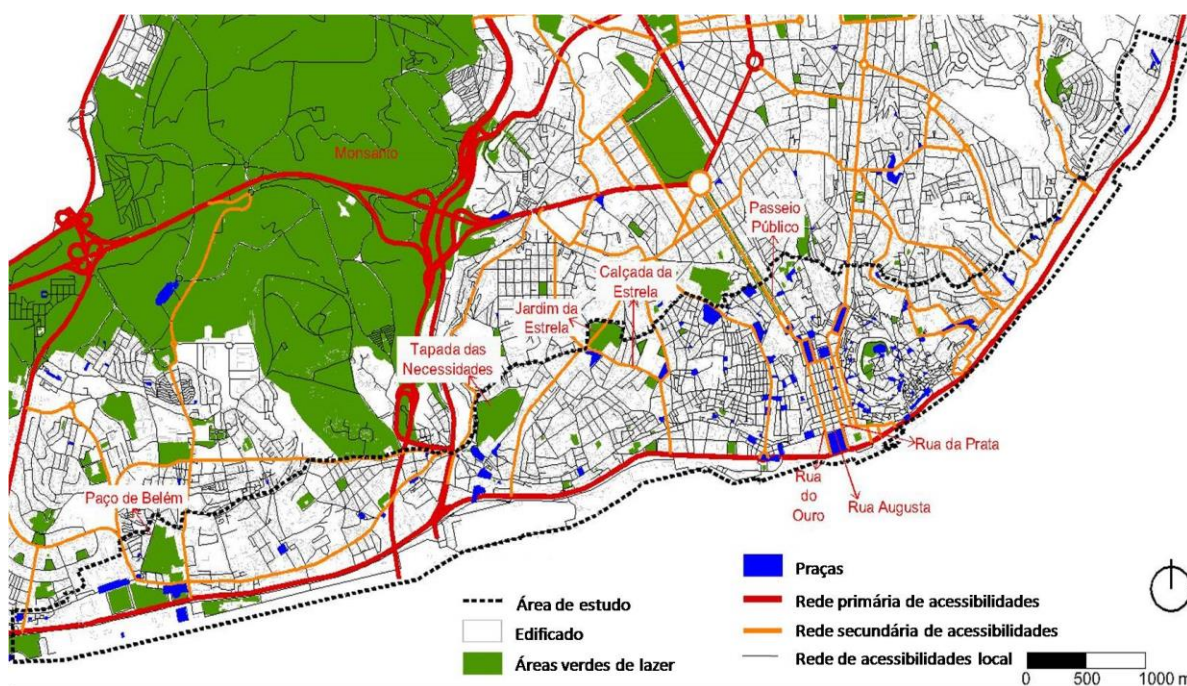


Figura 3.5 - Cidade de Lisboa – Rede de espaços públicos no ano de 2000

Fonte: mapeamento feito sobre cartografia vetorizada cedida pela Câmara Municipal de Lisboa

Analisando a evolução (1858-2000) da rede de espaços públicos, a constatação mais evidente é que o número de áreas verdes diminuiu fortemente, tendo desaparecido por completo as áreas verdes com características rurais. O elevado crescimento da população e os processos de urbanização a ele associados resultaram na ocupação do território rural por outros usos, provocando o seu afastamento para fora do centro da cidade. Isto está também relacionado com as mudanças que ocorreram nas formas de vivência urbana, como a população ter-se torna cada vez mais urbana.

No entanto, verificamos que, ao longo da evolução urbana, as grandes estruturas naturais, como a Monsanto, ou outras áreas verdes com um papel importante na estruturação do território, como o Passeio Público (atual Avenida da Liberdade), o Jardim da Estrela, a Tapada das Necessidades ou o Paço de Belém, mantiveram-se enquanto elementos estruturadores da rede.

Verificamos também, que nesta área da cidade, quase a totalidade das praças se mantiveram, prevalecendo ao longo das sucessivas transformações urbanas nesta área da cidade. Algumas praças sofreram mudanças na sua forma, algumas nas suas funções, assumindo hoje um papel mais ligado a atividades comerciais do que antes. No entanto, a função estruturante que esses espaços desempenham na malha e vida urbana parece claro, assumindo um papel central nesta rede de espaços públicos.

Relativamente à estrutura de acessibilidades, naturalmente a rede sofreu várias alterações, principalmente no que diz respeito à hierarquia que algumas vias assumem no sistema de circulação da cidade, e também devido à taxa de motorização que aumentou de forma exponencial desde o aparecimento do automóvel, reduzindo-se proporcionalmente as áreas com vegetação produtiva e/ou paisagística. Apesar destas mudanças, constatamos que muitas das principais ligações se mantiveram, e que estas correspondem principalmente a eixos que ligam os principais espaços públicos da cidade (jardins, praças, etc.).

Verificamos também que muitos destes eixos de circulação representam em si mesmos, alguns dos espaços públicos com papel estruturante na cidade de Lisboa, tanto pelas funções que desempenham como pelas ligações que permitem (Rua da Prata e Rua do Ouro, Av. Da Liberdade ou Calçada da Estrela). Outro exemplo destes eixos estruturantes

é a Rua Augusta que é atualmente uma rua pedonal e um dos espaços públicos mais estruturantes do movimento pedonal, no centro histórico da cidade de Lisboa.

Esta análise mostra-nos também que o sistema de conventos da “Lisboa histórica” influencia diretamente a rede de espaços públicos desta área da cidade. Este é um resultado da ocupação dos territórios dos conventos / mosteiros, que foi sendo feita ao longo dos anos, tendo sido principalmente convertidos em praças e áreas verdes que hoje estruturam a rede de espaços públicos desta área da cidade. É também de destacar que as antigas conexões do sistema de conventos da cidade, permanecem na rede atual, e inclusive algumas destas estruturas fazem hoje parte dos eixos principais da cidade.

EXEMPLO 1: Convento do Carmo e Largo do Carmo



EXEMPLO 2: Convento de São Pedro de Alcântara e Jardim de São Pedro de Alcântara



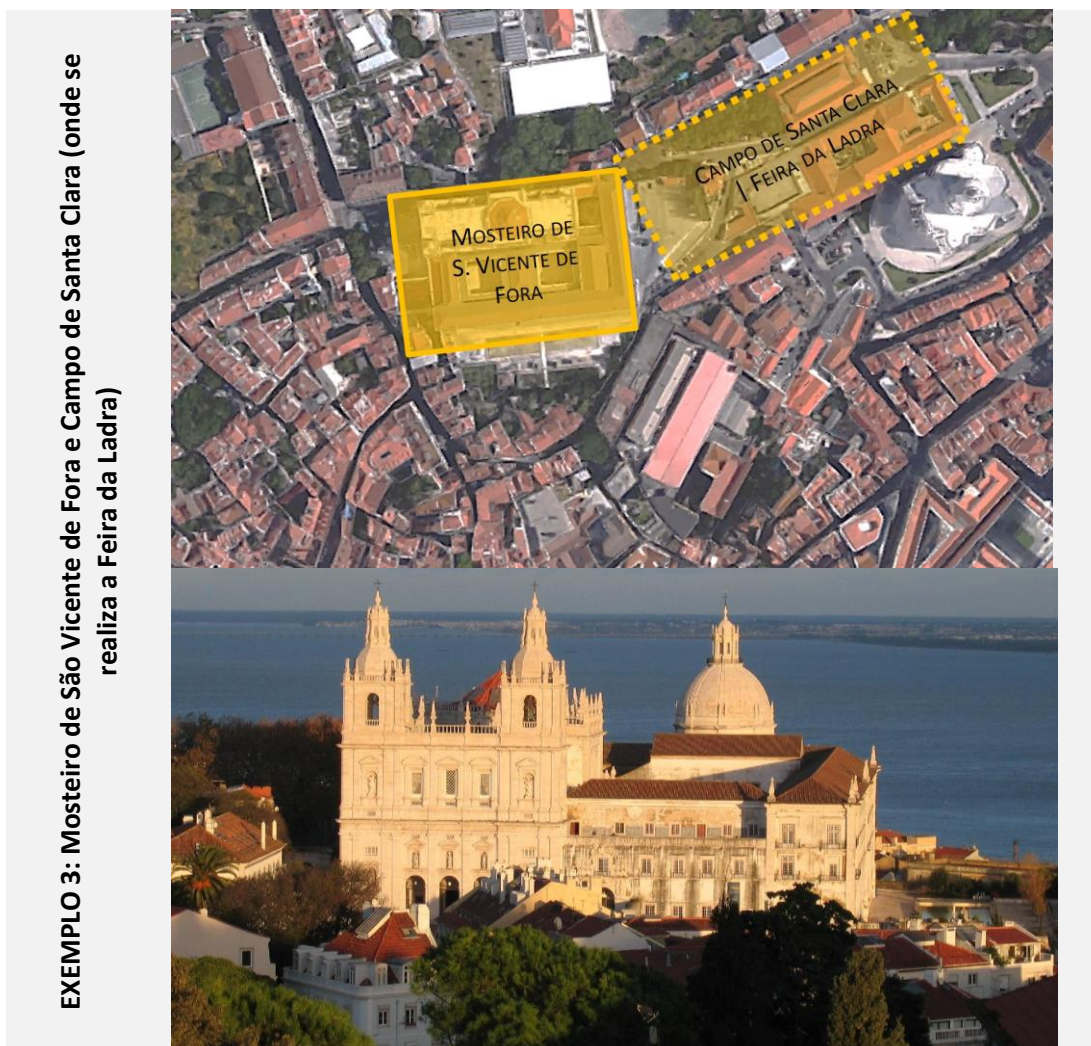


Figura 3.6 – Exemplos de Conventos | Mosteiros, da cidade de Lisboa, que associados a espaços públicos constituem elementos estruturantes na malha urbana

Fonte: Mapas da autora sobre fonte cartográfica do Google

Fotografias <http://www.visitlisboa.com/>; <http://www.lisbonlux.com/>; <http://www.aevc.pt/>

Na Figura 3.6 que se segue apresentam-se três exemplos destes conventos / mosteiros, que associados a espaços públicos da sua envolvente, constituem elementos estruturantes da malha e vida urbana da cidade.

Esses factos levam-nos a crer que, embora se verifiquem algumas mudanças naturais no paradigma urbano, ao longo dos anos, os espaços públicos que realmente desempenham

um papel estruturante na malha urbana tendem a manter as suas funções estruturantes, embora possam sofrer transformações na sua forma, ou função.

Esta constatação suporta a ideia de que existem efetivamente espaços âncora que estruturam funcionalmente a rede de espaços públicos de uma cidade, bem como a existência de eixos primários que garantem as principais ligações entre estas funções. Consideramos que o conjunto destes espaços âncora e das ligações principais constituem a rede primária de espaços públicos, onde deve centrar-se qualquer análise da coesão, tal como veremos mais adiante no presente capítulo.

Por outro lado, este estudo permite-nos também refletir sobre o papel do *hardware* e *software* de uma rede de espaço público, de que falámos anteriormente:

- › As principais ligações e infraestruturas físicas que dão lugar aos espaços âncora formam o *hardware* do sistema de espaços públicos, que se mantém mais estável ao longo do tempo, formando a “armadura” que estrutura toda a rede.
- › As funções e atividades têm maior grau de adaptabilidade face às transformações que vão ocorrendo ao longo do tempo, estando mais expostas alterações, constituindo assim o *software* que garante a vivência e apropriação, introduzindo uma terceira dimensão na rede de espaços públicos.

3.3.2. Critérios para a Identificação de uma rede de Espaços Públicos

Voltando ao nosso objetivo inicial de sistematizar o conceito de redes de espaço público, bem como os seus potenciais contributos para a coesão urbana, importa assim definir claramente como identificar esta rede, para que a possamos analisar. Assim, propomos um conjunto de critérios para a identificação de uma rede primária de espaços públicos à escala do bairro (pelas razões apresentadas nos pontos anteriores), procurando identificar a rede interna de espaços públicos do bairro, mas também as suas ligações às redes envolventes.

A clara definição destes critérios de identificação de uma rede de espaços públicos servirá de suporte ao desenvolvimento da metodologia de análise da coesão, que propomos no capítulo seguinte e que concretiza outros dos nossos objetivos iniciais.

Para a delimitação desta rede, o primeiro passo é identificar os espaços que funcionam como âncoras, isto é, como polos de atração ou geradores de dinâmicas, capazes de atrair utilizadores tanto do bairro como de outras áreas da cidade. Estes são espaços que desempenham um papel estruturante na rede, que seja pelas ligações que estabelecem, pelas funções que desempenham, ou pelas dinâmicas sociais e económicas que promovem.

No sentido de identificar os espaços âncora definem-se quatro critérios fundamentais (detalhados no Quadro 3.4): [1] Localização e morfologia; [2] Oferta diferenciada; [3] Pontos de confluência; [4] Potencial de atração. Os dois primeiros relacionados com as características do contexto urbano em que estes espaços se inserem, enquanto os dois últimos estão dependentes das suas características intrínsecas, isto é, da própria natureza das funções que oferecem.

De salientar que, dependendo da sua capacidade de atrair utilizadores de dentro do bairro ou também de outras áreas da cidade, estes podem ser considerados espaços âncora de escala local ou âncoras à escala da cidade.

1. LOCALIZAÇÃO E MORFOLOGIA	Espaços que apresentam uma localização privilegiada ou que devido às suas características morfológicas assumem um papel central na rede de espaços públicos
2. OFERTA DIFERENCIADA	Espaços que oferecem um conjunto de serviços, actividades ou qualidades que se diferenciam das restantes funções da rede de espaços públicos
3. PONTOS DE CONFLUÊNCIA	Espaços onde se movimentam um elevado volume / fluxo de utilizadores, tornando-se estruturantes ao nível da rede de espaços públicos
4. POTENCIAL DE ATRAÇÃO	Espaços que dada a sua multifuncionalidade são capazes de atrair um conjunto diverso de utilizadores, gerando diferentes formas de uso e apropriação da rede de espaços públicos

Quadro 3.4 – Critérios para a identificação de espaços âncora

Fonte: Autora

Deste modo, é também importante analisar se a rede de espaços públicos do bairro é dotada de polos de atracção capazes de gerar dinâmicas e atrair utilizadores de fora do bairro, isto é, se goza de espaços âncora à escala da cidade. À semelhança dos critérios definidos no quadro anterior, a capacidade de um espaço atrair utilizadores de fora do bairro pode dever-se:

- › À sua localização ou morfologia (p. e. uma praça que ocupa uma posição central na rede do bairro);
- › Às funções centrais que oferecem, que atraem um elevado número de utilizadores (p. e. um hospital ou mercado especializado);
- › Ao facto de movimentarem um elevado número de utilizadores (p. e. um interface de transportes);
- › Ao facto de oferecerem funções ou atividades diferenciadas / únicas (p. e. uma praia).

Assim, na nossa análise incidimos fundamentalmente na escala do bairro, mas temos em atenção a relação com as redes envolventes – rede interna de espaços públicos do bairro e ligações com as redes externas. Neste sentido, existem algumas diferenças de escala na identificação dos espaços âncora à escala do bairro e à escala da cidade, que estão fundamentalmente relacionadas com o seu potencial de atracção, isto é, se é essencialmente uma função local ou se atrai utilizadores de fora do bairro. Apresentamos alguns exemplos destas diferenças no Quadro 3.5.

	BAIRRO	CIDADE
1. LOCALIZAÇÃO E MORFOLOGIA	 <p>Ex.: Praça de bairro</p>	 <p>Ex.: Grande praça central à escala da cidade</p>
2. OFERTA DIFERENCIADA	 <p>Ex.: Funções urbanas de proximidade</p>	 <p>Ex.: Praia, oferta diferenciada supra-local</p>
3. PONTOS DE CONFLUÊNCIA	 <p>Ex.: Estação de metro do bairro</p>	 <p>Ex.: Grande interface de transportes</p>
4. POTENCIAL DE ATRAÇÃO	 <p>Ex.: Equipamentos de funções locais</p>	 <p>Ex.: Grandes entidades empregadoras</p>

Quadro 3.5 – Exemplos da identificação de espaços âncora à escala do bairro e da cidade

Fonte: Autora

Consideramos que estes espaços desempenham um papel decisivo nos processos de coesão urbana, uma vez que representam polos de centralidade que estruturam toda a rede espaços públicos do bairro.

Depois de identificados os espaços âncora torna-se importante analisar as ligações entre estes espaços. Estas conexões em conjunto com os espaços âncora identificados formam a rede primária de espaços públicos, onde consideramos que está presente o maior e mais diverso número de atividades e usos. Esta rede primária será assim onde se geram as principais dinâmicas sociais, económicas e culturais, estruturando toda a rede do bairro, constituindo os elementos chave na promoção da coesão urbana.

No que diz respeito à coesão entre a rede interna do bairro e o resto da cidade, importa identificar as principais conexões entre o bairro e as redes externas, isto é, a sua envolvente. Neste sentido analisamos, não só as conexões físicas, que se formalizam na rede de acessibilidades (que possibilita a mobilidade dos utilizadores), mas também as diversas dinâmicas que promovem relações de complementaridade entre as diversas redes da cidade. Neste contexto, é importante avaliar a existência, na rede do bairro, de espaços âncora capazes de gerar dinâmicas de utilização e apropriação com influência à escala supra-local, isto é, utilizadores de outras áreas da cidade.

Como referido anteriormente, a fim de estudar as redes de espaço público, e o papel que desempenham na promoção da coesão urbana recorreremos a dois territórios de análise radicalmente distintos, situados na cidade de Barcelona:

- › O primeiro, o bairro da Barceloneta - um bairro histórico, caracterizado por uma estrutura morfológica regular. Este é um bairro consolidado e integrado no tecido urbano da cidade, que nos permite analisar os processos de articulação entre esta área da cidade e o resto do sistema urbano, ou seja, avaliar a ligação entre a rede local e a rede geral de espaços públicos da cidade.
- › O segundo, o bairro Baró de Viver – que constitui um subúrbio na periferia da cidade de Barcelona, de génese industrial. Este bairro é caracterizado pelo seu isolamento face ao resto da cidade, rodeado de várias barreiras físicas que lhe trazem vários problemas de coesão, inclusive sentimentos de insegurança. Vários projetos de espaço público têm sido desenvolvidos com o objetivo de criar elementos de continuidade, contribuindo para romper este isolamento.

O estudo destes casos específicos permite-nos refletir sobre o papel desempenhado pela pelo desenho urbano, bem como a definição de diferentes escalas e funções, não só a nível morfológico, mas também socioeconómico e sociocultural. Ao mesmo tempo, contribui para a reflexão sobre o papel dos espaços que funcionam como "âncoras", isto é, como elementos centrais, na estruturação da rede de espaços públicos, tanto a nível local como na sua articulação com o resto da cidade.

De seguida identificam-se as redes de espaços públicos dos bairros da Barceloneta e Baró de Viver, que servirão de base à análise da coesão que desenvolveremos no próximo capítulo, e que nos permitirá também formular algumas orientações para minimizar alguns dos problemas de coesão encontrados nestas duas redes.

BARCELONETA

Localiza-se numa pequena península reclamada ao mar (resultantes da junção com a ilha de Maians), situado no bairro da Ciutat Vella, na zona histórica da cidade de Barcelona. Encontra-se integrado num ambiente portuário, muito relacionado com a sua génese, tendo as suas origens ligadas à atividade piscatória, e crescido como um bairro tradicional destinado à classe operária.

A Barceloneta¹⁸ é um bairro piscatório construído durante o Século XVIII, tendo sido inicialmente projetado pelo engenheiro Próspero de Verboom, em 1719, a fim de alojar os habitantes do bairro "*La Ribera*", cujas habitações tinham sido demolidas para dar lugar à construção da "*Ciudadela*". No entanto, as obras de construção do bairro só foram iniciadas em 1753, suportadas num novo projeto sob a coordenação do engenheiro militar Cermeño.

¹⁸ O enquadramento geográfico do bairro da Barceloneta e sua evolução histórica que aqui se apresentam foram desenvolvidos com recurso aos seguintes websites: <http://www.barcelonetapladebarris.cat/actuacions.php> ; <http://lameva.barcelona.cat/ciutatvella/ca/home/el-barri-de-la-barceloneta>

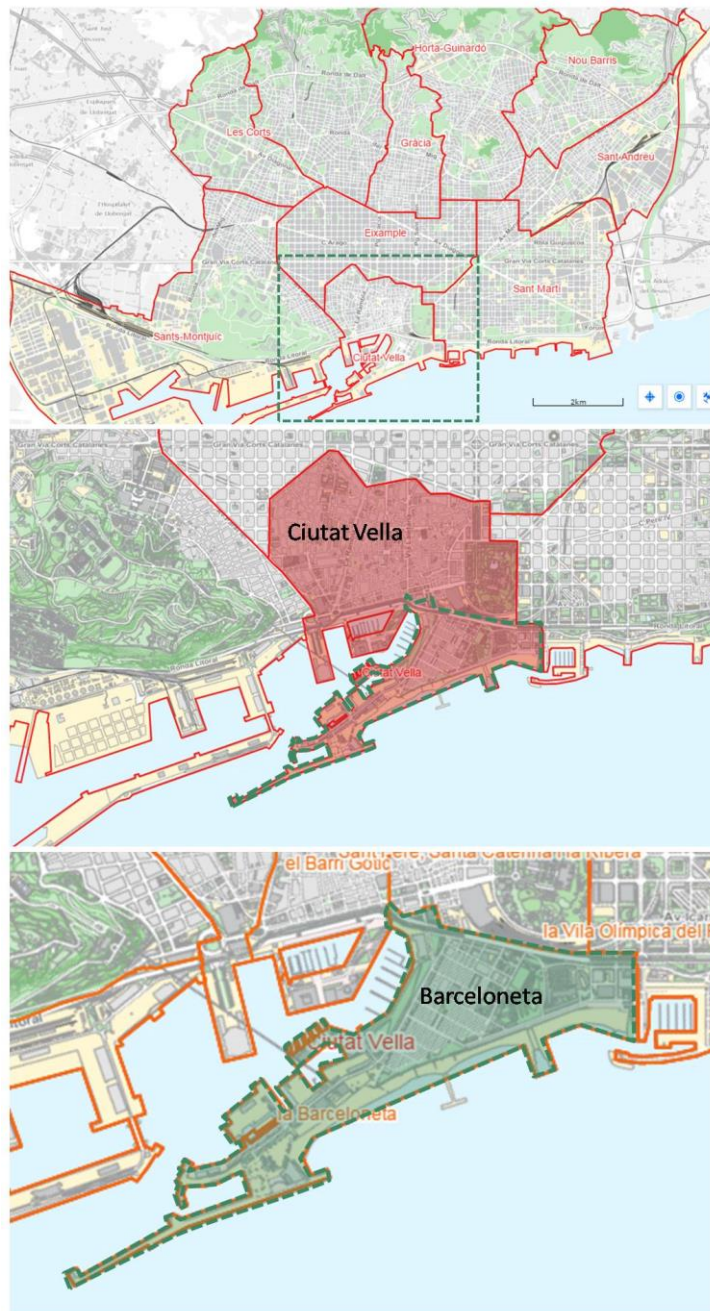


Figura 3.7 – Enquadramento geográfico do bairro da Barceloneta

Fonte: Mapas da autora sobre fonte cartográfica de <http://w152.bcn.cat/PlanoIBCn/es/areas-districtos-barrios>

Este bairro que tem hoje cerca de 22.500 habitantes (censos de 2008), sendo caracterizado pelas suas ruas estreitas, com uma estrutura urbanística formada por quarteirões lineares, com o objetivo de criar edifícios sem pátios, isto é, abertas a duas fachadas. O bairro tem uma forma triangular, fazendo fronteira com as praias e

waterfront; com o porto velho da cidade; com o bairro *“La Ribera”*; com a estação de *“Francia”* e com o novo porto olímpico.

A estrutura urbanística do bairro da Barceloneta é um exemplo do urbanismo militar desta época, com ruas estreitas, de traçado retilíneo e áreas de implantação que foram ilhas de traçado retangular. A tipologia de habitação original era de habitações unifamiliares de piso térreo ou de um piso, com acesso direto à rua. As fachadas com duas frentes resultam da intenção de melhorar a salubridade do bairro, com orientação Norte-Sul e com janelas para o exterior, permitindo a ventilação cruzada das fachadas. Com o passar dos anos, a estrutura de pisos térreos foi desaparecendo e dando lugar a edifícios com alturas muito superiores.

Durante o Século XIX ocorreu no bairro um importante desenvolvimento industrial com a construção de grandes fábricas, tais como *“La Maquinista Terrestre y Marítima”*. A partir da década de 1920 iniciou-se o processo de desaparecimento destas grandes unidades indústrias do bairro, que atualmente deram lugar a pavilhões desportivos ou instituições educativas. Desde a demolição das muralhas de Barcelona e, especialmente, com a criação das duas linhas de elétrico que ligam o centro da cidade com a área balnear do bairro, o sector industrial e portuário da Barceloneta também se tornou na zona balnear da cidade. Desde então, iniciou-se o processo de terciarização do bairro, tendo-se instalado vários espaços de comércio e serviços até aos finais do Século XX e início do Século XXI.

Importa também referir que os jogos olímpicos de Barcelona 1992 tiveram um papel marcante na transformação do bairro, tendo-se recuperado as praias e o porto (*“Port Vell”*), onde se construiu o passeio marítimo, pensado para o usufruto pedonal. De entre os principais atrativos do bairro, que atraem utilizadores de toda a cidade de Barcelona está também, para além das praias, porto e passeio marítimo, o *“Passeig Joan de Borbó”*, onde se situa o *“Museo de Historia de Catalunya – Palau de Mar”*.

A monotonia do traçado urbano do bairro, provocado pela estrutura retilínea das suas ruas, é quebrada pelo aparecimento de praças que constituem elementos centrais na rede do bairro, dando lugar a importantes dinâmicas socioeconómicas e socioculturais. É o caso de quatro praças que rompem os quarteirões do bairro. Na rua *“La Maquinista”* encontramos a praça *“Pompeu Gener”*. A praça *“Font del Mercat”* ao lado do mercado da

Barceloneta e mais abaixo, a praça do poeta "*Boscà*". Outro espaço emblemático é a praça "*de la Barceloneta*", a poucos metros do "*Passeig Joan de Borbó*" onde encontramos também a igreja de "*Sant Miquel del Porto*".

Onde termina o "*Passeig Joan de Borbó*" situa-se a praia de "*Sant Sebastián*" e inicia-se o passeio marítimo, que constitui um espaço central com influência à escala de toda a cidade de Barcelona, permitindo a ligação entre o bairro e o porto olímpico. Todos estes espaços desempenham funções centrais nas dinâmicas da rede de espaços públicos do bairro e na sua ligação com o resto da cidade de Barcelona, tal como veremos mais adiante, na análise desta rede.



Figura 3.8 – Estrutura urbanística do bairro da Barceloneta – ruas lineares, rompidas por praças de bairro e limitado por espaços públicos centrais à escala da cidade de Barcelona

Fonte: www.elperiodico.com

De seguida apresentamos o resultado da identificação da rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta (Figura 3.9), seguindo os critérios que propusemos anteriormente, bem como algumas considerações sobre a estrutura, organização e utilização desta rede.

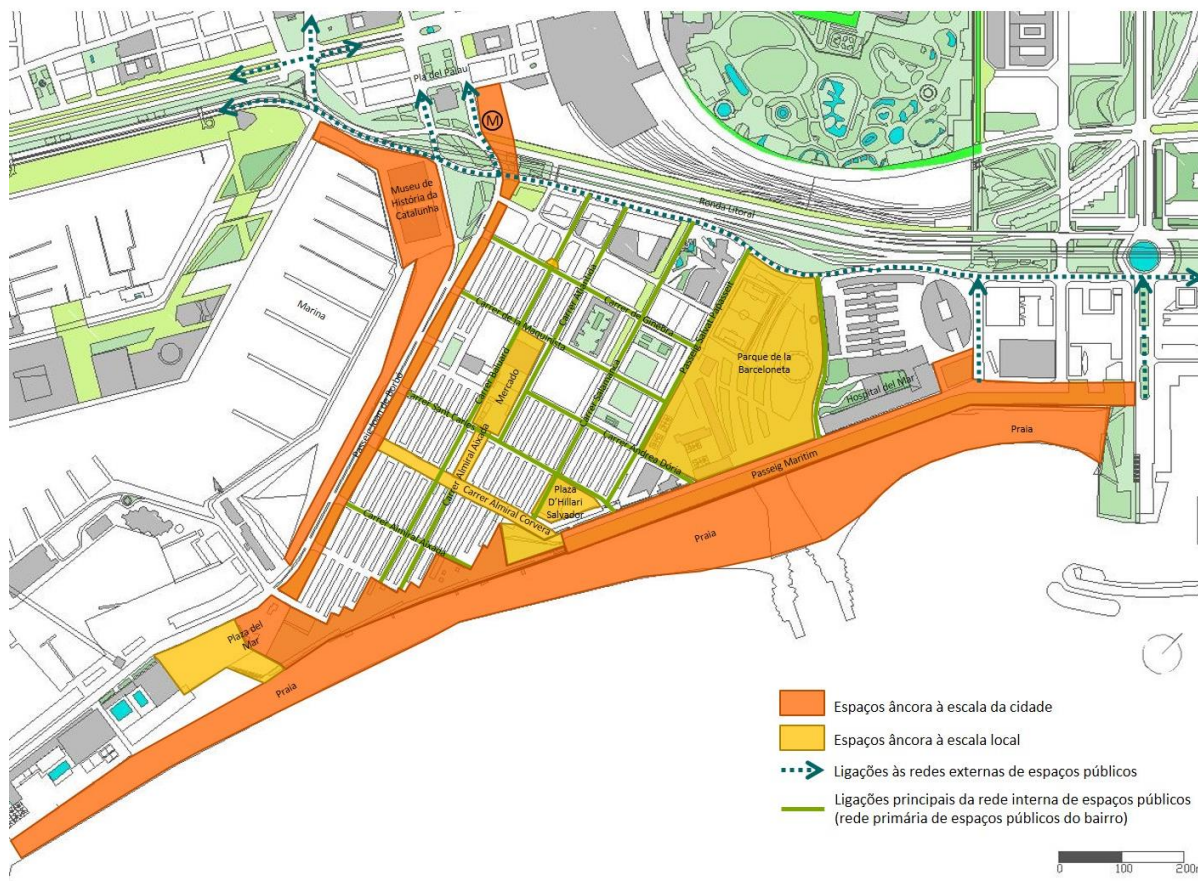


Figura 3.9 – Rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta – Mapa interpretativo
 Fonte: Autora

Como referimos este bairro tem um importante papel no património da cidade, ao mesmo tempo que a sua estrutura urbanística lhe confere um problema de carácter físico e social, uma vez que o seu desenho de ruas estreitas e áreas de implantação relativamente pequenas não permite dar resposta às necessidades de mobilidade para a população idosa. Este problema ganha especial expressão devido ao envelhecimento da população residente no bairro da Barceloneta.

Outra característica desta rede de espaços públicos é a sua dupla dimensão. Uma dimensão ligada à rede interna de espaços públicos do bairro e ao seu forte carácter identitário, que permite manter uma vivência característica de bairro. Uma outra

dimensão exógena, de carácter metropolitano, ligada à capacidade de atracção do bairro face ao resto da cidade de Barcelona.

A presença de vários espaços âncora à escala da cidade, fazem da Barceloneta uma área central, que atrai utilizadores a várias escalas. A influência destes espaços âncora estende-se à escala internacional, atraindo diariamente um elevado fluxo de turistas, devido ao seu waterfront, que se tornou numa referência internacional, e na área balnear da cidade.

Esta dupla dimensão dinâmica está fortemente ligada às características do traçado do bairro. As ruas estreitas formam uma espécie de fronteira para os utilizadores externos, ajudando assim a criar e manter sua forte dinâmica e identidade interna (do bairro). Além disso, o facto de que a praia e o porto se localizarem nos limites externos do bairro favorece a geração de dinâmicas exógenas apenas nos seus limites, mantendo o enorme fluxo de turistas nesta zona, permitindo manter a vivência de bairro na sua rede interna. Para além disto, o bairro conecta-se com o exterior apenas através de dois pontos (nos seus limites Norte e Poente, o que também favorecer a prevalência desta dupla dimensão.

Durante vários anos, as ligações de transportes públicos ao resto da cidade de Barcelona eram relativamente pobres, limitando-se ao objetivo de levar os utilizadores para a praia. Com a chegada do metro e da expansão da rede de autocarros, as ligações atuais, em transporte público, com o resto da cidade são excelentes. Paralelamente, a circulação de automóveis no interior da rede do bairro é bastante restrito, tendo sido recentemente introduzido um sistema de zonas de 30 (Km/h).

Como representado no mapa interpretativo (Figura 3.9), o bairro da Barceloneta apresenta fortes características de coesão urbana de equilíbrio entre as dinâmicas internas e externas. No entanto, devido ao elevado fluxo de utilizadores que frequentam a rede do bairro, principalmente nos períodos de Primavera e Verão, notam-se algumas fragilidades na permeabilidade entre Barceloneta e o resto da cidade.

É também de referir que algumas áreas específicas da rede do bairro introduziram dissonâncias de coesão. Referimo-nos a duas áreas residenciais que, devido às suas características, por estarem fechados / vedados, introduzem quebras na morfologia do bairro, gerando espaços "sombra" no território.

Nos últimos anos, tem sido desenvolvida uma forte política de regeneração do espaço público na cidade de Barcelona, que tem tido um impacto positivo na rede interna do bairro (onde se localizam o mercado e praça central), tendo-se iniciado uma série de processos de regeneração. Como resultado, estes são agora espaços de maior qualidade, confortáveis, equipados e com características funcionais que facilitam a socialização.

BARÓ DE VIVER

O bairro Baró de Viver¹⁹ situa-se na zona Norte da cidade de Barcelona (Figura 3.10) Pertence ao distrito de Sant Andreu e é um dos bairros mais pequenos da cidade.

O bairro encontra-se delimitado por várias infraestruturas viárias – Ronda Litoral e nó da Trinitat – por um corredor ferroviário, um polígono industrial e o Rio Besòs. Muitos destes limites funcionam como barreiras físicas, o que conferiu ao bairro o seu carácter de isolamento face ao resto da cidade. O isolamento físico do bairro, associado a alguns problemas sociais, cuja gestão por parte da administração pública não foi bem-sucedida, fomentaram a projeção de uma imagem externa do bairro principalmente associada a aspetos negativos, como sentimentos de insegurança.

Do ponto de vista urbanístico, a história do bairro está associada a três marcos principais, que marcam a sua estrutura física / morfológica:

- > As “casas baratas”;
- > Os polígonos habitacionais;
- > O “salón urbano”.

As primeiras habitações foram construídas em 1929, durante o período de ditadura de Primo Rivera, segundo a tipologia de “casas baratas²⁰” (Domingo, Sagarra, & Garcia, 1999).

¹⁹ O enquadramento do bairro Baró de Viver que aqui se apresenta foi desenvolvido com base no artigo “*El mural de la memoria y la Rambla Ciutat d’Asunción del barrio de Baró de Viver (Barcelona)*” (Vidal, Salas, Viegas, Esparza, & Padilla, 2012)

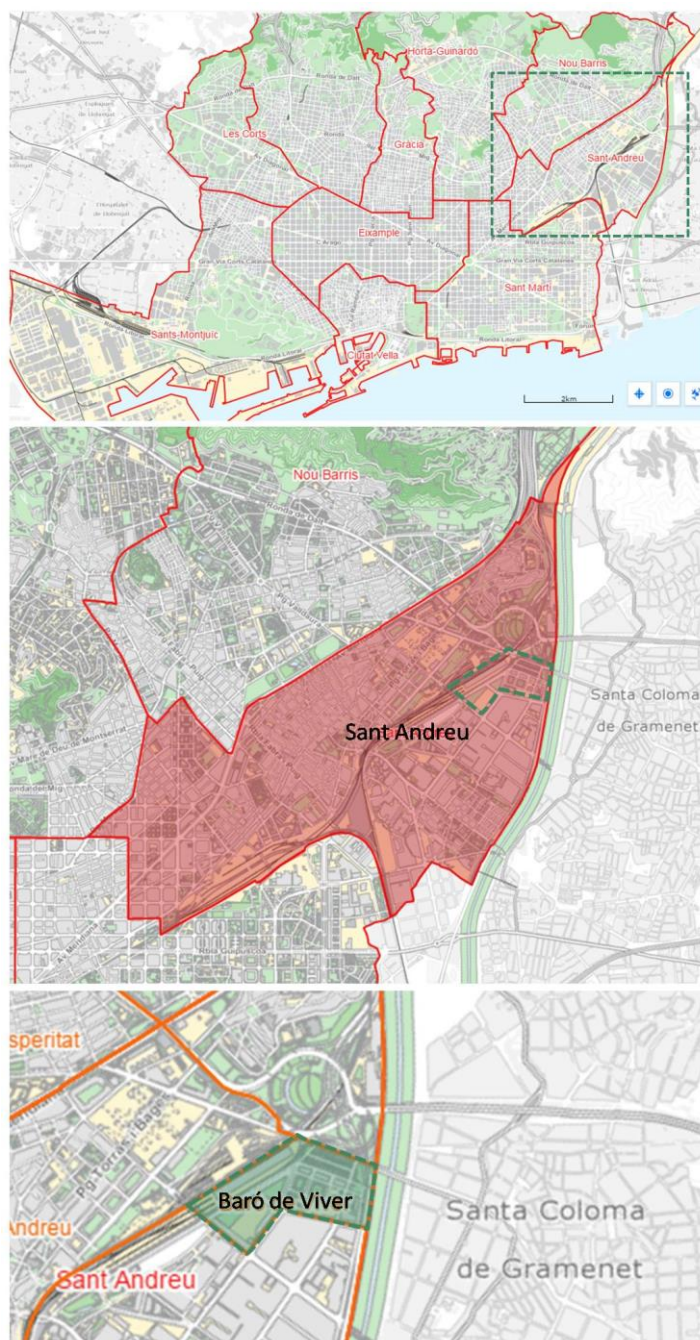


Figura 3.10 – Enquadramento geográfico do bairro Baró de Viver

Fonte: Mapas da autora sobre fonte cartográfica de <http://w152.bcn.cat/PlanoIBC/pt/areas-distritos-barrios>

²⁰ Estas casas foram construídas ocupando uma área de 5,22ha, tendo sido edificadas 344 habitações, das quais 40 tinham 58,6m² e 304 tinham 43m².

Em 1945 o bairro passou a fazer parte da cidade de Barcelona, que era a esta data marcado pela falta de infraestruturas básicas, urbanização, equipamentos e por um forte isolamento. Na década de 1950, o final do bloqueio internacional a Espanha veio facilitar o desenvolvimento industrial e a entrada de capital estrangeiro no país. Este facto, que veio aumentar o fluxo de migrantes dos meios rurais para as cidades, traduziu-se nesta área da cidade na introdução do polo industrial que ainda hoje existe, entre os bairros Baró de Viver e Bom Pastor (Busquets, 2004). Este processo de industrialização veio introduzir as políticas de habitação social²¹, acompanhadas da construção dos primeiros blocos habitacionais.

Integrado nos referidos programas de habitação social, em 1959 foram alojados os primeiros residentes provenientes de bairros de barracas da cidade de Barcelona. Foram realojados no bairro Baró de Viver, ao abrigo destes programas, cerca de duas mil pessoas, que se juntaram aos mil e quinhentos habitantes. O crescimento da população residente veio incrementar os problemas sociais e de falta de infraestruturas, equipamentos e serviços. Para dar resposta a estes problemas, ao longo da década de 1960 foram criados vários equipamentos e associações de moradores, na sua maioria organizados pelos próprios habitantes do bairro.

Por outro lado, a fraca qualidade do parque habitacional e a falta da sua manutenção veio dar destaque a outro problema relacionado com o mau estado generalizado das habitações. Neste âmbito, e no sentido de dar resposta a estes problemas, foi elaborado o PERI (*“Plan Especial de Reforma Interior”*), em colaboração com os habitantes do bairro. O plano envolvia a não sobrelotação do bairro, a limitação das alturas máximas dos edifícios, bem como a construção de zonas verdes e equipamentos. O projeto envolvia a construção de *“una gran manzana semicerrada, con un gran espacio libre y abierto en el interior, organizado como un salón urbano que no se terminó, quedando finalmente en forma de U, con una planta baja porticada”* (Vidal, Salas, Viegas, Esparza, & Padilla, 2012, p. 32). Este projeto foi largamente criticado pelos seus habitantes, que de entre as principais críticas

²¹ *“Entre las principales, cabe mencionar el Plan Nacional de la Vivienda y la Ley de renta limitada, en 1954; la Ley de viviendas subvencionadas y la Ley de Urgencia Social, en 1957; y el Plan de urgencia social, de 1958 en Barcelona, que se concretó en la construcción de polígonos de vivienda (Busquets, 2004; Ferrer, 1996) como el iniciado entonces en el barrio”* (Vidal et al., 2012, p. 31).

apontavam problemas de insegurança, de vivência, de permeabilidade, legibilidade e acessibilidade do “*salón urbano*” que o projeto engloba.

Outro dos grandes problemas do bairro, identificado pelos seus moradores é o seu isolamento face ao resto da cidade de Barcelona. No sentido de contribuir para minimizar este problema, em 1983 foi inaugurada a estação de metro de Baró de Viver, na linha 1. No entanto esta estação foi localizada no perímetro Norte do Baró de Viver, já no bairro de Trinitat Vella, apresentando vários problemas de conectividade como se descreve mais adiante, na análise da rede de espaços públicos.

Outra intervenção que poderia ter minimizado o isolamento do bairro face à sua envolvente foi a construção (em 1982 e 1992) das vias de circunvalação da cidade de Barcelona (“*rondas*”), e do nó viário da Trinitat. No entanto estas infraestruturas transformaram-se em fortes barreiras físicas, com impacte sonoro e visual que veio reforçar ainda mais o isolamento do bairro.

Destaca-se outro projeto realizado entre 1997 e 1999, na envolvente do bairro, que diz respeito à recuperação ambiental do leito do rio Besòs, que veio melhorar a qualidade ambiental do bairro. Destaca-se também o trabalho conjunto das várias associações do bairro, que têm reivindicado várias intervenções urbanísticas relevantes: “*Por ejemplo, el espacio público denominado La Llosa —que cubre una parte de la Ronda Litoral— y la urbanización, en 2007, de la colindante plaza Pilar Miró, así nombrada a petición de los vecinos*” (Vidal et al., 2012, p. 32).

O grande projeto que se prevê que modifique esta zona nos próximos anos é o desenvolvimento do parque linear ao longo do eixo ferroviário, que inclui a futura estação de comboio de alta velocidade (AVE) – Sagrera – cuja secção norte é adjacente ao bairro. Como veremos através da análise da coesão que desenvolveremos mais adiante, o bairro tem desenvolvido um forte carácter identitário ao longo dos anos e reclamado vários espaços públicos²² no sentido de melhorar a sua qualidade de vida.

²² De que são exemplos a “*Rambla Ciudad de Asunción*” e o “*Mural de la Memória*” que resultaram de processos participativos impulsionados maioritariamente pelas associações de moradores do bairro.

De seguida apresentamos o resultado da identificação da rede de espaços públicos do Baró de Viver (Figura 3.11), seguindo os critérios que propusemos no ponto anterior, bem como algumas considerações sobre a estrutura, organização e utilização desta rede.

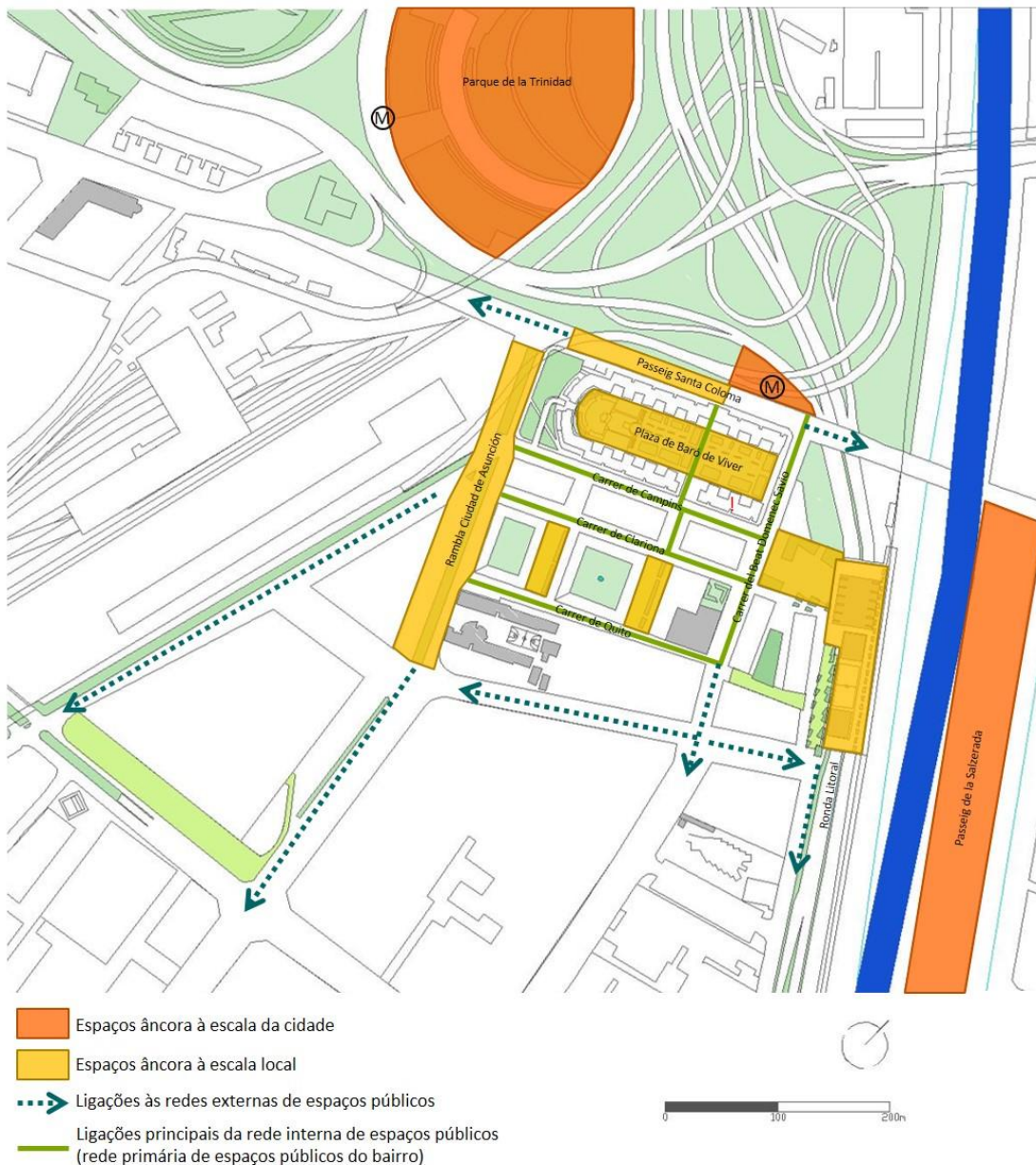


Figura 3.11 – Rede de espaços públicos do bairro Baró de Viver – Mapa interpretativo

Fonte: Autora

O facto de o Baró de Viver ser um bairro periférico da cidade de Barcelona, apresentando vários problemas de isolamento face ao resto da cidade, tem contribuído para fortalecer a sua identidade social ao longo dos anos. Este isolamento tem levado os seus moradores a

organizarem-se no sentido de reivindicar espaços públicos de qualidade, que possa colocar a rede do bairro a par com as outras áreas residenciais da cidade.

Como resultado destas reivindicações cidadãs foram desenvolvidas várias intervenções em alguns espaços públicos (de que são exemplo a “*Rambla Ciudad de Asunción*” e o “*Mural de la Memória*”), que introduzem um valor acrescentado para a coesão da rede interna do bairro, constituindo espaços âncora à escala da rede interna do bairro.



Figura 3.12 – “*Rambla Ciudad de Asunción*” e “*Mural de la Memória*” – espaços públicos resultantes de processos participativos com os moradores do bairro Baró de Viver

Fonte: Autora

Os principais problemas da rede do Baró de Viver prendem-se com a sua conexão com as redes externas, uma vez que este bairro se encontra limitado por infraestruturas rodoviárias de hierarquia superior que constituem barreiras físicas que contribuem para o seu isolamento. Cumulativamente, os principais espaços âncora capazes de atrair utilizadores de fora do bairro localizam-se nas áreas circundantes. Embora se encontrem muito próximos do interior do bairro, têm vários problemas de conexão com o mesmo devido às barreiras físicas existentes, tais como: [1] a conexão com a estação de metro; [2] para a ligação ao parque da “Trinidad”; e [3] a conexão com o “Rio Besós”.

É esta falta de conexão entre o bairro e seus espaços de âncora supra-locais, que constitui o principal problema de coesão da rede do bairro, na medida em que compromete a sua conexão com o resto da cidade, favorecendo o seu isolamento.

Síntese

A visão dos espaços públicos como parte integrante de uma rede, contrapondo a ideia de espaços isolados, permite-nos considerar que estes podem desempenhar um papel central na estruturação e articulação da malha urbana a diferentes níveis (formal, económico, social e cultural). Cumulativamente permite também uma abordagem interdisciplinar do espaço público, que favorece o desenho de estratégias de gestão equilibrada dos processos de coesão, promovendo a relação entre diferentes escalas territoriais - Busquets (1991) and Roca (2000), Castells (1976), Borja (2003).

A reflexão que desenvolvemos permite-nos constatar que os espaços públicos, pensados segundo uma abordagem sistémica – como uma rede de redes – desempenham um papel fundamental na estrutura urbana, conferindo o suporte para o desenvolvimento de diversas funções / atividades, permitindo a complementaridade e interdependência entre diferentes espaços, contribuindo positivamente para a coesão urbana.

Assim, o que é que uma rede de espaços públicos tem que ter para poder contribuir para a coesão urbana? A criação de uma rede coesa e coerente é determinada pela:

- › A existência de espaços âncora, isto é, polos de atracção capazes de atrair utilizadores e dinamizar a rede de espaços públicos. Estes são espaços que se destacam devido às conexões que estabelecem, ou às atividades que promovem, estruturando toda a rede de espaços públicos.
- › A existência de ligações entre os diferentes espaços âncora, não só em termos de acessibilidade, mas também através das dinâmicas económicas e sociais que permitem.

Por outro lado, esta análise permite-nos também refletir sobre o papel do *hardware* e *software* de uma rede de espaços públicos (Brandão, 2011a):

- › As principais ligações e infraestruturas físicas que dão lugar aos espaços âncora formam o *hardware* do sistema de espaços públicos, que se mantém mais estável ao longo do tempo, formando a “armadura” que estrutura toda a rede.

- › As funções e atividades têm maior grau de adaptabilidade face às transformações que vão ocorrendo ao longo do tempo, estando mais expostas alterações, constituindo assim o *software* que garante a vivência e apropriação, introduzindo uma terceira dimensão na rede de espaços públicos.

Assim, o processo de programação, planeamento e desenho de uma rede de espaços públicos pode representar um valioso instrumento na construção de espaços urbanos coesos e coerentes, apresentando-se como uma importante ferramenta para o planeamento e desenho urbano:

- › Contribuindo para a conectividade entre diferentes áreas da cidade, estabelecendo importantes ligações para a mobilidade dos utilizadores, mas também para as funções urbanas.
- › Permitindo a minimização das barreiras físicas que contribuem para o isolamento de áreas da cidade.
- › Fomentando a geração de dinâmicas socioeconómicas que, juntamente com outras medidas, são capazes de contribuir para a regeneração e reabilitação de uma área. Estas dinâmicas também podem ajudar a minimizar os fenómenos de exclusão social e marginalização.

Depois de clarificado o conceito de rede espaços públicos, bem como os seus contributos para a coesão urbana, importa agora desenvolver uma metodologia de análise da coesão que permita identificar claramente os principais problemas e potencialidades da rede, possibilitando a formulação de orientações e medidas de intervenção.

4. ANÁLISE DA COESÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

4. Análise da coesão de uma rede de espaços públicos

Enquadramento

4.1. Que metodologias para uma análise da coesão

4.2. Organização do processo de trabalho

4.3. Método de análise da coesão de uma rede de espaços públicos

4.3.1. Identificação da rede primária de espaços públicos do bairro

Barceloneta

Baró de Viver

4.3.2. Dimensões de análise

4.3.3. Descritores

Barceloneta

Baró de Viver

4.3.4. Problemas determinantes e dependentes

Barceloneta

Baró de Viver

4.3.5. Definição de orientações de intervenção

Barceloneta

Baró de Viver

4.4. Aplicabilidade prática – oportunidades

Síntese

Enquadramento

Tendo-se discutido o conceito de Coesão e a sua importância na estruturação da malha e vida urbana, bem como o papel das redes de espaço público na sua promoção, importa agora compreender como pode ser possível operacionalizar estes conceitos em distintos territórios, com características diversas. É neste processo de operacionalização que nos centramos no presente capítulo.

Deste modo, com o objetivo de contribuir para o reforço da coesão da estrutura urbana, propomos um método de análise, capaz de avaliar a coesão das redes de espaço público, centrando-nos numa perspetiva de integração multi-escala – seguindo a ideia de “rede de redes” anteriormente discutida (vid. Capítulo 3).

O método desenvolve-se a partir de uma análise à escala do bairro, procurando avaliar a coesão da sua rede interna, mas também as ligações com as redes envolventes. Assim, permite-nos analisar a relação e integração entre as redes locais e as redes de hierarquia superior, em que se insere (p.e.: a rede global de espaços públicos da cidade).

Pretendemos que este seja um método operativo, que possa contribuir para a formulação de soluções para alguns dos problemas que se colocam no contexto urbano atual. Assim, pretendemos identificar claramente os pontos críticos onde a coesão falha, e quais os motivos que levam à existência destas fragilidades, abrindo as portas para a definição de estratégias e medidas de intervenção.

Partimos do pressuposto que a cidade é composta por territórios diversos (Pinto & Remesar, 2012), seja pelas suas especificidades históricas, pelas suas características morfológicas, ou mesmo pelas suas particularidades sociais e económicas. A cidade é o lugar da diversidade por excelência (Townshend & Madanipour, 2008), e é essa diversidade que lhe confere o seu carácter e a distingue de outros territórios. Deste modo, o método que se apresenta tem em consideração esta diversidade, englobando as distintas dimensões em que se analisam não apenas os aspetos físicos / morfológicos de uma rede de espaços públicos, mas também as dinâmicas sociais e económicas que aí se geram.

Para melhor compreender a operacionalização do método proposto, mas também na perspetiva de o testar e validar, analisamos os dois territórios já apresentados no Capítulo

3 e cuja rede de espaços públicos foi analisada no Capítulo 3: o bairro da Barceloneta; e o bairro Baró de Viver. O estudo destes casos específicos permite também refletir sobre o papel desempenhado pelo desenho urbano, bem como a definição de diferentes escalas e funções, não só ao nível morfológico, mas também socioeconómico e sociocultural.

Assim, e no sentido de dar resposta às questões enunciadas, refletimos sobre a necessidade de, no âmbito da promoção da coesão, adaptar a forma como se analisa e avalia o papel dos espaços públicos. Por um lado, é necessário mudar de escala de análise. A grande maioria das metodologias de análise que se debruçam sobre a qualidade dos projetos de espaço público destina-se a uma avaliação posterior à construção ou implementação do projeto.

No entanto, no âmbito deste trabalho, em que se pretendem compreender as fragilidades ao nível da coesão de um território, é necessário proceder a uma análise anterior à elaboração de qualquer projeto urbano. Tal facto justifica a necessidade de mudar de escalas de análise, sendo indispensável analisar um território numa perspetiva de uma “integração multi-escala”. Por outro lado, a análise da coesão de uma rede de espaços públicos envolve uma multiplicidade de fatores, numa perspetiva “multi-dimensional”, uma vez que pretende dar resposta às necessidades dos utilizadores, ao mesmo tempo que procura estabelecer o equilíbrio com as características morfológicas do território, e com as características dos tecidos urbanos no contexto pré-existente.

Tendo em conta estas reflexões iniciais apresentamos uma metodologia que permite analisar a coesão de uma rede de espaços públicos, explicando no que consiste, como se processa, que ferramentas utiliza e quais os principais *outputs* esperados. Importa referir que a construção desta metodologia é suportada por um processo de validação e teste nos territórios de análise (os bairros da Barceloneta e Baró de Viver). Este processo de teste e validação, paralelo à construção do método de análise, confere-lhe um maior grau de adaptabilidade face a características diversas de diferentes tipos de território, contribuindo também para fortalecer a operacionalidade da metodologia.

Discute-se ainda a aplicabilidade prática e oportunidades de uma ferramenta como esta, no desenvolvimento de territórios coesos e coerentes. Faz-se também uma reflexão sumária sobre o papel do envolvimento dos cidadãos numa análise deste tipo.

4.1. QUE METODOLOGIAS PARA UMA ANÁLISE DA COESÃO?

Tal como se referiu anteriormente, a coesão à escala urbana foi recentemente introduzida como conceito, refletindo a necessidade de encontrar um equilíbrio territorial, mas também social e económico, que permita promover a equidade nos territórios urbanos (Andreas Faludi, 2010). Este conceito sustenta-se numa ideia de [1] equilíbrio territorial ligado à forma física da cidade e suas ligações, e de [2] equilíbrio social e económico, procurando assegurar a igualdade no acesso a bens e serviços mas também a diversidade característica destes territórios.

Uma análise da coesão permite, compreender melhor os problemas e potencialidades de um determinado território, o que pode facilitar a formulação de medidas de intervenção no planeamento e no projeto, que permitam dar resposta a estas fragilidades.

Deste modo, pretendemos desenvolver uma metodologia que permita analisar a coesão de uma rede de espaços públicos, não só no que se refere à conectividade física desta rede, mas também aos fenómenos de apropriação e utilização do espaço público, ou ainda às dinâmicas que nele se geram. O principal objetivo desta análise é o de encontrar os pontos críticos onde a coesão falha, de modo a compreender exatamente quais são os principais problemas que colocam desafios à coesão de uma rede de espaços públicos, possibilitando e facilitando a definição de medidas de intervenção, que permitam encontrar soluções equilibradas (Pinto & Remesar, 2012).

Importa então enfatizar em que é que uma metodologia deste tipo difere das metodologias de avaliação da qualidade do espaço público, apresentadas anteriormente? O que é que este método de análise acrescenta?

Sendo a Coesão do espaço urbano um conceito que envolve múltiplas dimensões numa perspetiva de integração multi-escala, também uma metodologia de análise da Coesão deve fundar-se nesta premissa. A maioria das metodologias existentes avalia cada projeto de espaço público isoladamente, desvalorizando a relação destes espaços públicos com a sua envolvente.

Na ótica de uma análise da coesão à escala urbana é necessária uma metodologia que tenha em consideração os espaços públicos numa perspetiva integrada de rede, considerando que cada espaço público forma parte de um “sistema” de espaços abrangente, formado por uma “rede de redes”. Assim, o método proposto analisa uma

rede de espaços públicos a uma escala definida, mas inclui também a forma como essa rede se conecta e relaciona com as redes envolventes.

Por outro lado, uma análise desta natureza deve também basear-se numa perspectiva de “multi-dimensão”. Com efeito, propõe-se uma análise tanto dos aspetos de conectividade da rede, como dos fenómenos de apropriação e vivência do espaço, procurando compreender as relações de complementaridade e dependência que se estabelecem.

Contrariando a tendência de algumas metodologias de avaliação das redes urbanas (Hillier & Hanson, 1984), no âmbito deste método, consideramos que as características físicas são valiosas fontes de informação acerca da coesão de uma rede, no entanto, não captam as perceções dos seus utilizadores, nem a forma como estes vivem o espaço. Vivências estas que estabelecem relações complexas e subtis com as características morfológicas (Ewing & Handy, 2009).

Embora o método desenvolvido se possa aplicar em qualquer fase do processo de planeamento ou projeto urbano, considera-se que ele será especialmente útil na aplicação a um território no início de um processo de intervenção, isto é, como uma metodologia de análise *ex-ante*²³, que funcione fundamentalmente como método de diagnóstico da rede de espaços públicos existente. Um diagnóstico dos problemas e potencialidades da rede de espaços públicos, sobre a qual se vai intervir e / ou das redes da sua envolvente, permite adaptar a intervenção a desenvolver de modo a que esta se possa integrar, as pré-existências do território onde se insere, numa perspectiva de conectividade da rede e de complementaridade funcional.

Assim, o método proposto deve basear-se, maioritariamente, numa análise qualitativa²⁴, não se limitando ao estudo dos fatores morfológicos da rede, incluindo também as dinâmicas sociais e económicas geradas (Whyte, 1980); (Project for Public Spaces, 2000); (Brandão et al., 2002). Apesar de algumas críticas poderem ser apontadas às análises qualitativas, especialmente sobre o carácter objetivo dos resultados (Ochoa, 2011), no sentido de colmatar esta subjetividade, propomos um método criterioso, suportado por

²³Contrariando a tendência de aplicação *ex-post*, característica da grande maioria das metodologias existentes para avaliação da qualidade do espaço público.

²⁴Contrastando com outras metodologias quantitativas existentes, como é o exemplo da *Space Syntax* (Hillier & Hanson, 1984). Este tipo de metodologias são muito úteis na análise das características morfológicas do espaço, mas não têm em consideração suficiente as dinâmicas de apropriação, utilização e identificação existentes. Fatores estes que se consideram determinantes numa análise da coesão urbana.

descritores que guiem a análise, bem como um controle teórico e metodológico do processo de interpretação.

Adota-se uma abordagem coerente, suportada pela definição de critérios e princípios, que permitirem a repetição de uma análise deste tipo, noutros territórios (ainda que se defenda sempre uma adaptação dos descritores de análise às especificidades do território sobre o qual se vai intervir) e por outros técnicos, diminuindo a subjetividade e discricionariedade da metodologia.

Algumas das metodologias de avaliação da qualidade do espaço público atuais, adotam abordagens qualitativas suportadas na definição de valores. É o caso da metodologia apresentada pelo grupo Project for Public Spaces (2000) - *How to Turn a Place Around* pretende construir “(...) a community-based, “place oriented” process organized around four main values and eleven basic principles for creating successful public spaces, using methods that anyone can use to evaluate a space.(...)” (Project for Public Spaces, 2000, pp. 16–17).

Estes autores baseiam toda a avaliação nos valores de Sociabilidade; Usos e Atividades; Acessos e Ligações; Conforto e Imagem; valores estes que se decompõem num conjunto de parâmetros que designam por intangíveis e indicadores.



Figura 4.1 – Esquema da metodologia de avaliação “How to turn a place around” (“Project for Public Spaces | What Makes a Successful Place?,” n.d.) (Project for Public Spaces, 2000)

Fonte: <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>

Por sua vez, Brandão (2008), na metodologia que desenvolveu para diagnosticar os valores identitários do espaço público, adapta a metodologia desenvolvida por Project for Public Spaces - PPS (2000), procurando identificar (...) *Como percebemos o valor do espaço público, pela sua performance identitária? (...), tendo em consideração que (...) os valores da identidade no espaço público podem ser intrínsecos (valores em si mesmos, como o valor da vida), mas mais frequentemente são valores relativos, com um carácter contextual e operativo, que difere de uma cultura para outra, de um ator urbano para outro e de uma época para outra. São valores intangíveis, que se manifestam de forma recorrente no espaço público (...)* (Brandão, 2008, p. 25). Assim, adapta os valores apresentados por PPS, decompondo-os numa série de outros valores intangíveis e indicadores, com o objetivo de formular um conjunto de estratégias de espaço público para a identidade urbana (Figura 4.2).

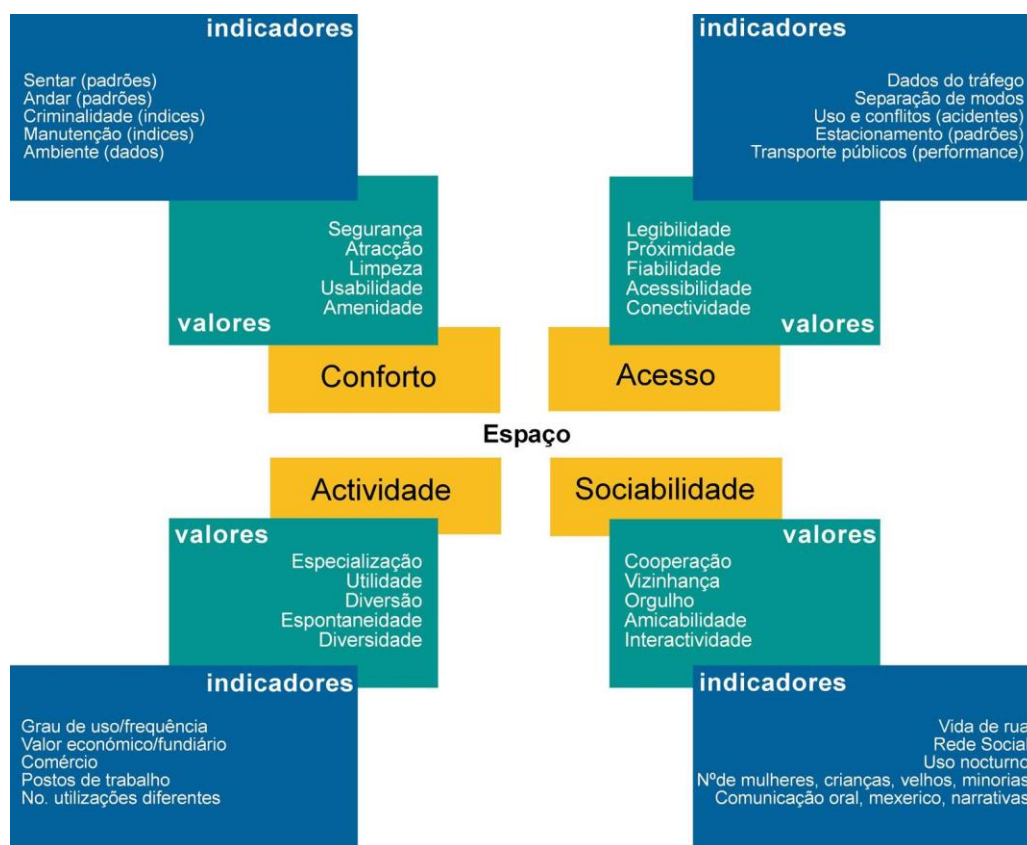


Figura 4.2 – Quadro de valores e indicadores da metodologia de diagnóstico de valores identitários do espaço público

Fonte: (Brandão, 2008)

Ambas as metodologias encaram o espaço público como um elemento privilegiado de qualificação urbana, entendendo que é importante avaliar o espaço público, com base em parâmetros que permitam diagnosticar problemas e oportunidades, suportando intervenções urbanas que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Ambas as avaliações reconhecem que é necessário partir dos valores basilares do espaço público, para depois os decompor em atributos ou indicadores concretos, que se adequem ao tipo de análise que se pretende desenvolver.

À semelhança destes autores, também a metodologia que propomos parte destes pressupostos, procurando compreender os valores da Coesão e a forma como o Espaço Público pode ser o “motor” para a sua promoção.

Porém, muitas das metodologias de avaliação de espaço público utilizam um conjunto de dados difíceis de reunir, ou porque requerem uma grande quantidade de informação, ou porque o processo de os conseguir é demasiado complexo, ou cuja elaboração é demasiado demorada ou dispendiosa²⁵.

No sentido de maximizar a operacionalidade de um método de análise da coesão, pretende-se que a recolha de dados seja o mais acessível possível, maioritariamente suportada em trabalho de campo, valorizando e privilegiando o contacto direto com o território, de forma orientada para a ação.

Alguns tipos de informação que podem contribuir para a coesão de uma rede urbana, podem ser difíceis de usar no apoio à decisão sobre quais as melhores opções a tomar nas intervenções a desenvolver. Atributos de uso do solo, tais como a densidade habitacional e os perfis físicos de rua são normalmente relacionados com a conectividade ou utilização da rede, mas mudar esses atributos é muitas vezes mais difícil e dispendioso do que mudar outros, como funções urbanas ou atributos de rua²⁶.

Os critérios de análise que suportam a metodologia que propomos promovem a operacionalidade da mesma e facilitam a formulação de soluções equilibradas e a

²⁵ Muitos destes métodos foram desenvolvidos para propósitos de investigação, e por isso muitas vezes envolvem graus de complexidade muito exigentes para uma recolha de dados que permita uma aplicação prática. Por exemplo, [1] envolvem uma recolha exaustiva de dados estatísticos, por vezes difíceis de reunir, de sistematizar ou de tratar; [2] recorrem a processos de recolha muito morosos ou dispendiosos como é o caso de algumas técnicas de observação existentes; etc.. Estes factos limitam claramente a operacionalidade das metodologias.

²⁶Atributos de walkability ou bikeability (Bradshaw, 1993; Cambra, 2012)

compreensão dos resultados, que é um fator determinante na operacionalidade das metodologias, pois uma análise da coesão urbana, como a que se propõe, envolve um certo grau de complexidade, devido à quantidade de fatores envolvidos e às relações que estabelecem entre si.

Deste modo, é importante que os resultados obtidos sejam legíveis e facilmente entendíveis, num contexto de diagnóstico de um território e apoio às decisões sobre intervenções urbanas a desenvolver, uma vez que nele têm expressão / impacto direto. Logo, é fundamental que os resultados possam ser facilmente representados no contexto territorial em que se inserem, razão pela qual é importante mapificá-los, não só no sentido de perceber onde estão os principais pontos onde a coesão falha, e também na perspectiva de compreender as suas razões e respetivos graus de influência.

4.2. ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO

Com o intuito de maximizar a operacionalidade do método proposto, centramos a análise na escala de bairro, não descurando as relações da rede do bairro com a sua inserção nas redes envolventes ou de hierarquia superior, uma vez que se analisa não só a sua rede interna, mas também as ligações às redes externas. Neste sentido dividimos o processo de análise em duas escalas distintas:

- › Uma primeira em que se analisam os fatores de Coesão da rede interna de Espaços Públicos do bairro;
- › Uma segunda que se centra na análise das conexões e relações que a rede do bairro estabelece com as redes envolventes, ou mesmo com as redes de hierarquia superior (p.e.: rede de Espaços Públicos da cidade).

No Quadro 4.1 sistematizamos o trabalho desenvolvido para cada uma das escalas, que se reparte por três fases distintas: [1] levantamento de campo; [2] sistematização do trabalho de campo; [3] interpretação do trabalho de campo. As fases de trabalho que aqui se apresentamos estruturam todo o processo de desenvolvimento do método proposto, estando intrinsecamente relacionadas com as suas dimensões e descritores de análise (que se descrevem mais adiante neste capítulo) e que compõem esta metodologia.

Como se pode constatar no Quadro 4.1 o processo de trabalho tem como fonte primária o contacto direto com o território. Inicia-se com um criterioso trabalho de campo, valorizando o contacto entre o investigador / técnico e o território a analisar, utilizando técnicas de observação do espaço público (Whyte, 1980) e mapificando estas observações, no sentido de estruturar a informação recolhida.

	Rede interna de espaços públicos do bairro	Conexões e relações com as redes envolventes
Levantamento	<ul style="list-style-type: none"> > Percorrer a rede de espaços públicos do bairro > Utilização de técnicas de observação do espaço público para a recolha de informação > Registo da informação recolhida em fichas de campo > Registo feito em diferentes períodos do dia e distintos dias da semana 	
Sistematização	<ul style="list-style-type: none"> > Identificação de espaços âncora de escala local > Identificação da rede primária de espaços públicos do bairro > Análise, usando de descritores, da coesão da rede primária de espaços públicos do bairro 	<ul style="list-style-type: none"> > Identificação de espaços âncora capazes de atrair utilizadores de fora do bairro > Análise das ligações entre a rede de espaços públicos dos bairro e as redes externas
Interpretação	<ul style="list-style-type: none"> > Identificação dos pontos críticos onde a coesão falha > Construção de mapas interpretativos da rede de espaços públicos do bairro e ligações à rede envolvente 	

Quadro 4.1 – Estrutura do processo de trabalho para a análise da coesão: fases de trabalho e escalas de análise

Fonte: Autora

O facto de se privilegiar o contacto direto com o território permite valorizar as características de cada rede de espaços públicos, incrementando a flexibilidade da análise e adaptação às especificidades de cada território. Tendo em conta que a análise da coesão é influenciada por um vasto leque de fatores, estes podem variar consoante a população existente, ou ambiente construído. No que se refere ao método proposto, esta flexibilização consegue-se através da adaptação dos descritores de análise (que se apresentam mais adiante no presente capítulo), ou do grau de relevância que lhes é atribuído.

Como principal *output* desta metodologia, pretendemos conseguir identificar quais os problemas chave que restringem a coesão de uma rede de espaços públicos, bem como identificar quais as suas principais potencialidades, identificando as causas dos problemas

encontrados, bem como a sua localização e influência. Através desta identificação pensamos que é possível orientar as intervenções urbanas no sentido de colmatar e minimizar as fragilidades encontradas, tirando partido das suas potencialidades.

Assim, os profissionais do planeamento e desenho urbano (tanto entidades privadas como autarquias locais), devem dar especial atenção à forma como os resultados da análise são comunicados. Os *outputs* devem ser facilmente lidos e entendidos pelos principais interessados. É por esta razão que a preocupação de mapificar com clareza as informações recolhidas e interpretações desenvolvidas, está presente em todas as fases de desenvolvimento do método proposto.

4.3. MÉTODO DE ANÁLISE DA COESÃO DE UMA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

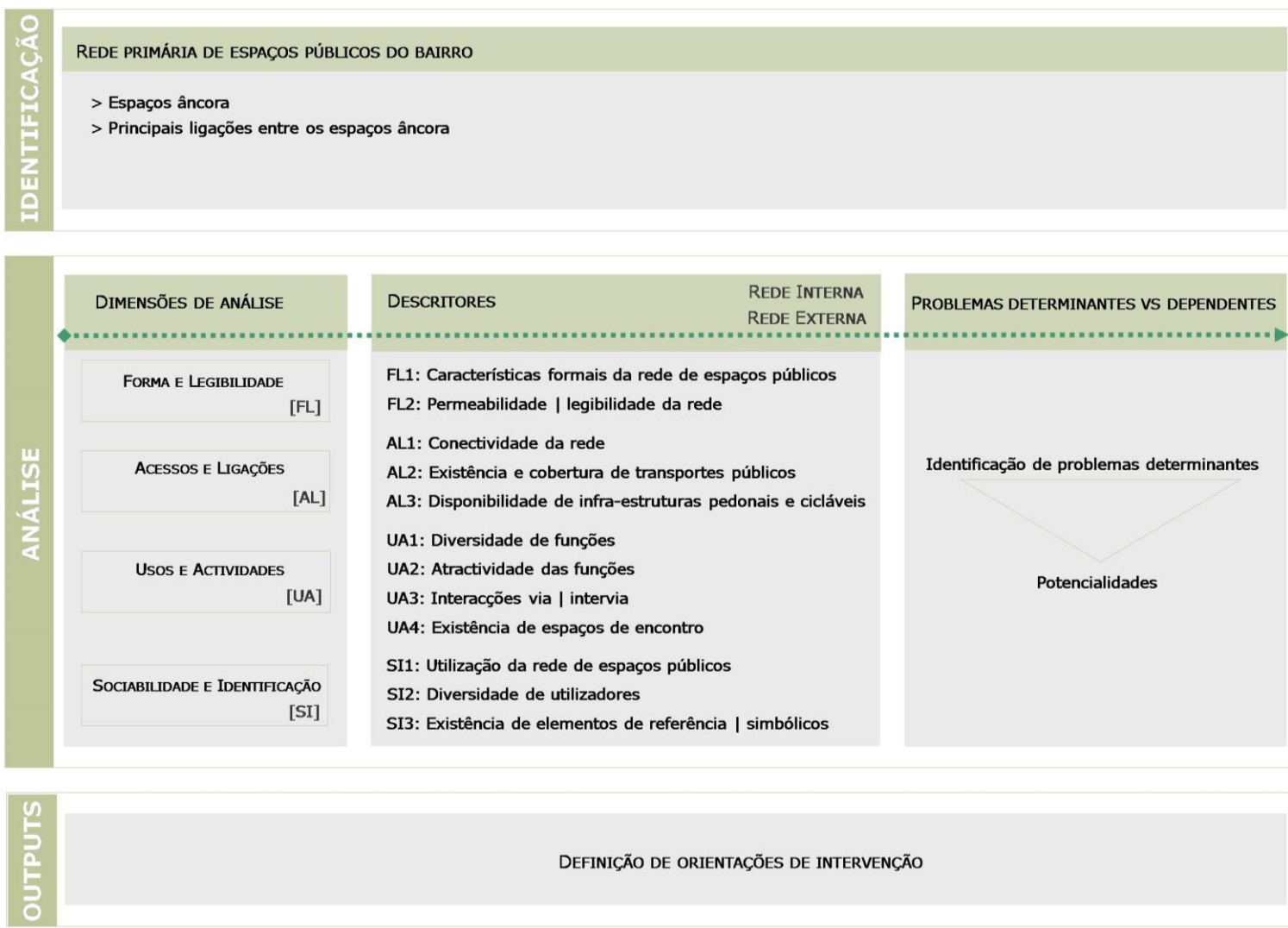
Conforme foi referido anteriormente, tentando criar as condições para a formulação de possíveis estratégias de intervenção, privilegiando-se o contacto direto com o território, temos como principal objetivo a identificação dos principais problemas ou pontos críticos onde a coesão falha, seja devido a: lacunas na conectividade / ligação física do território; questões de exclusão social ou marginalização; problemas de monofuncionalidade ou falta de diversidade.

No Quadro 4.2 apresenta-se uma representação esquemática da metodologia que propomos, que está diretamente relacionada com o processo de trabalho, sistematizado no Quadro 4.1, uma vez que tanto a etapa de identificação da rede de espaços públicos, como a de análise desta rede se desenvolvem recorrendo aos processos de levantamento, sistematização e interpretação descritos anteriormente.

A metodologia proposta para análise da coesão de uma rede de espaços públicos divide-se em três etapas distintas:

- › **Uma primeira etapa de identificação**, em que se apresenta a rede primária de espaços públicos do bairro. Esta rede constitui a base sobre a qual incidirá toda a análise.

- › **Uma segunda etapa que corresponde à análise propriamente dita**, composta por três fases distintas, e em que no final pretendemos ter um diagnóstico claro e detalhado dos problemas e potencialidades da rede de espaços públicos analisada. É importante referir que esta etapa é guiada pelo conceito de coesão (à escala urbana).
- › **Uma terceira etapa que constitui os *outputs* esperados da análise**, onde se definem orientações para os processos de intervenção urbana.



Quadro 4.2 – Representação esquemática da metodologia proposta para a análise da coesão de uma rede de espaços públicos.
Fonte: Autora

A primeira etapa da metodologia proposta – Identificação – é fundamental para o desenvolvimento das etapas subsequentes, constituindo a base sobre a qual incidirá toda a análise. Isto porque é nesta etapa que se identifica a rede de espaços públicos que se irá analisar – **rede primária de espaços públicos do bairro** – bem como as ligações entre a rede do bairro e as redes externas, que também serão alvo da análise a desenvolver. Deste modo pode considerar-se que nesta etapa se define o “esqueleto”, ou a “armadura” física e funcional (Portas et al., 2011) sobre a qual iremos trabalhar.

A segunda etapa inclui o corpo central da análise. Nesta etapa a **analisa-se a coesão da rede de espaços públicos do bairro e as suas ligações às redes externas**, segundo quatro dimensões complementares – Forma e Legibilidade; Acessos e Ligações; Usos e Atividades; Sociabilidade e Identificação. No sentido de tornar a metodologia mais operativa decompõe-se estas dimensões num conjunto de doze descritores, segundo os quais se analisa (privilegiando o contacto direto com o território) a rede interna de espaços públicos do bairro e respetivas ligações às redes externas.

Também com o objetivo de incrementar a operacionalidade do método proposto, para cada descritor desenvolvem-se fichas²⁷, acompanhadas de mapas interpretativos, permitindo uma mais fácil compreensão dos problemas ou pontos críticos onde a coesão falha. Este tipo de sistematização facilita a identificação, e compreensão respetivo impacto, dos problemas no território.

Através da análise suportada pelos referidos descritores, identificam-se vários problemas ou fragilidades ao nível da coesão da rede de espaços públicos do bairro e respetivas ligações às redes externas. No entanto, nem todos estes problemas são determinantes, na definição de medidas de intervenção capazes de impulsionar dinâmicas de solução para estes problemas. Para isto é necessário encontrar os problemas chave, isto é, aqueles que estabelecem fortes relações com os restantes, e que intervindo no sentido de os alterar há uma maior probabilidade que solucionar um maior número de fragilidades.

No final desta etapa será possível identificar quais os problemas determinantes que afetam a coesão do território em análise, bem como as suas principais potencialidades. É

²⁷Ver Anexo I

através desta dicotomia Problemas Determinantes vs. Potencialidades que se chega aos **outputs esperados da metodologia**, isto é, a definição de orientações e medidas de intervenção, que sejam capazes de solucionar os problemas e fragilidades encontrados, potenciando a criação de espaços urbanos mais coesos e coerentes.

Nos pontos que se seguem descrevem-se com maior detalhe as três etapas que constituem o método proposto, bem como os passos e critérios que o compõem. Esta descrição vai sendo acompanhada por um processo de teste e validação da metodologia através da aplicação aos dois territórios de análise – **os bairros da Barceloneta e Baró de Viver**.

Com o intuito de compreender a operacionalização do método proposto para análise da coesão de uma rede de espaços públicos importa testar / validar o processo, os parâmetros e os critérios envolvidos. Neste sentido recorreremos, uma vez mais²⁸, aos territórios de análise para aplicar a abordagem metodológica desenvolvida, verificar as suas potencialidades e melhor compreender as eventuais limitações.

O estudo de casos específicos permite também refletir sobre o papel do desenho urbano na configuração e funcionamento da rede de espaços públicos, não só no que diz respeito aos fatores morfológicos, mas também às dinâmicas sociais e económicas. Paralelamente, esta opção promove a reflexão sobre o papel dos limites ou fronteiras (numa perspetiva de integração multi-escala) (Pinto & Remesar, 2012), na articulação entre as redes de espaço público locais e as suas envolventes, e / ou de hierarquia superior.

A escolha de dois territórios radicalmente distintos (um bairro histórico consolidado – Barceloneta – e um bairro periférico contemporâneo – Baró de Viver), tanto na sua génese como nas suas características atuais, prende-se com o facto de pretendermos testar o método proposto em redes com problemas de coesão de diferentes naturezas e com diferentes impactos. Por outro lado esta diversidade também permite testar a flexibilidade da metodologia na adaptação ao diagnóstico de diferentes tipos de fragilidades.

²⁸ À semelhança do que se fez no Capítulo 3, para a identificação de uma rede de espaços públicos de um bairro.

Como *output* final, da aplicação da metodologia proposta aos territórios de análise, resulta um diagnóstico detalhado dos diferentes tipos de problemas / fragilidades ao nível da coesão da sua rede de espaços públicos. Identificam-se de entre estes problemas, quais são os determinantes, e portanto sob os quais as intervenções têm maior capacidade de gerar dinâmicas de alteração noutros problemas presentes.

Procuramos ainda apontar algumas orientações de intervenção, no sentido de contribuir para solucionar os problemas existentes, com o auxílio da identificação das potencialidades capazes de contribuir para a coesão destes territórios.

4.3.1. Identificação da rede primária de espaços públicos do bairro

Nesta etapa identifica-se a rede primária de espaços públicos do bairro²⁹ sobre a qual irá incidir toda a análise, constituindo-se assim a base que suporta o método proposto para a análise da coesão.

Para a delimitação desta rede, o primeiro passo é identificar os espaços que desempenham um papel estruturante, funcionando como âncoras, isto é, como polos de atracção ou geradores de dinâmicas, capazes de atrair utilizadores tanto do bairro como de outras áreas da cidade.

Estes espaços são considerados decisivos para os processos de coesão urbana do bairro, uma vez que funcionam como centralidades locais, determinando o funcionamento da rede de espaços públicos, desde os maiores fluxos de deslocações dentro do bairro, às suas principais dinâmicas de utilização e apropriação. De salientar que, dependendo da sua capacidade de atrair utilizadores de dentro do bairro ou também de outras áreas da cidade onde se inserem, estes podem ser considerados espaços âncora de escala local ou âncoras à escala da cidade.

²⁹ Uma vez que, tal como se referiu anteriormente, o método proposto se destina a ser aplicado à escala do bairro, a análise inicia-se com a identificação da rede primária de espaços públicos do bairro.

Uma vez identificados os espaços âncora é importante analisar as principais ligações entre si. Estas conexões, em conjunto com os espaços âncora identificados, constituem a rede primária de espaços públicos do bairro, onde se concentra o maior e mais diversificado número de atividades / funções, gerando assim as principais dinâmicas sociais, culturais e económicas.

Por outro lado, tendo a análise da coesão (à escala urbana) que levar em conta a característica de integração multi-escala, a metodologia que propomos centra-se na escala do bairro, mas tendo em consideração a integração da rede de espaços públicos do bairro nas redes envolventes e / ou de hierarquia superior.

Assim, importa também identificar as principais ligações entre a rede interna de espaços públicos do bairro e as redes externas, não apenas na perspetiva da rede de acessibilidades que possibilita a mobilidade dos cidadãos, mas também no que diz respeito à diversidade de dinâmicas capazes de promover relações de complementaridade com as várias redes da cidade. É neste sentido que se avalia se a rede do bairro é ou não capaz de atrair utilizadores de outras áreas da cidade.

Em suma, a rede de espaços públicos, sobre a qual incidirá a análise da coesão, é composta por:

1. Um conjunto de espaços âncora (de escala local e à escala da cidade),
2. As principais ligações entre estes espaços âncora;
3. As ligações primárias entre a rede interna de espaços públicos do bairro e as redes externas.

O conjunto destes espaços constitui a “grelha” base para a análise da coesão urbana do bairro, e identificação dos principais fatores promotores da coesão, ou da sua fragmentação (tanto ao nível das suas conexões físicas, como das dinâmicas sociais e económicas geradas).

BARCELONETA

De acordo com os critérios previamente descritos³⁰, identifica-se a rede primária de espaços públicos do bairro (Figura 4.3) – composta pela sua rede interna e pelas ligações às redes externas – sobre a qual incidirá a análise.



Figura 4.3 – Rede primária de espaços públicos do bairro da Barceloneta e ligações às redes externas

Fonte: Autora

A identificação da rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta permite constatar que esta é caracterizada por uma dupla dinâmica:

- › Por um lado a rede interna de espaços públicos do bairro, ligada às suas especificidades morfológicas que lhe conferem um forte carácter identitário e atribuem ao bairro um carácter único;

³⁰ Critérios para a identificação de uma rede de espaços públicos – Capítulo 3.

- › Por outro lado a dinâmica exógena, cuja influência se pode estender a toda a cidade ou mesmo à escala metropolitana, ao transformar-se a Barceloneta, e a sua frente marítima (praia) numa referência ao nível dos desportos aquáticos.



Figura 4.4 – Rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta – dualidade de dinâmicas

Fonte: Autora

A dinâmica exógena atrai um grande número de utilizadores de fora do bairro, enquanto a dinâmica interna permite, à Barceloneta, proteger e manter um forte carácter identitário na vivência de bairro.

Esta dupla dinâmica está intrinsecamente relacionada com o desenho urbano do bairro. As suas ruas estreitas, associadas aos edifícios altos, formam uma espécie de “barreira” à entrada de utilizadores de fora do bairro, mantendo a forte dinâmica interna que o caracteriza. Por outro lado, o facto de a praia e o porto ocuparem os limites externos do bairro, promove a geração de dinâmicas exógenas, atraindo um grande número de utilizadores de fora.

No entanto, embora esta dualidade de dinâmicas e identidades possa, à partida, parecer algo contraditória³¹, o contacto directo com o território mostra que este fenómeno não tem impactos restritivos. O equilíbrio existente nesta dualidade de dinâmicas e interações, tem como suporte as características morfológicas / físicas da rede de espaços públicos, tanto ao nível do traçado da sua rede interna, como da localização dos espaços âncora principais.

³¹ Podendo levar a pensar que o elevado número de turistas e utilizadores de fora do bairro podem condicionar as suas dinâmicas e vivência interna.



Figura 4.6 – Rede de espaços públicos do bairro Baró de Viver – bairro periférico

Fonte: Autora

Por outro lado, os espaços âncora existentes na rede interna de espaços públicos têm influência fundamentalmente à escala do bairro, não tendo a capacidade de atrair utilizadores de fora do mesmo. Os espaços âncora (existentes e potenciais) capazes de atrair utilizadores de outras áreas da cidade encontram-se fora do bairro (ou nos seus limites), e na sua maioria apresentam problemas de conectividade com a rede interna, devido às barreiras físicas existentes. Esta característica contribui para o isolamento do bairro, em si mesmo, em vez de o abrir ao exterior – fator que está na origem dos principais problemas de coesão urbana existentes, como se verá mais adiante.

4.3.2. Dimensões de análise

Indo ao encontro dos objetivos fundamentais que conduzem ao desenvolvimento deste método³² (análise operativa), torna-se necessário definir os descritores concretos, que permitam uma análise da coesão de um território expedita e operativa.

³² Nesta etapa o enfoque é exclusivamente no processo de análise. Como input temos já definida a rede de espaços públicos do bairro, sobre a qual se irá intervir.

Neste sentido, e voltando um pouco atrás, importa lembrar que, usamos o conceito de coesão a partir de uma perspectiva de coerência formal e continuidade espacial, seguindo os princípios enunciados por Borja (1988, 2009) na sua definição de espaço público.

Deste modo, a existência de uma lógica que suporta a produção do espaço público, apoiada nas dimensões de **continuidade, visibilidade e acessibilidade**, torna-se o “grau zero” (Barthes, 1967) na análise da coesão à escala urbana. Adicionalmente existem outros aspetos determinantes na promoção da coesão, tendo o espaço público como o seu “agente” fundamental, tais como a sua capacidade de construir “**espaços de representação**” (Lefebvre, 1970, 1974), capazes de potenciar processos identitários que promovam a integração e complementaridade entre as transformações físicas e a imagem da cidade (Brandão, 2011a, 2011b). É também necessário ter em consideração os aspetos ligados às **atividades produtivas do território** (Hernando & Remesar, 2011) que constituem valiosos instrumentos nas dinâmicas sociais e económicas do espaço urbano.

Nesta perspectiva, e voltando às dimensões da coesão urbana³³, verificamos que:

- › Relativamente à **continuidade** e no que diz respeito à coesão do espaço urbano, este valor está primordialmente relacionado com características de carácter físico / morfológico. No sentido de favorecer a coesão de um território é fundamental dispor de boas **conexões**, que permitam garantir as **ligações** entre as funções principais, e entre estas e todas as áreas de uma rede. Isto no sentido de garantir que não existem “sombras” no território, ou seja, espaços que fiquem isolados, sem conexão aos restantes elementos da rede, promovendo a equidade e igualdade no acesso a bens e serviços.

A continuidade de uma rede é também diretamente influenciada pela sua **forma**, isto é, pelas suas características de traçado, que podem favorecer a conectividade entre dois pontos da malha ou determinar a sua fragmentação. Por outro lado, estes fatores afetam a **visibilidade** da rede, pela forma como os utilizadores a compreendem visualmente (Lynch, 1960), e portanto na sua capacidade de nela se orientarem.

³³ Desenvolvidas no Capítulo 1

De salientar ainda que tanto a existência de boas conexões / ligações, como a forma e legibilidade da rede afetam diretamente o sentimento de **segurança e conforto** dos seus utilizadores. Uma rede com problemas de fragmentação e isolamento, ou que seja demasiado confusa e de fraca legibilidade, terá uma maior probabilidade de provocar sentimento de insegurança nos seus utilizadores.

- › No que diz respeito à **Atratividade**, esta expressa-se no território, maioritariamente através da presença de **usos e atividades** capazes de atrair utilizadores e dinâmicas mais alargadas de utilização e apropriação dos espaços públicos da rede. Estas dinâmicas que determinam as características de **sociabilidade e identificação**, influenciam não só a forma como os utilizadores vivem o espaço e as atividades que nele desenvolvem, mas também as imagens que dele constroem (Lynch, 1960; Brandão, 2008).

A multifuncionalidade, isto é, a existência de um equilibrado mix de **usos e atividades**, fomenta a presença de **diferentes perfis de utilizadores** na rede de espaços públicos, isto é, a diversidade de atores, de diferentes idades, extratos sociais, culturas, etc., que convivem e compartilham o espaço.

Naturalmente, também a **forma e legibilidade** condicionam a atratividade de uma rede urbana, uma vez que numa malha desconexa, ou demasiado complexa, os pontos de maior atratividade tornam-se mais difíceis de localizar ou mesmo aceder.

- › No que diz respeito à **Identidade**, enquanto valor determinante para a coesão urbana, esta expressa-se no território através de uma grande diversidade de fatores. Manifesta-se diretamente na construção da imagem que os utilizadores fazem de um determinado território, e conseqüentemente no modo como se relacionam com os espaços e como se relacionam entre si, ou seja, nas distintas formas de **sociabilidade** presentes na rede.

Por outro lado, a identidade está também presente na **forma e legibilidade** da rede, bem como nos seus **usos e atividades**, pois ambos condicionam as dinâmicas sociais e económicas que aí se desenvolvem.

Também a diversidade de funções e utilizadores influencia as características de **sociabilidade e identificação** da rede, uma vez que condiciona as atividades que os utilizadores desenvolvem no espaço público, a forma como dele se apropriam,

e também as representações individuais e coletivas que constroem do território (do seu bairro por exemplo).

Deste modo, e com o intuito principal de organizar os valores da coesão à escala urbana em atributos de análise, que possam ser decompostos em descritores, estruturamos a análise segundo quatro dimensões fundamentais (Quadro 4.3): [1] **Forma e Legibilidade**, [2] **Acessos e Ligações**; [3] **Usos e Atividades**; [4] **Sociabilidade e Identificação**.

Estas dimensões de análise, e a compreensão do seu significado no âmbito da coesão urbana, permite-nos passar para a formulação dos descritores (Quadro 4.4) que permitirão operacionalizar a metodologia proposta, recorrendo a trabalho de campo.

FORMA E LEGIBILIDADE	
	<p>A coesão de uma rede de espaços públicos é determinada pelo seu traçado. Um bairro com um traçado facilmente legível, que promova a continuidade em detrimento da fragmentação, que seja equilibrado nas suas dimensões permitindo a existência de elementos de referência (quebrando a monotonia), contribui para coesão da sua rede interna, mas também a sua integração com a envolvente.</p>
ACESSO E LIGAÇÕES	
	<p>Uma rede coesa é facilmente acessível, permitindo circulação dos seus utilizadores de forma clara e confortável, tornando agradável a sua utilização. Numa rede de um bairro é particularmente importante a existência de estruturas físicas que permitam a circulação pedonal e ciclável de forma confortável e segura, em complementaridade com transportes públicos. Todos os espaços da rede devem ser facilmente acessíveis a todos os utilizadores, em detrimento da fragmentação, marginalização ou isolamento.</p>

USOS E ATIVIDADES

Os usos e atividades constituem a base das dinâmicas sociais e económicas geradas numa rede, enquanto geradores de fluxos e deslocações de utilizadores na rede de espaços públicos. Têm também a capacidade de tornar um espaço especial, ou mesmo único, e de promover a diversidade na sua utilização. Quando não existe nada para fazer num espaço, este fica sem utilização, normalmente significando que algo está errado ou em falta (Project for Public Spaces, 2000).

SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO

A sociabilidade, que os utilizadores estabelecem entre si, nos espaços públicos, é uma condição essencial para a coesão dessa rede. Se as pessoas se sentem confortáveis na interação umas com as outras, independentemente do sítio de onde provêm, da sua idade ou extrato social, então aumenta-se a probabilidade de que desenvolvam sentimentos de pertença e identificação com a rede do bairro.

Quadro 4.3 – Dimensões de análise da coesão urbana de uma rede de espaços públicos

Fonte: Autora

4.3.3. Descritores

Para maximizar a operacionalidade da metodologia, com a escolha de descritores pretende-se especificar a forma de medir ou exprimir o cumprimento dos objetivos, servindo de base para descrever, de forma tão objetiva quanto possível, o desempenho (Bana e Costa & Beinat, 2005; Batista e Silva, da Graça Saraiva, Loupa Ramos, & Bernardo, 2013). No caso específico da metodologia que propomos, os descritores estão estruturados segundo as quatro dimensões – Forma e legibilidade; Acesso e ligações; Usos e atividades; Sociabilidade de identificação – e são formulados no sentido de descreverem o desempenho de um dado território face ao fator que se pretende analisar.

Os descritores formulados são de natureza qualitativa, por integrarem (para além dos aspetos físicos / morfológicos) fatores relacionados com as dinâmicas sociais e

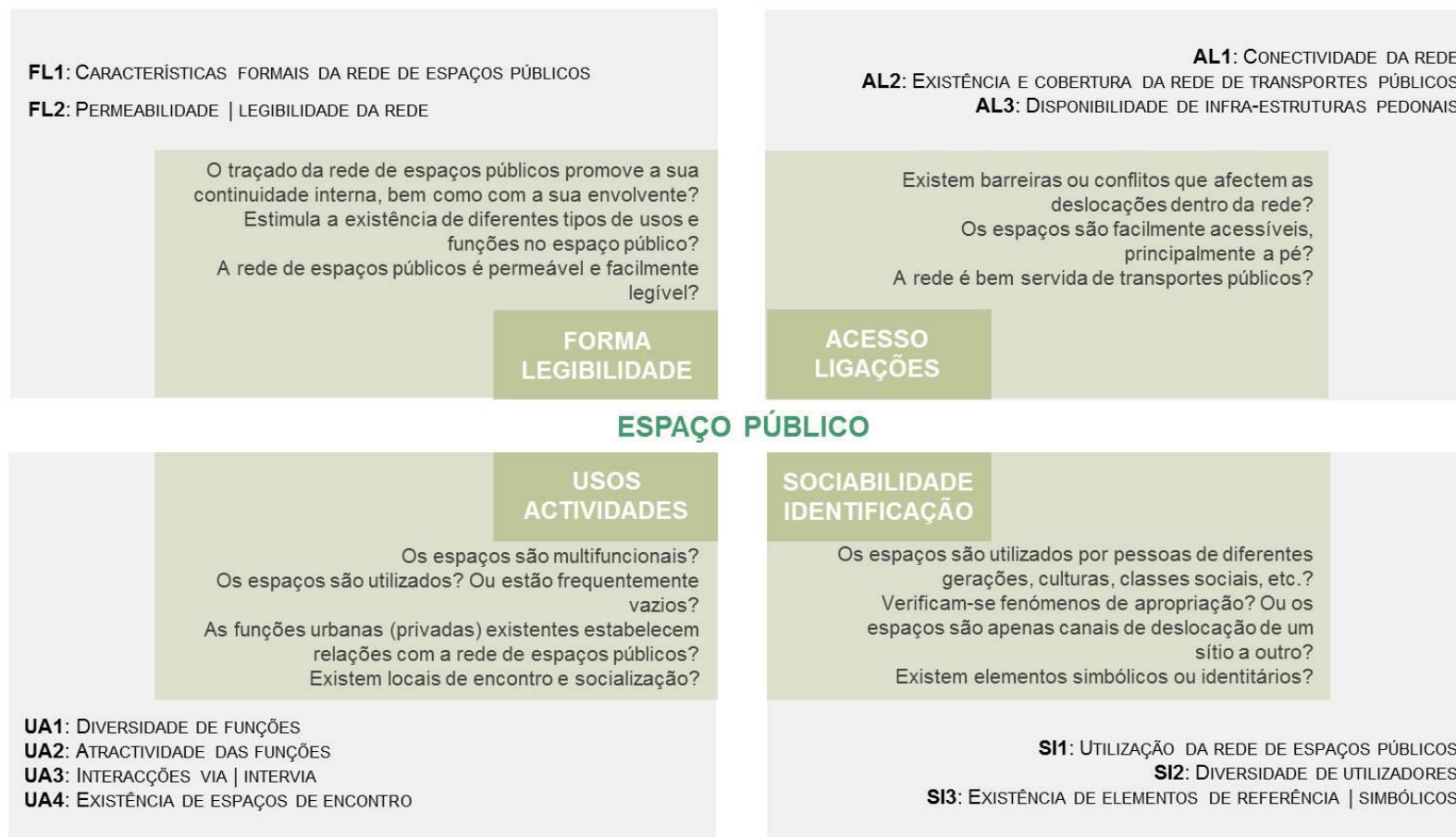
económicas existentes, isto é, a forma como os utilizadores vivem e se apropriam do espaço, “o *software* do espaço público”.

Assim, define-se um conjunto de descritores, procurando facilitar o processo de coleta dos dados necessários para o desenvolvimento da análise; um conjunto de descritores demasiado extenso e exaustivo, para além de dificultar o processo de levantamento e recolha da informação necessária, dificulta também a interpretação e tratamento desta informação, conseqüentemente restringindo a operacionalidade da análise.

Deste modo, procurou-se que o conjunto de descritores proposto fosse paralelamente consensual, exaustivo, conciso, independente e operacional (Bana e Costa & Beinat, 2005; Cambra, 2012). Não sendo demasiado extenso, será suficientemente exaustivo para garantir que todos os fatores determinantes para a coesão sejam tidos em consideração:

- › Consensual – os descritores estão diretamente relacionados com os processos de coesão à escala urbana e com a forma como o espaço público pode contribuir para a sua promoção.
- › Exaustivo – as diferentes dimensões do conceito de coesão estão cobertas, significando que estão representadas as perspetivas fundamentais.
- › Conciso – o número de descritores é limitado ao conjunto essencial para cobrir as dimensões de análise, e ao mesmo tempo evitar o excesso de informação.
- › Independente – os descritores estão de certo modo relacionados, no entanto procura-se garantir que o desempenho de cada um não seja dependente do desempenho de outro.
- › Operacional – a informação necessária para cada um dos descritores é facilmente acessível, isto é, podem ser adaptadas à informação disponível e especificidade de cada caso.

No Quadro 4.4 apresentam-se os descritores que integram o método de análise que propomos, estruturados segundo as dimensões de análise que lhes dão origem, cada uma originando perguntas a que se pretende dar resposta. Seguidamente importa caracterizar cada um destes descritores, a fim de compreender o seu propósito, mas também o conjunto de informação de que necessitam e as variáveis que envolvem.



Quadro 4.4 – Dimensões e descritores de análise da coesão de uma rede de espaços públicos

Fonte: Adaptado de Brandão (2008) e Project for Public Spaces (2000)

FL1 – CARACTERÍSTICAS FORMAIS DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

As características formais de uma rede de espaços públicos de um bairro influenciam não apenas a coesão da sua rede interna, mas também a sua integração com as redes externas, ou envolventes. Vários fatores relacionados com a coesão são influenciados pelas especificidades da rede. As características do traçado, a largura das ruas, as dimensões das praças e largos, a existência de espaços abertos ou a sua localização, são elementos com repercussões na conectividade, nas funções existentes, ou mesmo na forma como os utilizadores vivem e se apropriam do espaço.

Existem várias formas de se analisarem as características formais de uma rede de espaços públicos, pois sendo um descritor algo complexo, não existe na literatura um consenso relativamente a este fator. Na presente metodologia opta-se por uma análise baseada numa relação de cheios e vazios (em que os cheios correspondem à rede primária de espaços públicos do bairro e ligações com a envolvente), por se considerar que permite fazer uma leitura clara da estrutura da rede.

Variáveis: Traçado da rede de espaços públicos; Dimensões das ruas, praças, largos, jardins, etc.; Relações de abertura e fecho que dão forma à rede de espaços públicos.

FL2 – PERMEABILIDADE | LEGIBILIDADE DA REDE

Este descritor concentra-se fundamentalmente na imagem mental que os utilizadores têm da rede de espaços públicos, ou seja, na clareza da “leitura” e compreensão da rede. A legibilidade é definida por Lynch (1960) como a facilidade com a qual as partes podem ser reconhecidas e organizadas numa estrutura coerente, sendo um fator crucial na estrutura urbana. Esta está claramente interdependente da permeabilidade da rede, que por sua vez representa a infraestrutura que suporta a legibilidade. Estes fatores estão diretamente relacionados com a forma da rede, mas desempenham também um importante papel na sua estrutura social, uma vez que fornecem os símbolos e memórias coletivas de um espaço.

Problemas da permeabilidade da rede restringem a sua legibilidade, e podem estar na origem de sentimentos de insegurança por parte dos seus utilizadores, fenómenos de exclusão ou mesmo isolamento. Neste sentido, analisam-se as barreiras existentes, não

apenas as barreiras físicas que provocam fraturas no território, mas também as barreiras visuais, que restringem a legibilidade da rede.

Variáveis: Barreiras à permeabilidade e legibilidade da rede de espaços públicos.

AL1 – CONECTIVIDADE DA REDE

A conectividade está relacionada com as ligações que se estabelecem na rede de espaços públicos, com a sua qualidade e densidade, ou seja, com o grau com que a rede facilita ou dificulta o movimento dos seus utilizadores. Ela define se um espaço está ou não fisicamente disponível e acessível para os utilizadores (Carr, 1992). Barreiras à conectividade podem provocar a fragmentação ou “exclusão física”, isto é, incapacidade de aceder ou de usar um espaço, independentemente de este poder ou não ser visto (Carmona, 2003).

Numa rede com elevada conectividade existem várias ligações possíveis entre os distintos pontos da malha, sendo residual o número de barreiras físicas e becos sem saída. Um aumento da conectividade diminui as distâncias e amplifica o número de opções na escolha da rota a tomar, contribuindo para a criação de um sistema mais acessível e flexível.

A conectividade inclui uma componente relacionada com a estrutura, que corresponde às ligações que estabelece; e uma outra componente funcional, que se prende com a disponibilidade destas ligações para a movimentação dos seus utilizadores. Por esta razão, a análise deste descritor baseia-se nas ligações existentes na rede e nos pontos que conecta, bem como na existência de barreiras físicas que impeçam ou restrinjam estas ligações. Importa ainda referir que uma análise da conectividade implica não só uma análise da rede interna de espaços públicos do bairro, mas também da sua capacidade de conexão com as redes envolventes.

Variáveis: Eixos que estabelecem as ligações no interior da rede de espaços públicos e com a sua envolvente; Barreiras físicas.

AL2 – EXISTÊNCIA E COBERTURA DA REDE DE TRANSPORTES PÚBLICOS

A existência de uma rede de transportes públicos, que tenha uma boa cobertura face às ligações mais importantes com o resto da cidade, é um fator bastante relevante na promoção da coesão urbana, principalmente na perspectiva de integração desta rede com a circulação em modos suaves. Uma boa rede de transportes públicos favorece as dinâmicas de utilização da rede de espaços públicos, uma vez que fomenta um maior fluxo de utilizadores e de deslocações de e para a rede interna.

Outro fator relevante é a diversidade de transportes públicos oferecida e as ligações que estabelece com o resto da cidade. Quanto maior for a diversidade e mais amplo for o leque de percursos disponível, maior será a capacidade da rede do bairro se integrar com o resto da cidade e maior será a sua capacidade de atrair utilizadores de fora do mesmo.

A análise deste descritor é feita através da identificação dos diferentes modos de transporte público existentes na rede de espaços públicos do bairro, e das ligações que permitem. Outro fator analisado é a localização das paragens, nomeadamente no âmbito da sua relação com as funções urbanas existentes.

Variáveis: Paragens dos diferentes modos de transporte público existentes na rede do bairro.

AL3 – DISPONIBILIDADE DE INFRAESTRUTURAS PEDONAIS E CICLÁVEIS

A existência de espaços dedicados à circulação em modos ativos³⁴ assume uma relevância determinante na análise da coesão à escala de um bairro. A disponibilidade de infraestruturas específicas para estes modos de deslocação, sejam elas exclusivamente dedicadas ou partilhadas com outros modos de transporte, promove o conforto na movimentação dos utilizadores e fomenta o uso da rede de espaços públicos (Department of Transport . UK Government, 2007).

³⁴ Nos casos específicos dos territórios que se analisam neste capítulo, e do contexto geográfico cultural em que se inserem, os modos ativos com maior relevância para a análise são as deslocações a pé e em bicicleta.

Independentemente do seu propósito, as deslocções em modos ativos constituem um “fórum” para o desenvolvimento das atividades sociais (Gehl, 2010). Os modos ativos são formas de transporte, mas são também potenciais geradores de muitas outras atividades. Uma rede com fracas condições para a circulação pedonal (por exemplo), dificulta o acesso e circulação dos utilizadores, especialmente pessoas com necessidades especiais (como crianças ou idosos). Problemas como a falta de visibilidade, de sinalização, ou *layouts* de ruas inconsistentes, provocam o desconforto e desorientação na utilização dos espaços públicos (Gehl Architects, 2004).

Deste modo, é facilmente compreensível que a disponibilidade de infraestruturas destinadas à circulação em modos ativos assume um papel determinante para a coesão à escala de um bairro, superando o propósito de suporte físico para as deslocções dos utilizadores, desempenhando também funções de dinamização social e apropriação da rede. Nesta análise identificam-se as áreas pedonais, tanto os estandardizados passeios – elevados em relação ao espaço de circulação rodoviária, com um pavimento diferente, de dimensões normalmente moderadas e destinados fundamentalmente à circulação – como outras áreas pedonais – de dimensões mais generosas, normalmente acumulando funções de recreio e lazer, não necessariamente elevadas em relação ao resto da via ou com pavimento diferente. Identificam-se também os espaços reservados à circulação em bicicleta e os destinados aos atravessamentos pedonais, tanto ao nível da rede interna de espaços públicos do bairro, como nas ligações à sua envolvente mais imediata.

Assim, este descritor avalia a continuidade da rede pedonal e ciclável do bairro, ou seja, a capacidade de um utilizador seguir um determinado percurso, utilizando uma infraestrutura adequada, que inclui espaços de circulação e cruzamentos. Outro facto tido em consideração são os conflitos com outros modos de transporte (maioritariamente circulação rodoviária). Num ambiente amigável para a circulação em modos ativos a coexistência deverá ser promovida, favorecendo a segurança dos utilizadores da rede de espaços públicos. Para além dos espaços partilhados, os conflitos podem também ocorrer dentro dos espaços dedicados aos modos ativos, por exemplo, nos casos de estacionamento ou entradas de garagem.

Variáveis: Áreas pedonais; Zonas de atravessamento pedonal; Ciclovias.

UA1 – DIVERSIDADE DE FUNÇÕES

Jacobs (1961, p. 161) descreve a diversidade de funções como (...) *a mixture of commercial, residential and civic uses in close proximity to each other, creating human traffic throughout day and night, and subsequently benefiting the safety, economic functioning and appeal of a place (...)*. É neste sentido que a coexistência de diferentes funções urbanas surge como um fator determinante para a coesão à escala urbana, uma vez que um equilibrado mix de usos gera maiores fluxos de utilização do espaço público, facilitando o acesso a funções do dia-a-dia e conseqüentemente melhorando a qualidade de vida de um bairro (Gehl, 2006).

A diversidade de funções é um descritor que se analisa fundamentalmente à escala da rede interna de espaços públicos do bairro, por se considerar que este tem impactos mais significativos ao nível das dinâmicas sociais e económicas do bairro e menos expressivos ao nível das redes externas. Efetivamente, um mix de funções equilibrado e rico potencia um maior número de utilizadores na rede de espaços públicos e conseqüentemente, um maior número de deslocações, uma vez que se diminuem também as distâncias a usos / funções diárias (Cervero & Kockelman, 1997). Este equilíbrio de funções combinado com o uso residencial também reduz a probabilidade de existirem vazios (espaços sem pessoas, não usados) durante largos períodos do dia ou da noite, fator que provoca o sentimento de insegurança, criando uma espiral descendente na rede de espaços públicos (Gehl Architects, 2004).

Através deste descritor identificam-se as funções específicas ou diferenciadas existentes na rede de espaços públicos do bairro, bem como as áreas de comércio ou serviços de pequena escala, que oferecem as funções básicas (diárias), analisando as relações de complementaridade existentes, a diversidade e a sua localização.

Variáveis: Equipamentos; Comércio e serviços de pequena escala.

UA2 – ATRATIVIDADES DAS FUNÇÕES

As funções urbanas identificadas através do descritor anterior, dependendo do tipo de uso que oferecem, podem ter áreas de influência diversas, isto é, graus de atratividade que abrangem maiores ou menores áreas territoriais. A existência de funções diferenciadoras,

na rede de espaços públicos do bairro, que sejam capazes de atrair utilizadores de outras áreas da cidade, é um fator muito importante na integração e interação da rede do bairro com as redes externas. Uma função que seja capaz de atrair utilizadores de fora do bairro gera dinâmicas sociais (de utilização) entre o bairro e outras áreas da cidade, contribuindo para “abrir” o bairro ao exterior e combater problemas de isolamento ou marginalização que possam existir.

No sentido de analisar a atratividade das funções existentes, consideram-se apenas as funções diferenciadoras, por se julgar que as restantes funções geram apenas dinâmicas de proximidade. De entre estas funções identificam-se aquelas que têm capacidade de atrair utilizadores de fora do bairro e as que são diferenciadoras à escala do bairro.

Variáveis: Funções capazes de atrair utilizadores de fora do bairro; Funções diferenciadoras à escala do bairro.

UA3 – INTERAÇÕES VIA | INTERVIA

Cerdá (1867), sua Teoria Geral da Urbanização define a dualidade conceptual via – intervia. A via é o espaço de circulação, da mobilidade, do contacto, do mercado, do público, enquanto a intervia é o espaço do repouso, da formação, do trabalho, do equilíbrio entre o espaço público e o espaço privado. A cidade, e inerentemente a forma urbana, deve ser um sábio equilíbrio entre estes dois fatores (Remesar, 1997a).

Assim, com este descritor pretendemos analisar as interações entre estas duas tipologias de espaço, isto é, entre o espaço privado e o espaço público. Tais interações podem expressar-se no território através de elementos físicos, dos quais um exemplo claro são as esplanadas de restaurantes, cafés, etc. ou um outro exemplo menos “óbvio” são as ocupações informais do espaço público por parte dos residentes, que usam e ocupam a rua como um prolongamento da sua própria casa (da sua sala de estar). Por outro lado existem também interações via – intervia que não têm uma expressão física tão evidente, dado que a sua natureza é também mais efémera, como por exemplo os espaços de entrada e saída de equipamentos (p. e. escolas, centros desportivos, etc.) que concentram um elevado número de pessoas, em determinados períodos do dia, da semana, ou do ano, como que num prolongamento do próprio equipamento.

Estas interações têm uma influência direta na coesão da rede de espaços públicos de um bairro, uma vez que geram dinâmicas de utilização e apropriação, contribuindo também para incrementar o fluxo de deslocações no interior da rede. Através deste descritor identificam-se os locais onde estas interações ocorrem, e analisam-se as relações de complementaridade que estabelecem com os outros usos existentes.

Variáveis: Espaços de interação via – intervia.

UA4 – EXISTÊNCIA DE ESPAÇOS DE ENCONTRO

A presença de utilizadores aumenta a dimensão social do espaço público e contribui para a percepção de um ambiente mais seguro, desempenhando um papel importante na promoção da coesão à escala urbana. Neste sentido, a presença de espaços de encontro e de convívio, de carácter mais ou menos formal, pode contribuir para aumentar os fluxos de utilizadores bem como os tipos de atividades desenvolvidas, ampliando a diversidade e vivência da rede de espaços públicos do bairro, e fomentando a interação social.

De facto, quando não existem espaços de encontro, convenientemente localizados, equipados e convidativos, a esfera pública transforma-se num mero espaço de circulação de utilizadores, onde o atravessamento é a única função presente. Nestas situações o ambiente da cidade fica mais pobre, sendo importante que os utilizadores sejam convidados a passar tempo na rede de espaços públicos da cidade (Gehl Architects, 2004).

Como se referiu, os espaços de encontro podem ter uma expressão mais ou menos formal no território. Podem ser espaços primordiais de encontro e convívio, isto é, espaços cuja própria tipologia tem características que propiciam estas atividades, como as praças ou largos. Podem também ser espaços que promovem o convívio e encontro devido aos equipamentos presentes, como por exemplo bancos, mesas, parques infantis, jogos, etc.. Mas podem ainda ser espaços de encontro mais informais, que embora não sejam dotados de equipamentos específicos, ou de uma forma ou desenho particularmente generoso, são capazes de fomentar dinâmicas sociais de utilização do espaço público, com uma duração normalmente temporária.

Assim, através deste descritor analisa-se a cobertura de espaços de encontro existentes na rede de espaços públicos do bairro, bem como as suas localizações, tipologias e público-

alvo, sendo importante salientar que a diversidade deste tipo de espaços é um fator chave na inclusão social e logo na promoção da coesão urbana.

Variáveis: Espaços de encontro.

SI1 – UTILIZAÇÃO DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Como se viu anteriormente, a presença de funções urbanas, ou de espaços equipados e desenhados para o desenvolvimento de atividades são condições de extrema relevância para a dinamização de uma rede de espaços públicos, e portanto para a sua coesão. O objetivo último do desenvolvimento destes espaços é a utilização da rede de espaços públicos, isto é, a sua vivência e apropriação por parte dos utilizadores. (...) *When people see friends, meet and greet their neighbors, and feel comfortable interacting with strangers, they tend to feel a stronger sense of place or attachment to their community – and to the place that fosters these types of social activities (...)* (Project for Public Spaces, 2000).

Os espaços da rede de um bairro podem ter diferentes formas de utilização, por vezes muito associadas ao propósito inicial para o qual foram desenhados, ou noutras casos com tipos de utilizações mais espontâneas e informais. Importa salientar que, no âmbito da coesão, o mais relevante é que na rede existam fortes dinâmicas sociais e económicas, que resultem numa equilibrada utilização dos espaços públicos do bairro, e que esta utilização seja diversa. Este facto torna a equilibrada utilização da rede, uma qualidade difícil, mas indispensável de atingir.

No âmbito da análise que se pretende desenvolver, identificam-se quatro tipos fundamentais de utilização da rede de espaços públicos: [1] Lazer / atividade; [2] Estadia / contemplação; [3] Convívio / encontro; ou [4] Deslocação / atravessamento. Considera-se que esta categorização é suficientemente abrangente para cobrir os tipos de utilização desenvolvidos numa rede de um bairro, no entanto, importa referir que estes devem ser adaptados às especificidades do território que se pretende analisar. Com este descritor identificam-se formalmente apenas os três primeiros tipos de utilização mencionados, por se considerar que a deslocação ou atravessamento é uma condição essencial da rede de espaços públicos e que corresponde ao “negativo” dos restantes tipos de utilização.

Variáveis: Espaços de lazer / atividade; Espaços de estadia / contemplação; Espaços de convívio / encontro.

SI2 – DIVERSIDADE DE UTILIZADORES

Outro fator relevante é a diversidade dos utilizadores da rede. No sentido de minimizar os fenómenos de exclusão social e marginalização, é importante que existam diferentes perfis de utilizadores, isto é, que coexistam no espaço público diferentes gerações, culturas, classes sociais, etc.. Por outro lado, no sentido de evitar o isolamento de um bairro face ao resto da cidade, é também fundamental que existam espaços capazes de atrair utilizadores de fora, de modo a promover a integração da rede do bairro com a sua envolvente.

Neste sentido, identifica-se o grau de atratividade dos tipos de utilização presentes na rede de espaços públicos do bairro, analisando-se a sua adaptabilidade a diferentes perfis de utilizadores. Analisa-se também a localização destes espaços, numa perspetiva de complementaridade com as áreas residenciais e outras funções urbanas existentes.

Variáveis: Espaços de lazer / atividade, de estadia / contemplação, e de convívio / encontro capazes de atrair utilizadores de fora do bairro; Espaços de lazer / atividade, de estadia / contemplação, e de convívio / encontro capazes com influência à escala do bairro.

SI3 – EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE REFERÊNCIA | SIMBÓLICOS

A conspicuidade de um espaço é uma condição fundamental para a clareza, legibilidade e atratividade de uma rede de espaços públicos de um bairro, muito embora, seja talvez um dos valores mais desafiantes em termos de definição, compreensão e operacionalização. Esta característica de um espaço reforça o sentimento de pertença, favorece os fenómenos de apropriação e fortalece a imagem de um bairro, contribuindo positivamente para a construção da sua identidade.

Sendo uma característica cuja operacionalidade é bastante complexa, no âmbito da coesão, opta-se por analisar os elementos de referência, ou simbólicos, que atribuem à rede um carácter diferenciado, que a torna única ou distinta da sua envolvente.

Segundo Remesar (2011) estes elementos de referência / simbólicos podem ser de três tipos: podem estar integrados no *plano del aire o del espacio contenido*³⁵; no *plano horizontal o de la envolvente construída*³⁶; ou no *plano horizontal o del suelo*³⁷. Neste sentido, os elementos de referência que se identificam através deste descritor podem ser de distintas naturezas, desde elementos de arte pública a características do próprio desenho urbano do bairro. Para além da localização destes elementos analisa-se a sua atratividade, a par com o papel que desempenham na rede de espaços públicos do bairro.

Variáveis: Elementos de referência / simbólicos com impacto fora do bairro; Elementos de referência / simbólicos à escala do bairro.

No âmbito do método proposto importa ainda referir que a análise foi conduzida a duas escalas distintas (embora ambas sejam “sediadas” na escala do bairro): [1] Rede interna de espaços públicos do bairro; [2] Ligações da rede interna de espaços públicos do bairro às redes externas. No âmbito da rede interna de espaços públicos do bairro analisam-se todos os descritores enunciados anteriormente.

No entanto, no que diz respeito às ligações entre a rede interna e as redes externas, utilizam-se apenas alguns destes descritores: os que fazem sentido no âmbito da análise da qualidade destas ligações. Neste contexto, analisa-se a forma como a rede do bairro se

³⁵ *Sección longitudinal e alineaciones – Generación de continuidades / discontinuidades; Tratamiento fachada – Color, forma, pero también “los equipamientos necesarios” p. e. antenas radio frecuencia o TV; Tratamiento de límites – Vallas de cierre, pantallas acústicas, muros de infraestructura, Volumetrías singulares - Edificios “flagships”.*

³⁶ *Organización de la sección transversal – Modulación; Tratamiento de las superficies (pavimentos, plantaciones...) – Composición, estereotomía, construcción (lenguaje de los materiales); Inserción de los interfaces con los sistemas urbanos – Iluminación, alcantarillado, fibra óptica, teléfono, electricidad, señalética, semaforización; Inserción de los elementos de soporte a la actividad – Relojes, bancos, quioscos, etc..*

³⁷ *Gestión y composición del vacío – Limpieza visual, iluminación, etc..*

conecta ao resto da cidade³⁸, não apenas no que diz respeito à rede de acessibilidades que constitui o suporte para a mobilidade dos utilizadores, mas também em termos das diversas dinâmicas que promovem relações de complementaridade com outras redes da cidade.

Importa assim analisar as conexões entre a rede de espaços públicos do bairro e as redes externas, dando especial enfoque [1] à qualidade das ligações existentes; [2] aos tipos de movimentos permitidos nas ligações existentes, e [3] à forma física destas ligações. No Quadro 4.5 identificamos quais os descritores e respetivas dimensões que são analisados a cada uma das duas escalas referidas.

DIMENSÕES DE ANÁLISE	DESCRITORES		
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	FL1: Características de traçado da rede	RI	RE
	FL2: Permeabilidade legibilidade da rede	RI	RE
ACESSO E LIGAÇÕES [AL]	AL1: Conectividade da rede	RI	RE
	AL2: Existência e cobertura de transportes públicos	RI	RE
	AL3: Disponibilidade de infraestruturas pedonais	RI	RE
USOS E ATIVIDADES [UA]	UA1: Diversidade de funções	RI	
	UA2: Atratividade das funções	RI	RE
	UA3: Existência de funções diferenciadoras	RI	
	UA4: Existência de espaços de encontro	RI	
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	SI1: Utilização da rede de espaços públicos	RI	
	SI2: Diversidade dos utilizadores	RI	RE
	SI3: Existência de elementos de referência	RI	RE

RI – Descritores analisados ao nível da rede interna de espaços públicos do bairro

RE – Descritores analisados ao nível das ligações entre a rede interna do bairro e as redes externas.

Quadro 4.5 – Dimensões, descritores e respetivas escalas de análise

Fonte: Autora

³⁸ Conforme descrição detalhada feita no Capítulo 3

Como se referiu anteriormente, a informação necessária para cada um dos descritores é recolhida através de trabalho de campo, sendo o território a fonte primária. A análise efetuada para cada um dos descritores é sistematizada em fichas (ver Anexo I). Para cada um destes descritores desenvolve-se um processo de mapear as respetivas variáveis, através da construção de mapas interpretativos, identificando-se posteriormente os principais problemas e potencialidades encontradas ao nível do descritor em causa.

Através desta análise é possível estudar e avaliar os recursos da rede, “abrindo as portas” para a definição de princípios orientadores e medidas de intervenção, que permitam contribuir para a construção de uma rede urbana coesa e coerente.

BARCELONETA

A rede primária de espaços públicos da Barceloneta foi analisada (privilegiando o contacto direto com o território), utilizando os doze descritores enunciados anteriormente. Desta análise resultaram doze mapas interpretativos (Figura 4.7), incluídos nas respetivas fichas (Ver Anexo I, onde é apresentada uma análise mais detalhada para cada descritor). A construção destes mapas interpretativos suporta a identificação dos principais problemas de coesão da rede do bairro, e respetivas potencialidades.



FL1: Características de traçado da rede



FL2: Permeabilidade | legibilidade da rede



AL1: Conectividade da rede



AL2: Existência e cobertura de transportes públicos



AL3: Disponibilidade de infraestruturas pedonais



UA1: Diversidade de funções



UA2: Atratividade das funções



UA3: Existência de funções diferenciadoras



UA4: Existência de espaços de encontro



SI1: Utilização da rede de espaços públicos



SI2: Diversidade dos utilizadores



SI3: Existência de elementos de referência

Figura 4.7 – Mapas interpretativos segundo os descritores de análise – Barceloneta

Fonte: Autora

A análise da rede de espaços públicos da Barceloneta mostra-nos que, este bairro apresenta características que fortalecem a sua coesão – tanto ao nível das características físicas / morfológicas, como no que diz respeito à vivência e fenómenos de apropriação – verificando-se um equilibrado balanço entre as dinâmicas internas e externas.

No entanto, tal como se pode verificar nas fichas desenvolvidas para este território (Ver Anexo I), encontram-se algumas fragilidades ao nível da coesão da rede de espaços públicos. No Quadro 4.6 faz-se uma síntese dos problemas encontrados, organizados segundo as respetivas dimensões de análise³⁹.

PROBLEMAS - BARCELONETA	
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	<ul style="list-style-type: none"> › FLa: As ruas estreitas e edifícios altos (entre 4 a 5 pisos), característicos deste bairro, restringem a entrada de luz nas suas ruas, o que por vezes pode transmitir um sentimento de insegurança na utilização da rede [RI]. › FLb: O traçado ortogonal, de ruas estreitas, limita o acesso e circulação dos utilizadores com mobilidade condicionada, na rede de espaços públicos do bairro [RI]. › FLc: Existem alguns pontos onde a permeabilidade da rede do bairro se quebra. Estas barreiras são fundamentalmente devidas a quarteirões que se encontram fechados, através de vedações que limitam a permeabilidade, restringindo limitando o acesso, face à restante rede do bairro [RI]. › FLd: A Ronda Litoral constitui uma forte barreira física, marcando todo o limite norte do bairro. Esta barreira restringe e limita a permeabilidade, bem como o traçado das ligações entre a rede de espaços públicos do bairro e as redes externas [RE].

³⁹ Nas fichas de trabalho que se apresentam no Anexo I faz-se a identificação detalhada dos problemas encontrados através da análise dos descritores 12 descritores enunciados. Neste ponto, optou-se por se apresentar uma síntese destes problemas, para cada uma das dimensões de análise, no sentido de facilitar a compreensão dos mesmos e eliminar algumas redundâncias.

PROBLEMAS - BARCELONETA	
ACESSOS E LIGAÇÕES [AL]	<ul style="list-style-type: none"> › ALa: Em alguns pontos do bairro a conectividade e permeabilidade da rede são limitadas. Nomeadamente, na Praça Pompeu Gener, Praça d’Antoni Genescà i Coromines e Carrer de la Maquinista, em que o facto de se encontrarem vedadas (ainda que apenas fechadas no período noturno) limita a continuidade entre estes espaços e o resto do bairro [RI]. › ALb: O elevado número de utilizadores que atraem alguns dos espaços públicos do bairro, em conjugação com a localização da estação de metro da Barceloneta, torna difícil e desconfortável a utilização destas áreas (Passeig Joan de Borbó; Passeig Maritim) [RI]. › ALc: O perfil estreito das ruas do bairro, associado ao estacionamento permitido em várias ruas, condiciona a circulação de pessoas com mobilidade condicionada [RI]. › ALd: A Ronda Litoral constitui uma forte barreira física, que demarca todo o limite norte do bairro. Esta restringe a conectividade com as redes envolventes, a circulação dos utilizadores e vivência do espaço [RE]. › ALe: O bairro conecta-se com a sua envolvente apenas através de dois pontos opostos (onde se localizam as estações de metro) e que se localizam nos limites (nascente e poente) do bairro [RE].
USOS E ATIVIDADES [UA]	<ul style="list-style-type: none"> › UAa: No troço do Carrer Salamanca, entre o Carrer de Ginebra e o Carrer de la Maquinista, a rua apresenta características morfológicas favoráveis à existência de atividades. No entanto, este é atualmente um espaço de passagem que poderia ser aproveitado para “abrir”, à rede do bairro, os dois quarteirões em frente (Praça Pompeu Gener, Praça d’Antoni Genescà i Coromines e Carrer de la Maquinista) em que existem atualmente algumas fragilidades ao nível da permeabilidade com o resto da rede de espaços públicos [RI]. › UAb: Verificam-se algumas fragilidades ao nível das interações via intervia, em alguns pontos do bairro. Um destes pontos é o Parque da Barceloneta, que embora seja um espaço público com um enorme potencial (tanto pela sua tipologia como pela sua localização), tem uma utilização fraca. Outro ponto é o limite norte do bairro junto à Ronda Litoral. Ambos os espaços apresentam debilidades ao nível das suas dinâmicas de utilização [RI]. › UAc: Existem poucos espaços de encontro no interior do bairro, nomeadamente espaços adaptados para a população idosa (a Barceloneta tem atualmente uma população bastante envelhecida) [RI]. › UAd: O elevado potencial atrator de várias das funções e atividades presentes no bairro (ex.: praia; Passeig Maritim; marina) provoca fluxos de utilizadores que, em determinados períodos, causam congestionamentos no espaço público, restringindo o conforto e limitando a sua utilização [RI] e [RE].

PROBLEMAS - BARCELONETA	
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	<ul style="list-style-type: none"> › SIa: Na Praça Pompeu Gener, Praça d’Antoni Genescà i Coromines e Carrer de la Maquinista), o facto de os espaços exteriores serem praticamente “fechados” entre os edifícios, faz com que existam alguns problemas de falta de espaços de socialização, originando fenómenos de exclusão social [RI]. › SIb: Devido à sua utilização intensa, alguns espaços desta rede de espaços públicos nem sempre apresentam as condições de limpeza mais adequadas à sua utilização. Este facto influencia negativamente o conforto na sua utilização [RI]. › SIc: Em alguns espaços da rede do bairro, nomeadamente algumas das suas ruas principais, a diversidade de utilizadores a nível geracional é limitada devido à dificuldade de acesso aos mesmos (ruas de perfil estreito com estacionamento, circulação viária, e passeio de pequena dimensão) [RI]. › SId: O facto de estes espaços atraírem um elevado número de utilizadores provoca, em alguns períodos do ano, uma quantidade de utilizadores excessiva para a capacidade dos mesmos. Este facto afeta negativamente a sua utilização e apropriação, condicionando a vivência da rede de espaços públicos [RE].

Nota: RI – Rede interna de espaços públicos do bairro; RE – Ligações às redes externas.

Os códigos apresentados antes de cada problema são utilizados mais adiante, de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

Quadro 4.6 – Identificação dos principais problemas de coesão por dimensão de análise – Barceloneta

Fonte: Autora

Através da análise desenvolvida verifica-se que um dos principais problemas que a rede do bairro apresenta está relacionado com as suas ligações às redes externas, em paralelo com o facto de ser dotada de espaços âncora com forte potencial atractor (à escala da cidade ou mesmo metropolitana). A localização da praia e do porto nos limites do bairro gera fortes dinâmicas exógenas, movimentando um grande número de utilizadores, principalmente durante os fins-de-semana e os períodos de verão e primavera. Esta situação associada ao facto de o bairro se conectar com as redes envolventes apenas através de dois pontos (dois extremos opostos do bairro – norte e poente), provocam congestionamentos de utilizadores, restringindo a utilização destes espaços.

Assim, este problema de congestionamento, de alguns espaços da rede do bairro, é também intensificado pela presença da Ronda Litoral, que constitui uma forte barreira física restringindo a conectividade e permeabilidade com as redes envolventes.

Existem também algumas áreas na rede interna do bairro em que a permeabilidade é limitada. Nomeadamente, nas Praças Pompeu Gener e Antoni Genescà i Coromines e no

Carrer de la Maquinista, que se encontram vedadas (ainda que apenas fechadas no período noturno), limitando a continuidade e permeabilidade entre estes espaços e o resto do bairro. Este fator influencia negativamente a vivência da rede de espaços públicos do bairro, uma vez que gera áreas de “sombra” no território, originando fenómenos de insegurança e marginalização.



Figura 4.8 – Problemas de coesão – rede de espaços públicos da Barceloneta

Fonte: Autora

A Barceloneta tem sido alvo de vários processos de regeneração, que têm provocado alterações positivas na rede de espaços públicos do bairro, principalmente na sua área mais central (onde está situado o mercado e a Praça del Poeta Boscà), estando hoje dotada de espaços confortáveis, com equipamentos adequados e capazes de promover a sociabilização. No entanto, o bairro sofre de um problema expressivo ao nível social, uma vez que a sua estrutura construída apresenta dificuldades à utilização por parte das pessoas com mobilidade reduzida, sendo este um bairro com uma forte taxa de envelhecimento da população.

Paralelamente, este bairro está atualmente a ser alvo de um forte processo de gentrificação, atraindo vários turistas, ou residentes estrangeiros de curta duração. Embora este facto esteja na origem de alguns conflitos, a análise desenvolvida leva a crer que tanto as características da rede de espaços públicos, como as estruturas sociais existentes, potenciam uma coexistência saudável e equilibrada entre os novos e os atuais residentes.

Em suma, embora este seja um bairro consolidado da cidade de Barcelona, que se considera bem integrado com as redes envolventes, identificam-se algumas fragilidades que colocam desafios à sua coesão, para os quais é importante encontrar respostas adequadas.

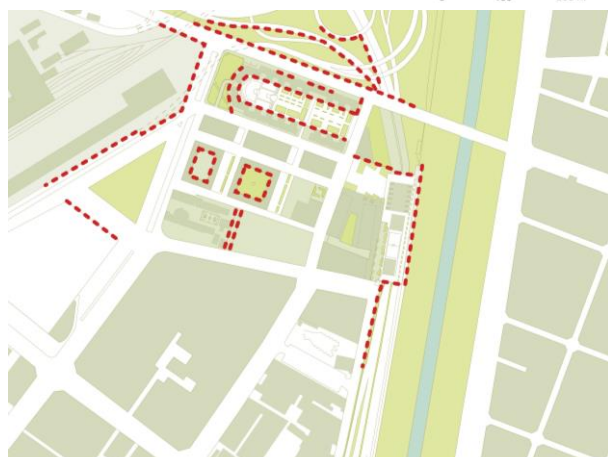
BARÓ DE VIVER

Da análise da rede primária de espaços públicos do Baró de Viver, desenvolvida através do método apresentado, resultam as fichas de análise (ver Anexo I), bem como os respetivos mapas interpretativos (Figura 4.9), que servem de suporte à identificação dos principais problemas de coesão presentes neste território.



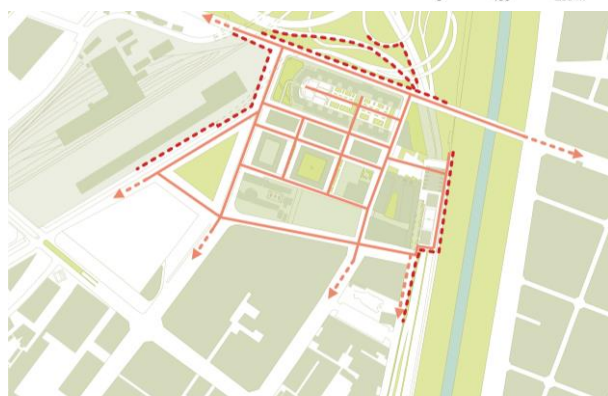
LEGENDA
Traçado da rede de espaços públicos do bairro e ligações às redes externas

FL1: Características de traçado da rede



LEGENDA
Barreiras à permeabilidade e visibilidade

FL2: Permeabilidade | legibilidade da rede

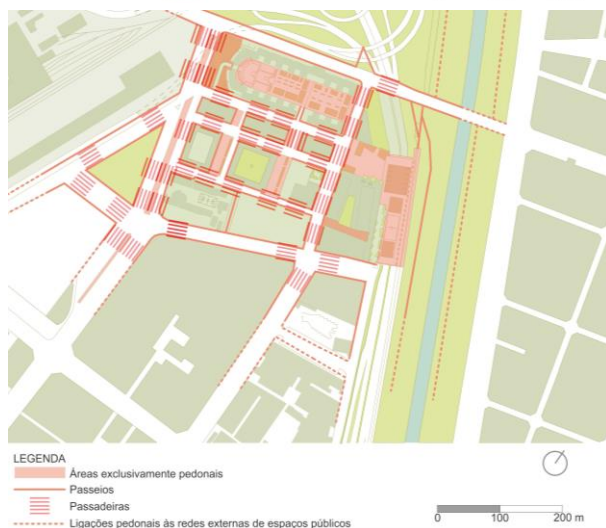


LEGENDA
Eixos de conectividade da rede interna de espaços públicos do bairro
Conexões às redes externas de espaços públicos
Barreiras físicas

AL1: Conectividade da rede



AL2: Existência e cobertura de transportes públicos



AL3: Disponibilidade de infraestruturas pedonais



- 1 - Caminho de ferro - Adif (oficinas Talgo)
- 2 - Parque da Trinitat
- 3 - Escola Barò de Viver
- 4 - Escola de condução
- 5 - Escola L'Esperança
- 6 - Associação desportiva Barò de Viver
- 7 - Clube de Luta Barò de Viver

- 8 - Parque Fluvial do Besòs
- 9 - Centro cívico de Barò de Viver
- 10 - Centro de idosos de Barò de Viver
- 11 - Igreja evangélica
- 12 - Igreja católica
- 13 - Espaço de formação socio-laboral Trijovem de Barò de Viver
- 14 - Clube de petanga de Barò de Viver

UA1: Diversidade de funções



UA2: Atratividade das funções



UA3: Existência de funções diferenciadoras



UA4: Existência de espaços de encontro



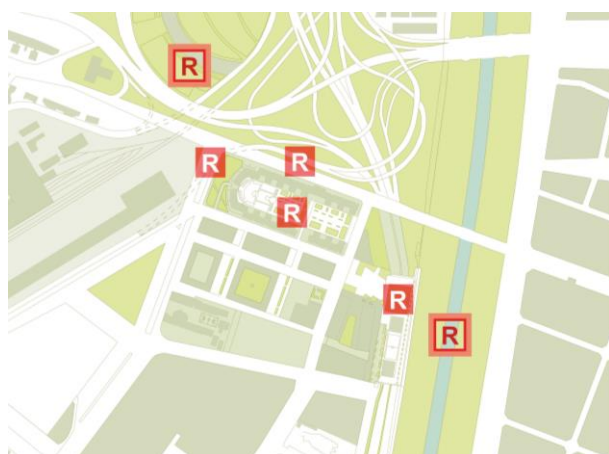
S1: Utilização da rede de espaços públicos



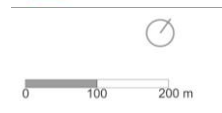
LEGENDA
 ● Espaços de lazer | actividade capazes de atrair utilizadores de fora do bairro
 ● Espaços de estadia | contemplação capazes de atrair utilizadores de fora do bairro
 ● Espaços de convívio | encontro capazes de atrair utilizadores de fora do bairro
 ● Espaços de lazer | actividade à escala do bairro
 ● Espaços de estadia | contemplação à escala do bairro
 ● Espaços de convívio | encontro à escala do bairro



S2: Diversidade dos utilizadores



LEGENDA
 ■ Elementos de referência | simbólicos com impacto fora do bairro
 ■ Elementos de referência | simbólicos à escala do bairro



S3: Existência de elementos de referência

Figura 4.9 - Mapas interpretativos dos descritores de análise – Baró de Viver

Fonte: Autora

A análise da rede de espaços públicos do Baró de Viver permite-nos verificar que este bairro apresenta várias fragilidades de coesão, tanto ao nível da sua rede interna, como nas relações que estabelece com as redes envolventes. Estas fragilidades estão maioritariamente relacionadas com o facto de este se tratar de um território periférico, de certa forma isolado e com vários problemas de fragmentação e isolamento face ao resto da cidade. Estes problemas encontram-se detalhados por descritor de análise nas fichas desenvolvidas e apresentadas no Anexo I. No quadro seguinte faz-se uma síntese dos problemas encontrados, organizados segundo as respetivas dimensões de análise.

PROBLEMAS – BARÓ DE VIVER	
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	<ul style="list-style-type: none"> > FLa: O traçado do bairro apresenta algumas fragilidades ao nível da sua conectividade, permeabilidade e legibilidade, uma vez que surgem vários espaços “semifechados” cujo acesso se faz através de canais pontuais, estreitos e de visibilidade débil, ou mesmo escadas e passadiços. Estas ligações são muitas vezes associadas a sentimentos de insegurança (Praça Baró de Viver, Praça Martinez Hueso e Praça de les Fonts) [RI]. > FLb: As fortes barreiras físicas que limitam o bairro (vias rápidas e nós viários) têm um impacto direto sobre a sua rede interna, limitando-a tanto em termos de dimensão, forma, como funcionamento. Estas barreiras condicionam e restringem fortemente as ligações entre o bairro e as redes envolventes [RI] e [RE]. > FLc: As barreiras físicas existentes restringem as ligações a alguns espaços âncora capazes de atrair utilizadores de fora do bairro (Parque e Rio), que embora se localizem fora da rede do bairro teriam um papel fundamental na dinamização da mesma [RE]. > FLd: Embora tenham já sido desenvolvidos vários esforços no sentido de melhorar a permeabilidade entre o bairro e o Parque del Besós (Rio Besós), esta ligação ainda não se encontra completamente resolvida, maioritariamente devido à fraca visibilidade entre esta margem do parque e o rio [RE].

PROBLEMAS – BARÓ DE VIVER

ACESSOS E LIGAÇÕES [AL]

- › **ALa:** Existem alguns espaços públicos de conectividade limitada ao resto da rede. É o caso da Praça Martinez Hueso, Praça de les Fonts ou Praça Baró de Viver, onde as conexões com a envolvente são asseguradas através de estreitas passagens, algumas vezes com escadas e rampas, formando espaços praticamente fechados no interior do quarteirão [RI].
- › **ALb:** A conectividade limitada destes espaços públicos, diminui o conforto na sua utilização, restringe a permeabilidade e visibilidade, para além de condicionar o acesso a pessoas com mobilidade reduzida [RI].
- › **ALc:** Várias ruas da rede do bairro sofrem problemas de estacionamento ilegal ao longo da faixa de rodagem, condicionando a circulação de pedonal, especialmente dos utilizadores com mobilidade condicionada [RI].
- › **ALd:** A localização da estação do metro apresenta vários problemas de conectividade com a rede do bairro. Encontra-se “encaixada” no interior do nó viário da Trinitat, e a ligação ao bairro é feita através de espaços públicos não qualificados. Esta situação para além de tornar desconfortável a ligação ao bairro, causa também um forte sentimento de insegurança [RI] e [RE].
- › **ALe:** O bairro apresenta vários problemas de conectividade com as redes envolventes, principalmente devido à sua localização, adjacente a um nó viário de grandes dimensões, uma via rápida e uma linha de comboio. Todos estes elementos constituem barreiras físicas que restringem a conectividade da rede do bairro com a envolvente [RE].

USOS E ATIVIDADES [UA]	<ul style="list-style-type: none"> › UAa: A distribuição do mix de usos existentes no bairro, não é equitativa, uma vez que há uma clara concentração de comércio e serviços no extremo norte, e uma falta deste tipo de funções no resto da rede [RI]. › UAb: Alguns espaços públicos da rede do bairro (Praça Martinez Hueso ou Praça de les Fonts) apresentam problemas de falta de conectividade e permeabilidade em relação à restante rede. Este facto associado à falta de funções urbanas contribui para o isolamento destes espaços[RI]. › UAc: A distribuição de funções diferenciadoras de escala local concentra-se maioritariamente nos limites da rede do bairro, sendo de notar que a falta destas funções, no interior de alguns quarteirões, fomenta o sentimento de insegurança [RI]. › UAd: Os espaços de encontro e de interação existentes nem sempre apresentam as dinâmicas de utilização esperadas. Este facto deve-se fundamentalmente à falta de funções atividades complementares, capazes de os dinamizar (Rambla Ciudad de Asunción, Praça Pilar Miró ou Parque del Besós) [RI]. › UAe: O facto de todas as funções supralocais se encontrarem nos limites ou fora da rede do bairro, e o seu acesso estar condicionado pela existência de barreiras físicas, faz com que os utilizadores de outras áreas da cidade não entrem no bairro para usufruir destas atividades. Este facto dificulta a “abertura” do bairro ao exterior e as suas interações com a envolvente [RE].
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	<ul style="list-style-type: none"> › SIa: Embora existam vários espaços de sociabilização e identificação, de distintas naturezas, verifica-se alguma falta de complementaridade entre estes espaços e as funções urbanas (comércio, serviços, equipamentos, etc.) existentes [RI]. › SIb: No Parque del Besós, na margem que estabelece a ligação com o bairro, a utilização é muito menos intensa e diversa do que na margem do lado de Santa Coloma de Gramenet. Identifica-se a falta de conectividade e permeabilidade entre os utilizadores e o plano de água, bem como a falta de atividades de lazer, de estadia, ou mesmo de convívio, tendo esta margem uma utilização mais associada ao atravessamento do que à sociabilização [RI]. › SIc: O Mural de la Memória, localizado no Passeig de Santa Coloma, embora tenha um enorme potencial para marcar a entrada do bairro, favorecendo a interação com as redes envolventes, apresenta atualmente alguns problemas ao nível do seu estado de conservação [RE]. › SI d: A rede de espaços públicos é quase exclusivamente utilizada por moradores do bairro, devido à falta de espaços de sociabilização capazes de atrair utilizadores de fora do mesmo. Este facto restringe a “abertura” do bairro ao exterior, condicionando a sua integração com a envolvente [RE].

Nota: RI – Rede interna de espaços públicos do bairro; RE – Ligações às redes externas.

Os códigos apresentados antes de cada problema são utilizados mais adiante, de modo a facilitar a identificação dos mesmos.

Quadro 4.7 - Identificação dos principais problemas de coesão por dimensão de análise – Baró de Viver

Fonte: Autora

Os principais problemas de coesão encontrados no bairro Baró de Viver têm origem na fragmentação física | fragmentação, isto é, são maioritariamente relacionados com os aspetos morfológicos.

Os problemas de maior expressão estão fundamentalmente ligados à conexão do bairro com as redes envolventes, uma vez que este se encontra “cercado” por infraestruturas viárias e ferroviárias. Os principais espaços âncora situam-se na envolvente do bairro, e não na sua rede interna. Embora estes últimos possam estar muito próximos do bairro, verificam-se vários problemas de conexão com o mesmo, tais como:

- › A fraca conexão (em termos físicos e de atividades) entre o bairro e a estação de metro, que fomenta sentimentos de insegurança;
- › A conexão do bairro ao Parque da Trinitat, que é claramente dificultada pela barreira física que os separa (nó viário de vias rápidas);
- › A ligação com o Rio Besós, havendo uma clara diferença entre a margem do lado do Baró de Viver e a margem oposta. Na margem do lado do Baró de Viver o espaço público é maioritariamente um espaço de circulação e menos um lugar de sociabilidade e estadia, devido à falta de atividades e de visibilidade.

É esta falta de conexão entre o bairro e os espaços âncora, capazes de atrair pessoas de outras partes da cidade, que constitui também um dos principais problemas, na medida em que a coesão entre a rede de espaço público do bairro e do resto da cidade fica posta em causa.



Figura 4.10 – Problemas de coesão – rede de espaços públicos do Baró de Viver
Fonte: Autora

O isolamento do bairro e o seu carácter periférico fez com que os seus residentes tenham reclamado, nos últimos anos, por espaços público de qualidade, que aproximassem o seu bairro das intervenções levadas a cabo em outros bairros da cidade de Barcelona. Neste sentido, foram construídos novos espaços públicos, como a Rambla Ciudad de Asunción, que contribuem positivamente para a coesão da rede interna do bairro, constituindo âncoras à escala do bairro.

No entanto, apesar destes esforços, um dos problemas encontrados através da análise desenvolvida continua a ser a falta de espaços de sociabilização, nomeadamente espaços capazes de atrair utilizadores de fora do bairro, que possam impulsionar a “abertura” do bairro ao exterior, contribuindo para a sua integração com a envolvente.

4.3.4. Problemas determinantes e dependentes

Da análise desenvolvida, através dos descritores enunciados, é possível identificar os principais problemas e potencialidades relacionados com cada uma das respetivas dimensões da coesão. Através da identificação destes problemas, que afetam a rede de espaços públicos do bairro, é possível identificar áreas onde a intervenção é mais importante e urgente, no sentido de reforçar a sua coesão interna, e a integração com as redes envolventes.

Pretende-se com a clara identificação das fragilidades presentes na rede, compreender tanto os fatores envolvidos, como a principal área geográfica afetada pelos mesmos. Com esta identificação, é possível ampliar o conhecimento sobre a rede de espaços públicos, possibilitando a construção de um diagnóstico dos principais problemas que restringem a sua coesão. Este diagnóstico constitui uma ferramenta operativa capaz de orientar as intervenções urbanas, no sentido de encontrar soluções adequadas para as fragilidades encontradas e também estabelecer prioridades de intervenção.

No entanto, como foi possível constatar através do teste da metodologia desenvolvida em dois territórios de análise (os bairros da Barceloneta e Baró de Viver), o conjunto de problemas identificados (através da aplicação dos descritores ao território em questão), pode ser bastante abrangente e complexo, tornando-se difícil, identificar o tipo de intervenções prioritárias, no sentido de solucionar as fragilidades encontradas.

Neste sentido, torna-se importante compreender, de entre os problemas identificados, quais são os determinantes por terem maior influencia sobre os restantes, isto é, aqueles que sendo solucionados têm maior capacidade de influenciar mudanças nos outros. Ao compreender quais são os problemas mais influentes e por contraponto também os mais dependentes, numa perspetiva de causalidade e dependência (Guerra, 1999) é possível intervir ao nível dos primeiros, contribuindo conseqüentemente para minimizar os impactes dos segundos.

Esta perspetiva revela-se bastante relevante num contexto de minimização dos custos de intervenção, uma vez que possibilita a maximização dos resultados, intervindo apenas em fatores chave que funcionam como os “motores” do sistema. Por outro lado permite também formular uma estratégia de intervenção, definindo prioridades e introduzindo

flexibilidade, no sentido em que as medidas podem ser ajustadas, face às circunstâncias que se forem verificando, ao longo do tempo, no funcionamento da rede de espaços públicos do bairro.

Deste modo, procuramos abordar precisamente o tema da identificação dos problemas mais influentes e dependentes que condicionam a coesão da rede de espaços públicos do bairro, e de certa forma o modo de hierarquização dos mesmos. Este processo de identificação dos problemas-chave e das correspondentes relações de causalidade e dependência é feito através de uma adaptação do método de Análise Estrutural – MICMAC⁴⁰ – muito utilizado em análises de prospetiva estratégica e construção de cenários, para “(...) *identificar as variáveis-chave do sistema, pondo em evidência a sua hierarquia, e detetando os atores que estão na origem da sua evolução*” (Guerra, 1999, p. 37).

Este método desenvolvido por Michel Godet (“Méthodes de prospective - <http://www.lapropective.fr/>,” n.d.) como ferramenta de apoio à prospetiva estratégica, é normalmente acompanhado por outros dois métodos – o MACTOR⁴¹ de estratégia de atores e o SMIC⁴² de construção de cenários – no entanto, no âmbito da análise que se pretende desenvolver adapta-se apenas a primeira ferramenta, relativa à análise estrutural.

A análise estrutural, inspirada nas abordagens sistémicas, é um dos métodos mais utilizados nos estudos que envolvem a construção de cenários futuros, tendo tido o seu grande desenvolvimento no final dos anos 60. Em 1974, Godet e Duperrin introduziram o método, que desde meados dos anos 80 sofreu um forte crescimento, com múltiplas aplicações, em várias esferas, tanto ao nível empresarial como em temas relacionados com a sociedade. Esta ferramenta, desenhada para vincular ideias, permite descrever um sistema pela construção de uma matriz que relaciona todas as variáveis envolvidas. Através da análise destas relações, o método permite destacar aquelas que são as

⁴⁰ Matriz de Impactos Cruzados de Multiplicação Aplicada a uma Classificação (Godet, 1993).

⁴¹ Método Actores, Objetivos, Relações de forças (“Méthodes de prospective - <http://www.lapropective.fr/>,” n.d.)

⁴² Sistema e Matrizes de Impactes Cruzados (“Méthodes de prospective - <http://www.lapropective.fr/>,” n.d.)

essenciais para a evolução do sistema, isto é, as determinantes, que o estruturam (Arcade, Godet, Meunier, & Roubelat, 1999).

Conforme referido por Guerra (1999, p. 38), esta ferramenta permite (...) *destacar os “efeitos escondidos” de variáveis, decompor o sistema em grupos de variáveis e detetar as variáveis-chave do sistema, podendo ajudar uma equipa, normalmente heterogénea em termos de interesses e competências, se não mesmo ideologicamente, a ter uma visão sistémica e comum do território em estudo (...)*. Assim, a abordagem adotada na ferramenta desenvolvida por Godet torna-se particularmente interessante, uma vez que permite compreender as relações de complementaridade e interdependência que se estabelecem entre os diferentes problemas encontrados. Deste modo facilita-se a identificação dos fatores-chave no funcionamento da rede do bairro, e que podem assumir um papel determinante nos processos de coesão dessa mesma rede.

Seguimos assim o método de análise estrutural desenvolvido por Godet, em três passos, que também se seguem nesta fase do método que propomos:

1. Recenseamento de variáveis

Este passo é o menos formal, mas é crucial para todo o processo, e consiste na identificação de todas as variáveis e / ou fatores que caracterizam o sistema.

Os problemas existentes na rede de espaços públicos do bairro, identificados através dos descritores de análise apresentados anteriormente, constituem o conjunto de variáveis a analisar. Assim, neste passo é importante listá-los e agrupá-los segundo as respetivas dimensões de análise, eliminando os que se encontrem repetidos, ou que sejam redundantes, de modo a obter uma lista coerente e homogénea⁴³.

2. Relações entre variáveis

O objetivo deste segundo passo é descrever as relações entre as variáveis / fatores do sistema, isto é, entre os diferentes problemas identificados na rede de espaços públicos do bairro.

⁴³ As listas de variáveis construídas para os territórios de análise encontram-se detalhadas no Anexo II.

Construímos uma matriz de análise estrutural, com uma tabela de dupla entrada, onde se dispõem os problemas identificados, nos eixos vertical (colunas) e horizontal (linhas), de modo a estabelecer todas as relações possíveis entre todos os problemas (Figura 4.11). Optou-se por organizar a matriz segundo as dimensões consideradas para a análise da coesão à escala urbana.

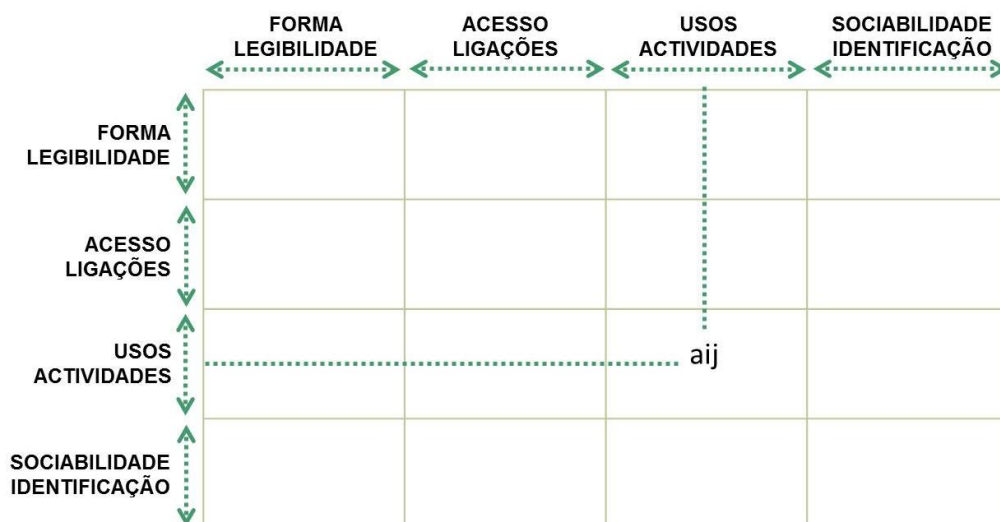


Figura 4.11 – Exemplo da Matriz de Análise Estrutural

Fonte: Adaptado de Arcade, Godet, Meunier, & Roubelat (1999)

O estudo desenvolvido através desta matriz consiste em analisar apenas as influências diretas (a_{ij}) entre os problemas (linhas i vs. colunas j), atribuindo uma classificação ao grau de intensidade dessa mesma influência, isto é:

- > 0, se não existe relação direta entre o problema i e o problema j ;
- > 1, se o problema i tem uma influência direta fraca sobre o problema j ;
- > 2, se o problema i tem uma influência direta média sobre o problema j ;
- > 3, se o problema i tem uma influência direta forte sobre o problema j .

O preenchimento da matriz é feito linha a linha, e a pergunta que se coloca é: “uma alteração no problema i tem uma influência direta sobre o problema j ?”. Deste modo é possível identificar quais os problemas determinantes e os dependentes. Neste processo de identificação de influências diretas entre variáveis importa ressaltar o que se deve evitar, no processo de análise:

- › A atribuição de uma relação direta entre o problema i e o problema j e vice-versa, isto é, uma reciprocidade nas relações entre variáveis. O grupo deve privilegiar a relação que lhes pareça mais direta e / ou mais operacional.
- › Registrar uma relação direta de i com j, quando a influência de i sobre j se garanta apenas através de outra variável listada.

Estas premissas prévias permitem, não só evitar erros, como também clarificar e organizar as ideias no processo de identificação de relações entre variáveis, que se pode tornar bastante complexo. Oferece paralelamente a possibilidade de redefinir (caso seja necessário) algumas das variáveis, e conseqüentemente refinar a análise do sistema.

3. Identificação de variáveis determinantes

O último passo consiste em identificar as variáveis determinantes, isto é, os problemas que são fatores-chave nas alterações globais do sistema – rede de espaços públicos do bairro.

De uma forma muito intuitiva, a influência direta de uma variável pode identificar-se considerando as linhas da matriz estrutural (influência de um problema em linha sobre todos os problemas em colunas). Da mesma forma, analisando as colunas da matriz é possível identificar a dependência direta sobre essa variável, exercidas por todas as outras variáveis do sistema. Deste modo, analisando sistemicamente os elementos de cada linha, a par com os de cada coluna da matriz de análise estrutural, obtêm-se para cada um dos problemas listados, os respetivos graus de influência e dependência potencial⁴⁴.

Através dos resultados obtidos com a matriz de análise estrutural, é possível construir um gráfico de influência / dependência, que facilita a leitura dos resultados (Figura 4.12), em que cada variável é representada na forma de um ponto e identificada através do código que lhe foi atribuído. A localização de cada ponto no gráfico representa no eixo das ordenadas o indicador de influência e nas abcissas o indicador de dependência (Godet, 1993). Através do gráfico de influência / dependência é possível classificar as relações

⁴⁴ Os dois exemplos de matrizes de análise estrutural, desenvolvidas para os territórios da Barceloneta e do Baró de Viver, podem ser consultadas no Anexo II.

entre os problemas identificados, em quatro categorias, segundo a sua posição do plano (Guerra, 1999).



Figura 4.12 – Exemplo de gráfico de influência / dependência – Análise Estrutural
Fonte: Adaptado de Arcade, Godet, Meunier, & Roubelat (1999)

Problemas determinantes – Problemas muito influentes e pouco dependentes, que influenciam a dinâmica do sistema, e dependem pouco do conjunto dos outros problemas. Estes são os elementos mais importantes, isto é, os fatores chave, pois têm a capacidade de agir sobre o sistema, dependendo da maior ou menor capacidade de os controlar.

Problemas de ligação – São ao mesmo tempo problemas muito influentes e muito dependentes. Estes são por natureza factores de instabilidade, uma vez que qualquer acção sobre os mesmos tem consequências noutros problemas, desde que determinadas condições ocorram ao nível de outras variáveis influentes. No entanto, estas consequências podem ter efeitos imprevisíveis, uma vez que dependem da presença de outras variáveis influentes.

Problemas dependentes ou resultado – Problemas muito dependentes e pouco influentes, que sendo muito condicionadas pela dinâmica do sistema, exercem pouca

influência sobre ele. Deste modo, estas variáveis são especialmente sensíveis à evolução dos problemas mais influentes e / ou dos problemas de ligação.

Problemas autónomos ou excluídos – São simultaneamente problemas pouco influentes e pouco dependentes, tendo um papel relativamente irrelevante para a análise do sistema. Estes problemas designam-se por autónomos uma vez que não permitem parar uma forte evolução sofrida pelo sistema, nem induzir nenhuma vantagem sobre o mesmo.

Problemas reguladores – Localizam-se principalmente no centro de gravidade do sistema. Estes problemas podem agir tanto como alavancas secundárias, como variáveis dependentes, isto é, podem exercer uma maior ou menor influência sobre o sistema, dependendo do comportamento dos restantes problemas.

Em suma, com o apoio da análise estrutural é possível analisar as relações complexas que se estabelecem entre os diferentes problemas de coesão encontrados numa rede de espaços públicos, permitindo identificar quais os problemas determinantes, sobre os quais qualquer ação provocará efeitos nos restantes. Deste modo, uma intervenção urbana (plano, projeto, ou outro), deve privilegiar a atuação sobre estes problemas, com o objetivo de melhorar a coesão da rede, na perspetiva de definição de prioridades de intervenção, minimização de custos, recursos e impactos.

BARCELONETA

Tendo sido identificados os principais problemas de coesão presentes na rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta, identificam-se agora quais são os problemas determinantes, isto é aqueles que têm maior influência sobre os restantes. Uma intervenção nestes problemas tem maior probabilidade de influenciar ou induzir alterações ao nível nos restantes. Razão pela qual consideramos fundamental a sua

identificação, no sentido de apoiar a formulação de estratégias e medidas de intervenção⁴⁵.

Recorrendo à listagem dos principais problemas de coesão identificados no bairro da Barceloneta (Quadro 4.6), o passo seguinte é a construção da matriz de análise estrutural⁴⁶, onde se identificam os graus de influência que uns problemas exercem sobre outros, questionando “qual a influência que uma alteração num dado problema tem sobre outro?”.

A identificação dos problemas determinantes e dependentes apresenta-se, de forma simplificada no gráfico de influências / dependências que se segue (Figura 4.13).

Analisando o gráfico verifica-se uma clara dominância dos problemas determinantes, uma vez que a grande maioria se relaciona com a forte barreira física que constitui a Ronda Litoral, no limite norte do bairro. Esta barreira limita a conectividade e permeabilidade entre a rede de espaços públicos do bairro e a sua envolvente, condicionando consequentemente a circulação dos utilizadores e vivência do espaço. Associado a este problema surge também o facto de o bairro se conectar com as redes envolventes apenas através de dois pontos – polos opostos – que conjugado com o elevado potencial atrator de algumas funções / atividades presentes nos limites do bairro, gera grandes fluxos de utilizadores, provocando congestionamentos na rede, condicionando a sua utilização pela população.

⁴⁵ Importa referir que o teste desta etapa da metodologia, nos territórios de análise foi desenvolvido recorrendo ao software MICMAC, desenvolvido por Michel Godet ((Lipsor, 2004), cujos relatórios detalhados se apresentam no Anexo II.

⁴⁶ Ver Anexo II

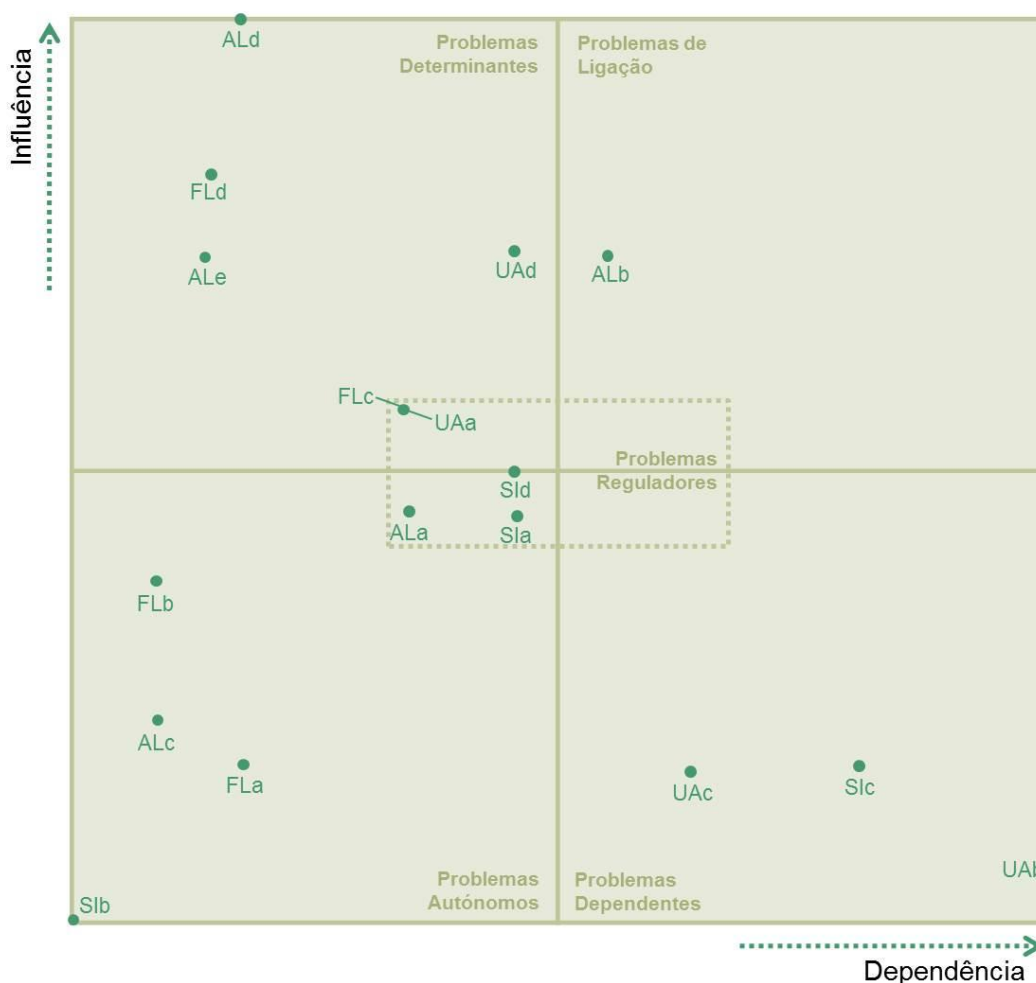


Figura 4.13 – Gráfico de influências / dependências diretas entre problemas - Barceloneta

Fonte: Autora

Surge também como uma fragilidade influente (no quadrante dos problemas reguladores), o facto de alguns espaços do bairro (Praça Pompeu Gener, Praça d'Antoni Genescà i Coromines e Carrer de la Maquinista) se encontrarem vedados, limitando a conectividade e permeabilidade da rede. Esta fragilidade tem impactos não só ao nível físico / morfológico, afetando também as formas de vivência e apropriação da rede, limitando os usos e atividades.

Em contraponto identificam-se dois tipos de problemas dependentes, ambos ligados aos usos, atividades e sociabilidade da rede de espaços públicos, e também diretamente relacionados com fatores morfológicos. Um destes problemas prende-se com a pobreza das relações via | intervia em alguns pontos do bairro, nomeadamente no Parque da Barceloneta e no limite norte do bairro, junto à Ronda Litoral. Esta fragilidade tem

impactos diretos na vivência e apropriação destes espaços. Este é um problema dependente, uma vez que está diretamente relacionado com o efeito barreira provocado pela Ronda Litoral. Caso se fortaleça a conectividade e permeabilidade no limite norte do bairro, há uma forte probabilidade de as dinâmicas de utilização nesta zona se virem a fortalecer.

Por outro lado, identifica-se também um outro problema com um forte grau de dependência, relacionado com o facto de alguns espaços da rede não se encontrarem adaptados a pessoas com mobilidade condicionada, nomeadamente à população idosa⁴⁷ (ruas de perfil estreito com estacionamento, circulação viária e passeios de pequenas dimensões). Efetivamente uma alteração desta fragilidade não é fácil de executar, uma vez que o traçado, característico da Barceloneta, constitui um fator permanente e durável. Neste sentido as melhorias desta fragilidade centrar-se-ão em intervenções pontuais (por exemplo a regulação das velocidades dos veículos motorizados dentro do bairro), e não em alterações de fundo.

Por último, identificam-se ainda alguns problemas de carácter autónomo, isto é, fragilidades cujo grau de dependência face a outras é muito baixo ou mesmo irrelevante. Estes problemas estão maioritariamente relacionados com o traçado da rede, que como se referiu anteriormente constitui um parâmetro da carácter bastante perene e portanto de difícil transformação. Nesta categoria surge também um outro problema relacionado com a limpeza de algumas ruas, que influencia negativamente o conforto na sua utilização. Este último, aparece como um problema autónomo, pois as possíveis intervenções são relativamente independentes das restantes.

⁴⁷ A Barceloneta tem atualmente uma população bastante envelhecida.

BARÓ DE VIVER

Tal como foi desenvolvido para o bairro da Barceloneta, conhecidos os problemas de coesão presentes no bairro do Baró de Viver, constrói-se a respetiva matriz de análise estrutural⁴⁸, que permite identificar quais os problemas determinantes, que têm uma maior influência sobre os restantes. A identificação dos problemas determinantes e dependentes apresenta-se de forma simplificada na Figura 4.14.

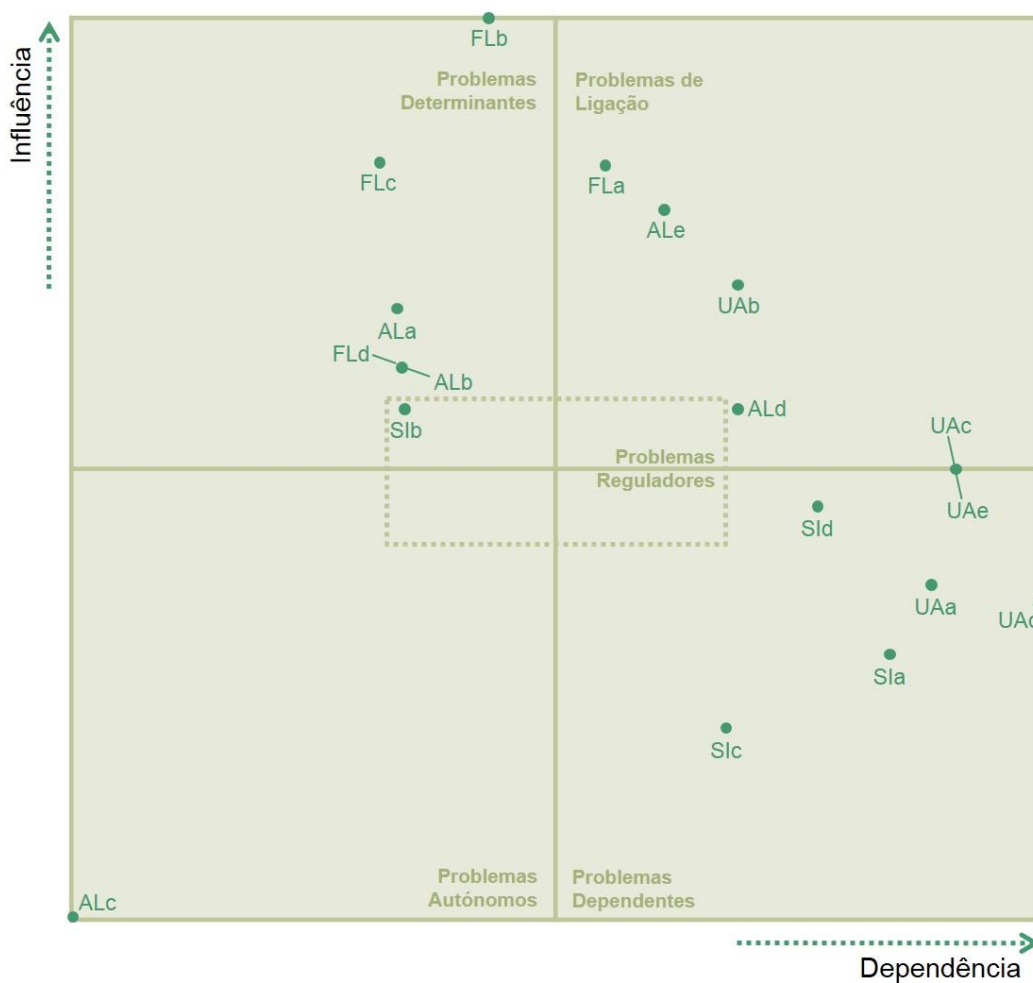


Figura 4.14 - Gráfico de influências / dependências diretas entre problemas – Baró de Viver

Fonte: Autora

⁴⁸ Ver Anexo II

A análise do gráfico permite-nos verificar que os problemas determinantes têm todos origem em fragilidades de natureza física / morfológica, tanto ao nível da sua rede interna de espaços públicos, como na ligação com as redes externas.

Assim, os problemas com maior influência estão maioritariamente relacionados com as fortes barreiras físicas (vias rápidas e nós viários) existentes nos limites do bairro. Estes problemas condicionam tanto as ligações com a envolvente, como a forma, dimensões e funcionamento da rede interna do bairro. Por outro lado restringem também as ligações entre o bairro e os espaços âncora existentes na sua envolvente (como o Parque de la Trinidad e a estação de metro), que poderiam ter um importante papel na dinamização do bairro e na sua integração com a envolvente.

Outro problema determinante está relacionado com o próprio desenho da rede interna do bairro, que apresenta alguns problemas de conectividade entre alguns espaços públicos e o resto da rede, uma vez que as ligações se fazem através de passagens estreitas (por vezes com escadas e rampas), fechando os espaços em vez de os abrir à envolvente.

Surge também como um problema influente (no quadrante dos problemas reguladores), a fraca ligação e permeabilidade do bairro com o Parque del Besós, uma vez que esta ligação é feita apenas num ponto e a visibilidade entre o bairro e o parque não é garantida. Esta fragilidade física tem também repercussões ao nível da dinâmica socioeconómica do bairro, uma vez que não existem atividades / funções capazes de potenciar esta ligação, “abrindo” o bairro à sua envolvente e atraindo utilizadores de fora do mesmo.

Por outro lado, identificam-se dois tipos de problemas dependentes e de ligação, ambos relacionados com os usos e dinâmicas sociais presentes na rede de espaços públicos. O primeiro destes problemas prende-se com a falta de capacidade da rede de espaços públicos atrair utilizadores de fora do bairro, capazes de favorecer a sua ligação e interação com as redes envolventes. Este problema está diretamente relacionado com a existência das fortes barreiras físicas que limitam o bairro e que restringem a sua ligação com os espaços âncora supralocais existentes na sua envolvente imediata.

O outro tipo de fragilidade dependente está relacionado com os usos e atividades da rede interna de espaços públicos do bairro. Alguns espaços da rede do bairro não apresentam as dinâmicas de utilização esperadas e o mix de usos nem sempre é equilibrado.

Consideramos que estes problemas estão fortemente dependentes do isolamento do bairro e do sentimento de insegurança que se sente em alguns espaços do bairro, fatores que restringem a sua utilização e apropriação.

É ainda importante salientar os problemas de carácter autónomo, que no Baró de Viver estão maioritariamente relacionados com problemas de estacionamento ilegal, que restringem o acesso e ligação a algumas áreas do bairro, condicionando o acesso a pessoas com mobilidade condicionada. Este problema aparece na análise como autónomo, pois as possíveis intervenções terão pouca influência nas restantes fragilidades identificadas.

4.3.5. Definição de orientações de intervenção

A última etapa do método proposto corresponde à definição de orientações de intervenção, capazes de contribuir para o reforço da coesão de uma rede de espaços públicos. Este é o objetivo último da metodologia desenvolvida, resultando como *output* final, através da aplicação da metodologia proposta a um território específico.

Voltando ao passo anterior, identificámos quais os problemas determinantes, isto é, aqueles que têm capacidade de exercer uma maior influência sobre os restantes, e logo um maior potencial para gerar dinâmicas de alteração nas fragilidades da rede de espaços públicos.

Neste ponto interessa também identificar as potencialidades presentes na rede de espaços públicos do bairro. Conhecendo as potencialidades da rede é possível estabelecer ligações com os problemas determinantes (sobre os quais se privilegiam as intervenções), no sentido de formular estratégias de ação que tirem o maior partido possível das especificidades do território em questão.

Este tipo de abordagem permite não só minimizar a mobilização de recursos e diminuição dos custos envolvidos, como também maximizar a adaptação das intervenções a desenvolver, às características específicas (tanto físicas como sociais e económicas) da rede em questão.

BARCELONETA

Na etapa anterior identificaram-se os problemas determinantes e dependentes que apresentam, atualmente, desafios à coesão do bairro da Barceloneta. Os problemas determinantes representam aqueles que têm maior influência sobre os restantes. Logo, uma intervenção nestes problemas tem maior probabilidade de induzir transformações positivas ao nível de outras fragilidades (nomeadamente as dependentes).

Tal como se identificou na etapa anterior, os problemas com maior grau de influencia, no bairro da Barceloneta, prendem-se com:

- › **A forte barreira física que constitui a Ronda Litoral.** Este efeito barreira reflete-se de diversas formas na rede de espaços públicos do bairro. Os impactes mais diretos são as limitações que impõe à conectividade e permeabilidade entre a rede do bairro e as redes externas. No entanto tem também implicações diretas sobre a circulação dos utilizadores, condicionando-a nas ligações entre o bairro e a sua envolvente, bem como sobre a vivência e dinâmicas da rede, principalmente nesta zona.
- › **O acesso limitado a alguns espaços públicos da rede do bairro,** (nomeadamente a Praça Pompeu Gener, Praça d'Antoni Genescà i Coromines e o Carrer de la Maquinista), que se encontram vedados, sendo o acesso limitado no período noturno. Este facto limita a conectividade e permeabilidade entre estes espaços e o resto da rede do bairro, restringindo também as interações com a envolvente, isto é, os usos, atividades, vivência e modo como os utilizadores se apropriam do espaço.

Deste modo, as prioridades de intervenção devem incidir sobre as referidas fragilidades, procurando maximizar os efeitos, minimizando a extensão das intervenções. Neste sentido, importa assim compreender as potencialidades do território em análise, uma vez que conhecendo-as é possível ajustar as medidas de intervenção de modo a tirar o máximo partido das potencialidades existentes.

Esta estratégia de atuação permite não só minimizar os custos e recursos envolvidos nas intervenções, mas também promover uma melhor adaptação das medidas propostas às características específicas do território em análise. Neste sentido identificam-se as principais potencialidades encontradas na rede primária de espaços públicos do bairro da Barceloneta (Quadro 4.8)⁴⁹.

POTENCIALIDADES - BARCELONETA	
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	<ul style="list-style-type: none"> › A estrutura ortogonal de ruas estreitas contrapõe com a generosidade dos espaços públicos dos limites do bairro, desencorajando o acesso dos turistas à sua rede interna, permitindo manter uma vivência urbana própria, característica deste bairro [RI]. › O desenho ortogonal regular do bairro vai sendo pontuado pela abertura de espaços de maiores dimensões (praças, ruas pedonais de perfil mais amplo, etc.), quebrando a regularidade e possível monotonia da rede [RI]. › As suas ruas estreitas, edifícios altos e fachadas características elementos de referência deste bairro, conferindo-lhe características próprias, contribuindo para a construção da sua identidade [RI]. › O desenho da malha urbana potencia a visibilidade e permeabilidade da rede de espaços públicos, facilitando tanto a circulação como a legibilidade [RI].
ACESSOS E LIGAÇÕES [AL]	<ul style="list-style-type: none"> › A estrutura ortogonal do bairro possibilita uma boa conectividade entre os diferentes espaços públicos da rede interna, nomeadamente entre os espaços âncora, que garantem as principais funções urbanas [RI]. › Toda a rede de espaços públicos do bairro é facilmente percorrível a pé, sendo dotada de boas infraestruturas destinadas a este fim (passeios; espaços exclusivamente pedonais e passadeiras) [RI]. › O desenho urbano potencia uma forte vivência de bairro, em que se privilegia a circulação em modos suaves. Existem várias “zonas 30” junto a equipamentos e serviços de utilidade pública, várias ciclovias e toda a rede está dotada de infraestruturas pedonais [RI] e [RE]. › O bairro goza de boas conexões viárias, assumindo uma localização estratégica face às entradas e saídas da cidade [RE]. › O bairro goza de boas ligações em transportes públicos ao resto da cidade (metro; autocarros e “bicing”) [RE].

⁴⁹ As potencialidades apresentadas no Quadro 4.8 foram recolhidas através do contacto direto com o território e encontram-se detalhadas das fichas de análise que se apresentam no Anexo I.

POTENCIALIDADES - BARCELONETA	
USOS E ATIVIDADES [UA]	<ul style="list-style-type: none"> › A rede de espaços públicos do bairro é claramente multifuncional, oferecendo um equilibrado mix de usos funções, facilitando o acesso a funções diárias de proximidade [RI]. › O conjunto de funções existentes assume um papel determinante na geração de dinâmicas de utilização e apropriação do espaço público do bairro, dinamizando a vivência de bairro, fortalecendo o sentimento de segurança e apazibilidade na sua utilização [RI]. › Os espaços de encontro existentes desempenham um importante papel na dinamização da utilização e apropriação da rede de espaços públicos, estando equipados com mobiliário adequado aos usos e atividades que pretendem promover [RI]. › As várias funções capazes de atrair utilizadores à escala da cidade, existentes no bairro, promovem a integração com as redes externas e dinamizam as funções e atividades económicas de todo o bairro [RE]. › O facto de as funções que atraem utilizadores de fora do bairro, se localizarem nos seus limites exteriores permite ao bairro manter a sua dinâmica interna própria, sem que esta seja perturbada pelo elevado número de turistas [RI] e [RE].
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	<ul style="list-style-type: none"> › A rede interna de espaços públicos do bairro é utilizada por uma vasta diversidade de pessoas, diferentes gerações (crianças, adultos, idosos), diferentes culturas (locais e comunidades de emigrantes), gerando-se dinâmicas socioculturais de grande diversidade [RI]. › A rede de espaços públicos do bairro é dotada de vários espaços de socialização, tanto de influência local (ex.: praça do mercado) como de abrangência mais alargada (ex.: Passeig Maritim). Estes espaços fomentam diferentes tipos de utilização da rede de espaços públicos, promovendo o sentimento de segurança dos seus utilizadores [RI] e [RE]. › Os espaços de socialização, ao atraírem uma forte diversidade de utilizadores de outras áreas da cidade, ou mesmo da área metropolitana (ex.: praia), fomentam interações físicas, sociais e económicas entre o bairro e as redes externas [RE]. › No bairro existem vários elementos de referência simbólicos, que reforçam o seu carácter identitário, contribuindo para a construção de uma imagem de representação coletiva do mesmo [RI] e [RE].

Quadro 4.8 - Identificação das principais potencialidades da rede de espaços públicos - Barceloneta

Fonte: Autora

Neste contexto, procurando fortalecer a coesão da rede da Barceloneta, uma das prioridades de intervenção, é **melhorar as conexões entre a rede interna de espaços públicos do bairro e as redes externas**, nomeadamente tentando transpor o efeito barreira criado pela Ronda Litoral, criando mais pontos de contacto entre o bairro e a sua

envolvente. Efetivamente existem dois tipos de problemas que levam à definição desta prioridade de intervenção. A primeira e mais evidente é a barreira física criada pela Ronda Litoral, que limita a zona norte do bairro, restringindo a conectividade e permeabilidade às redes envolventes. Por outro lado, este efeito barreira conjuga-se com:

1. O elevado potencial atrator de algumas funções existentes nos limites da rede do bairro, que atraem grandes fluxos de utilizadores de fora do mesmo; e com
2. O facto de o bairro se conectar com a sua envolvente apenas em dois pontos (dois polos opostos) da sua rede.

Esta conjugação de fatores gera períodos de forte congestionamento na rede de espaços públicos, nomeadamente naqueles situados nos seus limites.

Um dos pontos fortes desta rede é a dualidade de dinâmicas, que lhe permite manter a sua característica vivência de bairro no interior da rede, ao mesmo tempo que atrai um forte número de turistas e visitantes de fora do mesmo. Um dos desafios em melhorar as ligações entre a rede do bairro e a sua envolvente é manter esta duplicidade. As características morfológicas do traçado da sua rede interna contribuem em grande medida para manter esta dualidade, uma vez que os seus edifícios altos e ruas estreitas inibem a “entrada” dos utilizadores de fora, para o interior da rede. Outro fator que contribui para fortalecer esta dualidade é o facto de a circulação rodoviária no interior da rede ser bastante restrita, tendo sido inclusive recentemente criadas várias “zonas 30”, no sentido de reforçar a vivência de bairro.

Com o intuito de **melhorar as ligações entre o bairro e as redes envolventes**, e analisando as potencialidades identificadas, pensa-se que uma medida de intervenção pode passar por **concretizar a conexão entre o Parque da Barceloneta e o Parque da Ciudadella (Figura 4.15 – nº 1)**, ligação (em passadiço) que foi iniciada, nunca tendo sido concluída. Esta conexão teria um papel importante, não só porque seria mais um ponto de ligação entre a rede do bairro e a sua envolvente, mas também porque poderia constituir um motor para impulsionar transformações capazes contribuir para minimizar outros problemas dependentes. Isto é, a concretização desta ligação ajudaria a dinamizar o Parque da Barceloneta, contribuindo para o **aparecimento de novos usos e atividades, potenciando uma maior e mais intensa utilização deste espaço Ciudadella (Figura 4.15 – nº 2)**.

(Figura 4.15 – nºs 2 e 4). Assim, **intervir no sentido de “abrir” estes espaços que se encontram atualmente vedados, contribuiria também para dinamizar outros espaços da rede do bairro**, que apresentam fragilidades a este nível.

BARÓ DE VIVER

Tendo-se identificado os problemas de coesão, determinantes e dependentes do bairro Baró de Viver, é possível desenhar medidas de intervenção que incidam sobre os problemas mais influentes, isto é, aqueles nos quais uma intervenção tem maior possibilidade de impulsionar transformações positivas sobre os restantes.

Com efeito, as fragilidades de coesão com maior influência no Bairro Baró de Viver são:

- › **Fortes barreiras físicas (nós viários e vias rápidas) que limitam o bairro.** Estas barreiras restringem a forma, funcionamento e apropriação da rede interna do bairro, condicionando também as ligações com as redes envolventes (resto da cidade). Estas barreiras físicas limitam também as ligações entre o bairro e os espaços âncora capazes de atrair utilizadores de outras áreas da cidade, que se localizam nos limites do bairro (Parque de la Trinitat, Parque del Besós, ou mesmo a estação de metro). Esta limitação inibe a “abertura” do bairro ao exterior, contribuindo negativamente para o seu isolamento.
- › Espaços públicos da rede interna do bairro com **problemas de conectividade, permeabilidade e visibilidade com o resto da rede.** A ligação destes espaços com a sua envolvente é feita através de passagens estreitas, escadas ou rampas, que dificultam o acesso e promovem sentimentos de insegurança, fechando os espaços públicos “em si mesmos” em vez de os abrir e conectar com o resto da rede.

No sentido de maximizar os efeitos das intervenções, minimizando a extensão das mesmas, as medidas propostas devem ter em consideração não só os problemas determinantes, mas também as potencialidades do território. Conhecendo estas potencialidades é possível desenhar as medidas de intervenção tirando partido das

mesmas, permitindo minimizar os recursos envolvidos e promover uma melhor adaptação das medidas propostas à realidade específica do bairro.

No Quadro 4.9 descrevem-se as principais potencialidades ao nível da coesão da rede primária de espaços públicos do Baró de Viver.

POTENCIALIDADES – BARÓ DE VIVER	
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	<ul style="list-style-type: none"> › A rede de espaços públicos do bairro é bastante simples em termos de traçado, e de pequenas dimensões (constituída por um pequeno número de ruas e praças). Este facto facilita a leitura e orientação da rede, por parte dos seus utilizadores [RI]. › A rede de espaços públicos do bairro vai sendo pontuada por espaços que se “abrem” na sua malha ortogonal, assumindo distintas formas e dimensões. Esta característica quebra a monotonia formal da ortogonalidade da malha, contribuindo positivamente para a sua legibilidade [RI]. › As características orográficas e naturais da localização do bairro, junto ao Rio Besós e num ponto mais elevado que o seu entorno (gozando de favoráveis relações de vistas sobre o Parque da Trinitat e sobre o Rio Besós), colocam-no numa posição privilegiada para a interação com a sua envolvente [RE].
ACESSOS E LIGAÇÕES [AL]	<ul style="list-style-type: none"> › A rede do bairro, de pequenas dimensões, baseia-se num traçado ortogonal, garantindo a conectividade entre a maioria dos seus espaços públicos, nomeadamente entre os espaços âncora existentes (que garantem as principais funções da rede do bairro) [RI]. › Este é um bairro de pequenas dimensões, onde as deslocações no interior da rede são feitas maioritariamente a pé ou em bicicleta [RI]. › Toda a rede de espaços públicos do bairro é facilmente percorrível a pé, sendo dotada de boas infraestruturas destinadas a este fim (passeios; espaços exclusivamente pedonais e passadeiras) [RI]. › As paragens de bus apresentam uma localização estratégica na rede do bairro, uma vez que se situam nas ruas principais, onde se concentra o maior fluxo de utilizadores e maior número de atividades [RI] e [RE]. › Alguns projetos têm sido desenvolvidos no sentido de melhorar a qualidade de vida no bairro, nomeadamente procurando reduzir o isolamento face à cidade de Barcelona. Um destes projetos foi a Rambla Ciudad de Asunción (desenvolvido em conjunto com os moradores), que procura promover a conectividade com a envolvente [RE].

POTENCIALIDADES – BARÓ DE VIVER	
USOS E ATIVIDADES [UA]	<ul style="list-style-type: none"> › A rede interna de espaços públicos é dotada de funções diferenciadoras à escala do bairro, que funcionam como polos dinamizadores à escala local [RI]. › As funções urbanas existentes no bairro (equipamentos, comércio, serviços) são suficientemente diversificadas para garantir o acesso dos moradores às funções básicas do dia-a-dia, assumindo um importante papel na geração de dinâmicas de utilização e apropriação de rede de espaços públicos [RI]. › A concentração de funções urbanas no interior da Praça Baró de Viver gera dinâmicas de utilização deste espaço público que ajudam a minimizar os efeitos negativos do seu desenho urbano, “abrindo-o” ao resto da rede do bairro [RI]. › Existem no bairro vários pontos de interação e de encontro, equipados com mobiliário urbano adequado. Estes espaços complementam as funções urbanas, fortalecendo as dinâmicas de utilização, apropriação e vivência da rede [RI]. › A localização do bairro junto a espaços naturalmente destinados a recreio e lazer (que têm vindo a ser alvo de processos de requalificação) e que têm a capacidade de atrair utilizadoras a uma escala supralocal, constitui um potencial para o fortalecimento da integração do bairro com a sua envolvente [RE].
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	<ul style="list-style-type: none"> › A diversidade existente de espaços de sociabilização favorece os fenómenos de apropriação. Os utilizadores, não se limitam a usar a rede de espaços públicos para se movimentarem de um ponto a outro, mas interagem entre si, desenvolvem atividades e apropriam-se do espaço [RI]. › De entre a diversidade de utilizadores presentes na rede de espaços públicos do bairro, encontram-se diferentes gerações (crianças, adultos, idosos), diferentes culturas, gerando dinâmicas socioculturais de grande diversidade [RI]. › A rede de espaços públicos do bairro tem vindo a ser alvo de projetos de requalificação, no âmbito dos quais, em conjunto com a população, se têm desenvolvido elementos de referência ou simbólicos importantes (monumento às Casas Baratas na Rambla Ciudad de Asunción, Mural de la Memória no Passeig de Santa Coloma) que contribuem para reforçar a identidade do bairro e o sentimento de pertença dos moradores [RI]. › O Parque do Besós e o Parque da Trinitat são espaços de enorme potencial na qualificação e integração da rede de espaços públicos do Baró de Viver, com a sua envolvente [RE]. › A Rambla Ciudad de Asunción, enquanto elemento de referência do bairro, assume especial importância na interação com a envolvente, especialmente associada à conclusão do projeto de alta velocidade ferroviária – La Sagrera, nova estação central [RE].

Quadro 4.9 – Identificação das principais potencialidades da rede de espaços públicos – Baró de Viver

Fonte: Autora

Uma das prioridades de intervenção é assim **melhorar as conexões entre a rede interna do bairro e a sua envolvente**, nomeadamente com os espaços âncora supralocais que se situam nos limites do bairro. Esta prioridade de intervenção permite atuar a vários níveis:

1. Minimizar o efeito barreira provocado pelas infraestruturas viárias presentes;
2. Melhorar a conectividade e permeabilidade entre o bairro e os espaços âncora capazes de atrair utilizadores de fora do bairro, promovendo as interações entre o bairro e as redes envolventes;
3. Diminuir o isolamento do bairro face à restante rede da cidade.

Neste sentido propomos que a **melhoria destas conexões seja feita através da qualificação das ligações com os espaços âncora (Figura 4.16 nº1)** – Parque de la Trinitat; estação de metro e Parque del Besós – capazes de atrair para o bairro utilizadores de outras áreas da cidade, promovendo as interações com as redes envolventes e diminuindo o seu grau de isolamento e sentimento de insegurança.

A qualificação destas ligações pode passar por soluções de carácter físico / morfológico, tais como a melhoria das condições de circulação em modos suaves e dos atravessamentos, ou das soluções de permeabilidade e visibilidade do espaço que promovam uma relação mais direta e facilmente compreensível na utilização do espaço.

No entanto, consideramos que a **dinamização de usos / atividades nos espaços públicos da rede interna do bairro**, adjacentes a estes grandes espaços âncora teria também um importante papel na melhoria destas ligações (**Figura 4.16 nº 3**). Por um lado, a presença de usos e atividades complementares permitiria melhorar a qualidade e conforto das ligações, tornando-as mais dinâmicas e aprazíveis, diminuindo os sentimentos de insegurança nestes percursos. Por outro lado, esta dinamização permitiria também atrair utilizadores de fora do bairro, utilizadores dos referidos espaços âncora, “abrindo” o bairro ao exterior e diminuindo o seu carácter de isolamento.

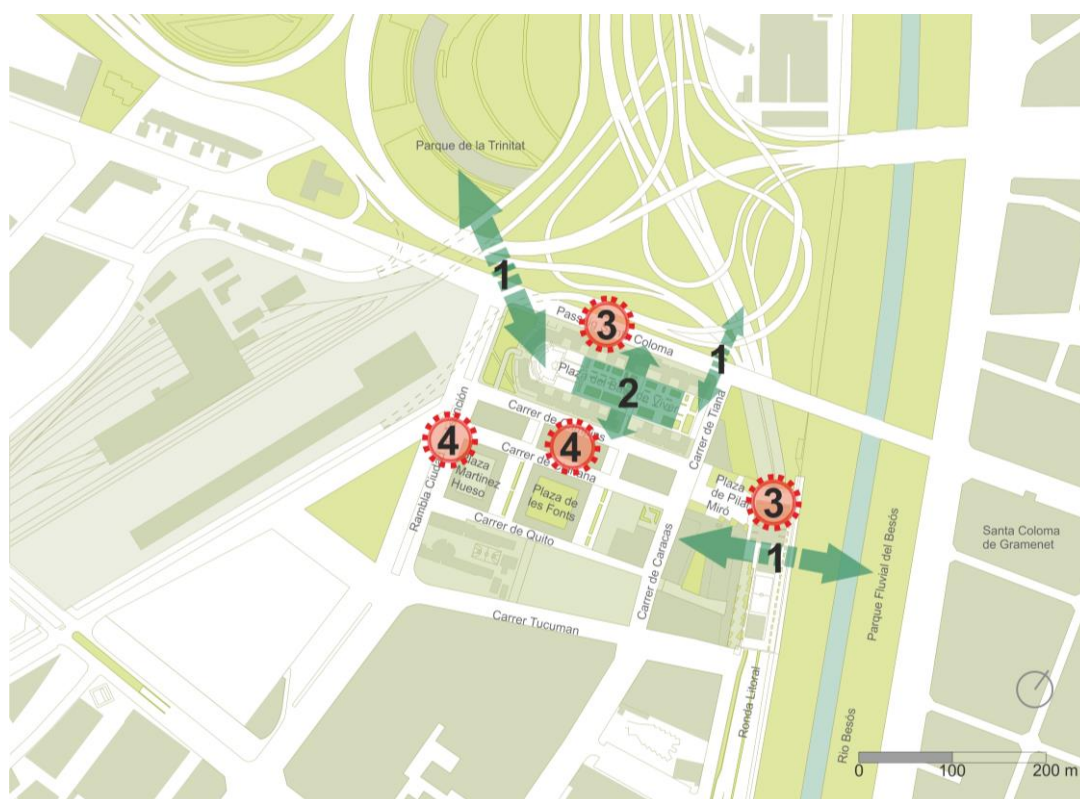


Figura 4.16 – Medidas de intervenção propostas – Baró de Viver

Fonte: Autora

Outra prioridade de intervenção passa por **melhorar a ligação entre alguns espaços públicos da rede interna do bairro e o resto da rede** (Praça Baró de Viver, Praça Martinez Hueso e Praça de les Fonts). Nestes espaços as ligações são feitas por túneis abertos nos edifícios, por escadas ou mesmo rampas, restringindo a permeabilidade e visibilidade, bem como a sua integração no resto da rede de espaços públicos do bairro.

Algumas intervenções de carácter físico podem ser desenvolvidas, nomeadamente ao nível de sinalética, iluminação e mobiliário urbano, no sentido de tornar estas passagens mais confortáveis e diminuir o sentimento de insegurança (**Figura 4.16 nº 2**). No entanto, consideramos que o verdadeiro potencial de influência das intervenções ao nível desta fragilidade reside na dinamização de usos e atividades complementares tanto no interior dos mesmos, como na sua envolvente imediata (**Figura 4.16 nº 4**). O desenvolvimento de novos usos e atividades permitiria abrir estes espaços ao resto da rede do bairro através dos potenciais fenómenos de utilização e apropriação, e da complementaridade entre funções. De salientar ainda que espaços públicos como a Rambla Ciudad de Asunción, pode desempenhar um importante papel neste sentido.

4.4. APLICABILIDADE PRÁTICA – OPORTUNIDADES

No contexto da aplicação da metodologia que propomos é importante salientar que esta deve sofrer adaptações de acordo com o território específico que se pretende analisar. “Cada caso é um caso”, e em determinados territórios a realidade pode ser diferente da aqui analisada (Barceloneta e Baró de Viver), logo pode ser necessário adaptar ou mesmo substituir alguns dos descritores de análise. O método aqui desenvolvido tenta ser o mais abrangente possível, mas alguns destes indicadores podem não fazer sentido para a realidade em questão, podem ter que ser substituídos por outros, ou mesmo omitidos.

Considera-se que uma abordagem deste tipo pode ser útil no desenvolvimento de novas intervenções, mas também em processos de regeneração urbana ou projetos de consolidação da malha existente. As potencialidades desta análise assumem especial relevância em territórios onde os problemas de fragmentação do tecido urbano, exclusão social, marginalização, isolamento, falta de conectividade ou dinâmicas funcionais têm maior expressão.

Por outro lado, considera-se que esta metodologia de análise fortalece a gestão da adaptabilidade de uma rede de espaços públicos. Uma vez que, procedendo a esta análise, é possível compreender o território em que se vai intervir, e criar condições para que as intervenções tenham a capacidade de se adaptar ao longo do tempo.

Na perspetiva da coesão, o objetivo principal num processo de adaptação é manter algum nível de performance: conforto, segurança, conectividade, identificação, etc.. O objetivo passa também pela prevenção de uma mudança irreversível ou de uma taxa excessiva de mudança, que possa causar ruturas difíceis de solucionar. As técnicas adaptativas são dificultadas pela atitude comum de que as coisas devem durar para sempre e que nunca mudam, ou que se mudarem será para pior. Por outro lado, as ações que restauram o estado anterior são consideradas legítimas, mas a adesão à mudança – acomodar aquelas novas pessoas, aquele novo equipamento ou modo de transporte – aparece como uma traição. Assim, é necessário trabalhar no sentido de construir uma base completamente diferente para que seja possível “jogar o jogo da adaptabilidade” (Lynch, 1972).

Síntese

Como vimos, vários autores defendem que os processos de “fazer cidade” devem incorporar estratégias de promoção da coesão. Se um determinado território não é acessível, visível ou equilibrado sócio-economicamente, as suas hipóteses de sucesso diminuem substancialmente. Adicionalmente o espaço público é o “ligante” do espaço urbano, capaz de contribuir para solucionar os problemas de acessibilidade, visibilidade e desequilíbrio nas dinâmicas sociais e económicas.

Assim, partimos do conceito de coesão e da necessidade da sua adaptação à escala urbana, para abordar estes problemas do espaço público, utilizando os dois territórios de análise – Barceloneta e Baró de Viver.

A análise que desenvolvemos baseia-se no conceito de rede de espaço público, assumindo que os espaços públicos de um determinado território [1] se organizam segundo uma estrutura interna coerente e [2] que apesar da sua autonomia, estabelecem relações de complementaridade e interdependência com outras áreas da cidade ou mesmo escalas superiores (p.e. área metropolitana).

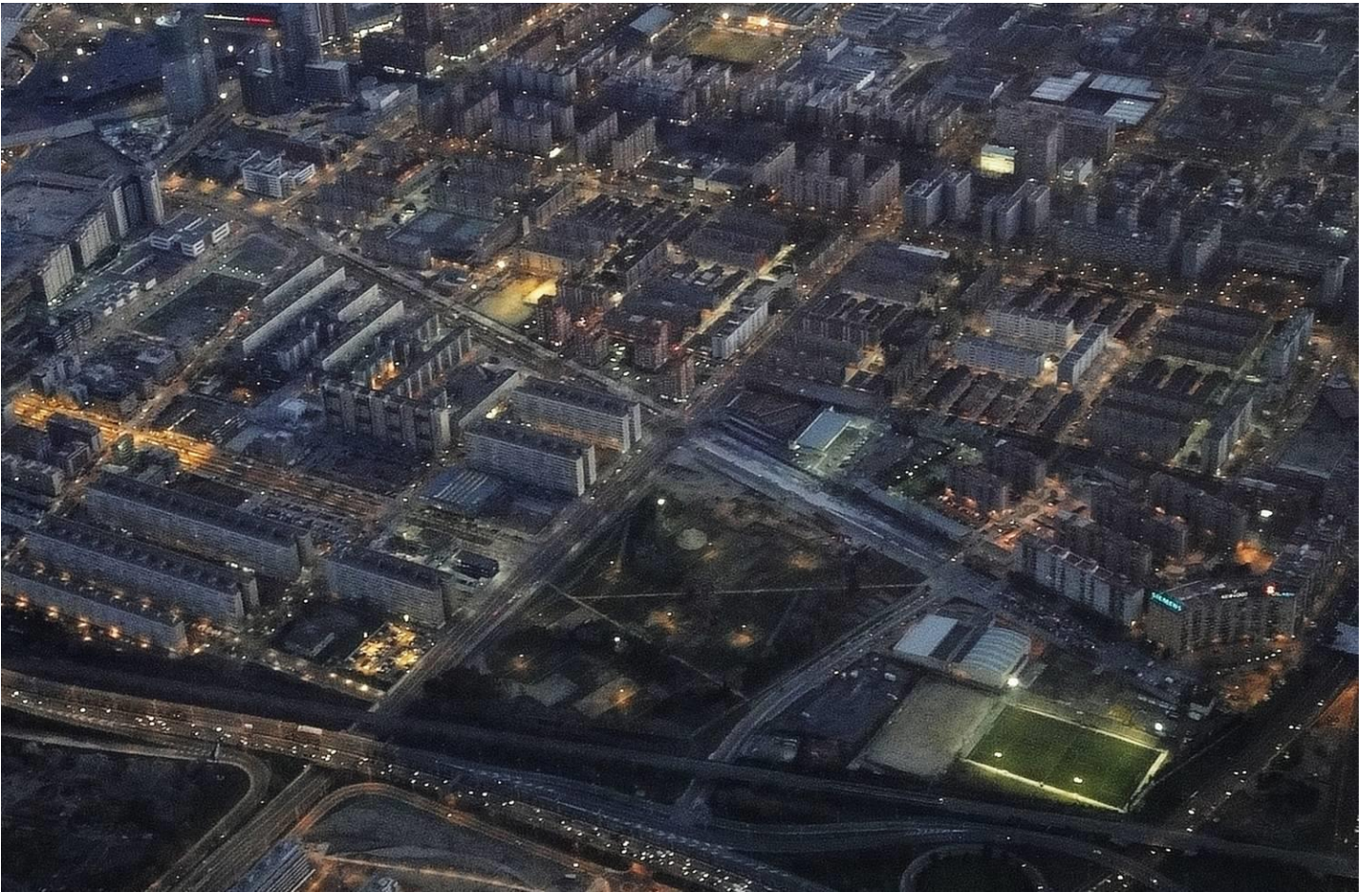
Neste contexto desenvolvemos uma metodologia de análise de uma rede de espaços públicos, baseada na premissa de que os espaços públicos desempenham um papel estruturador na malha e vida urbana, sendo os elementos privilegiados na promoção da coesão. Esta premissa pressupõe que os espaços públicos se organizam segundo uma “rede de redes”, que forma a cidade.

O método que propomos possibilita o diagnóstico dos problemas de coesão de uma determinada área da cidade, permitindo compreender as razões pelas quais a coesão falha, abrindo as portas para a definição de medidas concretas de intervenção que contribuam para solucionar esses problemas.

Este método baseia-se na definição de dimensões que estruturam a análise da coesão, e que por sua vez se decompõem em descritores, permitindo operacionalizar a metodologia. No sentido de identificar quais os problemas determinantes e dependentes num determinado território, isto é, aqueles que têm maior influência sobre os restantes e sobre os quais a intervenção deve ser prioritária, desenvolve-se uma análise estrutural.

Acreditamos que este tipo de diagnóstico pode contribuir para melhorar a coesão do espaço urbano através das intervenções de espaço público.

CONCLUSÕES



ESTRUTURA DO CAPÍTULO

Conclusões

Da coesão das Diretivas Europeias à escala urbana

Espaço público como motor para a coesão urbana

O papel das redes de espaço público

Valores para a coesão urbana

Uma metodologia de análise da coesão

Investigação futura

Partimos do contexto atual dos problemas que se colocam à coesão do espaço urbano (não só relacionados com a fragmentação física, mas também com fragilidades das dinâmicas sociais e económicas). Partimos também da premissa que o espaço público desempenha um papel central na promoção da coesão à escala urbana.

É neste quadro que formulamos as questões que norteiam toda a investigação, às quais voltamos agora no sentido de sistematizar as principais conclusões deste trabalho.

Em primeiro lugar questionamo-nos sobre **os desafios que se colocam atualmente à coesão do espaço urbano?**

O conceito de coesão foi introduzido pelas Diretivas Europeias, visando essencialmente reduzir disparidades territoriais, sociais e económicas, norteando toda a Política de Coesão da União Europeia. Com efeito, apesar do reconhecimento da necessidade de promover territórios coesos e inclusivos, constatamos algum insucesso na operacionalização desta Política de Coesão. Este facto leva-nos a verificar que uma das principais fragilidades na operacionalização desta política, se prende com a lacuna existente na sua transposição para a escala urbana.

Verificamos assim, que o primeiro passo na procura da resposta à questão central da investigação se prende com a necessidade de sistematizar o conceito de coesão urbana.

DA COESÃO DAS DIRETIVAS EUROPEIAS À ESCALA URBANA

Qualquer estudo sobre o conceito de coesão representa um exigente desafio tanto no plano teórico como analítico, uma vez que não existe ainda uma completa estabilização do conceito. Mesmo no âmbito das Diretivas Europeias ele continua em atualização e construção, não sendo ainda completamente consensual o seu significado. Em contrapartida, o seu estudo constitui um desafio importante, tanto no campo teórico como operacional, no sentido de possibilitar a produção de informação bem fundamentada, objetiva e útil que possa guiar os processos de coesão a diferentes escalas.

Importa também salientar que este é um conceito complexo, pela sua própria natureza, isto é, por envolver múltiplas escalas e várias dimensões. Todos estes fatores justificam a

dificuldade na estabilização do conceito de coesão e incrementam a complexidade da sua transposição para a escala urbana, que foi nosso objetivo.

Uma das principais conclusões que retiramos, da nossa tentativa de sistematização do conceito de coesão urbana, é que este não pode ser visto como um conceito “*ready-made*” a ser aplicado no planeamento ou projeto urbano; deve antes ser visto como uma forma de pensar, que guie os processos de desenvolvimento urbano.

Deste modo, importa reter que os fundamentos do conceito de coesão urbana estão alicerçados na noção de coesão territorial, introduzida pela *Commission of European Communities*. De um modo geral o conceito de coesão territorial é mais geral e abstrato, com uma abordagem estratégica clara, enquanto a coesão urbana mais específico e concreto, é diretamente ligado à ação, permitindo uma abordagem mais operativa.

A necessidade de transpor o conceito de coesão territorial para a coesão urbana, surge da exigência de avançar de estratégias para a aplicação de medidas concretas, que possam impulsionar a promoção da coesão do espaço urbano, uma vez que:

- › O conceito de coesão territorial é aplicado no território a uma escala muito alargada, o que dificulta a sua utilização operacional, no sentido de resolver os problemas urbanos específicos;
- › O conceito de coesão urbana pode minimizar variáveis contraditórias no planeamento, permitindo a intervenção a escalas em que o desenho urbano pode implementar bases específicas do ordenamento do território.

Ambos os conceitos envolvem duas importantes dimensões:

- › De balanço territorial, ligado com a forma física e as conexões / ligações;
- › De equilíbrio económico e social, com o intuito de garantir à população igualdade de acesso a bens e serviços, mas também diversidade em termos de atividades, serviços e práticas culturais.

Assim, o estudo deste conceito e a observação da sua manifestação no terreno permite defender a sua pertinência: que a coesão urbana envolve, tanto questões relacionadas com a forma física da cidade, como fatores socioeconómicos e socioculturais, incluindo os relacionados com os processos identitários.

A introdução do conceito de coesão urbana tem assim carácter qualitativo transversal e interdisciplinar: permite diminuir as disparidades, promover a igualdade no acesso a equipamentos, bens e serviços, associado à promoção da conectividade nas relações internas e externas, e superando as desvantagens da fragmentação do espaço urbano.

Deste modo, uma das principais conclusões que retiramos acerca do conceito de coesão urbana é que este envolve uma multiplicidade de dimensões e pressupõe uma interação multi-escala. Assim é capaz de promover a interação entre diferentes escalas territoriais – desde o bairro à cidade ou mesmo à escala metropolitana – tendo que garantir-se relações de complementaridade entre elas, em quatro dimensões essenciais:

1. Continuidade formal;
2. Mobilidade e acessibilidade;
3. Atratividade (mix de usos e centralidade);
4. Identidade (sociabilidade e apropriação).

São precisamente estas características do conceito de coesão urbana, que nos levam à dedução de que o espaço público constitui o elemento privilegiado na sua promoção. O espaço público, dadas as suas potencialidades estruturadoras da malha e vida urbana, pode constituir o elemento unificador e articulador do espaço urbano, desempenhando um papel determinante na promoção da coesão, nas suas diversas dimensões. O que nos conduz à resposta à nossa segunda questão de investigação: **Qual o papel que o espaço público desempenha na promoção da coesão urbana?**

O ESPAÇO PÚBLICO COMO MOTOR PARA A COESÃO URBANA

Defendemos que o espaço público assume um papel central na continuidade ou segmentação da estrutura urbana, bem como na sua articulação e estruturação, constituindo o suporte físico para o desenvolvimento das dinâmicas sociais e económicas.

Assim, consideramos que é necessário pensar o espaço público como um elemento capaz de promover a continuidade e ordenar o território, mas também como tendo uma capacidade natural para criar e manter fortes centralidades locais, potenciar a competitividade e promover o sentido de cidadania. Importa destacar que este facto leva mesmo vários autores a considerar que: “a cidade é o espaço público”, conferindo-lhe qualidades como:

- › Promover a continuidade;
- › Melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade;
- › Fomentar dinâmicas de utilização e apropriação do espaço urbano através das funções que oferecem;
- › Estimular o aparecimento de novas atividades económicas.

São precisamente estas qualidades que nos levam a concluir que o espaço público pode ser um elemento privilegiado na promoção da coesão à escala urbana. Com efeito, espaço público de qualidade garante a mobilidade dos cidadãos, beneficia os processos identitários, estruturando toda a cidade, sendo capaz de criar e manter lugares com efetividade funcional e significados identitários.

Tal como constatámos na revisão da literatura, vários autores se referem que o espaço público envolve múltiplas dimensões. Através da reflexão desenvolvida consideramos que são três, as dimensões fundamentais que contribuem para o seu papel estruturador:

1. **As suas características físicas | morfológicas** – a representação física do espaço público pressupõe uma localização e características formais específicas.
2. **Os usos e atividades** – as representações sociais do espaço público e diferentes formas de apropriação estão ligadas às funções presentes e à diversidade de usos que a sua forma possibilita.

3. **As formas de apropriação e vivência** – o espaço público é o espaço primordial de relações entre as pessoas, de exercício do poder político e de desenvolvimento das representações culturais e sociais.

Salientamos porém que estas dimensões não podem ser vistas isoladamente, pois abarcam múltiplas interações, numa articulação multi-escala.

Com efeito, é o seu valor potencial, enquanto estrutura social e espacial coesa, que é determinante para a promoção da coesão urbana. É precisamente esta sua capacidade de articulação multi-escala, e a importância que esta mesma capacidade assume na promoção da coesão, que nos conduz a outra das conclusões desta investigação:

- › A chave da coesão está na capacidade de os espaços públicos se articularem formando uma rede coerente, em que os vários elementos estabelecem entre si, relações de complementaridade e interdependências, numa malha de estruturação das relações urbanas, no plano físico, social e económico.

É assim necessário tirar partido das propriedades de conexão e articulação dos espaços públicos para formar uma rede coerente.

Em suma, e seguindo a tese de Portas (2003), o espaço público é o suporte físico “ligante” do espaço urbano, mas é também o “ligante” das heterogeneidades sociais e o suporte da diversidade de usos. É esta visão sistémica dos espaços públicos, que lhe confere o seu carácter de elemento privilegiado na promoção da coesão a diferentes escalas.

O papel das redes de espaço público

Como constatámos nesta tese, considerar os espaços públicos como elementos-chave nos processos de coesão urbana, pressupõe que os espaços públicos sejam organizados de forma sistémica.

O conceito de rede tem uma natureza interdisciplinar. Neste contexto, recorrendo a fontes de campos diversos definiu-se a rede como um conjunto de elementos e as ligações entre eles, estabelecendo relações dinâmicas, numa malha contínua em que “linhas” e “nós” estão ligados. Fazendo a transposição destas interpretações do conceito de rede de outras áreas do conhecimento para o contexto urbano, assumimos que os “nós”

representam as atividades / funções (equipamentos, serviços, etc.) e as “linhas” as acessibilidades por onde circulam os fluxos (viários, ferroviários, pedonais, etc.).

Após esta reflexão, e dando resposta ao nosso objetivo inicial de sistematizar o conceito de rede de espaço público, concluímos que uma rede coesa e coerente é determinada pela existência de:

- › **Espaços âncora** – que representam os “nós” – isto é, polos capazes de atrair utilizadores e dinamizar a rede de espaços públicos. Estes espaços destacam-se devido às conexões que estabelecem, ou às atividades que promovem, estruturando toda a rede de espaços públicos.
- › **Ligações** – que representam as “linhas” – entre os diferentes espaços âncora, não só em termos de acessibilidade, mas também através das dinâmicas económicas e sociais que permitem.

Assim, se a rede é constituída pelo conjunto das ligações físicas e das dinâmicas socioeconómicas geradas, podemos considerar que uma abordagem sistémica dos espaços públicos permitirá analisar a estruturação e articulação do território urbano em diferentes níveis - formais, económicos, sociais e culturais. Salientamos como principais vantagens da visão sistémica dos espaços públicos para a promoção da coesão urbana:

- › Contribuir para a conectividade entre diferentes áreas da cidade, estabelecendo importantes ligações para a mobilidade dos utilizadores, mas também para as funções urbanas.
- › Permitir a minimização das barreiras físicas que contribuem para o isolamento de áreas da cidade.
- › Fomentar a geração de dinâmicas socioeconómicas que, juntamente com outras medidas, são capazes de contribuir para a regeneração e reabilitação de uma área; e minimizar os fenómenos de exclusão social e marginalização.

Uma outra vantagem da estruturação dos espaços públicos em rede prende-se com a adaptabilidade. Justificando em síntese este adquirido, a adaptabilidade incrementa o grau de flexibilidade da rede face às transformações urbanas, ao longo do tempo. Esta característica vem introduzir na rede de espaços públicos uma abordagem integradora e uma lógica de complementaridades.

Aquela abordagem, permite-nos concluir que a rede de espaços públicos, ao englobar não apenas as estruturas físicas – a armadura (Portas, 1999) ou *hardware* do espaço público –

mas também as dinâmicas funcionais, de utilização e apropriação que nele se geram – o *software* do espaço público (Brandão, 2008) – cria condições que potenciam a sua adaptabilidade. Se o *hardware* se mantiver, e o *software* se alterar (porque é da sua própria natureza sofrer um maior número de mutações ao longo do tempo), a rede de espaços públicos não deixa de funcionar, tendo maior adaptabilidade.

Um exemplo da aplicação da estruturação em rede do espaço público, pela capacidade de adaptação, estará na alteração de uma função âncora, que implica necessariamente uma mudança nas dinâmicas e fluxos de utilização da rede. No entanto, mantendo-se a função infraestrutural do espaço público (as ligações / conexões), esta continua a ter uma localização privilegiada da rede, logo é mais provável que outra função se venha a instalar, e portanto que a rede de adapte, continuando a funcionar.

A estrutura em rede supõe também uma abordagem interdisciplinar do espaço público, no desenho de estratégias para uma gestão equilibrada dos processos de coesão, promovendo a relação entre diferentes escalas territoriais. Esta relação entre diferentes escalas, que caracteriza também o conceito de coesão urbana, promove continuidades, estruturando a malha e a vida urbana como uma “rede de redes”. Isto é, uma rede envolve as escalas mais alargadas (a cidade, a escala metropolitana, etc.) e redes que englobam as escalas locais (o bairro, a rua, etc.).

Esta noção de “rede de redes”, que define o espaço público, permite a articulação da cidade em diferentes níveis, permitindo simultaneamente gerir os processos de concentração / dispersão e da relação entre a cidade e as escalas mais alargadas da “globalização”. Esta visão é útil para [1] identificar a coesão física dos territórios urbanos; e [2] para detetar os pontos de fratura. Qualquer interrupção na articulação das redes gera assim formas de segregação determinada seja por fatores sociais, seja por fragilidades morfológicas.

Em suma, uma visão sistémica dos espaços públicos potencia a coesão urbana porque:

- › Pressupõe uma hierarquia da rede existente, ou seja, há uma rede à escala da cidade e uma rede local de espaços públicos que se interligam e relacionam através de elementos estruturantes, capazes de conectar diferentes escalas territoriais;

- › Pressupõe duas *layers* complementares, uma relacionada com a função de infraestrutura (o *hardware*) e outra com a função de serviço fornecido por um espaço público que é o suporte para o uso e apropriação (o *software*);
- › Envolve conexões e interações que não se prendem apenas com a conexão física, mas também com o serviço prestado por estes espaços públicos (funções, atividades e identidade);
- › Possibilita o surgimento de novas funções urbanas, capazes de gerar dinâmicas de espaço público e a sua apropriação.

Assim, argumentamos que através da criação de uma rede de continuidade de uso público (acessos, atividades e conexões de movimento) e conexões de movimento (ligando o acesso local e global), é possível contribuir para a operacionalização do conceito de coesão urbana.

Valores para a coesão urbana

Sendo nosso objetivo a construção de uma metodologia de análise da coesão, concluímos que um espaço urbano coeso será inclusivo, acessível e atrativo:

- › Se, garantir a continuidade e permeabilidade da rede de espaços públicos, assegurando que não há “sombras” no território, isto é, que todas as áreas são acessíveis;
- › Se, pela sua localização, pelas funções e atividades que oferecem, ou pelas dinâmicas sociais e económicas que promovem, forem capazes de atrair utilizadores;
- › Se, oferecer um mix de funções urbanas (habitação, equipamentos, comércio, serviços, etc.), promovendo a equidade no acesso a bens e serviços;
- › Se, for capaz de atrair e acomodar diferentes perfis de utilizadores, isto é, a coexistência de uma multiplicidade de atividades por eles desempenhados;
- › Se, possibilitar a formulação de representações coletivas e individuais do espaço, pelos seus utilizadores.

Dadas as dimensões da coesão urbana e as características do espaço público, definimos um conjunto de valores que alicerçam o método de análise proposto:

- › **Continuidade** – no sentido de assegurar a conectividade da rede de espaços públicos, garantindo que não existem “sombras” no território, isto é, espaços que se encontram isolados devido a descontinuidades da rede ou fracas condições de acessibilidade. É fundamental garantir que toda a rede é facilmente acessível por todos os potenciais utilizadores. Salienta-se que o facto de garantir boas condições de acessibilidade e mobilidade a todas as áreas de um dado território, é uma forma de garantir a equidade e igualdade no acesso a bens e serviços. No contexto de uma análise à escala do bairro, é fundamental promover os modos ativos de deslocação⁵⁰, privilegiando os espaços partilhados⁵¹ entre diferentes modos de transporte, em complementaridade com o transporte público.
- › **Atratividade** – As dinâmicas e fluxos de utilização do espaço, são fundamentais para a coesão de um território. Esta atratividade é maioritariamente determinada pela existência de espaços que funcionam como âncoras, estruturando e dinamizando toda a rede de espaços públicos. Normalmente eles oferecem funções diferenciadas ou mesmo únicas no território que servem, podendo ter uma maior ou menor abrangência (ex.: bairro, cidade, ou mesmo área metropolitana). Estes espaços são, eles próprios, palco de dinâmicas de apropriação e usos. Mas são também eles que, em grande medida, influenciam os fluxos de utilização dos restantes espaços públicos da rede. Seja pela razão mais simples – garantir o acesso dos utilizadores a estas âncoras – ou potenciando dinâmicas, impulsionando novas funções ou usos nos espaços envolventes.

⁵⁰ Modos ativos de deslocação – denominação também utilizada para os modos suaves, considerando as preocupações de saúde, obesidade e a vida sedentária da população, tendo por base a utilização de energia humana na deslocação, por contraste com a inatividade dos outros modos (inclui: andar a pé, andar de bicicleta, skate, patins, trotinete, cadeira de rodas, esqui, canoagem, etc.) (IMTT, 2011).

⁵¹ Baseado nas premissas fundamentais do *Shared Space* (“Shared Space,” n.d.) – Conceito introduzido nos anos 70 e 80 que tem como objetivo principal a acalmia de tráfego. É nesta altura que são implementadas as primeiras experiências associadas ao conceito de *Shared Space* na Holanda, criado por Hans Monderman, tendo por base um espaço público para as pessoas e suas interações sociais, em que as diferentes funções estão em equilíbrio, com base na responsabilização de cada um e no respeito pelo outro. Esta conceção defende a necessidade de não segregar espacialmente os diferentes modos de deslocação e de retirar toda a sinalização, promovendo uma circulação mais cuidadosa e responsável (IMTT, 2011).

- › **Diversidade** – A diversidade é uma característica intrínseca de uma rede urbana, que influencia diretamente a sua coesão. Ao nível da coesão urbana importa analisar a diversidade de funções, a par com a diversidade de utilizadores.
 - A **diversidade de funções** ou multifuncionalidade diz respeito ao mix equilibrado de funções urbanas (habitação, equipamentos, comércio, serviços, áreas produtivas, etc.), capaz de gerar dinâmicas sociais e económicas que promovem a utilização da rede de espaços públicos, promovendo a equidade no acesso às funções urbanas.
 - A **diversidade de utilizadores** está relacionada com a capacidade de um território em acomodar diferentes perfis de utilizadores (extratos sociais, grupos etários, culturas, etc.), isto é, com a coexistência de diversos atores, diferentes usos e atividades no espaço, (coexistência de diferentes tipologias de habitação, variedade de funções e características do espaço público existente, bem como com o grau de liberdade que permite na sua utilização).
- › **Identidade** – A identidade de um território pode reforçar ou enfraquecer a sua coesão. A identidade de uma rede de espaços públicos expressa-se através das representações coletivas ou individuais do espaço, e relações que se estabelecem (entre os utilizadores ou entre estes e o território). Estão também intrinsecamente ligadas à ordem que essas relações impõem, portanto, ao conhecimento, sinais, códigos, etc.. Os espaços de representação podem representar simbolismos complexos, por vezes codificados, outras vezes não.



Figura 5.1 – Valores para a Coesão Urbana

Fonte: Autora

Deste modo, a existência de uma lógica que suporta a produção do espaço público, apoiada nas dimensões de continuidade, visibilidade e acessibilidade, torna-se o “grau zero” na análise da coesão urbana. Adicionalmente, existem outros aspetos determinantes, ligados com as atividades produtivas do território e com os processos identitários dos seus utilizadores.

Uma metodologia de análise da coesão urbana

Depois de clarificado o conceito de rede de espaços públicos, bem como os seus contributos para a coesão do espaço urbano, pretendemos compreender o que torna um espaço urbano coeso. Neste sentido desenvolvemos uma metodologia de análise da coesão que permite identificar claramente os principais problemas e potencialidades da rede, possibilitando a formulação de orientações e medidas de intervenção.

Com o reconhecimento destes elementos possibilitamos a identificação dos pontos de fratura onde a coesão falha. Qualquer interrupção na articulação de uma rede gera

segregação, que não se deve exclusivamente a fatores sociais, podendo também ser determinada por uma rutura na morfologia urbana.

O método que propomos permite fazer um diagnóstico dos problemas de coesão de um espaço urbano, possibilitando a compreensão das razões pelas quais a coesão falha, permitindo orientar a definição de medidas de intervenção concretas que contribuam para minimizar esses problemas.

Esta metodologia de análise baseia-se na definição de quatro dimensões que estruturam a análise da coesão, e que por sua vez se decompõem em descritores, permitindo operacionalizar a metodologia (Quadro 5.1).

DIMENSÕES DE ANÁLISE	DESCRITORES
FORMA E LEGIBILIDADE [FL]	FL1: Características de traçado da rede
	FL2: Permeabilidade legibilidade da rede
ACESSO E LIGAÇÕES [AL]	AL1: Conectividade da rede
	AL2: Existência e cobertura de transportes públicos
	AL3: Disponibilidade de infraestruturas pedonais
USOS E ATIVIDADES [UA]	UA1: Diversidade de funções
	UA2: Atratividade das funções
	UA3: Existência de funções diferenciadoras
	UA4: Existência de espaços de encontro
SOCIABILIDADE E IDENTIFICAÇÃO [SI]	SI1: Utilização da rede de espaços públicos
	SI2: Diversidade dos utilizadores
	SI3: Existência de elementos de referência

Quadro 5.1 – Dimensões e descritores que compõem a metodologia de análise da coesão proposta

Fonte: Autora

Importa também salientar que, identificadas as principais fragilidades ao nível da coesão de uma rede de espaços públicos, dificilmente será possível intervir ao nível de todos eles. Nesse sentido, incluímos na metodologia proposta uma análise estrutural destes problemas. Esta análise estrutural permite-nos identificar quais os problemas determinantes e dependentes num determinado território, isto é, aqueles que têm maior influência sobre os restantes e sobre os quais a intervenção deve ser prioritária.

Consideramos que a aplicação do método permitiu consolidar a metodologia ao nível da sistematização de conceitos, operacionalidade e equilíbrio do modelo proposto. Neste contexto escolhemos analisar dois territórios distintos, para testar a metodologia, na cidade de Barcelona: seja num território periférico – Baró de Viver – seja num espaço consolidado da cidade – Barceloneta. Esta análise fez-nos acreditar na potencialidade da aplicação da metodologia a territórios com outras características e problemas, tais como territórios suburbanos, dispersos.

Limitações

No âmbito da metodologia proposta importa também salientar algumas limitações dos resultados obtidos. Como referimos a primeira etapa do método proposta é a identificação da rede primária de espaços públicos do bairro, onde ocorrem as principais dinâmicas socioeconómicas e que garantem as ligações estruturantes. No entanto, esta rede primária não representa toda a rede de espaços públicos do bairro, há espaços que ficam excluídos, onde também se registam dinâmicas e se estabelecem conexões, ainda que com menos expressão. Embora consideremos que a rede primária de espaços públicos identificada representa a maioria e mais representativas dinâmicas e ligações à escala local, por exemplo do bairro, não podemos deixar de identificar este ponto como uma possível fragilidade da metodologia desenvolvida.

Num outro âmbito de limitação, temos em conta que a natureza desta metodologia é assumidamente qualitativa, sendo a fonte primária de recolha de dados a observação do território, isto é, privilegia-se o contacto direto entre observador e o espaço público. Esta opção foi tomada tendo a consciência clara do grau de subjetividade que pode introduzir na análise, pelo facto de ficar em parte dependente do próprio observador. No entanto, dada a própria natureza do espaço público, envolvendo um conjunto complexo de dinâmicas intangíveis e dificilmente quantificáveis, considerámos que uma abordagem qualitativa seria a forma mais adequada de analisar a problemática em questão, não só por permitir uma maior liberdade tanto na recolha como também na análise da informação.

Assim, foram introduzidas na metodologia várias estratégias que permitem minimizar essa subjetividade, nomeadamente a introdução de descritores de análise criteriosos, operacionalizados através de variáveis chave, bem como pela sua apresentação através de mapas interpretativos que permitem sistematizar a informação. Também a análise

estrutural utilizada para a identificação dos problemas determinantes e dependentes foi adaptada para a metodologia que propomos, no sentido de a tornar mais operativa, reduzindo o grau de subjetividade na análise da informação.

Por outro lado, importa também evidenciar que a utilização dos casos práticos – Barceloneta e Baró de Viver – enquanto territórios de análise, deu um valioso *input* à investigação. Tanto na consolidação da reflexão teórica, facilitando a sistematização dos conceitos, como no campo operativo, possibilitando o teste e validação dos critérios e metodologia desenvolvida.

Outras aplicações da metodologia de análise

Para além dos dois territórios de análise apresentados, a metodologia de análise da coesão que propomos foi também aplicada no projeto de ligação entre os bairros de Baró de Viver e Bon Pastor, desenvolvido no âmbito da disciplina de *Taller de Gestión de Proyectos*, integrada no Master en Diseño Urbano, da Facultat de Belle Arts – Universitat de Barcelona, durante o ano de 2014 (Equipo docente Taller de Gestión de Proyectos Master de Diseño Urbano, 2015):

“(...) Vamos a centrar el trabajo de proyecto, en la mejora de la conectividad entre los dos barrios, relacionándolo con el Polígono Industrial de Bon Pastor que el Ayuntamiento quiere mantener como área productiva en el distrito de Sant Andreu. Para ello partiremos del concepto de cohesión urbana y la metodología desarrollada para su estudio. (...)”

INVESTIGAÇÃO FUTURA

As cidades europeias contemporâneas que atingiram dimensões metropolitanas e regionais incorporam muitas realidades e dinâmicas diversas, não podendo ser simplesmente representadas pelo seu centro histórico. As áreas de expansão normalmente não correspondem a um modelo de cidade compacta, mas antes a conjuntos de elementos dispersos com diferentes desenvolvimentos, onde a falta de normas ou referências é contrastado por um forte crescimento urbano, pelo que é de considerar o carácter dinâmico dos processos.

Este forte crescimento urbano levou a transformações, produzindo novos contextos urbanos: cidades policêntricas e descontínuos, incluindo áreas suburbanas, periféricas e periurbanas, com uma dependência de outras áreas de centralidade. Estas realidades introduzem novas características e dinâmicas urbanas, que não são normalmente associados à cidade tradicional; em vez disso, representam uma nova variedade de tipologias, que é necessário considerar com atenção.

A emergência destas realidades urbanas dispersas introduz uma série de novos problemas, tais como: falta de conectividade, problemas de fragmentação, segregação e marginalização, a falta de funções e diversidade de utilizadores, ou perda de dinâmica social e económica. Nestas áreas dispersas o espaço público é muitas vezes reduzido à sua função mínima e infraestrutural, sendo necessário agir, com base na rede existente, melhorando as ligações e dinâmica, aumentando a diversidade urbana e promovendo atividades atuais.

Estes factos levam-nos a propor que uma abordagem que permita refletir sobre a qualificação dos espaços públicos, numa lógica sistémica, adaptada a estas realidades suburbanas, que poderia ter um forte potencial na sua estruturação e coesão; como possibilidade de investigação futura e possível ampliação dos adquiridos desta tese. A ação que as redes de espaço público podem desempenhar nas áreas periféricas fragmentados e complexos, como um elemento que organiza as diferentes partes desconexas em novas redes, promovendo a continuidade como referência para contextos urbanos dispersos.

“Urban coherence is an identifiable quality that ties a city together through form, and is an essential prerequisite for the viability of the urban fabric. Coherent city form must also be plastic, i.e. able to follow bending, extension, and compression of paths without tearing. (...) the urban fabric must be strongly connected on the smallest scale, and loosely connected on the largest scale. Connectivity on all scales thus leads to urban coherence. (...)” (Salingaros, 2005)



REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexander, C. (1965). *The city is not a tree*, in R. LeGates & F. Stout (Eds) (1996). London: Routledge.
- Alexander, C. (1977). *A pattern language: towns, buildings, construction*. New York: Oxford University Press.
- Amendola, G. (1997). *La città postmoderna: magie e paure della metropoli contemporanea*. Laterza.
- Arcade, J., Godet, M., Meunier, F., & Roubelat, F. (1999). *Futures Research Methodology, Version 1.0*. Millennium Project del American Council for the United Nations University.
- Arendt, H. (1989). *La crise de la culture*. Paris: Gallimard.
- Ascher, F. (2010). *Novos Princípios do Urbanismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Bana e Costa, C. A., & Beinart, E. (2005, November). Model-structuring in public decision-aiding [Monograph]. Retrieved August 26, 2013, from <http://www.lse.ac.uk/collections/operationalResearch/Default.htm>
- Barca, F. (2009). An agenda for a reformed cohesion policy. A placed-based approach to meeting European Union challenges and expectations. Independent Report prepared at the request of Danuta Hübner, Commissioner for Regional Policy.
- Barthes, R. (1967). *El grado cero de la escritura: seguido de Nuevos ensayos críticos*. Siglo XXI de España Editores.
- Batista e Silva, J., da Graça Saraiva, M., Loupa Ramos, I., & Bernardo, F. (2013). Improving Visual Attractiveness to Enhance City–River Integration—A Methodological Approach for Ongoing Evaluation. *Planning Practice and Research*, 28(2), 163–185. <http://doi.org/10.1080/02697459.2012.704734>
- Batty, M. Longley, Paul. (1994). *Fractal cities: a geometry of form and function*. London [u.a.: Acad. Press.
- Bauman, Z. (2004). *New Frontiers and Universal Values*.
- Bertalanffy, L. von. (1973). *General system theory: foundations, development, applications*. New York: G. Braziller.
- Bohigas, O. (2004). *Contra la incontinenca urbana: reconsideración moral de la arquitectura y la ciudad*. Barcelona: Electa.

- Boldrin, M., & Casanova, F. (2003). Regional policies and EU enlargement. *CEPR Discussion Paper Series*, (3744).
- Bollnow, O. F. (1963). *Mensch und Raum*. W. Kohlhammer.
- Borja, J. (1988). *Estado y ciudad: descentralización política y participación*. Barcelona: PPU.
- Borja, J. (2003). *La ciudad conquistada*. Alianza Editorial.
- Borja, J. (2009). *Luces y sombras del urbanismo de Barcelona*. Editorial UOC.
- Borja, J., & Muxí, Z. (2003). *El Espacio público: ciudad y ciudadanía*. Diputació de Barcelona, Xarxa de Municipis.
- Bradley, J., Petrakos, G. G., & Traistaru, J. (Eds.). (2004). *Integration, Growth, and Cohesion in an Enlarged European Union* (2005th ed.). Bonn, Germany: Springer.
- Bradshaw, C. (1993). Creating - and using - a rating system for neighborhood walkability towards an agenda for "local heroes." Presented at the 14th International Pedestrian Conference, Boulder CO.
- Brandão Alves, F. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Fundação Calouste Gulbenkian – FCT.
- Brandão, P. (2005). *Cidade entre os Desenhos*, Pedro Brandão. *Compre livros na Fnac.pt*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Brandão, P. (2008). *A identidade dos lugares e sua representação colectiva*. Lisboa: Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano - DGOTDU.
- Brandão, P. (2011a). *Imagen de la ciudad, La. Estrategias de identidad y comunicación*. Edicions Universitat Barcelona.
- Brandão, P. (2011b). *O sentido da cidade* (1ª ed.). Lisboa: Livros Horizonte.
- Brandão, P., Carrelo, M., & Águas, S. (2002). *O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design de espaço público*. Lisboa: Centro Português de Design.
- Brandão, P., & Remesar, A. (2004). *Design urbano inclusivo : uma experiência de projecto em Marvila "fragmentos e nexos."* Lisboa: Centro Português de Design.
- Buchanan, P. (1988). What city? A plea for place in public realm. *Architectural Review*, October 1988(1101).
- Busquets. (1991). *Àrees de nova centralitat*. Ajuntament de Barcelona. Àrea d'Urbanisme i Obres Públiques. Àrea de Relacions Ciutadanes.

- Busquets, J. (2004). *Barcelona: la construcción urbanística de una ciudad compacta*. Ediciones del Serbal.
- Calthorpe, P. (1993). *The Next American Metropolis: Ecology, Community, and the American Dream*. Princeton Architectural Press.
- Camagni, R. (2009). Territorial Impact Assessment for European regions: A methodological proposal and an application to EU transport policy. *Evaluation and Program Planning*, 32(4), 342–350. <http://doi.org/10.1016/j.evalprogplan.2009.06.014>
- Cambra, P. (2012, Outubro). *Pedestrian Accessibility and Attractiveness Indicators for Walkability Assessment* (Mestrado). Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Capel, H., & Sáez, H. C. (2002). *La morfología de las ciudades*. Ediciones del Serbal, S.A.
- Carmona, M. (2003). *Public Places - Urban Spaces*. Taylor & Francis.
- Carmona, M., Magalhães, C. de, & Hammond, L. (Eds.). (2008). *Public Space: The Management Dimension*. London ; New York: Routledge.
- Carr, S. (1992). *Public Space*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carvalho, J. (2003). *Ordenar a cidade*. Quarteto.
- Castells, M. (1976). *La cuestión urbana (Arquitectura y urbanismo)* (2. ed). Siglo XXI de Espana Editores.
- Castells, M. (1996). *The Rise of the Network Society: The Information Age: Economy, Society, and Culture*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Castro, A. (2002). Espaços públicos, coexistência social e civilidade: contributos para uma reflexão sobre os espaços públicos urbanos.
- Cavaco, C. S. R. G. (2009). Formas de habitat suburbano. Tipologias e modelos na área metropolitana de Lisboa.
- Cerasi, M. (1976). *El espacio colectivo de la ciudad: construcción y disolución del sistema público en la arquitectura de la ciudad moderna*. Barcelona: Oikos-Tau, S.A. Ediciones.
- Cerdá, I. (1867). *Teoría general de la urbanización y aplicación de sus principios y doutrinas a la reforma y ensanche de Barcelona - Libro IV: Razon historico-filosofica de la manera de ser de la urbanización actual*. Madrid: Imprensa Española.
- Certeau, M. de. (1996). *La invención de lo cotidiano: artes de hacer. I*. Mexico: Universidad Iberoamericana.

- Cervero, R., & Kockelman, K. (1997). Travel demand and the 3Ds: Density, diversity, and design. *Transportation Research Part D: Transport and Environment*, 2(3), 199–219. [http://doi.org/10.1016/S1361-9209\(97\)00009-6](http://doi.org/10.1016/S1361-9209(97)00009-6)
- Comission of European Communities. (2004). Third Report on Economic and Social Cohesion: A partnership for cohesion. Serviço de Publicações da União Europeia.
- Conference of the Representatives of the Governments of the Member States. (2004). Treaty establishing a Constitution for Europe. European Union.
- Costa Lobo, M. (1999). *Planeamento Regional e Urbano*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Dall’erba, S., & Le Gallo, J. (2008). Regional convergence and the impact of European structural funds over 1989–1999: A spatial econometric analysis*. *Papers in Regional Science*, 87(2), 219–244. <http://doi.org/10.1111/j.1435-5957.2008.00184.x>
- Davoudi, S. (2005). Understanding Territorial Cohesion. *Planning Practice and Research; Regional Studies Association*, 10(4).
- Delgado, M. (1999). *El animal público: hacia una antropología de los espacios urbanos*. Anagrama.
- Department of Transport . UK Government. (2007). Manual for streets.
- DGOTDU. (2005). *Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Domingo, M., Sagarra, F., & Garcia, S. (1999). *Barcelona. Les Cases Barates*. Barcelona: Barcelona: Ayuntamiento de Barcelona. Patronat Minucipal de l’Habitatge.
- Domingues, A. (Ed.). (2006). *Cidade e democracia = ciudad y democracia: 30 anos de transformação urbana em Portugal = 30 años de transformación urbana en Portugal*. Lisboa: Argumentum.
- Equipo docente Taller de Gestión de Proyectos Master de Diseño Urbano. (2015). COHESIÓN URBANA. MEJORANDO LA CONECTIVIDAD ENTRE BARÓ DE VIVER Y BON PASTOR. *On the w@terfront*, 2(38), 7–14.
- Esparza Lozano, D. (2014, July 10). El diseño del suelo: el papel del pavimento en la creación de la imagen de la ciudad [info:eu-repo/semantics/doctoralThesis]. Retrieved October 6, 2015, from
- ESPON. (2006a). ESPON project 3.2 Spatial Scenarios and Orientations in relation to the ESDP and Cohesion Policy. ESPON.
- ESPON. (2006b). The Territorial Impact of EU Research and Development Policies. ESPON.

- ESPON. (2010). Territorial Diversity (TeDi). Final Report. The ESPON 2013 Programme. Targeted Analysis 8/2/2013, Version 12/05/2010. ESPON.
- ESPON. (n.d.).
- European Commission. (1987). Acto Único Europeu. European Commission.
- European Commission. (1996). First Cohesion Report. European Union.
- European Commission. (1999). EDEC - Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário. Para um desenvolvimento espacial equilibrado e sustentável do território da União Europeia. European Union.
- European Commission. (2001). Second Report on Economic and Social Cohesion. European Union.
- European Commission. (2004). A new partnership for cohesion: convergence competitiveness cooperation - Third report on economic and social cohesion. Office for Official Publications of the European Communities.
- European Commission. (2005). The Territorial State and Perspectives of the European Union, Towards a Stronger European Territorial Cohesion in Light of the Lisbon and Gothenburg Ambitions. A background document for the Territorial Agenda of the European Union. European Union.
- European Commission. (2007a). Growing Regions, Growing Europe. Fourth report on economic and social cohesion. European Union.
- European Commission. (2007b). Territorial agenda of the European Union - towards a more competitive and sustainable Europe of diverse regions. European Union.
- European Commission. (2008). Green Paper on Territorial Cohesion - turning territorial diversity into strength,. European Commission.
- European Commission. (2009a). Six progress report on economic and social cohesion. European Union.
- European Commission. (2009b). Territorial cohesion: unleashing the territorial potential. Background document to the conference on Cohesion Policy and Territorial Development: make use of the Territorial Potential 10-11 December, Kiruna.
- European Commission. (2009c). Treaty of Lisbon amending the Treaty on European Union and the Treaty Establishing the European Community. European Union.

- European Commission. (2010). Investing in Europe's future: Fifth report on economic, social and territorial cohesion, Foreword Summary Conclusions, Maps and comments. European Union.
- European Union. (1957). Treaty of Rome - Treaty Establishing the European Economic Community. European Union.
- European Union. (1992). Maastricht Treaty - Treaty on European Union. European Union.
- European Union. (1997). Treaty of Amsterdam - Amending the Treaty on European Union, the Treaties establishing the European Communities and certain related acts. European Union.
- Ewing, R., & Handy, S. (2009). Measuring the Unmeasurable: Urban Design Qualities Related to Walkability. *Journal of Urban Design*, 14(1), 65–84. <http://doi.org/10.1080/13574800802451155>
- Faludi, A. (2004). Territorial Cohesion: Old (French) Wine in New Bottles? *Urban Studies*, 41(7), 1349–1365. <http://doi.org/10.1080/0042098042000214833>
- Faludi, A. (2006). From European spatial development to territorial cohesion policy. *Regional Studies*, 40(6), 667–678. <http://doi.org/10.1080/00343400600868937>
- Faludi, A. (2007). Territorial Cohesion Policy and the European Model of Society1. *European Planning Studies*, 15(4), 567–583. <http://doi.org/10.1080/09654310701232079>
- Faludi, A. (2010). *Cohesion, Coherence, Cooperation: European Spatial Planning Coming of Age?* (1st ed.). Routledge.
- Faludi, A., & Peyrony, J. (2011). Cohesion Policy Contributing to Territorial Cohesion: Future Scenarios. *European Journal of Spatial Development*, (43).
- Ferrão, J. (2003). A emergência de estratégias transnacionais de ordenamento do território na União Europeia: reimaginar o espaço europeu para criar novas formas de governança territorial? *GeoNOVA*, (7), 11–37.
- Ferreira, V. M. (2004). *Fascínio da cidade: memória e projecto da urbanidade*. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais. ISCTE Ler De Vagar.
- Fonseca, & O'Neill. (2001). Revolução tecnológica e informacional e o renascimento das redes. , *Revista de Geociências*, 2, 26–35.
- Friedman, Y. (2006). *Pro Domo*. Barcelona: Actar.
- Garreau, J. (1992). *Edge City: Life on the New Frontier* (Reprint edition). New York: Anchor.

- Gehl Architects. (2004). *Towards a Fine City for People: Public Spaces and Public Life*. Gehl Architects.
- Gehl, J. (2006). *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*. Reverte.
- Gehl, J. (2010). *Cities for people*. Washington, DC: Island Press.
- Gehl, J. (2011). *Life between buildings using public space*. Washington, DC: Island Press.
- Giddens, A. (1984). *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. University of California Press.
- Godet, M. (1993). *Manual de prospectiva estratégica: da antecipação à acção*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Goffman, E. (1963). *Behavior in public places: notes on the social organization of gatherings*. Free Press of Glencoe.
- Gosling, D., & Maitland, B. (1985). *Concepts of Urban Design*. London : New York: St. Martin's Press.
- Guerra, I. (1999). *A baixa pombalina: diagnóstico, prospectiva e estratégia de actores* (1a ed). Oeiras: Celta.
- Habermas, J. (1984). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (1991). *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry Into a Category of Bourgeois Society*. MIT Press.
- Hall, M. C., & Page, S. J. (1999). *The Geography of Tourism and Recreation: Environment, Place and Space*. Routledge.
- Hernando, M., & Remesar, N. (2011). The "Employment in the Neighbourhoods" project: A local economic development experience in Catalonia. *Local Economy*, 26(6-7), 582–587. <http://doi.org/10.1177/0269094211418419>
- Hillier, B. (1996). *Space Is the Machine: A Configurational Theory of Architecture*. Cambridge University Press.
- Hillier, B., & Hanson, J. (1984). *The social logic of space*. Cambridge [England]; New York: Cambridge University Press.
- Hillier, B., & Penn, A. (1992). Dense civilisations: the shape of cities in the 21st century. *Applied Energy*, 43(1–3), 41–66. [http://doi.org/10.1016/0306-2619\(92\)90073-K](http://doi.org/10.1016/0306-2619(92)90073-K)

- IMTT. (2011). Coleção de Brochuras Técnicas e Temáticas - Acalmia de Tráfego: Zonas 30 e zonas residenciais ou de coexistência. Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I.P. (IMTT).
- Indovina, F. (2002). O espaço público: Tópicos sobre a sua Mudança. *Cidades, Comunidades E Territórios - CET - ISCTE*, (5).
- Jacobs, J. (1961). *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Random House.
- Johnson, J. (2012). Cities: Systems of Systems of Systems. In J. Portugali, H. Meyer, E. Stolk, & E. Tan (Eds.), *Complexity Theories of Cities Have Come of Age* (pp. 153–172). Springer Berlin Heidelberg.
- Joseph, I. (1999). *Retomar la ciudad: el espacio público como lugar de la acción*. Postgrado de Estética. Universidad Nacional de Colombia, sede Medellín con el apoyo de CINDEC.
- Kant, I., Politis, V., & Meiklejohn, J. M. D. (1993). *Critique of Pure Reason*. (first published in 1781): Everyman.
- Larousse. (1977). *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Seleções Volume 1 - Léxico Comúm*. Lisboa, Rio de Janeiro, Nova Iorque: Seleções do Reader's Digest.
- Lefebvre, H. (1970). *La révolution urbaine*. Gallimard.
- Lefebvre, H. (1973). *La Survie du capitalisme : La reproduction des rapports de production* (3e éd). Paris: Anthropos-Economica.
- Lefebvre, H. (1974). *La production de l'espace*. Paris: Anthropos.
- Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo - Lei 31/2014 de 30 de Maio (2014).
- Lipsor. (2004). MICMAC (Version 6.1.3) [XP SP3]. França: Lipsor. Retrieved from <http://en.lapropective.fr/methods-of-prospective/software/59-micmac.html>
- Logan, J. R., & Molotch, H. L. (1987). *Urban Fortunes: The Political Economy of Place*. University of California Press.
- Longley, P. A., & Batty, M. (1996). *Spatial Analysis: Modelling in a GIS Environment*. John Wiley & Sons.
- Lupez, P. (2007). *Suburban Transformations*. New York: Princeton Architectural Press.
- Lynch, K. (1960). *The Image of the City*. MIT Press.
- Lynch, K. (1972). *What Time Is This Place?* MIT Press.

- Lynch, K. (1981). *Good City Form*. MIT Press.
- MacDonald, W. L. (1988). *The Architecture of the Roman Empire: An urban appraisal*. Yale University Press.
- Madanipour, A. (1996). *Design of Urban Space. An Inquiry into Social-spatial Process*. England: John Wiley & Sons Ltd.
- Madanipour, A. (2000). *Social exclusion in European cities: processes, experiences, and responses*. London: Stationery Office : Regional Studies Association.
- Madanipour, A. (2010). Connectivity and contingency in planning. *Planning Theory*, 9(4), 351–368. <http://doi.org/10.1177/1473095210371162>
- Maragall i Mira, P. (1999). *Europa pròxima: Europa, regions i ciutats*. Edicions Universitat de Barcelona.
- Martin, L. (1972). The grid as generator. , *Urban Space and Structures, Cambridge University Press*, 6–27.
- Medeiros, E. (2014a). *Efeitos e Impactos Territoriais da Política de Coesão da UE*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.
- Medeiros, E. (2014b). Territorial Cohesion: A conceptual analysis. *Progress in Human Geography, Being Reviewed*.
- Méthodes de prospective - <http://www.lapropective.fr/>. (n.d.). Retrieved September 5, 2013, from <http://www.lapropective.fr/methodes-de-prospective/les-methodes---version-cloud/1-micmac.html>
- Molle, W. (2007). *European Cohesion Policy*. New York: Routledge.
- Musgrave, R. A. (1959). *The theory of public finance: a study in public economy*. McGraw-Hill.
- Narciso, C. A. F. (2008). Espaço público: desenho, organização e poder: o caso de Barcelona.
- Ochoa, A. R. (2011). Cidade e frente de água. Papel articulador do espaço público.
- Pereira. (1999). Novas dinâmicas de organização comercial – reflexões para uma estratégia de actuação integrada – Comércio e Concorrência. Direcção Geral do Comércio e da Concorrência.
- Pinto, A. J., & Brandão, A. L. (2013). Lisboa, paisagem metropolitana. Diversos olhares sobre as margens. *Rossio - Estudos de Lisboa*, (2), 32–47.

- Pinto, A. J., & Brandão, A. L. (2015). A multi-scale approach of public space networks in the scattered city. *Urban Design International*, 20(3), 175–194. <http://doi.org/10.1057/udi.2015.4>
- Pinto, A. J., & Remesar, A. (2012a). Public Space networks as a support for urban diversity. *Open House International*, 37(2), 15–23.
- Pinto, A. J., & Remesar, A. (2012b). Urban cohesion: a guiding concept for new urban realities. In *Ambivalent Landscapes Sorting out the present by designing the future*. Lisboa: FAUTL.
- Pinto, & Remesar, A. (2012). Public Space Networks as Support for Urban Diversity. *Open House International*, 37(2), 15–23.
- Pinto, Remesar, A., Brandão, P., & Nunes da Silva, F. (2010). Planning public spaces networks towards urban cohesion. In *Sustainable City, Developing World*. Nairobi, Quenia: ISOCARP.
- Piorr, A., Ravetz, J., & Tosics, I. (2010). Peri-urbanization in europe: towards european policies to sustain urban-rural futures - a syntesis report. University of Copenhagen / Academic Books Life Sciences. Retrieved from http://www.openspace.eca.ed.ac.uk/pdf/appendixf/Peri_Urbanisation_in_Europe_printversion.pdf
- Pires, A. R., & Mourato, J. (2007). Portugal e a Perspectiva de Desenvolvimento do Espaço Europeu: o EDEC como institucionalização de um discurso de mudança.
- Pol, E. (1996). La apropiación del Espacio in L. Iñiguez & E.Pol (eds). *Representación Y Apropiación Del Espacio*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 45–62.
- Portas, N. (1999). Espaço público y ciudad emergente. *La Ciudad Viva*.
- Portas, N. (2005). *Os Tempos das Formas, a Cidade Feita e Refeita*. Universidade do Minho.
- Portas, N. (2007). *A Cidade como Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2011). *Políticas Urbanas II, Transformações, Regulação e Projectos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Portas, N., Domingues, Á., Cabral, J., Ferrão, J., Guerra, I., & Viegas, J. M. (2003). *Políticas urbanas: tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Project for Public Spaces. (2000). *How to turn a place around: a handbook for creating successful public spaces*. New York, NY: Project for Public Spaces.
- Project for Public Spaces | What Makes a Successful Place? (n.d.). Retrieved August 22, 2013, from <http://www.pps.org/reference/grplacefeat/>
- Rapoport, A. (1978). *Aspectos humanos de la forma urbana. Hacia una confrontación de las Ciencias Sociales con el diseño de la forma urbana*. Barcelona: Colección Arquitectura/Perspectivas; Editorial Gustavo Gili SA.
- Remesar, A. (1997a). *Hacia una teoría del Arte Público*. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- Remesar, A. (1997b). Urban Regeneration: A challenge for Public Art. Publicaciones Universitat de Barcelona.
- Remesar, A. (Ed.). (2005). *Do projecto ao objecto: manual de boas práticas de mobiliário urbano em centros históricos*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Remesar, A. (2007). PUBLIC SPACE IS NOT DEAD. *On the W@terfront*, (10), 5–6.
- Remesar, A. (2011). O carácter simbólico da rua: identidade e apropriação. In *Documentos do Simpósio “A rua é nossa... de todos nós!”* Lisboa: Institut pour la ville et mouvement.
- Remesar, A., Salas, X., Padilla, S., & Esparza, D. (2012). Inclusion and empowerment in public art and urban design. *On the W@terfront*, 0(24), 3–32.
- Ricart, N., & Remesar, A. (2013). Reflexiones sobre el espacio público, (25), 5–35.
- Roberts, M., Lloyd-Jones, T., Erickson, B., & Nice, S. (1999). Place and space in the networked city: Conceptualizing the integrated metropolis. *Journal of Urban Design*, 4(1), 51–66. <http://doi.org/10.1080/13574809908724438>
- Robira, R. T. (2002). *Espais públics. Mirades multidisciplinàries* (Edición: 001). Barcelona: Pòrtic.
- Roca, M. A. (2000). *Los simbolos en la metropole globalizada*. Lisboa: CPD.
- Rodrigues, M. (2005). O ordenamento do território na União Europeia: do “desenvolvimento espacial” à “coesão territorial.” In *actas do 2º Seminário de Engenharia do Território “Territórios (I)Limitados.”* Lisboa: Instituto Superior Técnico.
- Rossi, A. (1982). *The Architecture of the City* (Reprint edition). London: The MIT Press.

- Rueda, S., Borja, J., Ezquiaga, J., Gausa, M., Hall, P., Kleuhues, J., ... Sarandeses, J. (2001). Modelos de ciudad más sostenible estrategias para competir. In *Ciudad para la sociedad del siglo XXI* (pp. 137–168). Valencia. España: Icaro.
- Salingaros, N. (1998). Theory of Urban Web. *Journal of Urban Desing*, 3(1), 53–71. <http://doi.org/10.1080/13574809808724416>
- Salingaros, N. (2005). *Principles of Urban Structure*. Texas: Tecne Press.
- Samecki, P. (2009). Orientation paper on the future cohesion policy. European Commissioner in charge of Regional Policy.
- Santos, M. (1986). Espacio y Método. *Geocritica. Cadernos Críticos de Geografia Humana, Barcelona: Publicacions i Edicions UB*(65).
- Schön, K. P. (2009). Territorial Cohesion – Current Views of the Commission and the Member States of the European Union. In H. Kilper (Ed.), *German Annual of Spatial Research and Policy 2009* (pp. 7–17). Springer Berlin Heidelberg.
- Schout, J. A., & Jordan, A. J. (2007). From Cohesion to Territorial Policy Integration (TPI): Exploring the Governance Challenges in the European Union. *European Planning Studies*, 15(6), 835–851.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sert, J. L. (1983). *Poden sobreviure les nostres ciutats?: un ABC dels problemes urbans, anàlisi i solucions: treball basat en les propostes formulades pel C.I.A.M., Congressos Internacionals d'Arquitectura moderna*. Barcelona: Generalitat de Catalunya. Departament de Política Territorial i Obres Públiques.
- Shared Space. (n.d.). Retrieved August 22, 2013, from <http://shared-space.org/>
- Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). Metodologia da pesquisa e elaboração de uma dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.
- Silva, P. A. dos S. (2010). Área metropolitana de Lisboa: descontinuidades, desenho e planeamento [doctoralThesis].
- Soja, E. W. (2000). *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Malden, MA: Blackwell Pub.
- Solà-Morales, M. de S. M. i. (1997). *Las formas del crecimiento urbano*. Barcelona: Univ. Politèc. de Catalunya.
- Solà-Morales, M. (1999). espaços públicos/Espaços Colectivos. *Urbanismo*, 2(4).

- Sorkin, M. (1992). *Variations on a theme park: the new American city and the end of public space*. New York: Hill and Wang.
- Torres, H. (2012). *Barrio, Espacio Público y Comunidad*. Universitat de Barcelona, Barcelona.
- Toussaint, J., & Zimmermann, M. (2001). L'espace public et l'espace du public. Politique et aménagement. In *User, observer, programmer et fabriquer l'espace public* (pp. 73–91). Lausanne: Presses polytechniques et universitaires romanes.
- Townshend, T. G., & Madanipour, A. (2008). Public Space and Local Diversity: The Case of North East England. *Journal of Urban Design*, 13(3), 317–328. <http://doi.org/10.1080/13574800802320756>
- URBACT. (2009). *Driving Forces for Urban Cohesion*. European Union.
- Vidal, T., Salas, X., Viegas, I., Esparza, D., & Padilla, S. (2012). El mural de la memoria y la Rambla Ciutat d'Asunción del barrio de Baró de Viver (Barcelona): repensado la participación ciudadana en el diseño urbano. *Athenea Digital. Revista de Pensamiento E Investigación Social*, 12(1), 29–53. <http://doi.org/10.5565/rev/athenead/v12n1.933>
- Viegas, Tojal, & Ramal. (2000). *Atlas da Carta Topográfica de Lisboa, sob a direcção de Filipe Folque: 1856-1858*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Departamento de Património Cultural. Arquivo Municipal.
- Vogelij, J. (2006). *Regional Planning Towards Territorial Cohesion*. European Council of Spatial Planners, Initial document for the ECTP debate.
- Vogelij, J. (2007). *SPATIAL PLANNING TOWARDS TERRITORIAL COHESION* (Vol. 7). European Council of Spatial Planners.
- Whyte, W. H. (1980). *The Social Life of Small Urban Spaces*. Conservation Foundation.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.1 – Linha do tempo das grandes etapas do conceito de Coesão	50
Quadro 1.2 – Evolução de várias propostas para o conceito de Coesão Territorial	51
Quadro 1.3 – Dimensões / vertentes da Coesão Territorial discutidas em vários documentos	59
Quadro 1.4 – Exemplos de problemas de coesão em novas realidades urbanas.....	72
Quadro 2.1 – Síntese da distinção entre “espaço público”, “espaço coletivo” e “esfera pública”	83
Quadro 3.1 – Dimensões da rede de espaços públicos	122
Quadro 3.2 – Contributos de uma rede de espaço público em prol da coesão urbana	131
Quadro 3.3 – Parâmetros de mapeamento das categorias e subcategorias da rede de espaços públicos de “Lisboa histórica”	135
Quadro 3.4 – Critérios para a identificação de espaços âncora	142
Quadro 3.5 – Exemplos da identificação de espaços âncora à escala do bairro e da cidade	144
Quadro 4.1 – Estrutura do processo de trabalho para a análise da coesão: fases de trabalho e escalas de análise	171
Quadro 4.2 – Representação esquemática da metodologia proposta para a análise da coesão de uma rede de espaços públicos.	174
Quadro 4.3 – Dimensões de análise da coesão urbana de uma rede de espaços públicos	186
Quadro 4.4 – Dimensões e descritores de análise da coesão de uma rede de espaços públicos	188
Quadro 4.5 – Dimensões, descritores e respetivas escalas de análise	199
Quadro 4.6 – Identificação dos principais problemas de coesão por dimensão de análise – Barceloneta.....	207
Quadro 4.7 - Identificação dos principais problemas de coesão por dimensão de análise – Baró de Viver.....	216
Quadro 4.8 - Identificação das principais potencialidades da rede de espaços públicos - Barceloneta	234
Quadro 4.9 – Identificação das principais potencialidades da rede de espaços públicos – Baró de Viver.....	239
Quadro 5.1 – Dimensões e descritores que compõem a metodologia de análise da coesão proposta	258

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 0.1 – Esquema metodológico da dissertação	20
Figura 0.2 – Localização dos territórios de análise, na cidade de Barcelona – Barceloneta e Baró de Viver.....	24
Figura 0.3 – Esquema conceito da tese	27
Figura 1.1 – Possível desenvolvimento de novas áreas globais de integração económica	43
Figura 1.2– Despesa (em milhões de euros) com a política de Coesão da União Europeia no período 1988 – 2013	52
Figura 1.3 – Dimensões de Coesão Territorial propostas pelo ESPON 3.2 (2006).....	54
Figura 1.4 – Estratégia integrada para a Coesão Territorial, objetivos e critérios de avaliação.....	56
Figura 1.5 – Estrela da Coesão Territorial segundo Medeiros (2014).....	57
Figura 1.6 – Dimensões da Coesão Territorial	58
Figura 1.7 – Coesão Territorial: conceito multi-escala [da escala europeia ao bairro do Arco do Cego].....	61
Figura 1.8 – Dimensões da coesão urbana	65
Figura 1.9 – “Novas” realidades urbanas.....	69
Figura 2.1 – Vista do “ <i>Passeig de l’Explanada o de San Juan</i> ” em Barcelona, inícios do Século XIX ..	82
Figura 2.2 – Rambla de Barcelona – Espaço público estruturante, com função integradora e emblemática e de imagem internacional	85
Figura 2.3 – Newcastle – Espaço público ordenador – continuidade e legibilidade.....	87
Figura 2.4 – Espaço público funcional e polivalente.....	88
Figura 2.5 – Espaço Público – utilização coletiva	90
Figura 2.6 – Central Park, Nova Iorque: Espaço Público que pela sua forma estrutura toda a malha urbana da cidade, constituindo o suporte físico para as funções e vivência urbana	94
Figura 2.7 – Plaza de las Glorias, Barcelona: Centralidade urbana – Relação Forma → Função.....	97
Figura 2.8 – Parque das Nações – Relação Função → Forma Apropriação	100
Figura 2.9 – Parques y Jardines de Barcelona – Relação Função Forma → Apropriação	103
Figura 2.10 – Novos Desafios do Espaço Público.....	106

Figura 2.11 – Características extensivas da cidade atual	108
Figura 3.1 – Rede urbana – “linhas” que conectam os “nós”, formando uma rede	119
Figura 3.2 – Diagrama esquemático do espaço público visto como uma “rede de redes”	127
Figura 3.3 – Limite da área para o estudo da evolução da rede de espaços públicos de “Lisboa histórica”	134
Figura 3.4 – Cidade de Lisboa – Rede de espaços públicos no ano de 1858	136
Figura 3.5 - Cidade de Lisboa – Rede de espaços públicos no ano de 2000.....	136
Figura 3.6 – Exemplos de Conventos Mosteiros, da cidade de Lisboa, que associados a espaços públicos constituem elementos estruturantes na malha urbana	140
Figura 3.7 – Enquadramento geográfico do bairro da Barceloneta	147
Figura 3.8 – Estrutura urbanística do bairro da Barceloneta – ruas lineares, rompidas por praças de bairro e limitado por espaços públicos centrais à escala da cidade de Barcelona.....	149
Figura 3.9 – Rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta – Mapa interpretativo.....	150
Figura 3.10 – Enquadramento geográfico do bairro Baró de Viver	153
Figura 3.11 – Rede de espaços públicos do bairro Baró de Viver – Mapa interpretativo	156
Figura 3.12 – “ <i>Rambla Ciudad de Asunción</i> ” e “ <i>Mural de la Memória</i> ” – espaços públicos resultantes de processos participativos com os moradores do bairro Baró de Viver	157
Figura 4.1 – Esquema da metodologia de avaliação “ <i>How to turn a place around</i> ” (“Project for Public Spaces What Makes a Successful Place?,” n.d.) (Project for Public Spaces, 2000)	167
Figura 4.2 – Quadro de valores e indicadores da metodologia de diagnóstico de valores identitários do espaço público.....	168
Figura 4.3 – Rede primária de espaços públicos do bairro da Barceloneta e ligações às redes externas	179
Figura 4.4 – Rede de espaços públicos do bairro da Barceloneta – dualidade de dinâmicas	180
Figura 4.5 - Rede primária de espaços públicos do bairro Baró de Viver e ligações às redes externas	181
Figura 4.6 – Rede de espaços públicos do bairro Baró de Viver – bairro periférico.....	182
Figura 4.7 – Mapas interpretativos segundo os descritores de análise – Barceloneta	204
Figura 4.8 – Problemas de coesão – rede de espaços públicos da Barceloneta	208
Figura 4.9 - Mapas interpretativos dos descritores de análise – Baró de Viver	213

Figura 4.10 – Problemas de coesão – rede de espaços públicos do Baró de Viver	218
Figura 4.11 – Exemplo da Matriz de Análise Estrutural.....	222
Figura 4.12 – Exemplo de gráfico de influência / dependência – Análise Estrutural	224
Figura 4.13 – Gráfico de influências / dependências diretas entre problemas - Barceloneta.....	227
Figura 4.14 - Gráfico de influências / dependências diretas entre problemas – Baró de Viver	229
Figura 4.15 – Medidas de intervenção propostas – Barceloneta	236
Figura 4.16 – Medidas de intervenção propostas – Baró de Viver	241
Figura 5.1 – Valores para a Coesão Urbana	257

ÍNDICE ANALÍTICO

- abordagem sistémica, 129, 135, 158, 252
- acessibilidade, 21, 54, 63, 64, 65, 66, 68, 71, 74, 75, 88, 91, 94, 95, 110, 117, 120, 122, 131, 132, 134, 135, 155, 158, 183, 243, 249, 250, 252, 255, 257
- análise estrutural, 220, 222, 224
- apropriação, 17, 58, 63, 65, 68, 71, 72, 94, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 141, 145, 159, 165, 166, 177, 184, 192, 195, 196, 197, 205, 207, 227, 228, 231, 234, 237, 239, 241, 249, 250, 251, 253, 254, 255
- atratividade, 184, 193, 194, 197, 198, 255
- bairro, 16, 18, 20, 23, 24, 26, 29, 61, 70, 100, 117, 129, 131, 132, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 163, 164, 170, 172, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 205, 206, 207, 208, 209, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 253, 255, 259
- Barcelona, 23, 24, 82, 85, 96, 97, 103, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 156, 209, 218, 238, 259, 260
- Barceloneta, 20, 23, 24, 116, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 162, 164, 176, 179, 180, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 236, 242, 243, 260, 289
- Baró de Viver, 20, 23, 24, 116, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 162, 164, 176, 181, 182, 209, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 229, 231, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 259, 260, 289
- coesão territorial, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 68
- coesão urbana, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 28, 29, 63, 66, 68, 70, 73, 74, 80, 116, 117, 121, 123, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 141, 145, 151, 158, 159, 166, 170, 177, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 191, 196, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257
- conectividade, 15, 23, 24, 56, 59, 64, 68, 70, 72, 74, 100, 117, 130, 135, 155, 159, 165, 166, 169, 172, 181, 182, 183, 189, 190, 206, 207, 214, 215, 216, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 237, 238, 240, 242, 249, 252, 255, 261
- descritores, 162, 186, 199, 258
- desenho urbano, 18, 25, 73, 111, 132, 146, 159, 164, 172, 176, 180, 198, 233, 239, 248
- dinâmicas sociais, 15, 16, 17, 26, 65, 79, 110, 111, 117, 120, 121, 123, 129, 142, 145, 163, 166, 176, 178, 183, 184, 186, 194, 195, 196, 230, 243, 247, 250, 254, 256
- dinâmicas socioeconómicas, 15, 98, 100, 130, 131, 133, 135, 148, 159, 252, 259
- Diretivas Europeias, 19, 28, 247
- diversidade, 15, 16, 45, 63, 72, 75, 86, 89, 90, 97, 98, 103, 108, 109, 110, 132, 163, 165, 172, 176, 178, 184, 186, 191, 193, 195, 196, 197, 207, 234, 239, 248, 250, 251, 256, 261

- escala urbana, 16, 19, 23, 28, 34, 35, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 71, 74, 80, 111, 131, 165, 173, 178, 183, 185, 187, 193, 195, 222, 243, 246, 247, 248, 250
- esfera pública, 81, 82, 83, 84, 195
- espaço coletivo, 83, 109
- espaço público, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 47, 72, 73, 75, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 117, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 135, 141, 145, 152, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 171, 176, 183, 184, 187, 193, 194, 195, 197, 206, 217, 234, 239, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 259, 261
- espaços âncora, 132, 141, 142, 143, 144, 145, 151, 157, 158, 177, 178, 180, 182, 207, 214, 217, 230, 233, 237, 238, 240, 252
- espaços públicos, 19, 25, 26, 27, 29, 64, 70, 84, 86, 87, 89, 90, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 145, 146, 149, 150, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 172, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 189, 190, 192, 193, 196, 198, 199, 200, 206, 207, 209, 215, 216, 218, 230, 232, 233, 234, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 251, 252, 253, 254, 255, 259, 261
- funções diferenciadoras, 72, 193, 194, 199, 203, 212, 216, 239, 258
- funções urbanas, 65, 66, 68, 70, 72, 96, 100, 119, 129, 135, 159, 169, 191, 193, 196, 197, 216, 233, 239, 252, 254, 256
- legibilidade, 85, 87, 94, 95, 121, 123, 155, 184, 186, 189, 190, 197, 199, 201, 210, 214, 233, 238, 258
- Lisboa, 35, 47, 61, 100, 116, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140
- mapas interpretativos, 175, 200, 209, 260
- medidas de intervenção, 18, 23, 159, 163, 165, 175, 176, 200, 226, 232, 237, 257, 258
- metodologia, 18, 19, 20, 21, 22, 26, 28, 29, 133, 142, 159, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 185, 186, 189, 219, 226, 231, 242, 243, 246, 254, 257, 258, 259, 260
- modos suaves, 191, 233, 240, 255
- morfologia, 16, 17, 56, 68, 94, 100, 102, 104, 142, 143, 144, 151, 258
- pedonal, 122, 135, 138, 148, 185, 192, 215
- permeabilidade, 17, 64, 94, 95, 130, 151, 155, 189, 190, 205, 206, 207, 214, 215, 216, 226, 227, 228, 230, 232, 233, 235, 236, 237, 240, 241, 254
- Política de Coesão, 16, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 60, 61, 73, 74, 247
- problemas de coesão, 16, 22, 23, 70, 72, 118, 126, 145, 146, 176, 182, 200, 207, 209, 216, 217, 225, 226, 229, 237, 243, 258
- projeto urbano, 164, 166, 248
- rede de espaços públicos, 17, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 28, 29, 98, 103, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 155, 156, 158, 159, 162, 163, 164, 165, 166,

171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178,
179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196,
197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208,
209, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 221,
223, 225, 226, 227, 230, 231, 232, 233,
234, 235, 236, 238, 239, 241, 242, 243,
252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259,
289
rede de redes, 18, 29, 116, 125, 126, 127,
129, 132, 158, 163, 165, 243, 253
rede primária, 135, 179, 181
redes de espaço público, 1
regeneração urbana, 242
sistema, 26, 37, 42, 55, 57, 73, 79, 81, 93,
103, 109, 118, 122, 126, 128, 130, 132,
133, 134, 137, 138, 141, 145, 151, 158,
165, 190, 219, 220, 221, 223, 224, 225
territórios de análise, 20, 21, 22, 24, 28, 29,
117, 132, 145, 164, 176, 177, 219, 221,
226, 243, 260
vivência, 72, 74, 94, 99, 102, 103, 110, 111,
117, 119, 123, 125, 130, 131, 137, 150,
151, 155, 166, 180, 195, 196, 205, 206,
207, 208, 226, 227, 228, 232, 233, 234,
235, 236, 239, 251

ANEXOS

ANEXO I – FICHAS DE ANÁLISE DA REDE DE ESPAÇOS PÚBLICOS

BARCELONETA

BARÓ DE VIVER

ANEXO II – ANÁLISE ESTRUTURAL

BARCELONETA

BARÓ DE VIVER

ANEXO I

ANEXO II